



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC
DEPARTAMENTO DE LITERATURA
MESTRADO EM LITERATURA BRASILEIRA**

ANA MARIA TEIXEIRA ANDRADE

**DESLOCAMENTO E DENÚNCIA NO ROMANCE *SUA MAJESTADE, O JUIZ*, DE
JÁDER DE CARVALHO**

**FORTALEZA
2012**

ANA MARIA TEIXEIRA ANDRADE

**DESLOCAMENTO E DENÚNCIA NO ROMANCE *SUA MAJESTADE, O JUIZ*, DE
JÁDER DE CARVALHO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras pela Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras. Área de concentração: Literatura Comparada.

Orientadora: Prof^ª. Irenísia Torres de Oliveira.

FORTALEZA

2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

-
- A565d Andrade, Ana Maria Teixeira.
 Deslocamento e denúncia no romance *Sua Majestade, o Juiz*, de Jáder de Carvalho / Ana Maria Teixeira Andrade. – 2012.
 164 f. : il. color., enc. ; 31 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Literatura, Programa de Pós-Graduação em Letras, Fortaleza, 2012.
 Área de Concentração: Literatura comparada.
 Orientação: Profª. Drª. Irenísia Torres de Oliveira.
1. Ficção Brasileira – Ceará – História e crítica. 2. Carvalho, Jáder de, 1901-1985 – Crítica e interpretação. 3. Carvalho, Jáder de, 1901-1985 – Visão política e social. I. Título.

CDD B869.34

ANA MARIA TEIXEIRA ANDRADE

DESLOCAMENTO E DENÚNCIA NO ROMANCE *SUA MAJESTADE, O JUIZ, DE JÁDER DE CARVALHO*

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras pela Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras. Área de concentração: Literatura Comparada.

Aprovada em: ____/____/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Irenísia Torres de Oliveira (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Francisco Edi de Oliveira Sousa
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a. Dr^a. Sarah Diva da Silva Ipiranga
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

AGRADECIMENTOS

Agradeço

À minha orientadora professora Irenísia Torres de Oliveira, por ela acreditar no projeto, pelo apoio sempre, pela paciência e competência na orientação, atitudes que marcaram minha experiência.

Aos meus pais Antonio e Luiza pelo amor constante, mesmo quando não tive tempo para eles.

Ao meu companheiro, Manoel Andrade pelo incentivo e o amor.

Às minhas filhas Alzira, Alice e Ester pelo amor e a torcida organizada.

À minha sogra Fransquinha Andrade, pelas orações, fortaleza de Deus.

Às minhas cunhadas Ioneide Andrade, Arneide Andrade e Glaucia Andrade por me ouvirem quando precisei compartilhar minhas lutas.

Às minhas amigas Ednilse, Gerliane, Lélia e Marcelina por terem estado comigo nos momentos mais importantes da minha vida, no cuidado da minha casa e família.

Aos amigos do grupo Antonio Candido pela amizade, em especial Washington Ribeiro pela ajuda, Kedma de Freitas e Renata Aguiar pelo apoio.

Aos amigos do PRECE pelo aprendizado e estímulo.

Aos amigos do Mestrado, especialmente, Ailson Lemos e Solange Almeida.

À professora Ana Maria Pompeu, Carlos Augusto e Orlando Luiz pelos ensinamentos e amizade.

À Cid Carvalho pela solicitude em me receber em sua residência para conceder entrevista e ceder fotos do autor.

À todos os funcionários do Departamento de Literatura pelo apoio.

“Velho Sertão”

“Lá vem o carro de bois
Mas já não canta. Que fizeram da garganta
dele?
Uma desgraça, rapazes:
O carro de bois trocou a roda de pau-d’arco
Pelos pneumáticos dos caminhões da cidade.”

(Jáder Moreira de Carvalho)

“Sonetos para Fortaleza”

“Não és mais a cidade repousante,
De praças com jardins e cataventos.
Onde as ruas tranquilas e descalças?
O bondinho de burros, onde está?”

(Jáder Moreira de Carvalho)

“De nós, da maioria dos juízes d’agora, é que não procede essa força. Sua Majestade, o Juiz, no passado as raízes da sua realeza. A palavra JUSTIÇA, apesar de nós, magistrados, ainda não perdeu o seu prestígio milenar. Somente por ela e não por nós, juízes, é que o juiz é rei!”

(Jáder Moreira de Carvalho)

RESUMO

Este trabalho procura explorar o romance *Sua Majestade, o Juiz* (1956), de Jáder de Carvalho, cujo enredo se situa no contexto histórico da primeira metade do século XX no Ceará. No livro, estudamos o espaço relacionado à intenção de crítica e denúncia social do autor como agente organizador e estruturador da narrativa. No estudo, destacamos os espaços geográficos (capital e cidades do interior do Ceará), onde o protagonista busca ascensão social movimentando-se de um lugar para outro e relacionando-se com personagens representantes dos setores de maior poder no Ceará tais como políticos e juizes envolvidos em práticas conservadoras, de base clientelista, como o favor e o uso das instituições públicas para fins privados. Cada novo lugar é palco das ações de personagens produzindo um efeito recorrente e generalizado que reforça a intenção crítica do romance. Isso acontece tanto na primeira parte da obra, de foco narrativo em terceira pessoa, quanto na segunda parte, narrada em primeira pessoa, com algumas variações que apontaremos ao longo do trabalho. Para a análise do livro a partir do espaço geográfico, baseamo-nos nos pressupostos teóricos de Osman Lins sobre o espaço romanescos (1976), que norteiam a percepção e a caracterização dos lugares na obra estudada e nos estudos histórico-crítico de Candido (2007b) sobre o valor do espaço geográfico no romance brasileiro. Recorremos ainda ao pensamento crítico de Sérgio Buarque de Holanda (1995) e de Roberto Schwarz (2000), que trataram do favor, da cordialidade e do familismo na sociedade brasileira. Percebemos com a análise, que as indagações levantadas pelo texto romanescos possuem uma função reveladora e crítica, que é a maior força do livro, dirigida à conduta oportunista dos representantes dos sistemas institucionais governistas da época, promotores de desigualdade social.

Palavras-Chave: Jáder de Carvalho. Literatura Cearense. Espaço. Crítica social.

ABSTRACT

This work explores the romance *Sua Majestade, o Juiz* (1956) by Jader de Carvalho, whose plot is situated in the historical context of the first half of the 20th century in Ceará. In the book, we studied the space related to the intention of social criticism and denunciation of the author as the structuring agent and organizer of the narrative. In the study, we highlight geographical locations (the capital and cities in the rural parts of Ceará), where the protagonist seeking social mobility moves from one place to another and relates to character representatives of the great power sectors in Ceará such as politicians and judges involved in conservative practices where the clientele base prefers to use public institutions for private purposes. Each new place brings actions and characters to be reported, with an effect of repetition and generalization that reinforces the critical intention of the novel. This happens in the first part of the work, where the focus of the novel is in third person, then in the second part, narrated in first person, with some variations marked throughout the work. To analyze the book from a geographical place, we base our reflections on the theoretical work of Osman Lins about literature (1976), which guide the perception and characterization of areas studied in the work and on the historical-critical studies of Candido (2007b) about the value of geographic space in the Brazilian novel. We use critical thinking of Sérgio Buarque de Holanda (1995) and Roberto Schwarz (2000), which addressed the preference of politicians who maintained public funds for private familial use in Brazilian society. We realized, through the analysis, that the novel raises questions which have a revealing and critical function which is the greatest strength of the book as it is addressed to the opportunistic behavior of the representatives of the governing institutions at that time, who were the greatest promoters of social inequality.

Keywords: Jäder de Carvalho. Ceará Literature. Geography. Social Critique.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	CONTEXTO LITERÁRIO E POLÍTICO DA OBRA DE JÁDER DE CARVALHO	15
2.1	Posições políticas e ideológicas de Jáder de Carvalho	15
2.2	A atuação no jornalismo: oposição às oligarquias e ao getulismo	22
2.3	A recepção crítica da obra de Jáder de Carvalho	31
3	SUA MAJESTADE, O JUIZ	44
3.1	O espaço no romance	44
3.1.1	<i>Deslocamento e denúncia</i>	51
3.1.1.1	<i>Iguatu</i>	51
3.1.1.2	<i>Fortaleza (Gentilândia)</i>	57
3.1.1.3	<i>Cedro</i>	62
3.1.1.4	<i>Quixadá</i>	65
3.1.1.5	<i>Santana do Cariri</i>	69
3.1.1.6	<i>Aquiraz</i>	79
3.1.1.7	<i>Fortaleza (Gentilândia – Monte Castelo)</i>	82
3.1.1.8	<i>Aracati</i>	87
3.1.1.9	<i>Sobral</i>	93
3.1.1.10	<i>Fortaleza (Aldeota)</i>	105
4	NARRADOR E PERSONAGEM NO ROMANCE DE ESPAÇO	115
4.1	Os escritos de José Sampaio	117
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	155
6	BIBLIOGRAFIA	159
7	ANEXOS	164
7.1	Anexo A: Ilustração da capa do livro <i>Sua Majestade, o Juiz</i>	
7.2	Anexo B: Palestra do escritor Cid Sabóia de Carvalho	
7.3	Anexo C: Entrevista ao escritor Cid Sabóia de Carvalho	

1 INTRODUÇÃO

Em 1956, Jáder de Carvalho publicava *Sua Majestade, o Juiz*. Tal romance se notabiliza por retratar uma época muito conturbada na história do país, em destaque, a história do Ceará, no transcurso da primeira metade do século XX. O momento é o das grandes secas no Nordeste e das ditaduras, como a de Getúlio Vargas, terreno fértil para várias violações da lei por meio dos interventores nomeados pelo governo varguista, representantes da esfera pública que às vezes se deixavam corromper e praticar arbitrariedades. Neste mesmo contexto, figura um poder judiciário que estava a serviço destes governos sem compromisso com as classes sociais mais populares.

O livro revela uma realidade construída pelo processo histórico da nossa sociedade, imprescindível ao nosso conhecimento. Ele nos proporciona a reflexão de fatos sociais que explicam o nosso presente. Compõe-se uma narrativa recheada de descrições que nos fazem refletir sobre o estado de corrupção que perpassava os poderes maiores do Estado do Ceará, o governo, o legislativo e o judiciário, dando destaque ao último. Destacamos ainda que esses políticos representados na obra são também conhecidos como coronéis que sempre dominaram a cena política originada no mundo rural com fortes relações com o urbano.

As indagações que o texto romanesco levanta se sustentam na própria conduta oportunista dos personagens os quais representam os sistemas institucionais promotores de desigualdade social, revelada pelo mundo fictício de Carvalho. Contudo, o romance não se atém a apenas criticar esses sistemas sociais representados, pois também não desprezará a representação de outros elementos culturais arraigados em nossa cultura, como o são o paternalismo e o estatuto do favor, mecanismos presentes desde nosso passado colonial, que fazem parte das relações existentes nas instituições sondadas na obra. Dessa forma, o livro abrange também, como objeto de crítica e denúncia, essas referências culturais que são as tradições paternalistas fortalecidas e prolongadas pelo apadrinhamento, presentes na vida social como organização social que constitui uma dimensão acentuada na composição do romance.

A problemática representada em SMJ¹ ajuda a entender as relações de poder entre as classes sociais que se movimentam no universo do romance. A corrupção na obra é mostrada como uma completa confusão entre as instâncias do público e do privado, o familismo tão conhecido por nossa sociedade se faz presente no romance. Os conflitos são

¹ Sigla criada para facilitar a escrita do trabalho e significa o título do romance estudado *Sua Majestade, o Juiz*.

motivados por uma série de eventos como a seca, o coronelismo, a hipocrisia do clero, o mandonismo, o tráfico de influência, dentre outros acontecimentos.

O espaço foi escolhido como elemento central no estudo porque ele possui, conforme será mostrado, uma função estruturadora na narrativa. O romance organiza-se pelos deslocamentos no espaço que possibilitam e reforçam a intenção de denúncia. Em termos teóricos, sustentamos nossa análise em Osman Lins (1976), com o seu estudo *Lima Barreto e o espaço romanescos*, ensaio que apresenta conceitos fundamentais para a percepção do valor do espaço no romance em termos de conceitos teóricos que norteiam a descoberta de tipos de espaços presentes na ficção. Antonio Candido (2007b), em sua *Formação da Literatura Brasileira*, apresenta-se como outra referência teórica de valor, à medida que a obra crítica discorre sobre o espaço geográfico e social na formação do romance brasileiro o qual apresenta um “Brasil colorido e multiforme”.

No primeiro capítulo, nos voltamos para o conhecimento do “contexto literário e político da obra de Jáder de Carvalho” quando estudamos os principais momentos que compõem a atividade literária do autor. Veremos que posições políticas e ideológicas ele tomou e que contribuições ele deu para o país nesse momento de nossa história. Nesta parte, recorreremos ao auxílio de alguns estudiosos da vida e obra poética do autor como Sânzio de Azevedo (1976), Cid Carvalho (2005/2006) e Ângela Barros Leal (2000), dentre outros, destacando-se alguns articulistas do jornal *O Povo*, como Silvia Bessa (2005) e Felipe Araújo (2003).

Ainda, destacaremos a atuação de Jáder de Carvalho no jornalismo, pautado pela denúncia e forte oposição às oligarquias e ao getulismo. Em sua prática jornalística, Carvalho seguiu o modelo do polêmico jornalista João Brígido, que viveu na segunda metade do século XIX e na primeira do século XX. O que mais impressionava Jáder acerca de Brígido era o seu destemor, o mesmo não se intimidava com ameaças dos governantes diante de suas críticas.

Apontamos ainda o fato de que há uma relação entre certos elementos da poesia social e telúrica do autor e sua prosa. Discutiremos a recepção crítica dessa poesia e da prosa, as quais ganham mais destaque caso se considere o elemento do público leitor e, em quais proporções, em que níveis esse processo de recepção ocorre. Situaremos o escritor a partir da crítica no contexto do modernismo cearense e do romance de 30. Como suporte crítico para os estudos desta parte, recorreremos a Sânzio de Azevedo (1992), Otacílio Colares (1976), Vera Lúcia (2004), Pedro Lyra (1975) e Candido (1995).

Jáder de Carvalho viveu entre o sertão e a cidade. No exercício de suas profissões, se deslocava entre esses dois espaços físicos; como rábula e inspetor escolar ou por interesses

peçoais, em amor ao sertão, em especial Quixadá, sua cidade natal. Em seus deslocamentos, o escritor conviveu com as duas realidades dos espaços cearenses e essa coordenada geográfica é transposta para sua literatura. Assim, observaremos em *SMJ* como esses parâmetros espaciais funcionam na ossatura da narrativa e se esse elemento entra em conformidade com seus objetivos de denúncia. Nesse primeiro capítulo, não daremos maior ênfase a esse assunto devido o mesmo não objetivar a análise do livro, sendo mais voltado a exploração do contexto literário e político da obra. A análise, propriamente dita, será abordada em maior relevo nos próximos capítulos.

No segundo capítulo, iniciaremos a análise da configuração do espaço no romance. Faremos o estudo da primeira parte da narrativa, que é contada em terceira pessoa. Nesse momento, veremos como *SMJ* é apresentado dentro de sua configuração espacial, importante elemento para se chegar a uma melhor compreensão da narrativa e a indagações acerca dos problemas sociais em movimento nos diversos ambientes representados. Veremos a distribuição espacial dos elementos do enredo, dando destaque aos eventos que carregam a tônica da crítica, da ironia e da denúncia. Esses fatos se dão em cada espaço do interior e da cidade e os mesmos carregam em si particularidades.

Acompanharemos o romance direcionando-o ao tema da denúncia a partir da ideia de deslocamento no espaço geográfico. Osman Lins (1976) fala no espaço e no tempo como fatores internos da narrativa que não podem ser desvinculados, mas devem ser estudados na busca de se encontrar a função que cada elemento exerce na ação propriamente dita da obra literária. Veremos em *SMJ* como o espaço social das lutas políticas age sobre José Sampaio, como ele pensa e decide acerca das ofertas de políticos (coronéis) influentes que o apadrinham. Dentro dessa problemática percebida, procuramos saber qual a postura do personagem em relação ao estatuto do favor. Apontaremos o espaço como fio desencadeador que movimenta a intenção de denúncia e crítica social de Jáder de Carvalho. Percebemos que o conceito de espaço mostrado por Lins (1976) se ajusta ao propósito do escritor de expor uma classificação desse elemento, mostrando suas possibilidades de uso na ficção. O crítico ainda amplia o assunto detalhando o conceito dos tipos de ambientação no espaço romanesco, suas funções e relações entre personagem/espaço. Dentre essas classificações apresentadas as que mais nos serviram foram o espaço na sua dimensão física e social por se ajustarem mais ao objetivo do trabalho que é ver a estruturação do romance a partir da formação do espaço e por se tratar de um romance social.

Entendemos que a dimensão social do espaço avança mais para o aspecto cultural e para as relações de caráter mais subjetivo. Dentro dessa ideia de espaço posta por Lins,

veremos, no romance, espaços como o da seca e o das instituições, todos com suas idiossincrasias influenciando na configuração do enredo, os temas, os personagens e os fatos criados para o propósito da crítica e da denúncia.

Além dos espaços percorridos pelo protagonista, há o espaço da sua casa onde ele tira a máscara da hipocrisia e relata suas angústias não reveladas. A personagem Gracinha tem papel definidor nos questionamentos acerca do servilismo e da desvirtualização da verdadeira função dos magistrados no poder judiciário que serviam aos políticos na participação de atos corruptos. Seus questionamentos favorecem ao propósito de crítica e denúncia presente no livro. Antonio Candido (2007b) destacará que o espaço nos inícios do romance brasileiro ocupa um lugar de importância na narrativa. Com suas palavras, lemos: “o nosso romance tem fome de espaço e uma ânsia topográfica de apalpar todo o país”. Notaremos que isso ocorre em *SMJ*, pois o personagem principal se desloca em dez espaços diferentes, entre o campo e a cidade e em cada localidade na qual ele vive são criadas situações que nos mostram o projeto de denúncia do autor. Em cada circunstância elaborada, perceberemos a problemática social posta dentro de temas divididos em dois espaços. No campo, a seca que mata o pobre agricultor, a exploração do “cassaco” nas frentes de serviço do governo e as práticas de corrupção nas eleições. Na cidade, a formação dos campos de concentração, os despejos dos pobres da zona rica e a formação das favelas na periferia.

Para compreender mais essa parte do romance, faremos algumas incursões sobre o pensamento de Sérgio Buarque de Holanda (1995), quando o sociólogo discorre sobre a herança rural vinda dos tempos coloniais e as possibilidades que estes proporcionavam ao ganho fácil e à ascensão sem grandes esforços. Este contexto ainda é perpassado por outras temáticas que nos serão caras para entender a sobrevivência das práticas patriarcais deixadas como legado colonial ao nosso povo, caso do familismo, que já se encontrava em nossa formação. Sobre a prática do favor, recorreremos também às análises de Roberto Schwarz (2000, p. 16-17) que destaca ser “o favor a mediação quase universal” e, aparentemente, melhor do que a outra relação deixada pela colônia, que é a escravidão. Por isso, diz ele “ser compreensível que os escritores tenham baseado no favor a sua interpretação do Brasil, involuntariamente disfarçando a violência, que sempre reinou na esfera econômica”. Notamos que essa ideia comunica com o objetivo de denúncia posto por Carvalho. Além do apoio de textos de nosso pensamento social, nós nos detemos em leituras da História do Ceará a partir da coletânea de artigos organizados por Simone Souza (2002). Esta reunião de textos revela fatos pouco conhecidos da História do Ceará, fugindo ao mero tradicionalismo de certos historiadores que não trazem um olhar crítico sobre a nossa história. O que falta nesse,

tentamos encontrar em outra obra de História da sociedade cearense de Airton de Farias (2004). Veremos que ambos os livros ajudam a contento no entendimento de certos fatores externos à obra que nos ajudam a entender melhor o romance e a intenção crítica do escritor.

No terceiro capítulo, prosseguimos na análise do romance, dando maior destaque às partes do livro narradas em primeira pessoa. Abordaremos o “narrador e o personagem no romance de espaço”. Veremos a partir da teoria do foco narrativo de Norman Friedman (2002) e de uma breve incursão nas ideias de Percy Lubock (1976) que o estudo do ponto de vista trouxe esclarecimentos necessários a uma melhor compreensão do personagem principal e narrador das duas partes da obra. Mostraremos certas particularidades que o tipo de narrador promove no texto. Novamente, retomaremos a ideia espacial dentro do romance, pois notamos que nesse aspecto, há uma conexão entre a primeira e a segunda parte quase impossível de separarmos. Essa relação entre as partes, em certa medida, dá-se pelos personagens e os espaços que se repetem, com mais força pelos personagens principais que também são recorrentes, além dos temas que são quase os mesmos. O que se diferencia é, basicamente, o ponto de vista, alguns diferentes fatos e a existência de um maior número de reflexões, memórias e confissões por parte do personagem narrador.

Consideramos o espaço da casa do protagonista como um ambiente favorável ao processo da escrita de suas memórias e reflexões. Sobre o significado simbólico existente no espaço da casa, referimo-nos a Bachelard (1978) que fortalece a ideia dizendo que a casa exerce um grande poder de organização do pensamento do seu morador. Apontaremos que a casa de José Sampaio parece ter esse poder. Nela, ele encontra pouso, acolhimento de sua família e é neste espaço que ele escreve suas memórias.

Em essência, esta parte tratará dos escritos do personagem protagonista José Sampaio Nogueira, o qual deseja ser escritor, desse modo, inicia-se escrevendo um pequeno texto que ele chama de “Memórias”, redigido em apenas doze páginas compostas de minúsculos capítulos que falam de casos extraconjugais, de padres suspeitos e de parentes. De escrita oscilante, o personagem escritor para por um tempo, depois retoma seu contar agora com um novo título que é “Romance de Eliana”, neste ele fala um pouco mais sobre seu caso amoroso. Como antes, há poucos escritos e pequenos capítulos, parando novamente. Após outro tempo, volta-se novamente ao projeto de escritor do protagonista, saindo então o “Caderninho”, desta vez, trata-se de escritos mais diversificados na temática, momento em que há uma relação maior com a primeira parte de *SMJ*, pois se destacam temas como a corrupção da polícia, de políticos e de magistrados, o contrabando, a prostituição, o jogo do

bicho. Enfocaremos ainda aqui a presença da reflexão do narrador acerca da figura do magistrado.

No estudo deste capítulo, passaremos por alguns conceitos críticos importantes para o entendimento dessa parte do romance. No estudo sobre o personagem escritor de Carvalho, veremos o que Candido (2007a, p. 55) fala sobre a personagem de ficção ao explicar que “o romance se baseia, antes de mais nada, num certo tipo de relação entre o ser vivo e o ser fictício, manifestada através da personagem, que é a concretização deste”. Ideia que é sustentada ainda por E. M. Forster (1976), o qual fala sobre o *homo fictus* e o *homo sapiens*, questões interessantes para o entendimento da ficção de Jáder de Carvalho, de romance social em sua essência, sustentado por componentes externos que conformados a fatores internos formam um arranjo coerente, reveladores do estilo de romance jaderiano. É difícil separar nesse romance a ficção do mundo concreto, o que não significa dizer que a ficção deva se prestar a um mero retrato do real, mas que não poderemos levantar nossas considerações sem referencia alguma ao mundo concreto. No final de tudo, o que realmente importa na obra de arte é esse amálgama entre o real e o fictício, gerando assim a revelação da complexidade da vida, da forma mais bela possível, respeitando as particularidades de cada projeto literário em questão. Jáder de Carvalho soube muito bem construir de modo autônomo a sua arte literária forjando seu amálgama a partir do seu mundo para alcançar o objetivo final. Antonio Candido (2007, p. 25) esclarece a literatura como um sistema composto por três elementos que são os órgãos produtores, os receptores e o mecanismo transmissor da comunicação e que esse conjunto gera uma forma de “comunicação inter-humana, a literatura, que aparece sob este ângulo como sistema simbólico, por meio do qual as veleidades mais profundas do indivíduo se transformam em elementos de contato entre os homens, e de interpretação das diferentes esferas da realidade”.

Precisamos dizer ainda que, por se tratar da análise de uma obra sem uma apreciação crítica anterior, não dispusemos, para nossa análise, de uma fortuna crítica sobre ela. Diante dessa dificuldade, tivemos que recorrer ao que o autor falou acerca de seus romances em suas entrevistas e de seus familiares, em artigos de jornais e livros sobre o escritor como ainda em sua obra poética da qual colhemos informações em prefácios, posfácios, orelhas, dentre outros. Vale notar que a maior parte dessa bibliografia foi encontrada em sebos. Contudo, acreditamos que a pesquisa possa dar uma contribuição importante à recepção crítica da prosa de Jáder de Carvalho. Esta bibliografia englobou outros livros de sua produção literária tanto em prosa quanto em poesia.

Por fim, gostaríamos de dizer que o motivo da nossa escolha de Jáder de Carvalho para esse estudo foi a descoberta de sua alma inconformada com um estado injusto de coisas em seu mundo concreto e o seu anseio em apontar essas injustiças e quais mecanismos se poderia utilizar para realizar algo transformador desse sistema social.

2 CONTEXTO LITERÁRIO E POLÍTICO DA OBRA DE JÁDER DE CARVALHO

2.1 Posições políticas e ideológicas de Jáder de Carvalho

Jáder de Carvalho se dizia um marxista dissidente, pois não aceitava a orientação do Partido Comunista que tinha atitudes bastante ortodoxas. Essa postura não se ajustava ao modo de pensar do escritor, que agia conforme suas convicções. Acerca disso, Gilmar de Carvalho (2005, p. 5) destaca que o escritor tinha uma inquietude que o levaria a ter dificuldades com o “centralismo democrático” ficando difícil enquadrá-lo na disciplina e hierarquia do partido. Dessa forma, ele foi marxista ao seu modo, antecipando a nova esquerda. A partir desse dado histórico da sua postura ideológica, o que vemos é um Jáder integrado ao projeto marxista de aspiração revolucionária, no combate à estrutura de poder a qual produzia acúmulo de riqueza por alguns e a miséria de muitos. Em entrevista ao Museu do Nirez (LEAL, 2000, p. 82), Carvalho fala que as suas divergências com o Partido Comunista aqui no Ceará, já na clandestinidade, contribuíram para que o Partido se negasse a reconhecer a agressão que ele sofreu dos integralistas². Sobre esse momento em sua vida ele comenta: “ainda hoje eu sou marxista, mas não sou marxista ortodoxo, sou um marxista dissidente” (CARVALHO, 1987, p. 74).

Carvalho, por outro lado, era um materialista histórico e acreditava na influência da história nos novos fatos, apesar da sua experiência na religião espírita. O seu envolvimento com o espiritismo pode ser explicado pela influência de seu avô, que foi fundador dos primeiros centros espíritas de Fortaleza, no começo do século XX, e de seu pai, que dava continuidade a essa cultura. Assim como seus ancestrais, Carvalho, desde jovem, participava assiduamente das reuniões dos centros espíritas, principalmente, depois que perdeu um filho de 20 anos em 1949. Depois deste fato, ele intensificou com toda força a sua participação no espiritismo, chegando ao ponto de formar uma biblioteca espírita. Para completar, leiamos um trecho da entrevista de Cid Carvalho que relata esse tema da vida do escritor:

[...] ele passou muito a estudar a questão do espírito, era uma coisa que parece muito contraditória, mas ele era assim, ele era muito afeito a fenômenos. A poesia dele fala muito da morte, da solidão, o livro dele *Cantos da Morte* é mediúnico, são coisas que ele captou espiritualmente. Então, em 1949, ele fez muita reunião espírita,

²No Estado Novo, “os dispositivos liberais da Constituição de 1934 propiciam a expressão política de diversos setores da sociedade, como ANL (Aliança Nacional Libertadora) formada de comunistas, socialistas, católicos e nacionalistas e a AIB (Ação Integralista Brasileira), que desenvolve discurso antiliberal e anticomunista. Esses grupos, em confronto, ocupam a cena política, mobilizando consideráveis setores da sociedade para adesão aos seus projetos políticos”. (SOUZA, 2002, p. 310).

procurou velhos espíritas como Omerindo Reis e se dedicou muito a esse estudo. Depois ele saiu dessa etapa e entrou numa etapa mais profunda, mais filosófica, e seguiu até morrer. Ele leu até morrer, morreu lendo muita obra espírita. Quando iniciou esta fase ele tinha 48 anos de idade, aí ele estudou muito, mas na verdade, filosoficamente, ele era um materialista histórico, ele era aquele homem do dado, da informação do preto no branco, da coisa positiva, daquele método positivista de observação, comparação, lei, hipótese, os seus livros trazem um pouco dessa pesquisa científica social acerca do homem. (CARVALHO, 2006, p. 3).

Jáder de Carvalho faz transparecer uma inquietude enorme diante da vida, dos fatos. Sua alma inquieta carrega um inconformismo diante daquilo que o sensibiliza. A dor individual, pessoal da perda de um ente querido. Assim, ele não consegue ficar parado diante do que o oprime. Daí a sua necessidade desesperada pela busca por outra dimensão da existência – o metafísico. Assim também vemos na dimensão real, social, quando ele sofre a dor de ver a injustiça social, à frente de seus olhos, sofrida pelos grupos empobrecidos e desvalidos, próximos ou distantes dele.

Ao jornalista Felton de Almeida (BESSA, 2005, p. 1-4), Carvalho se declara ser pela revolução e pela ação. Almeida conclui: “Jáder era um intelectual destemido, de esquerda, autêntico, até com o partidão, ele brigou.” Ao afirmar ser pela revolução, o escritor dá uma pista da força que este componente ideológico teve em sua literatura, vista por muitos como dissidente, ou seja, uma literatura que diverge das opiniões de outrem ou da opinião geral, ou se separa dos grupos produtores de literatura por essa divergência. Acerca desse ponto, discorreremos mais, posteriormente.

Apesar da postura divergente de Carvalho, tanto na vida profissional, quanto na literatura, ele foi admirado por muitos que se identificavam com o seu modo de pensar e de ser. Como exemplo disso, citamos um fato curioso ocorrido quando ele perdeu o cargo de professor de sociologia no Colégio Liceu do Ceará, no período da ditadura de Vargas, por causa do interventor Menezes Pimentel. Posteriormente, tendo a oportunidade de reaver o seu posto com o governador Felipe Moreira Lima, ele foi pessoalmente ao seu gabinete procurá-lo, porém o novo interventor, mesmo tendo prometido devolver o cargo a Carvalho, preferiu outra pessoa. O escritor, decepcionado confessa ao próprio governador ter se arrependido por tê-lo procurado, acreditando em palavra de militar. A reação do governante não foi a esperada pelo escritor, que se confessa surpreso com as palavras do político: “aperte estes ossos. De hoje por diante, seremos amigos. Vou transferi-lo para a cadeira de História.”. Até mesmo os governos que em certo momento poderiam receber suas duras críticas, admiram Jáder de Carvalho (CARVALHO, 1981, p. 84).

No mesmo artigo, Jáder diz que frequentava o palácio todos os dias, pois o clima lá era de agitação política e ele ressalta ter sempre gostado de ambientes dessa espécie. Ele confessa que quando chegava ao gabinete de Moreira Lima, o governante ria e chamava a atenção dos presentes, que eram sempre muitos ao seu redor, e dizia: “Lá vem o meu carbonário!”. Ainda à frente, Carvalho completa dizendo que foi amigo fiel do interventor e que emprestou o livro marxista *A Teoria do Materialismo Histórico*, de Nikolai Bukharin, afirmando que o governador lera a obra. (CARVALHO, 1981 p. 85). Segundo Cid Carvalho (CARVALHO, 2006, Anexo C, p. 07), esse foi o governo que mais ouviu os conselhos de Jáder e o mais democrático que houve de todos os interventores de Getúlio. Sobre esse governante, a historiadora Simone de Souza (SOUZA, 2002, p. 307) ressalta que, por ele permitir as manifestações dos trabalhadores no espaço público das praças e avenidas, foi considerado comunista pelo jornal católico *O Nordeste* do dia 20.01.35, notícia constante na página dois.

Vimos que Carvalho foi um político nato, na melhor acepção do termo e foi bastante reconhecido na cena política, jornalística e por instituições representativas das ciências e letras, como a Academia Cearense de Letras, entre outras. Esse modo de ser de Carvalho, sempre com boas ideias sobre os fatos históricos sociais, econômicos e políticos, era valorizado por alguns governos, mas por outros, menos abertos à diversidade de pensamento, ele era odiado e desprezado. A sua coragem em enfrentar os seus adversários o fazia destemido e pronto para o combate na defesa de suas ideias e posições frente à vida. Tinha boa oratória para defender a si e aos outros, pelo verbo sempre afiado e por sua expressão poética, tendo recebido de instituições importantes do Ceará o título de “Príncipe dos Poetas Cearenses”, título honroso confirmado pela Câmara Municipal de Fortaleza, Assembleia Legislativa do Ceará, Instituto do Ceará, Academia Cearense de Letras, Clube dos Poetas, Associação dos Trovadores e Academia dos Novos do Ceará (ESPÍNDOLA, 1976, p. 42). De acordo com Girão (1957, p. 106-107), Carvalho foi membro da Academia Cearense de Letras (ACL), tendo ocupado a cadeira de número quatorze (14) que tinha como patrono João Brígido. Atualmente, quem ocupa o lugar do escritor é seu filho e também escritor Cid Sabóia de Carvalho. Leal (2000, p. 75) destaca que com a publicação de *Toda a poesia de Jáder de Carvalho*, volume um e dois, o escritor conquistou o Prêmio de Poesia Olavo Bilac, da Academia Brasileira de Letras em 1975.

Assim, vimos que, em quase todos os estudos feitos, existem, em maioria, escritos elogiosos à pessoa de Carvalho, em referência a qualquer uma de suas facetas. Porém, com estudos mais aprofundados, surgem fatos que, se não forem bem analisados, causam dúvidas

acerca desse homem de muitas legendas que ora está na rua em lutas, como a da campanha do alumínio, discursando contra um governo, ora está no palácio governamental. Isso nos revela algo novo sobre o escritor que era também um homem político partidário, pois foi candidato a um cargo eletivo, mesmo nunca tendo sido eleito. A propósito, ele escreveu um artigo de desabafo intitulado “Ingratidão”, que expõe sua decepção com o povo que não reconhecia nele o candidato que mais trabalhava, senão o que menos merecia (CARVALHO, 1987, p. 14). Com isso, vemos que Carvalho era um intelectual político, mesmo não tendo assumido cargos eletivos. Também era um artista, um literato e diríamos ainda que foi um radical com pretensão a revolucionário, quando tentou ir contra a cultura de seu tempo, a do atraso político, do resquício do patriarcado, de um Estado repressor. Na tentativa de compreender melhor a situação do escritor, é relevante o que Antonio Candido fala sobre o intelectual e o artista como opositor nos anos 30:

[...] o seu lugar é no lado oposto da ordem estabelecida; e que faz parte da sua natureza adotar uma posição crítica em face dos regimes autoritários e da mentalidade conservadora. No entanto, este processo foi cheio de paradoxos, inclusive porque o intelectual e o artista foram intensamente cooptados pelos governos posteriores a 1930, devido ao grande aumento das atividades estatais e às exigências de uma crescente racionalização burocrática. Nem sempre foi fácil a colaboração sem submissão de um intelectual, cujo grupo se radicalizava, com um estado de cunho cada vez mais autoritário. Resultaram tensões e acomodações, com o incremento da divisão de papéis no mesmo indivíduo [...]. (CANDIDO, 2006b, p. 235-236).

Não estamos afirmando que Carvalho tenha sido cooptado, mas, a partir do pensamento de Antonio Candido, entendemos melhor a postura do escritor, pois o mesmo vivia um momento difícil na história do país, momento contraditório, agitado politicamente, cheio de mudanças, diríamos, um tempo de transições, de industrialização crescente, urbanização, mas sem democracia. Imperavam ainda as oligarquias conservadoras, o ditatorialismo e o populismo. Assim, Carvalho, diríamos, passou por momentos difíceis, em colaborar sem se submeter, num momento em que a submissão, às vezes, era o caminho mais largo frente a um Estado de cunho cada vez mais autoritário. Dessa forma, ele sofreu no dizer de Candido “tensões e acomodações, com o incremento da divisão de papéis no mesmo indivíduo”.

Ainda no entendimento sobre a postura ideológica de Carvalho, antes comentada, lançamos mão de mais um conceito de Candido que é um desdobramento da questão anterior. Trata-se de inquirirmos se Jáder de Carvalho teria em sua vida, agido mais como um radical ou um revolucionário? Esse questionamento surge pelo fato de o autor ter sido uma pessoa de

muita movimentação, fazendo jornais denunciadores dos desmandos políticos, proferindo discursos em campanhas de mobilização e lutas proletárias. Em certo momento de sua vida, em atitude desesperadora, ele chegaria a pegar em armas para se defender dos inimigos que arranhou em seus combates contra sistemas políticos e econômicos corruptos que esses inimigos representavam. Assim, destacamos o que diz Antonio Candido, em seu texto intitulado “Radicalismos”, que trabalha dois conceitos importantes que são “radical” e “revolucionário”:

[...] o radicalismo forma contrapeso porque é um modo progressista de reagir ao estímulo dos problemas sociais em oposição ao modo conservador. Gerado na classe média e em setores esclarecidos das classes dominantes, ele não é um pensamento revolucionário, e, mesmo que seja fermento transformador, não se identifica senão em parte com os interesses específicos das classes trabalhadoras, que são o segmento potencialmente revolucionário da sociedade. [...] o radical se opõe aos interesses de sua classe apenas até certo ponto, mas não representa os interesses finais do trabalhador. [...] ele pensa os problemas na escala da nação, como um todo [...]. Deste modo, passa por cima do antagonismo entre classes; ou por outra, não localiza devidamente os interesses próprios das classes subalternas, [...]. O resultado é que tende com frequência à harmonização e à conciliação, não às soluções revolucionárias. [...] o revolucionário, mesmo de origem burguesa, é capaz de sair da sua classe; mas o radical quase nunca. Assim o revolucionário e o radical podem ter idéias equivalentes, mas enquanto o primeiro chega à ação adequada a elas, isto não acontece com o segundo, que em geral contemporiza na hora da ruptura definitiva. [...]. (CANDIDO, 1995, p. 226-227).

A partir desse estudo de Candido e conhecendo um pouco da vida do escritor, no momento, diríamos que ele foi um radical à beira do revolucionário. Seria um radical a partir da ideia de que, em sua vida, nas oportunidades que teve em ser ouvido pelos governos ou pelo povo em geral, sempre formou contrapeso, tentando fazer com que houvesse um equilíbrio entre as classes, uma melhor distribuição de renda para os pobres, a quem sempre defendeu em seus discursos e artigos de opinião. Ele teve, no dizer de Candido, “um modo progressista de reagir ao estímulo dos problemas sociais em oposição ao modo conservador”. Carvalho não era da classe pobre, seu pai fundou jornais e escolas, ele se formou em Direito, era jornalista prático, foi professor, trabalhou em jornais e fundou outros. Ele teve uma ascensão à classe média modestamente, mas teve. Participou sempre dos setores esclarecidos de Fortaleza, embora tenha vivido em sua velhice e até o fim de seus dias na sua humilde casa à Rua Agapito dos Santos, no Centro de Fortaleza. Assim, podemos dizer que Carvalho teve duas experiências, nasceu e viveu no interior de Quixadá em sua infância, numa vida simples, junto com pessoas pobres e, no início de sua juventude e na fase adulta, passou a viver em Fortaleza buscando melhores condições de vida.

Dessa forma, apesar de não consideramos o escritor um revolucionário, compreendemos, portanto, que ele esteve à beira do revolucionário quando, por exemplo, discursou em praça pública contra ditadores, foi às ruas em campanhas pelos direitos dos trabalhadores e fundou periódicos para representá-los. Ele ainda se submeteu ao risco de sair do seu conforto para uma prisão, enfim, foi capaz de arriscar a vida para defender suas ideias, entre outros fatos ainda desconhecidos pelo nosso estudo. Em suma, compreendemos que seria importante, posteriormente, um aprofundamento no estudo da vida e da literatura do escritor, principalmente, de sua prosa, que somente agora se encontra em evidência.

Consideraríamos ainda que Carvalho pensou os problemas na escala da nação, a partir dos problemas locais e específicos. Então, ele passa por cima do antagonismo entre classes, no processo de luta pela realização de seus projetos, ideias que ele acreditava proporcionar melhores condições sociais para a sociedade na qual vivia, transitando entre as duas classes, rica e pobre, em busca de equilíbrio, porém, diferentemente, do somente “radical”.

Várias atitudes por ele tomadas nos mostram a sua vida agitada, tentando equilibrar suas ações, relações, pensamento e posturas. Nesse embate, ele conseguiu colaborar com algumas transformações sociais, principalmente, na educação do Ceará. Isso se deu quando ele era professor e inspetor escolar. Nesta última função, sempre inovava a partir da análise da realidade escolar de vários municípios do Ceará, na região do Cariri, um destes era Juazeiro. Ao apresentar o seu relatório a Lourenço Filho, seu chefe, o mesmo duvidou de algumas colocações dele. O relato expunha a realidade negativa da educação cearense por esses interiores. Leiamos um pouco da entrevista do escritor:

[...] O Lourenço Filho achou que eu tinha exagerado e veio conhecer Juazeiro pessoalmente e escreve um livro, que aliás é o melhor livro sobre Juazeiro em que se refere a esse fato, achando excessivas as informações do auxiliar, ele veio ver, pessoalmente, Juazeiro e tinha chegado à mesma conclusão. [...] Quando eu fui ser inspetor regional de ensino, fui encarregado também de fazer o recenseamento escolar, e o Lourenço Filho me deu todo o material, mas o material paulista, material para São Paulo. E eu sempre tive um pouco de intuição e viajando por vários municípios, verifiquei que as instruções que eu recebera dele, não podiam absolutamente ser aplicadas principalmente quanto à localização das escolas e à distância entre o aluno e a escola. Eu discordei e apresentei um relatório e pedi demissão por haver discordado dele. Ele falou, você vai ser demitido mas com o compromisso de mudar-se do Ceará para São Paulo ou Rio de Janeiro, porque você se revelou não um cearense, porém, paulista com esse relatório que você acaba de fazer. E me colocou no Rio de Janeiro e eu não aceitei. Me colocou numa segunda vez para diretor do saneamento da Baixada Fluminense e eu aceitei, mas acontece que antes de eu seguir, o diretor morreu e eu fiquei no Ceará. [...]. (CARVALHO, 1987, p. 56-57).

De acordo com a entrevista de Carvalho, vemos a sua atividade na educação brasileira, cremos, por volta dos anos 30, ao lado de grandes figuras como Lourenço Filho, um educador brasileiro, conhecido, principalmente, pela sua participação no movimento dos pioneiros da Escola Nova³. Vimos o seu pensamento certo na percepção do seu mundo, notando a necessidade de reformulação da estratégia estabelecida pela burocracia do serviço público e demarcando, assim, a diferença entre a realidade do Sudeste e a do Nordeste.

Na economia do Ceará, ele promove pela pena sua campanha contra o contrabando e os sonegadores de impostos. Some-se a isso a sua incansável luta na tentativa de coibir a corrupção dos políticos com os quais convivia por meio das lutas políticas no jornal, na escola, na praça, no cotidiano das relações sociais da cidade e do interior. Essa prática denunciatória ocorria através de seu jornal *Diário do Povo* (1947). Completaríamos ainda dizendo que suas campanhas radicais conseguiam certo êxito por ele ter sido um intelectual de novas ideias e comprometido com as causas populares. Assim, desenvolve ao longo de sua vida um projeto de denúncia que fortalece, especialmente, com sua prosa.

Neste estudo sobre a vida de Jäder de Carvalho, vimos que na sua trajetória política e na ligação com o comunismo ele exerceu um papel importante no Partido Comunista, mas não conseguiu permanecer por causa de sua independência política e intelectual que não combinava com qualquer grupo corporativista, portanto se considerou um marxista materialista histórico dissidente. Com relação ao espiritismo, participou dessa doutrina por influência de seu pai e de seu avô, levado por uma circunstância emergencial de dor e saudade pela morte de filhos.

Ao finalizar esta parte, percebemos que o autor teve a oportunidade de participar como uma espécie de conselheiro dentro de alguns governos, porém de outros recebeu a inimizade e a perseguição como rechaça pela sua postura insubmissa que os fazia se considerarem também perseguidos pela sua verve destemida. Como porta-voz do povo,

³O *Manifesto dos pioneiros* representa uma das páginas mais vibrantes da história educacional brasileira. Educadores e pensadores como Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Almeida Júnior, Paschoal Lemme e tantos outros, figuram entre os seus signatários. Ele definiu e propôs uma nova política de educação que, infelizmente, a ditadura e os anos autoritários da época impediram de seguir adiante e se converter em política pública. Vencida a ditadura em meados dos anos quarenta, alguns dos pioneiros foram chamados para a elaboração de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O projeto foi concluído e remetido ao Congresso Nacional, mas logo engavetado. Só no final dos anos cinquenta, ele haveria de ser retirado e colocado em debate, gerando uma enorme polêmica entre escola pública e escola privada. No auge desse debate, muitos dos pioneiros, somados a uma nova plêiade de educadores e intelectuais, retomam a luta e divulgam o *Manifesto dos educadores*: mais uma vez convocados. Esse documento, lançado ao povo e ao governo 25 anos depois, reafirma os princípios de 1932 e conclama o país à luta por uma educação pública de qualidade para todos. (AZEVEDO, 2010, p. 102).

sempre manteve sua posição, sem desistir, em todos os momentos cruciais de sua vida no governo, nos jornais, na rua, na prisão e nos tribunais.

Ao discutirmos sobre a militância de Jáder de Carvalho, tomando dois termos do estudo de Antonio Candido, entendemos que ele foi um radical com atitudes revolucionárias. Jáder de Carvalho foi radical em toda sua vida e nos pareceu ter tido atitudes revolucionárias quando arriscou a própria vida várias vezes, pelas suas ideias e lutas empreendidas em prol da causa social, pensando sempre os problemas na escala da nação a partir da sua realidade local. Em suma, vimos que como um homem de ação, Carvalho travou algumas lutas como a sua contribuição com a Educação Pública do Ceará.

2.2 A atuação no jornalismo: oposição às oligarquias e ao getulismo

Jáder de Carvalho inicia-se na vida intelectual ainda muito jovem, desde criança, recebe influência de seu pai, Francisco Adolfo de Carvalho, que herda uma biblioteca do irmão padre. Assim, Jáder é criado dentro dessa biblioteca, por isso foi autodidata desde cedo. Do jornalista João Brígido ele herda o jeito de fazer jornalismo, que influencia também sua escrita literária, cáustica e demolidora. Assim como esse jornalista, ele escrevia para destruir políticos conservadores, contrabandistas, entre outros. Brígido é tido como um dos mais polêmicos atuantes na imprensa do século XIX e XX.

A década de 30 foi o auge para Carvalho; escreve poesia e pratica o jornalismo ainda muito moço. É professor do Liceu e se forma advogado em 1931. De suas facetas, a que mais o satisfazia era a de professor. Adísia Sá (SÁ, 2005, p. 3) fala que no Liceu, Carvalho formou uma geração de cidadãos com visão política e social muito apurada e que parte desta geração eram estudantes do Liceu que trabalhariam com ele no seu jornal o *Diário do Povo*. Adísia ainda lembra a seguinte frase de Carvalho: “Devo dizer que sou um professor de nascença. Sou um poeta, sociólogo, um jornalista e um panfletário, mas aquilo em que eu me considero realmente realizado é como professor”. A jornalista comenta ainda como Jáder era querido pelos estudantes: “quando ele saiu da prisão, depois de um ano, beneficiado pela anistia, os estudantes o levaram nos braços, pelas ruas”.

A vida do escritor foi fortemente marcada pelo ofício jornalístico, que abraçou com espírito destemido, combativo e independente de governos. Como assinala Gilmar de Carvalho (CARVALHO, 2005, p. 5) “era o tempo dos jornais apaixonados, distantes anos-luz das opções mercadológicas de hoje. Carvalho trazia o germe contestatório da imprensa anarquista que foi forte no Brasil do final do século XIX até a constituição do Partido

Comunista em 1922”. Quando adolescente, lia o jornal *O Unitário* (1903), de João Brígido e trabalhava com seu pai no jornal dele chamado *Correio de Iguatu* (1915/1916?), a primeira escola de Jáder. Desse modo, vemos o gosto apurado do escritor pelo ambiente do jornal. Ele participou ainda do jornal *O Combate*, em 1928, periódico da Federação dos trabalhadores do Ceará, que surgiu para fazer a propaganda e defesa dos interesses profissionais da categoria. A partir dessa longa experiência desde muito novo, fundou dois periódicos, *A Esquerda*, em 1928, de menor repercussão, o qual atuava a serviço do partido comunista e, em 1947, o *Diário do Povo* – de maior repercussão, circulando até 1961.

Os jornais de Carvalho eram independentes, plurais e democráticos. *O Diário do Povo* era de aspirações populares, não esquecendo, todavia, a ideologia que ele abraçava, pois ele representou, na época, também uma luta pela liberdade de expressão do povo. Carvalho se sobressaiu como jornalista de temperamento combativo. *O Diário do Povo* fazia campanha contra as negligências dos governos estaduais daquele período e de políticos do interior que exploravam a população pobre em tempo de seca. O jornal também tinha espaço para a literatura, era uma página com colunas fixas para crônicas e outros textos de colaboradores como Joel Silveira e até mesmo Carlos Drummond de Andrade⁴. Esse periódico se engajava em várias lutas contra o conservadorismo de governos, de outros jornais e instituições que os representavam, como era o caso dos governos Faustino de Albuquerque, Menezes Pimentel, Paulo Sarasate e Pascoal Barroso (a esses dois últimos, as críticas eram mais amenas), do jornal católico *O Nordeste*, do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará entre outros que desconhecemos. As lutas pareciam ser diversas, porém a ideologia principal era a defesa da livre manifestação do pensamento contra atitudes antidemocráticas desses governos. Existiam combates referentes ao aumento do salário do funcionalismo público, contra as eleições fraudulentas, as posturas negativas dos partidos políticos e pela defesa do próprio jornal quando o mesmo era ameaçado de empastelamento. Leiamos um fragmento de notícia do Jornal *O Diário do Povo*, destacado por João Alfredo Montenegro:

[...]. A morte do governador não modificaria cousa alguma. Ele seria substituído por outro igual, do mesmo tipo. E não há diferença entre udenistas e pessedistas? Todos rezam pela mesma cartilha, a do reacionarismo, a da ausência de escrúpulos, a da falta de convicções abalisadas. A brasilidade está longe deles. Só tem amor aos cargos e às posições políticas. No caso do petróleo: todos comerão na gamela do americano. [...]. (CARVALHO *apud* MONTENEGRO, 2011, p. 122).

⁴BESSA, 2005.

Essa citação que Montenegro destaca serve para ilustrar que a crítica política toma espaço principal do jornal do escritor e passa também para a sua prosa. Esta recente publicação⁵ compõe-se de dois capítulos, “Política Estadual” e “Política Federal” e traz a análise de vários fragmentos de textos do jornal. Isso vem ao encontro do que temos visto nas entrevistas do próprio autor quanto à finalidade do periódico: “o jornal não foi feito para as coisas políticas pequeninas e mesquinhas da política do Ceará”, mas para uma mudança maior dessa política para a verdadeira política, uma atitude revolucionária da política, no que deve ser o bem supremo, em sentido filosófico. Apresentava-se como um periódico marxista, de esquerda, “que fazia oposição forte ao clero e à burguesia” (MONTENEGRO, 2011, p. 57-58).

José Costa Matos (BESSA, 2005, p. 3) entende que o espírito de denúncia de Jáder, tanto no jornalismo quanto na literatura, foi um elemento motivador da admiração de muitos e talvez por isso o seu jornal tenha sido muito lido na cidade. Para o estudioso, o mérito do escritor está em ele ter mantido essa personalidade buliçosa e aguerrida na sua escrita, mas, por tudo isso, ele também sofreu muitas perseguições. Carvalho transfigura seu jornalismo para as páginas de *SMJ*. Ele transpõe temas, críticas e cria personagens que representam situações abordadas e vividas pelo jornal. O tema do empastelamento, por exemplo, surge numa das passagens em que o personagem central Doutor Nogueira é destacado para preencher uma promotoria em Quixadá. Lá o magistrado se depara com um político de batina de nome padre Diniz, o clérigo era, sarcasticamente, criticado por um “pasquim” de nome MONÓLITO, fundado e dirigido pelo jornalista Manuel do Rego, que foi preso e teve seu jornal empastelado por ordens do padre (CARVALHO, 2001, p. 96).

Conforme Gilmar de Carvalho (CARVALHO, 2005, p. 5), Jáder partiu do factual para reinventar a realidade em forma de ficção, ou seja, o velho jeito de fazer jornal parecia defasado, mas, levado para o romance, estava em dia com as tendências do “New journalism”⁶, no entanto, podemos dizer que, no tocante a essa tendência caso fosse o gênero trabalhado pelo autor, o mesmo teria se antecipado ao estilo no Brasil.

⁵MONTENEGRO, 2011.

⁶Trata-se de uma versão específica do Jornalismo Literário, mas uma versão radical quando comparada à anterior, principalmente, no que se refere à capacidade do narrador se envolver com o universo sobre o qual vai escrever. (2002). A manifestação foi encabeçada por uma geração de escritores e jornalistas norte-americanos dos anos 60, Wolfe, Talese, Breslin, Capote e Mailer, agora com o status de movimento literário. É importante fazer a observação de que não se trata de um gênero absolutamente inédito e sim parte da evolução da literatura que busca inspiração na literatura de realismo social, na literatura de relato e nas manifestações literárias com caráter factual e informativo – e, portanto, jornalístico, que se convencionou chamar, modernamente, de Jornalismo Literário, caracterizado pelo uso de técnicas da literatura na captação, redação e edição de reportagens e ensaios jornalísticos. Em 1966, no Brasil, a revista Realidade e o Jornal da Tarde abrigavam a maior parte da produção de textos com características do *New Journalism*. Marcos Faerman, Fernando Portela,

Para Fran Martins (ARAÚJO, 2003a, p. 3) “o escritor praticava um tipo de histórias, que não eram completamente inventadas, e sim o retrato de situações já antes vividas por pessoas, envolvendo fatos que podem ser identificados”. O crítico apontou Carvalho como o pioneiro do romance-reportagem. Essa foi mais uma tentativa de classificação do romance de Carvalho dentro da perspectiva do *New Journalism*. Por outro lado, não se tem ainda dados suficientes para mostrarem que esses fatos foram extraídos de reportagens difundidas pela mídia jornalística a partir das quais Jáder de Carvalho tenha se baseado, por isso não podemos classificar essa obra como romance reportagem. Os fatos contados no romance nos revelam o contexto social de Carvalho e são transpostos por ele de modo pulverizado, tratados de forma rápida e resolvida, sem uma alta concentração psicológica ou dramática, envolvendo um fato individual. Apesar disso, admitimos que sua prosa se aproxima do universo informativo do jornal, mas não se trata do romance-reportagem.

Além dessas possibilidades de classificação, já encontramos outras, tais como: romance de classe média, social, político, histórico. Entretanto, o próprio autor preferia classificar a sua prosa de “Literatura punitiva contra o mundo de hoje, contra o homem de hoje que continua carregado de pecado como antigamente” (MARTINS *apud* ARAÚJO, 2003a, p. 3). Diante disso tudo, preferimos chamar a prosa de Carvalho de romance social, o que não anula totalmente as tentativas de classificações anteriores pelas possibilidades de relações entre a categoria gênero. Dentro dessa perspectiva social e de denúncia, Martins (*apud* ARAÚJO, 2003a, p. 3) nomeia o processo de escritura de Carvalho como um processo de purgação, o qual atingiu dois momentos de excelência dentro de sua obra ficcional: os romances *SMJ* e, principalmente, *Aldeota*.

A partir das leituras feitas de obras do escritor e acerca de sua vida, vemos alguém comprometido com as classes sociais injustiçadas. Alguém que denunciava ações corruptas dos governos de modo claro e direto, sem o uso de adereços. Por isso fundara jornais para defender seu projeto em favor dos pequenos, do povo e pela liberdade de expressão do pensamento. Ele mesmo afirmava “Escrevo por necessidade de desabafar. Para servir de porta-voz aos oprimidos e humilhados, que nem sempre têm uma voz fiel, exata, leal e sincera, de que eles se possam servir” (LEAL, 2000, p. 57).

Cláudio Bojunga e José Hamilton Ribeiro são alguns dos maiores expoentes do gênero na língua portuguesa. Apesar de a literatura brasileira ter uma tradição semelhante no tocante ao relato, com *Os Sertões*, de Euclides da Cunha; e também ao realismo social, com Graciliano Ramos, o gênero teve uma existência efêmera no país. (CZARNOBAI, André. **Gonzo**: o filho bastardo do *New Journalism*. Monografia. Rio Grande do Sul, 10 mar. 2003. Disponível em: <<http://www.qualquer.org/gonzo/monogonzo/monogonzo04.html>>. Acesso em: 13 ago. 2011).

SMJ situa-se historicamente na primeira metade do século XX, quando havia duas forças no “jogo de xadrez” da política cearense; uma era representada pelo coronel Liberato Barroso, posto pelo presidente Hermes da Fonseca no lugar de Franco Rabelo, que havia sido deposto pela Sedição de Juazeiro, encabeçada esta por Floro Bartolomeu. Este tinha o apoio de Padre Cícero, que naquele momento estava ao lado de Nogueira Aciolly, o qual desejava retornar ao poder. A outra força era representada por uma coligação composta por João Brígido, que, mesmo tendo sido oposição a Aciolly, compunha com esse e Floro Bartolomeu o Partido Unionista. Nesse momento, na economia do Ceará deflagrava-se a seca de 1915, e a decadência da borracha influenciava nosso mercado, devido à exportação de produtos do Ceará para a Amazônia. Devido essa escassez, verificava-se ainda um declínio no envio de dinheiro pelos migrantes do Ceará aos seus parentes. Somava – se ainda o fato de haver o declínio da comercialização do Brasil com a Europa em decorrência da Primeira Guerra Mundial. Para completar, ainda ocorreria a seca de 1919, que não foi diferente da anterior, e os mesmos problemas retornariam⁷ como em um ciclo.

Nesse cenário político, continuavam as disputas de partidos nos processos eleitorais, na maioria das vezes, fraudulentos. As leis da justiça eleitoral eram precárias e burladas pelos próprios poderes estabelecidos em quaisquer das instâncias estaduais e municipais, tanto da capital quanto das cidades menores, do espaço rural. Esse modelo de fazer política e governar ainda perduraria nas décadas posteriores. As políticas sociais eram ainda muito frágeis. Nesse contexto histórico, Jáder de Carvalho vive intensamente circunstâncias desafiadoras das lutas sociais a partir da segunda década do século XX, um período muito conturbado, do qual ele participou por meio de seus jornais representativos das classes⁸ ou pela organização de partidos que faziam a arregimentação eleitoral das classes, o combate ao latifúndio, pela fiscalização das eleições e moralização do voto, dentre outros meios⁹.

O período da República Velha encerrou-se com a “Revolução de 1930”, organizada por oligarquias dissidentes, pela classe média urbana, pelos tenentes e trabalhadores. “Porém, a Revolução pensada pelos ‘tenentes revolucionários’ e ‘oligarquias dissidentes’ deveria ocorrer nos marcos formais da democracia liberal, de reforma do Estado burguês, objetivando modernizá-lo para o desenvolvimento do capitalismo”. (SOUZA, 2002,

⁷FARIAS, 2004, p. 302-303, 308.

⁸SOUZA, 2002, p. 284.

⁹FARIAS, 2004, p. 313.

p. 294-296). Assim, não nos pareceu haver nos objetivos da Revolução uma preocupação maior com os problemas do trabalhador.

Com o Estado Novo em 1937, o governo impunha à sociedade seus ideais carregados de interesses patrióticos supremos, baseados em princípios nacionalistas fascistas¹⁰. Esse momento é caracterizado pelo controle ideológico dos meios de comunicação. Escritores, políticos de oposição, jornalistas e intelectuais influentes eram perseguidos e impedidos de se expressarem livremente, salvo raras exceções dentro da clandestinidade, pois, quando surpreendidos pela polícia do Governo ditatorial, eram censurados, tinham seus livros queimados, escritores eram presos e/ou exilados¹¹.

Cid Carvalho (CARVALHO, 2005, Anexo B, p. 07) relata que o romance de Carvalho, *Doutor Geraldo*, de 1937, foi censurado pelo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) e queimado na Praça do Ferreira. Só restaram alguns exemplares, porque o livreiro-editor os escondeu, tornando possível ao público leitor, o conhecimento daquela obra¹². Para completar o ciclo da censura varguista, foram abertos 70 inquéritos contra o autor que resultaram em 27 anos e 8 meses de prisão. Carvalho cumpriu um ano da pena e foi liberto pela anistia a presos políticos em 1945, conforme reportagem do jornal *O Povo*, datada de 22 de março de 1945¹³. De acordo com Cid (CARVALHO, 2005, Anexo B, p. 7), no período em que passou na prisão, Jáder, seguindo o modelo de alguns escritores, teria escrito um romance intitulado *Fazenda São Jorge*, perdido quando entregue para José Lins do Rego prefaciá-lo para depois ser publicado pela editora José Olympio, o que acabou não ocorrendo por motivo de perda do livro no decorrer desse trajeto.

Conforme Cid Carvalho, (CARVALHO, 2005, Anexo B, p. 2), Francisco de Menezes Pimentel, chefe de um dos governos que mais perseguiu Carvalho, permitiu, por exemplo, a abertura de inquéritos contra o escritor, um deles motivado por Jáder haver feito um discurso na campanha do alumínio para a fabricação de materiais bélicos para a 2ª Guerra Mundial. O escritor atacava sem temor a ditadura de Getúlio Vargas, que já acirrava suas práticas totalitárias. É um reflexo dessa crítica a Getúlio, o rompimento de Jáder com o Partido Comunista do qual participava desde a sua fundação. Além de sua índole avessa ao controle ideológico do Partido, ele alega um motivo emergencial, o fato de os comunistas, na pessoa de Carlos Prestes, terem apoiado Vargas na eleição que o levaria novamente ao cargo de presidente do Brasil, em 1945, mandato que se finalizaria com o seu suicídio. Carvalho não

¹⁰CARVALHO, 2006, Anexo C, p. 6.

¹¹FARIAS, 2004, p. 349-350.

¹²A obra que foi queimada, hoje é rara sendo possível adquiri-la somente com a família do escritor.

¹³FARIAS, 2004, p. 384.

entendia como Carlos Prestes poderia apoiar Getúlio Vargas, tendo este Governo permitido o desterro da mulher dele, Olga Benário para a Alemanha, onde seria morta pelos nazistas. O escritor Cid Carvalho fala que os governos do Ceará mais criticados por Jáder de Carvalho

foram os da época das interventorias na ditadura de Vargas, notadamente, o interventor Francisco de Menezes Pimentel, que era um professor de direito, mas que era altamente arbitrário. Esse governo perseguia as pessoas que tinham uma ideologia diferente da dele. Depois de Francisco de Menezes Pimentel, ele manteve sempre uma atitude crítica diante de todos os governos, inclusive do próprio Paulo Sarasate, mas era uma crítica mais amena, mesmo assim, ainda critica o governo de Pascoal Barroso, que se iniciou em 1958. (CARVALHO, 2005, Anexo B, p. 6).

Francisco de Menezes Pimentel perseguiu Carvalho de várias maneiras, tomando sua vaga de professor do Colégio Liceu do Ceará, o cargo de diretor da Estatística e policiou o exercício de sua advocacia, prendendo quem procurasse para amigo o advogado Jáder Moreira de Carvalho. Tendo que sobreviver, Carvalho organizou uma olaria e foi fabricar tijolos.

Considerando sua postura crítica diante dos governos, empresários, juristas, dentre outros, seria causa de admiração ele não ter sofrido nenhuma intimidação em épocas tão favoráveis a toda espécie de arbitrariedades e crimes por parte do poder estabelecido. Cid Carvalho comenta que ele não escapou ileso a perseguições:

Ele foi muito perseguido, foi agredido muitas vezes, levou tiro, um tiro que resvalou da cabeça, foi agredido na rua Agapito dos Santos com Guilherme Rocha, homens armados pararam o jipe dele e o esfaquearam nos braços dele, atiraram, ele atirou também, foi difícil, foi uma etapa muito difícil. Ele era eloquente, temperamental e explosivo ao ponto de arriscar a própria vida. Muitas vezes, ia à luta física, se fosse preciso, era chamado o homem de briga. Se fosse insultado, pensava rápido para responder e questionar. Ele trocara as ideias pacíficas do sertão pelas ideias das guerras sociais das quais nunca se afastou. (CARVALHO, 2006, Anexo C, p. 8).

Com isso, pudemos ver que Carvalho se arriscava em defesa de suas ideias e da manutenção de sua postura radical. Por exemplo, ele chegava ao ponto de procurar inimigos que o ameaçavam ou de empunhar armas para se defender. Outro fato que gostaríamos de ressaltar foi quando Carvalho, sabendo do empastelamento de seu “pasquim” *O Diário do Povo*, rapidamente, decidiu ameaçar o governador Faustino de Albuquerque pelo telefone, dizendo que iria tocar fogo na residência dele caso seu jornal fosse destruído pelo filho desse governo (MONTENEGRO, 2011, p. 19-20).

O momento ditatorial vai até 1945, passando pelo mandato de Dutra, depois Vargas volta ao poder pelas eleições do corrente ano, indo até 1954, finalizando com o

suicídio do presidente gaúcho. Após a tragédia de Getúlio, o país é governado pelo seu vice, Café Filho, momento em que o Estado revela as suas contradições. As massas estavam sem sindicatos e partidos políticos autônomos, e a elite hesitava em tomar qualquer iniciativa (FARIAS, 2004, p. 398-399). Posteriormente, surgia a política desenvolvimentista do governo Juscelino Kubitschek, que nada mudou nas camadas intermediárias de baixa e média renda, nem na vida de milhões de trabalhadores. Com a morte de Juscelino, surge uma onda de insatisfação de certos segmentos sociais, entre esses, dos políticos populistas; em meio a esse estado transitório, assume o governo Jânio Quadros, o qual renunciou em 1961, dizendo-se pressionado por “forças terríveis” – as mesmas que teriam pressionado Vargas a renunciar (FARIAS, 2004, p. 398-399).

Em momento de insegurança nacional, João Goulart assumiu, apesar da campanha feita pelos generais, almirantes e brigadeiros – militares aliados aos direitistas e antigetulistas. Após dez anos do suicídio de Getúlio, os militares e seus aliados, que antes desejavam a sua renúncia, aplicaram o golpe de 1964 (FARIAS, 2004, p. 398-399). Tivemos novamente um regime autoritário que iria até o período da redemocratização do país em 1985. Por todo esse período de cerceamento da democracia, a crise política continuou, assim como toda sorte de atitudes totalitaristas, como os atos institucionais, o fechamento do congresso nacional, a censura, o degredo de intelectuais, artistas, antropólogos, entre outros pensadores brasileiros ou políticos que lutavam por liberdade de expressão. No país havia vigilância sobre qualquer ideia que fosse carregada de um sentimento libertário e plural. Mais uma vez é decretada a censura sobre as manifestações culturais, o que fez com que muitos artistas se utilizassem de várias estratégias para se expressar livremente. Para ampliarmos a visão sobre esse período, leiamos o que escreve Flora Süssekind (1985), acerca da censura ao meio literário:

A censura tem sido uma espécie de rua de mão única, explicação privilegiada para os que analisam a literatura brasileira dessas duas décadas que se seguiram ao golpe militar. Realismo mágico, alegorias, parábolas, ego-trips poéticas? Tudo se explica em função do aparato repressivo do Estado autoritário. Seja a preferência pelas parábolas ou por uma literatura centrada em viagens biográficas, a chave estaria ou no desvio estilístico ou no desbunde individual como respostas indiretas à impossibilidade de uma expressão artística sem as barreiras censórias. (SÜSSEKIND, 1985, p. 10).

Ainda dentro dessa problemática, fazendo um contraponto entre a postura ideológica do escritor diante do governo ditatorial de Vargas e a dos anos ditatoriais do golpe militar, descobrimos haver nele duas posturas diferentes nessas duas épocas semelhantes e cruciais na história da sociedade brasileira, como esclarece Cid Carvalho (CARVALHO,

2006, Anexo C, p. 7). A postura do escritor na década de 1930 era de convicção de seus ideais e muita determinação em lutar por mudanças. Jáder de Carvalho estava no auge de sua carreira e se mostrava incansável, um jovem militante e combatente das arbitrariedades de governos ditatoriais, mas na ditadura militar o escritor não seria tão contundente, pois já não tinha mais o seu jornal, o qual parou de circular em 1961, por barreiras econômicas, entre outros problemas. Além disso, a ditadura estabelecida se firmava com o objetivo de afastar do poder todos os políticos continuadores da ideologia getulista, que foi o governo que o havia perseguido e lançado na prisão. Soma-se ainda o fato de que Carvalho não estava mais com o mesmo ânimo jovem dos anos da primeira ditadura.

Ângela Barros Leal, a partir de uma entrevista de Jáder feita por Humberto Sobreira em 1985, ano em que morre o escritor, diz que “o tempo ameniza as críticas de Jáder de Carvalho, transformando as acusações duras em comentários complacentes”. Isso reforça o que comentamos no parágrafo anterior, pois nos anos 30 e 40 Carvalho era muito “afiado” para a crítica e o embate, todavia, nos anos seguintes, ele é menos árduo em suas análises e julgamentos. Leal destaca um trecho da entrevista em que o escritor fala sobre os jornalistas críticos e combativos de outrora e os de hoje que precisam, em primeiro lugar, “defender o estômago da família”. Segundo ele, o jornalista de hoje deve seguir a orientação e o interesse das folhas, dizendo que em nossos dias já não se pode mais fazer o jornalismo que ele fazia (LEAL, 2000, p. 51-52).

Conforme o exposto, entendemos que o ambiente do jornal foi importantíssimo para a formação do escritor, porém essa experiência não o fez enveredar pelo estilo do Novo Jornalismo, trazendo assim a presença antecipada dele para sua literatura, na poesia e nos romances sociais. Dessa experiência, ele retirou a matéria e a atitude crítica para o realismo social, como veremos na análise do romance, posteriormente. Notamos que seus jornais e sua literatura foram um importante veículo de propagação e consolidação de suas ideias de denúncia e demolição de uma lógica social excludente e injusta, colocada pelas oligarquias e pelo sistema de governo populista aqui fincado.

Percebeu-se que Carvalho respirou sempre a vida social de seu tempo, que pedia fome de combate contra as injustiças sociais. Sobre o contexto histórico, viu-se que Carvalho viveu em um período muito instável de nossa vida social. Nasceu em um momento de transição, em 1901, entre o fim do século XIX e início do XX, até os anos 20, com a mudança da Velha República para a Nova República, com suas revoluções até o fim dos anos 30, enfim, todo começo traz a ideia do novo, da dúvida, da crise e não aconteceu o contrário com Jáder.

2.3 A recepção crítica da obra de Jäder de Carvalho

As publicações mais polêmicas que enfeixam o seu projeto do romance político-social são *SMJ* e *Aldeota*. Esses livros foram lidos por um público restrito que os considerava dois libelos contra um estado vigente de corrupção dentro do poder judiciário e do Governo bem como na vida social. Cid Carvalho (CARVALHO, 2006, Anexo C, p. 8) relata que a sociedade sabia sobre o tema, da história, e que personagens das obras são do plano real. Como um romance de característica semelhante à do romance de chave, alguns leitores políticos faziam conjecturas entre os nomes fictícios e os reais. Cid Carvalho (CARVALHO, 2005, Anexo B, p. 9) acrescenta que Castelo Branco, então presidente do Brasil, teria pedido para Carvalho fazer um mapa identificatório dos personagens do livro *Aldeota*. Isso mostra que o romance não sofreu censura por parte dos governos do golpe militar e nos revela a proximidade de Carvalho com os mesmos. Embora tenhamos comentado alguns motivos que o teriam levado a essa aproximação com os mentores do golpe caberia um estudo maior em busca de mais dados acerca de quais motivações teria ele para estabelecer vínculos amenos com esses governos.

Nas orelhas do livro *Toda Poesia de Jäder de Carvalho* (1974), volume dois, Moreira Campos considera que Jäder de Carvalho é uma “síntese consciente ou inconsciente” de todas as estéticas, por o mesmo ter vivido sob “influência natural de algumas” delas, apesar de o escritor haver se posicionado “acima de qualquer escola literária”. O contista afirma ainda que Carvalho escreveu o que hoje, “grosso modo, se convencionou chamar o soneto parnasiano, incluído na expressão, de modo impróprio, tanto o soneto parnasiano como simbolista”. Campos diz ainda que, ao vir o modernismo da semana de 22, nosso autor “buscaria recurso válido na essencialidade, no conteúdo e no que Carlos Drummond de Andrade chamaria de “claros enigmas”. Assim, entendemos que, devido ao autor sempre levantar a bandeira da liberdade de expressão, ele teria percebido que, para o seu projeto literário, as ideias modernistas combinariam melhor com o seu sentimento de liberdade.

O contista Moreira Campos, leitor e primo legítimo de Carvalho, escrevia sobre Jäder e sua poesia em jornais e em livros do próprio autor. Ambos eram escritores de temperamento inteiramente opostos. Jäder Moreira de Carvalho era mais rebelde em tudo, na vida profissional, como poeta e ficcionista, enquanto nosso contista era mais acadêmico e de espírito mais ameno. Apesar da diferença, a literatura os unia sempre. Moreira Campos se encontrava com o primo na casa dele para conversarem sobre literatura moderna. Carvalho era um intelectual conhecedor e leitor de clássicos universais, de literaturas da Europa e

Estados Unidos, além de alguns russos. Esta informação expõe os seus gostos literários e nos aponta as influências que o autor teve (CARVALHO, 2006, Anexo C, p. 9-10). Ademais, com sua natureza sempre perquiridora, ao tomar conhecimento do movimento moderno em São Paulo, logo desejou tomar parte com uma publicação de dez poemas na antologia intitulada *O canto novo da Raça*, em 1927. O livro homenageou Ronald de Carvalho, escritor participante da revolução moderna no país.

Sobre a participação de Carvalho no Modernismo no Ceará, diz Azevedo (1992, p. 45-46) que “aquilo que Sergio Milliet chama de ‘poema piada’ pode ser exemplificado no poema jaderiano ‘Modernismo’”, que consta na obra inaugural do Modernismo cearense. Com o poema “Retirante”, vemos que Carvalho é considerado um poeta lírico e social, com forte amor a terra, mostrando ainda traços regionalistas. Ele fala de seu povo no “Poema da Raça” e em “Cabocla”, conjugando telurismo com o culto do progresso, remetendo à ideia do futurismo de Marinetti. Depois da publicação em 1927, sai *Terra de Ninguém* (1931), e nele, o famoso e mais conhecido poema “Terra Bárbara”. Sobre seus poemas, Azevedo (1992, p. 47) fala que Carvalho, ao compor seus versos livres, não desdenhou alguns versos medidos, com o que seguia o verdadeiro verso livre preconizado por Mário de Andrade, porém para ele não deveria haver nem escravidão à medida, nem à antimedida. O crítico destaca ainda que o verso de Carvalho “foi ficando cada vez mais livre, até chegar a se confundir deliberadamente com a prosa, como ocorre em vários passos de *Água da Fonte* (1966). Ainda é o caso de ‘Lampião’ e ‘Em Louvor de Quixeramobim’”.

Azevedo (1992, p. 49-50) diz ainda que Jáder de Carvalho é o poeta e o romancista social, que denuncia os desgovernos da política cearense. Não o “poeta social (como há muitos) que fala da luta do proletariado com um copo de uísque na mão e nunca soube o que são as grades de uma cadeia”. O crítico afirma que o escritor foi no verso e na vida um combatente autêntico, não escrevendo somente poemas sociais sobre o homem e a mulher do sertão ou sobre o amor a sua terra, mas abordando também assuntos como a coragem, a lealdade, a crueldade dos cangaceiros, a truculência dos coronéis, a credence dos fanáticos, a seca dos Inhamuns, o fim dos vaqueiros. E ainda mais sobre os temas eternos como ele mesmo falou, “os temas que serão sempre novos e que versam sobre as lembranças, as tristezas, o amor e a morte”.

Pudemos entender que Carvalho sempre perseguia a melhor forma de realizar suas críticas e denúncias. Assim, ele desejava ser entendido pelos segmentos sociais que tinham poder de decisão nas instâncias públicas. Muitos desses segmentos da elite mandatária e da classe subalterna foram personagens dos seus romances e da sua poesia. Ele fala da sua terra e

dos problemas sociais causados pela forma patriarcal de fazer política no Ceará nesse tempo. Também na poesia, ele aborda os temas comentados em sua prosa, como é o caso do poema abaixo:

CORONEL

Antonio era louro, branco, bem apessoado,
Mas dolorosamente, desgraçadamente pobre,
Não era o filho da Josefa engomadeira?

A filha do fazendeiro apaixonou-se por ele.
Souberam. Na casa do coronel o mundo veio abaixo:
“Doida!” “Vergonha da família!” “Cachorra!”
Antonio foi preso. Que apanhou muito – dizem. Até de
palmatória na bunda.

O amor, a paixão era grande, muito grande mesmo.
Antonio e Sofia bateram as asas, numa fuga dramática.
Canavial, mato espinhento, locas de serrote...
Foram caçados. Foram pegos quando iam tomar o trem
Numa estaçãozinha da estrada-de-ferro.
Sofia foi mandada para a casa de um tio, numa fazenda distante.
Mas antes, fechando os olhos, tapando os ouvidos, morta de horror, bem que ouviu:
– É pra capar de maceta, “seu” coronel?
– Não! Não! – respondeu o dono do Engenho Beija-Flor, pai de Sofia.
E, com pena, visivelmente com pena:
– Cape mesmo de volta, que dói menos...
(CARVALHO, 1966, p. 135-136).

Nesse poema, ele toma como personagens um coronel e um morador que representam o embate entre as duas classes sociais, um poderoso e outro, paupérrimo, desprovido de bens, o único poder que tinha lhe foi tomado, a paixão que conquistara da filha do coronel, e, podemos dizer, o sentido da própria vida pela inutilização do seu poder de procriação. Desse modo, vemos que tanto na prosa quanto na poesia Jáder escreveu uma literatura de denúncia social.

Sânzio de Azevedo, em seu livro *Literatura Cearense* (AZEVEDO, 1976, p. 379), introduz o capítulo sobre o Modernismo com o nosso autor. Neste trabalho, o historiador destaca a produção poética da década de 20, a qual é exemplo do modelo da poesia estreante dos modernistas da primeira fase, porém sem os arroubos do espírito antropofágico dos paulistas de 22. Segundo o crítico, a campanha modernista no Ceará foi fortalecida pelo suplemento literário de nome *Maracajá* (1929), do jornal *O Povo* em 1927, de Demócrito Rocha, tendo à frente das publicações literárias Antonio Garrido, pseudônimo de Demócrito Rocha, o qual escreveu um poema telúrico, de bastante vigor, intitulado “O Rio Jaguaribe”. Neste poema, o poeta clama por ações em favor das águas do rio que vão embora, enquanto o

Ceará morria de sede, com as secas, sem que seus líderes políticos, as oligarquias aqui constituídas, nada viessem a fazer. A esse bardo cearense, juntaram-se Mário de Andrade (do Norte), Paulo Sarasate, Filgueiras Lima, Raquel de Queiroz, Heitor Marçal, Edgar de Alencar, Jáder de Carvalho, Pereira Júnior, Franklin Nascimento e Sydney Netto.

Nascimento (2005, p. 63) diz que *O Canto Novo da Raça* foi resultante do que havia pensado e dito nas colunas do *Maracajá*, suplemento literário seguido por *Cipó de Fogo* (1929). Os mesmos autores e outros novos componentes voltavam a se agrupar, dando assim continuidade ao Modernismo no Ceará. Nascimento destaca a posição de Carvalho “com a sua poesia arrebatada, comovedora, unvida de cânticos ao torrão cearense, denotando o saudosismo do seu sertão nativo”, tônica forte em sua literatura, reorientada agora nos parâmetros modernistas que se encontraram com as intenções do escritor, liberta como sua mentalidade.

Com isso, vemos que o escritor teve uma importante participação no início do movimento moderno no Ceará. Após essa primeira fase, no entanto, estabelece-se um silêncio em torno da vida e da produção literária do escritor, nos órgãos de difusão das letras cearenses. Azevedo (1982, p. 126) esclarece que os suplementos literários citados tiveram uma ação efêmera, circulando somente em 1929, quando se tinha, principalmente, o Modernismo de Demócrito Rocha, Raquel de Queiroz e Jáder de Carvalho. Assim, talvez essa efemeridade tenha sido um dos motivos de Carvalho, ao contrário, principalmente, de Raquel de Queiroz, não ter conseguido o reconhecimento da sua produção literária que girava mais em torno dos suplementos do *O Povo*. Diríamos ainda que esse afastamento do escritor do processo de consolidação da estética modernista no Ceará tenha se dado pela postura sempre irreverente e insubmissa que ele cultivou em sua vida e em seu projeto literário, às vezes, radical. Por outro lado, ao lermos o depoimento do próprio Carvalho segundo o qual ele não se considerava um escritor integrado à estética modernista, entendemos que essa não integração parcial era uma forma de o autor preservar as origens e certas experiências anteriores. Além disso, tentar o equilíbrio e a moderação, produzindo uma literatura que, ao mesmo tempo em que se preocupava com a mudança, a liberdade de expressão e a sintonia com os tempos modernos, também zelava pelos valores da tradição linguística e poética:

Quando veio o movimento Modernista, de rebeldia, de desrespeito ao passado cheio de conservadorismo, a ele me filiei, mas não levei para ele toda a alma. Eu não era apenas o homem da anedota, o homem da sátira. Eu era também o homem do estudo, o homem da renovação. (LEAL, 2000, p. 61).

Ou seja, ao mesmo tempo em que ele entendia que precisava acompanhar as mudanças atuais, ele considerava importante não abolir o conhecimento e a renovação da tradição. Otacílio Colares (1981) em seu artigo “O lírico e o telúrico em Jáder de Carvalho” destaca questões pouco conhecidas da vida literária do escritor na década de 20. Ele afirma que Carvalho

fez-se pioneiro, na Província, das ousadias estético-formais do citado Modernismo, que apontava em São Paulo e no Rio de Janeiro, o que seria obviar ou, melhor, tentar lavar em solo já amanhado e de safras há muito em tempo de colheitas, atermos-nos nesta oportunidade, em que várias gerações se conglomeraem em estado de graça e mocidade, a um fato que julgamos extraordinário e mesmo singular: o do eterno lírico que sempre tem havido no poeta de *Terra de Ninguém*, (publicado em 1931, grifos nossos) [...]. (COLARES, 1981, p. 154).

Colares considera Jáder de Carvalho um pioneiro do modernismo cearense e relata um momento dessa ação iniciadora no estado. Ele destaca uma querela envolvendo um grupo de jovens escritores cearenses, entre eles, Jáder de Carvalho, que se julgaram marginalizados por não terem sido convidados a colaborar em 1922, na publicação de uma coletânea intitulada *A poesia cearense no centenário* (1922). Segundo Colares, o livro foi organizado pelo poeta Sales Campos, “que compendiou versos, na maior parte sonetos, desde Juvenal Galeno até Leão de Vasconcelos, passando por José Albano, Padre Antônio Tomás, Antônio Sales, Soares Bulcão, e Cruz Filho”, entre outros.

Ainda de acordo com Colares, do grupo dos novos jovens escritores cearenses descontentes além de Jáder de Carvalho, participavam Sobreira Filho, Aristóteles Bezerra, Ramalho Coelho, Edgar de Alencar, prosadores como Hélio Caracas, Josefa Linhares, Aldo Prado, Raimundo de Menezes, José J. de Oliveira Paiva, M. Picanço Filho e Elias Mallmann. Esses, em contrapartida, mesmo com poucos recursos financeiros, receberam patrocínio e publicaram uma coletânea de título *Os Novos do Ceará no primeiro centenário da independência* (1922). O *design* gráfico da obra era paupérrimo, mas o importante para eles era que estabeleciam uma reação correspondendo às influências do modernismo de São Paulo. A coletânea reunia, além de poesia, em sua maior parte, contos, regras de gramática e artigos de opinião. Dos nove poemas de Carvalho presentes na publicação, Colares destaca a última estrofe do poema de título: “Sugestão de Poe” e aponta nele características tanto da fase anterior, simbolista, quanto da fase renovadora, considerando o poema “amétrico”, para usar o seu termo. Observemos abaixo o referido texto:

[...]
 Abro a janela e espreito o céu noturno.
 A chuva cessa. O luar, funéreo e brando,
 estende sobre a terra o alvo lençol de linho,
 abrigado
 a alma da solidão,
 a grande alma de tudo que não tem
 o conforto de um ninho
 e a presença de um bem... [...]. (COLARES, 1993, p. 154).

Na coletânea organizada por Aldo Prado, há um prefácio que mais parece um manifesto contra a postura tradicional do primeiro grupo. Numa atitude quase bélica, Carvalho, ainda no verdor da sua mocidade, com seus 21 anos de idade e muita ousadia, usa do seu verbo irreverente para escrever palavras como estas:

A hostilidade dos medalhões contra os novos mostra-se franca, decidida, manifesta, embora que impotente. Cabe tão somente aos rapazes de mérito expurgar o pequeno mundo intelectual cearense do grupo indecoroso e indesejável dos charlatões, dos embusteiros, que são a vergonha dos tempos que correm. Contra esses cabotinos – expoentes de miséria moral e deficiência intelectual – está iniciada a reação. (PRADO, 1922, p. 10).

Vemos que Carvalho, sob os ecos do movimento moderno da semana de 22 em São Paulo, arremessa sem assombro, contra aqueles escritores mais conhecidos e respeitados pelo ambiente das letras cearenses. Sobre esse espírito demolidor, Otacílio Colares diz que

[...] A linguagem desse grupo era contundente e impiedosa, e em certos passos injusta para com os valores indiscutíveis, como o universal José Albano e, depois dele Antônio Sales, Padre Antônio Tomás e Cruz Filho, já consagrados com justiça. (COLARES, 1993, p. 155).

Consideramos pertinente a colocação de Colares, mas sua revolta expressa o desprezo a novas ideias e a liberdade de expressão de outros estilos e técnicas dentro do contexto literário já conhecido pela propagação do manifesto moderno da semana de 22 em São Paulo. No decurso da História de todas as ciências e da arte, percebe-se que sempre em momentos de ruptura com o velho, para a entrada do novo, houve certo radicalismo inicial, talvez necessário para a consolidação desse novo que deseja fazer parte do pensamento geral. Somente o tempo e a História são capazes de mostrar todas essas transformações que formam o legado de cada esfera como a da arte literária.

Para compreendermos o que acabamos de discutir no parágrafo anterior, é importante entendermos que, passados 53 anos da publicação de *Os Novos do Ceará no primeiro centenário da independência*, em 1975, Jáder de Carvalho, aos 74 anos de idade,

falaria a sua opinião sobre o poeta Cruz Filho de forma bastante positiva, como amigo. O tempo, a experiência novamente amenizou as críticas outrora duras, transformando-as em elogios. Leiamos a pergunta e a resposta da entrevista feita por Stênio Azevedo:

“Ainda voltando à poesia. Na sua opinião, qual o melhor poeta cearense?” e Jáder responde: No Ceará, eu gosto na realidade de dois poetas. E com essa coisa interessante. Um grande amigo o outro grande inimigo. O grande amigo foi Cruz Filho, o grande inimigo o Júlio Maciel. A meu ver são esses dois os maiores expoentes da poesia do Ceará. (CARVALHO, 1987, p. 17).

Vemos que a experiência e a participação no meio literário cearense foram importantes para uma crítica menos impulsiva, mais branda e madura diante das novas situações do sistema literário moderno e contemporâneo. Jáder de Carvalho, portanto, nos parece alguém experimentado e mais dócil na hora de emitir suas opiniões.

Voltando à década de 20, Colares afirma que, aquele “surto de mocidade, agressivo”, era, por outro lado, “construtivo nas ideias e intenções”, chamando-o, porém, de “Pré-Modernismo” no Ceará. Essa tomada de posição contra os padrões tradicionais abriu horizontes para que surgisse em 1927 a obra inaugural do novo estilo, *O Canto Novo da Raça*. De tal modo, as décadas de 20 e de 30 corresponderam a um momento de novidades, mas na verdade, em sua maioria, tanto os escritores “novos” quanto os “velhos” foram se digladiando numa atitude beligerante, “com algumas reações pessoais e periódicas do irrequieto e brilhante Jáder de Carvalho” (COLARES, 1981, p. 27).

Nesse segundo decênio do século XX, compreendemos ainda que o autor, apesar de não ter atendido, integralmente, aos apelos modernistas da sátira e da destruição, identificou-se muito com a atitude demolidora da denúncia e da crítica social, que se mostra inteiramente na prosa, com a publicação dos romances *Classe Média* e *Doutor Geraldo*, ambos de 1937. Sobre o primeiro e *Aldeota*, Linhares (2003, p. 12) diz que Jáder de Carvalho “trabalhava sempre a biografia de uma classe média de Fortaleza, dos anos 30 até a década de 60”.

Azevedo (1992, p. 43), diz que Carvalho foi um romancista de convicções políticas que o faziam caminhar pela narrativa de crítica social e cita livros como *Classe Média*, *Eu quero o Sol* (1947) e outros. Inserimos nesses “outros” *SMJ* e *Aldeota*, pois consideramos que esses livros são o ápice dessa crítica, por serem os mais sociais e, diríamos até, os mais políticos e planejados do autor, chegando, portanto às raias da denúncia. Para completar, o próprio autor explica o seu projeto literário ficcional de modo bastante pessimista. Mais tarde, essa atitude atingiria o auge com esses romances. Destes últimos, o

primeiro será analisado nos próximos capítulos. Ele fala, genericamente, sobre o ser humano, mas com o intuito de trazer o problema social à sua escrita denunciadora. Acompanhem as palavras do autor sobre a função que ele atribui a sua produção literária:

o homem sempre foi um poço de recalques, uma fogueira de ódio, um armazém de defeitos. E o jornalista é um homem. E o romancista é também um homem. Por isso, os meus artigos, às vezes, não perdoam a inimigos pessoais e políticos. Por isso, os meus romances trasladam para as suas páginas os ladrões particulares e públicos, os contrabandistas, os juízes salafrários, os governantes desonestos e atrabiliários. Estarei errado?[...] desde menino, enfrento a injustiça. Fui paupérrimo. Sofri fome. Então, por que não me tornei um marginal? Por que estudei? Por que vim a construir família? Por que faço jornal? Por que escrevo romances? Por que não me falta coragem para castigar o povo? As respostas se encontram na minha própria vida. E minha vida, que tem ela sido até hoje senão o combate à corrupção, à incompetência, à maldade humana à violência política, à agressão econômica, à ofensa jurídica? (CARVALHO, 1981, p. 61-63).

Vemos que o autor se revela numa confissão aberta e revoltosa sobre o seu momento de lutas e embates e confessa transladar para seus romances personagens do mundo real. O trecho nos oferece um melhor conhecimento da personalidade do escritor ao fazer uma análise da sua vida, mostrando-nos a essência da funcionalidade de sua prosa social.

No que se refere à participação de Jáder de Carvalho no grupo Clã não dispomos até este momento de informações que sustentem o seu forte envolvimento da forma como ele sempre agia em tudo que fazia. Azevedo (1976, p. 427)¹⁴ continua a destacar ações do grupo, mas, como veremos, Carvalho não é citado. O crítico destaca a importância do histórico I Congresso de Poesia do Ceará organizado pelos componentes do movimento. Dessa forma, o grupo vai se consubstanciando e recebendo mais adesões, principalmente por ocasião do lançamento da sua revista. Azevedo destaca que o grupo adquire maior coesão por volta de 1946, com a entrada de alguns nomes como o de Antônio Martins Filho, Artur Eduardo Benevides, João Clímaco Bezerra, José Stênio Lopes, Lúcia Fernandes Martins, Milton Dias, Moreira Campos, Mozart Soriano Aderaldo e Otacílio Colares, depois ainda se juntam Cláudio Martins, Durval Aires e Pedro Paulo Montenegro, mas ao falar da atuação do grupo em 1942, o crítico não inclui Jáder de Carvalho em sua lista dos participantes.

Segundo Vera Lúcia de Moraes, o grupo foi denominado de CLAM (Clube de Literatura e Arte Moderna), permanecendo *Clã*, nomeado por Antônio Girão Barroso. “O Clã identificava tanto os escritores que compunham o Grupo, como a sua revista, espaço em que

¹⁴ Em sua *Literatura Cearense*, 1976, Sânzio de Azevedo não apresenta nenhum estudo da prosa de Jáder de Carvalho. Inicia falando da poesia dele, depois a prosa com Raquel de Queiroz e outros nomes. Posteriormente, vem o Grupo Clã. Pensamos que Jáder de Carvalho poderia ter ocupado um espaço próximo de Raquel de Queiroz junto com outros cearenses, prosadores dessa segunda geração de escritores.

eles divulgavam para o Brasil e para o exterior, ideias sobre a cultura cearense” (MORAES, 2004, p. 16). O pensamento da cultura cearense era passado por meio da produção literária de escritores dos mais diversos gêneros produzidos pelos integrantes desse grupo. É interessante ainda destacarmos que alguns componentes do *Clã* escreveram sobre a obra de Carvalho, seja por meio de depoimentos elogiosos acerca do autor e de sua literatura, seja por meio de artigos críticos de publicação independente, como é o caso das de Joaquim Alves, com o trabalho de título “O Romance da Classe Média” (ALVES, 1997, p. 113-117), e o de Florival Seraine, com o artigo intitulado “Eu Quero o Sol” (SERAINÉ, 1996, p. 35-48), mesmo título do romance de Carvalho.

Vera Lúcia (MORAES, 2004, p. 60) diz ainda que “em torno de 1930 tem início o ciclo do romance regionalista nordestino, com Jorge Amado, José Lins do Rego, Graciliano Ramos e Amando Fontes”. Segundo a crítica, nesse contexto literário, “a literatura cearense dava sua contribuição através dos romances de Rachel de Queiroz, Fran Martins, Jáder de Carvalho e Cordeiro de Andrade”. Moraes (2004, p. 61-62), no subcapítulo “Antecedentes”, ao falar do I Congresso Cearense de Escritores realizado em 1946, nos chama atenção para a fase de grande produção literária dos escritores cearenses, a segunda fase modernista, citando entre os principais livros, *Os Hóspedes* (1946), livro que reúne poemas de Otacílio Colares, Aluizio Medeiros, Raimundo Girão e Artur Eduardo Benevides e *A Criança Vive* (1945), de Jáder de Carvalho. Vimos que Carvalho não está na lista de participantes do grupo Clã, mas é colocado com um representante dessa segunda geração moderna no tocante a sua prosa.

Em se tratando da poesia de Jáder de Carvalho, Lyra (1975, p. 27-37) reconhece três faces: a face telúrica, a política, e a lírica. Interessa-nos destacar a importância dessa segunda face do poeta no tocante à temática do canto de revolta e de guerra contra os poderosos que oprimem os desvalidos. Apresentando-se mais solta e liberta na poesia, em tom de denúncia e de rebelião, essa temática se repete na prosa de forma direta e sem adereços. Segundo o crítico, “o melhor e mais representativo da poesia de Carvalho se encontra nas faces telúrica e política, onde se tem, na espontaneidade da linguagem e na epicidade do verso, um poeta identificado com sua terra, seu tempo e sua gente no que este tem de mais característico, fonte de arte que faz a História”. Com o mesmo telurismo de poemas como “Terra Bárbara”, com o mesmo senso político e de justiça do poema “Desembargador”, foi que Carvalho construiu *SMJ* e *Aldeota*. Ele levou essa verve poética que já beirava à prosa para seus romances políticos. Tanto na poesia, Carvalho canta e alicia, na prosa política social ele se rebela, combate e denuncia. Na poesia telúrica e política como na prosa ele é o poeta e o romancista insubmissos.

Já Pontes, (2002, p. 1-12) divide a poesia de Carvalho em poemas líricos, combativos (políticos), telúricos, cotidianos, chistosos e celebratórios da origem. Dessa classificação, destacamos os tipos de poemas que dialogam com a prosa jaderiana, os quais são também combativos, telúricos e chistosos. Vemos no romance aqui estudado os mesmos temas dos poemas combativos e telúricos, mas se somam os chistosos, pois, tanto em *SMJ* quanto em *Aldeota*, veem-se os ditos populares, as chacotas, os trocadilhos, entre outros recursos do tipo. Pontes (2002) destaca que nos poemas políticos “Carvalho libera sua solidariedade humana, empresta sua voz aos desfavorecidos da sorte, aos humilhados e ofendidos, aos explorados por seus semelhantes numa relação social injusta”. O crítico ressalta ainda que a poesia do autor, ao se elevar ao plano do combate, não se dará a facilidades panfletárias e, na poesia celebratória da origem, há uma obsessão em busca de uma origem étnica, familiar e também linguística. Vemos, de fato, na prosa de Jáder e em alguns de seus mais importantes artigos de opinião saídos de alguns jornais de Fortaleza e reunidos em publicação anteriormente citada, essa valoração dada às nossas origens, à língua portuguesa, aos costumes e outros elementos da então metrópole.

Girão (1975, p. 107) fala que “o talento de Carvalho e a sua cultura de sociólogo o ajudaram nas suas vitoriosas viagens pelas estradas do romance social, precisamente o ‘romance de classe média’, de fundo reivindicante, sintonizado com o jeito do tempo” e cujo ciclo – como acentua Abelardo Montenegro – o escritor inaugurou no Ceará em produções como: *Classe Média* (1937); *Doutor Geraldo* (1937); *A Criança Vive* (1945); *Eu Quero o Sol* (1946); *Sua Majestade, o juiz* (1956),¹⁵ e *Aldeota* (1963). Segundo Girão, essas obras expressam as atitudes do romancista de aguda e ágil análise da sociedade. No campo da sociologia o escritor escreveu: *O Problema Demográfico* (1930); *O Índio Brasileiro* (1930) e *O Povo sem Terra* (1935). Em a “Revolução de 1930 e a cultura”¹⁶, já citado nesse trabalho, Antonio Candido ressalta o lado ensaístico da geração de 30, na tentativa de compreender o

¹⁵De acordo com o posfácio da 2ª edição da obra, no centenário de nascimento do escritor em 2001, esta é a primeira data publicada, pois na publicação da 1ª edição foi esquecido o registro da mesma. Do mesmo modo ocorreu na publicação da 2ª edição que saiu sem data de publicação, sabemos que foi em 2001, pela informação constante no encarte que acompanhava o livro vendido no centenário.

¹⁶Quem viveu nos anos de 1930 sabe qual foi a atmosfera de fervor que os caracterizou no plano da cultura, sem falar de outros. O movimento de outubro não foi um começo absoluto nem uma causa primeira e mecânica, porque na história não há dessas coisas. Mas foi um eixo e um catalisador: um eixo em torno do qual girou de certo modo a cultura brasileira, catalisando elementos dispersos para dispô-los numa configuração nova. Neste sentido foi um marco histórico, daqueles que fazem sentir vivamente que houve um “antes” diferente de um “depois”. Em grande parte porque gerou um movimento de unificação cultural, projetando na escala da nação fatos que antes ocorriam no âmbito das regiões. [...]. Já vimos também que muitos intelectuais significativos daquele momento, mesmo sem qualquer definição ideológica explícita, participavam dum tipo de consciência crítica identificada aos temas e atitudes radicais. E que, apesar das discrepâncias (dentro de cada indivíduo) entre estas e os automatismos conservadores engrossaram o que se poderia chamar o espírito dos anos 30. [...]. (CANDIDO, 2006b, p. 219, 236-37).

país. Jáder de Carvalho participou desse ambiente intelectual dos anos 30, em suas polarizações ideológicas e em seu interesse de redescobrir o Brasil. Assim sendo, os ensaios sociológicos de Carvalho dialogam com as mesmas ideias políticas e sociais difundidas nesse tempo. Assim como outros escritores dessa época, Jáder de Carvalho toma posição acerca dos problemas da nação.

Sobre a produção poética de Carvalho da década de 70, o próprio autor diria a Azevedo (1992, p. 50) “censuram-me por eu escrever poesias líricas. Querem que eu morra fazendo poesia social. Mas esta fase da minha vida passou, e nunca deixei de ser lírico”. Percebemos que ocorreu um distanciamento do escritor das ideias revolucionárias ou do sonho de transformação social e que a partir desse momento da vida do escritor, ele não mais escreverá com o mesmo ardor dos anos 30, tudo parece mais apazível. Apesar desse afastamento dos embates, numa atitude memorialística, vai aos seus escritos críticos de opinião e os reúne, numa coletânea de 59 artigos, antes, publicados em jornais de Fortaleza. Segundo ele, ali estão “os artigos mais interessantes e que não morrem”. O título do livro é *Meu passo na rua alheia* (1981). Essa obra é definidora para compreendermos melhor o pensamento do escritor, suas posições, lutas que nunca seriam esquecidas pela memória do romancista e pela verve jornalística que ainda sobrevivia, mesmo ele já contando seus oitenta anos. Nesse livro conhecemos muito do Jáder de Carvalho, de toda uma vida: como professor, jornalista, advogado, poeta, romancista, fazendeiro, funcionário público, político, leitor, defensor de causas difíceis, mas também o intempestivo, o enérgico combatente ou mesmo o temperamental que poderia agir pelos impulsos que em muitos casos, não surtiriam efeitos positivos na resolução de problemas por ele enfrentados. A obra nos ajuda a entender por que Carvalho escreveu romances políticos. E a saber, o que ele pensava sobre os estilos literários, personalidades como João Brígido, Padre Cícero, Paulo Sarasate, a História, os fatos curiosos da sociedade cearense entre tantos outros temas interessantes do sertão do Ceará e da cidade de Fortaleza.

Flagramos, no romance em estudo, esse mesmo Jáder de Carvalho apresentado pela crítica de sua poesia, um contador de fatos políticos e econômicos, de casos de devassidão e de calamidades da seca. Histórias traçadas de modo objetivo e rápido que revelam uma urgência, uma ansiedade em expor o que alguns leitores do escritor chamariam de chaga social, que tomou conta da cidade e do sertão do Ceará por meio das instituições representativas do poder. Poderes que interferiram na vida social cearense, de forma antidemocrática, conservadora e patriarcal.

A liberdade foi sempre perseguida pelo escritor em todas as suas facetas como professor. Incitava seus estudantes a se expressarem em suas aulas. Como jornalista, não suportava ver os desgovernos políticos de sua época e permanecer calado, como advogado, não defendia causas que não ferissem seus ideais de justiça. Vemos que do mesmo modo em que se posicionou na poesia, principalmente na sua fase madura, a partir dos anos 30, nosso autor toma posição no romance. Desse modo, vemos que em *SMJ* existe uma intencionalidade e uma funcionalidade – é um projeto planejado e demolidor de uma ordem política e econômica corrupta e injusta numa sociedade em formação.

Nas orelhas do livro *Toda a Poesia de Jáder de Carvalho – Menino Só* (1977), volume três, Carvalho diz que em toda sua longa vida, houve poucos anos de liberdade, liberdade de expressar o que sofreu e o que pensou em verso ou em prosa, mesmo assim, a sua existência não foi mudez, nem silêncio, num mundo de competições desonestas, de desigualdade social, de desnivelamento econômico. É interessante ver que os anos de maior produtividade do autor foram, na história do país, em anos tempestuosos, mas, sob a tempestade, que não foi de poucos anos, Carvalho diz que os deuses deram a ele a oportunidade de escrever o romance social e a poesia telúrica.

Carvalho (1995, p. 87-88) supõe não estar cometendo nenhum exagero em dizer que todo o Ceará conhece, pelo menos, parte da obra poética de Jáder de Carvalho. “Os mais velhos e os mais novos ou já leram ou já ouviram, da boca de alguém, alguns dos versos admiráveis de **Terra Bárbara**”. Por outro lado, o crítico diz que o estudo da obra do autor ainda é muito incipiente e conclui dizendo que “para ser avaliada em suas justas proporções, a obra de Jáder de Carvalho, como poeta e como prosador, está a merecer a atenção dos especialistas em crítica literária”. Concordamos com Francisco Carvalho quando o mesmo diz que nosso escritor é já muito conhecido pela sua poesia, e prova disso é a exposição dessas várias análises literárias da obra poética feitas por um grupo valoroso de poetas e críticos da literatura, notadamente do Ceará. Quanto à prosa, reafirmamos a lacuna no que diz respeito ao estudo de seus romances até o presente momento, situação que esse trabalho espera minimizar.

A partir desse estudo, percebemos que a recepção crítica do autor é farta no meio jornalístico, mas no meio acadêmico tem caminhado a passos lentos. Vimos que o escritor goza de considerável fortuna crítica feita por escritores ligados a universidades ou não. Contudo, a prosa ainda usufrui muito pouco de estudos críticos mais aprofundados. Por outro lado, a sua poesia tem um número razoável de análises literárias.

Vimos que Jáder de Carvalho tanto participou dos primórdios do modernismo no Ceará – primeira geração pela sua obra poética quanto no segundo momento pela sua prosa. Ele se antecipou pelo seu jeito rebelde de ser e pela sua natureza voltada para a ação e elaboração de poemas mais próximos da técnica e estilo do Modernismo da Semana de 22 em São Paulo. Participava da formação de grupos e a publicação de coletâneas. Nesse segundo momento, vimos também o protagonismo do grupo Clã como representante do movimento moderno no Estado. Também acompanhamos que um bom número de autores desse grupo escrevia sobre a obra de Jáder de Carvalho, contudo, o mesmo não teria participado diretamente desse grupo. Mesmo não estando ligado ao grupo, paralelamente, Carvalho foi um antecedente do ciclo da prosa no Nordeste, dessa fase de grande produção literária dos escritores cearenses, com o livro *A Criança Vive* (1945). Posteriormente, ele continua a escrever em prosa e em verso, cultivando nos dois gêneros a temática social. Depois, surge um novo momento em sua produção literária quando passa a produzir poesias mais voltadas para um lirismo de cunho mais introspectivo.

Percebemos a partir de suas inserções ensaísticas que Jáder de Carvalho se preocupou com os problemas do país na década de 30 na tentativa de contribuir com soluções viáveis e populares. Dessa safra, lembramos seus ensaios sociológicos sobre temas sociais importantes para o Brasil. Isso explica o seu projeto de escrita engajada, com uma clara função de fomentar a reflexão acerca dos problemas sociais percebidos por ele em sua agitada vida. Por conseguinte, notamos que suas preocupações sociais e seu ânimo político combativo e radical nortearam todos os aspectos de sua vida intelectual: a carreira de professor, a atuação jornalística, sua produção romanesca e boa parte de sua poesia.

3 SUA MAJESTADE, O JUIZ

3.1 O espaço no romance

O romance *Sua Majestade, o Juiz*, publicado em 1956, é uma narrativa composta de episódios ocorridos na esfera dos poderes políticos e da justiça. A obra mostra personagens de uma sociedade de classes dividida pelos interesses econômicos e políticos. Essa ação é localizada no Ceará, na capital e no interior. É o quinto livro de Jáder de Carvalho por ordem de publicação, contendo duas partes: a primeira, dividida em vinte capítulos, com 402 páginas, narrada, principalmente, na 3ª pessoa, por um narrador observador onisciente; a outra parte é narrada em 1ª pessoa, por um narrador ora participante, ora observador. O protagonista não chega a realizar de modo pleno a sua vontade, mas escreve as **Memórias**, o **Romance de Eliana** e o **Caderninho**. A narrativa em primeira pessoa permite o autodesvelamento de José Sampaio, que expõe com mais subjetividade o que há por trás da hipocrisia de magistrados da justiça cearense.

Juarez Leitão¹⁷, ao escrever as orelhas da 2ª edição de 2001, por ocasião do centenário de nascimento de seu autor, diz que:

Jáder é especialmente cáustico com os comportamentos viciosos da justiça do Ceará que era, na época do romance, escancaradamente corrupta, confiada e sem subterfúgio. O próprio título é uma fina ironia. O personagem central não possui nenhuma majestade qualitativa, mostrando, pelo contrário, grandiosa habilidade para a prática mais sombria e pecaminosa dos tribunais. O enredo é contextualizado na realidade dramática do Ceará: a seca, a politicagem e o coronelismo.

A partir do que nos fala Leitão, pretendemos analisar a obra, destacando a veia crítica do autor, pois consideramos que o breve, mas certo comentário do crítico condiz muito com a escrita social e irônica do escritor presente na narrativa. Vemos que Carvalho nos apresenta uma realidade transfigurada por meio das ações e reflexões do personagem principal que representa um homem da lei em constante conflito consigo mesmo e com a sociedade da qual faz parte. Porém o que pesa no romance é a hipocrisia da vida social que esse personagem leva.

Nas duas primeiras edições da obra, a capa¹⁸, de autoria de Zenon Barreto¹⁹, traduz bem o espírito do romance em sua crítica ao Poder Judiciário, tão denunciado pelo escritor. A

¹⁷Escritor e membro da Academia Cearense de Letras. (CARVALHO. Jáder Moreira de. **Sua Majestade o Juiz**. Fortaleza: Forgral, 1956).

¹⁸Ver foto da capa no anexo A.

imagem constitui uma metáfora desse poder e nela temos a figura de um juiz, todo poderoso. Na mão esquerda, um martelo que pode significar o poder de decisão, de aplicação do veredito final; na cabeça, acima do capelo, um tipo de chapéu que faz parte da veste talar, há também uma coroa em cujas pontas aparecem cifrões assinalando a cupidez do magistrado. A coroa nos remete à ideia do absolutismo, do sistema monárquico, contrário ao sistema democrático vigente nos tribunais de justiça por meio da representação do corpo de jurados e do juiz. O magistrado sorri maliciosamente, piscando o olho para o leitor, ironicamente, num gesto que podemos associar a uma postura hipócrita. Em cima da mesa, uma pequena estátua de uma mulher despida, sugerindo ausência de moralidade na conduta do juiz ou comparando a corrupção deste à prostituição.

O enredo conta a trajetória de vida de José Sampaio Nogueira, personagem principal, um jovem pobre, filho de Paulo Nogueira, coletor estadual²⁰ e Clarice, dona de casa. Logo no início de *SMJ*, tem-se o nascimento de José Sampaio Nogueira, em período de seca: “[...] o sol queimava como brasa. E, no céu limpo e largo, sem trapo de nuvem, o azul doía nos olhos. Começava assim o ano de 1915. [...]” (CARVALHO, 2001, p. 11). Para o pai, isso era motivo de preocupação devido às calamidades sempre presenciadas nesses maus tempos, no Nordeste. Paulo Nogueira, de modo pessimista, respondia à esposa, que insistia, esperançosa, na providência de Deus:

– Sim, minha, minha filha, Deus é grande e é o pai de todos nós. Mas em 77 e 88 ele também não existia? E não houve as duas maiores secas do Ceará? [...]. O filho viria ao mundo em plena seca, a cidade coberta de andrajos, ressoante de súplicas, molhada de pranto [...]. (CARVALHO, 2001, p. 12 e 15).

Paulo Sampaio já temia as dificuldades financeiras, porque, provavelmente, teria que recorrer a favores de familiares, amigos influentes ou políticos para que o filho pudesse estudar em Fortaleza. No livro, bem no início da primeira parte, há os fatos transcorridos antes do nascimento de José Sampaio e, depois, até o momento em que ele vai para a Fortaleza. Os eventos da primeira parte da narrativa ocorrem na cidade de Iguatu com as conversas da família de José Sampaio na calçada e o seu nascimento. Em torno de José Sampaio, seu pai e sua mãe, estão vários personagens secundários, tanto populares do

¹⁹Artista plástico cearense, integrante da Sociedade Cearense de Artes Plásticas (SCAP), fez viagens e exposições em vários estados brasileiros, mas se fixou em Fortaleza. Tem participado de mostras internacionais como a Bienal de São Paulo, Salão Nacional de Arte Moderna onde é prêmio de aquisição, Panorama de Arte Contemporânea, além de outros. (ESTRIGAS. [Nilo de Brito Firmeza]. **A fase renovadora na arte cearense**. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1983).

²⁰Espécie de funcionário público responsável pela coleta de impostos do Estado.

pequeno povoado quanto a pequena elite mandatária. Há narrativas periféricas que contam fatos cotidianos do povo, sem muita força psicológica, sem dramas individuais que representem a dor humana perante a devastação da seca ou aniquilação de um substrato social alheio às disputas políticas em pleitos eleitorais fraudulentos. O autor constrói o enredo com diálogos sobre a seca, os movimentos da estação de trem e sobre outros períodos de estiagem. Ouvem-se as notícias dos jornais em Fortaleza, os relatos de Paulo e Clarice e de outros que diziam ir embora para Fortaleza viver em casa de parentes, fugindo da intempérie, anunciada por toda a cidade de Iguatu. O narrador vai ao passado, cita os casos das secas anteriores, volta ao presente, de modo repentino, muitas vezes, como se tivesse pressa em expor os problemas da sociedade por ele apresentada, algumas vezes, sem preparar cuidadosamente a introdução de outros assuntos.

A infância de José Sampaio foi em Iguatu, e sua adolescência, em Fortaleza, quando iniciou seus estudos principais no Liceu do Ceará e ainda sua formação acadêmica na Faculdade de Direito. Ao se formar advogado, exerce a profissão em promotorias de cidades do interior. Em suas funções, utilizava-se do tráfico de influência e do favoritismo de políticos, no intuito de elevar sua carreira profissional, obtendo promoções a bons cargos, como o de desembargador, surgidos a partir da política de favores do Governo estadual.

No tocante ao espaço no romance em estudo, vemos que essa categoria ocupa um grau de importância na ficção devido aos constantes deslocamentos do protagonista doutor José Sampaio. Essa constância nos encaminha ao estudo da função e configuração espacial na narrativa, tentando não perder de vista sua relação com os objetivos de denúncia social. De acordo com Osman Lins em sua teorização sobre o espaço nos romances de Lima Barreto, especialmente em *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá* (1919), o espaço, o tempo e a narrativa são tecidos de modo interdependente, e, por mais que os estudemos isoladamente, a perspectiva desses elementos literários será sempre projetada de modo inter-relacional.

não somente espaço e tempo quando nos debruçamos sobre a narrativa são indissociáveis, mas a narrativa é um objeto compacto e inextricável e todos os seus fios se enlaçam entre si e cada um reflete inúmeros outros. Pode-se, apesar de tudo, isolar artificialmente um dos seus aspectos e estudá-lo – não, compreende-se, como se os demais aspectos inexistissem, mas projetando-o sobre eles: neste sentido, é viável aprofundar, numa obra literária, a compreensão do seu espaço ou do seu tempo, ou, de um modo mais exato, do tratamento concedido, aí, ao espaço ou ao tempo: que função desempenham, qual a sua importância e como os introduz o narrador. [...] o estudo do tempo ou do espaço num romance, antes de mais nada, atém-se a esse universo romanesco e não ao mundo. Vemo-nos ante um espaço ou um tempo inventados, ficcionais, reflexos criados do mundo e que não raro subvertem – ou enriquecem, ou fazem explodir – nossa visão das coisas. (LINS, 1976, p. 63-64).

Osman Lins diz que esses fatores internos da narrativa não podem ser desvinculados, mas devem ser estudados na busca de se encontrar a função que cada elemento exerce na ação propriamente dita da obra literária. Ele destaca ser importante saber qual o valor que o espaço ou o tempo têm para o enredo, assim como não se pode ignorar como esses fatores são tratados pelo narrador.

O romance de Carvalho, semelhante aos romances de 30 do Nordeste, trata o espaço do sertão e da cidade relacionado ao êxodo do pária da seca. Assim, logo no primeiro cenário, o ambiente da seca nos é apresentado. No romance, ela é um motivo criado pelo narrador para mostrar, por um lado, a miséria do retirante ou pobre morador das fazendas e, por outro aspecto, evidenciar o enriquecimento fácil de agentes dos governos por meio da exploração desumana deste personagem vitimizado. O intuito é ainda ilustrar a incompetência dos poderes públicos nas esferas estadual e municipal, representantes do povo:

Mais uma seca, êxodo em massa, os condenados a este fardo prosseguem em sua fuga, devastação e preços altos estavam sempre presentes nestes momentos em que o “famoso Aracati” soprava sempre, precedendo ao fenômeno tão temido por milhares de nordestinos desvalidos pelo poder público, expatriados pela fome. (CARVALHO, 2001, p. 17)

O espaço físico, a vegetação e a forma de organização social são inóspitos ao agricultor e contrários a uma adequada distribuição de renda. Esse lugar adquire a função de expulsar o retirante da terra. LINS (1976, p. 67) afirma que *Vidas Secas* (1938), de Graciliano Ramos, sendo um romance social, é um romance de espaço, e esse espaço é o sertão antes habitável e depois transformado que expulsa os personagens, destruindo-os. Porém, aponta que não somente o sertão e a seca expulsam o homem, como também um local bom para habitar pode tornar-se ameaçador, citando o exemplo de *A Morte em Veneza* (1912), de Thomas Mann, no aspecto da ambiência inóspita, sem vida, mais favorável à presença da dor, do sofrimento e da morte, entre outras exemplificações. No espaço assolado pela seca em *SMJ*, assim como no primeiro romance citado, o homem é expulso do interior para a cidade por falta de desenvolvimento econômico e social dessas áreas distantes dos aglomerados urbanos. Essa ineficiência se dá pela corrupção política de modo generalizado na esfera pública e nas frentes de serviço do Governo Federal, entre outros atos contra o homem do sertão.

Oliveira (1983, p. 133-147) fala que o romance social apresenta como traços característicos o depoimento, a fotografia da realidade, traços distintos dos que são apontados como característicos da literatura “moderna”. De acordo com Oliveira (1983), Carvalho

fotografa a realidade de uma sociedade em formação e o desequilíbrio constante entre estruturas sociais arcaicas e o novo sistema social democrático. Com o romance, tem-se um diagnóstico das ações dos poderes que governam direcionados por uma lógica excludente. Desse apanhado de elementos históricos, constrói-se um painel de personagens e conflitos que o narrador nos apresenta como um documento, em vários espaços do sertão e da cidade. No tempo cronológico e no da memória, mostra-se a dura realidade de um sistema social desigual, em que os governos, o judiciário e o clero formam três grandes grupos que se relacionam a partir de interesses individuais. Os mesmos compactuam com as mais cruéis injustiças: a violência física e moral, a exploração financeira do pobre da seca, o desvio de recursos que minimizariam os danos da canícula, o tráfico de influência, a política do favor, o nepotismo e o despotismo.

O espaço físico de vários municípios e o da capital do Estado é uma coordenada fundamental, tomada pelo autor com a intenção de expor uma chaga social existente por todo o Ceará, incluindo o campo e a cidade numa rede de relações políticas entre os poderes. Com base na realidade, ele vai tecendo sua ficção de modo a nos fazer pensar que devemos levar em conta esse caminho traçado nos deslocamentos do doutor José Sampaio Nogueira.

Ao tratarmos da região Nordeste, dos pares sertão e cidade, vemos que o romance nos faz lembrar outras ficções, ambientadas na mesma coordenada geográfica: *Luzia Homem* (1903), *O Quinze* (1930), *Vidas Secas*, entre outros que nos lembram dessas questões próprias do regionalismo de antes e depois dos romancistas de 1930, no Nordeste. Em *SMJ*, na parte do sertão, é apresentado o ambiente de pequenas cidades interioranas, com parques sinais de urbanização. Como ambiente propriamente urbano, tem-se Fortaleza, a qual passava por uma transição de uma sociedade fundamentalmente agrária para o início do estágio urbano-industrial, com destaque para a construção de obras públicas pela cidade, embelezamento das ruas e avenidas, das praças, trazendo assim um áureo tempo que alguns historiadores denominaram de *belle époque*. Para alguns deles, os recursos de embelezamento da cidade provinham das finanças do combate às secas. Entendemos melhor essa questão lendo o que escreveu Sebastião Rogério Ponte sobre a reforma urbana e controle social na Fortaleza de 1860 a 1930:

O arquiteto Liberal de Castro afirma que a expansão desmedida de Fortaleza ocorreu principalmente a *partir da seca de 1932, quando muita gente ganha dinheiro com a desgraça alheia*. O geógrafo Borzacchiello da Silva complementa assinalando que *aquele crescimento de forma espontânea e desordenada deu lugar a aglomerações de edificações precárias na periferia da cidade. Data do início de 30 a origem desses aglomerados com características de favelas*. (PONTE, 2010, p. 66).

Esse espaço social apresentado por Ponte é o escolhido por Carvalho. A partir dos deslocamentos nesses espaços e nos do interior do Ceará, como veremos, é que se configura toda a problemática política presente no romance. Esse dado é fundamental para nos dar a certeza de que a configuração espacial no romance exerce grande influência. Em Fortaleza, o narrador nomina alguns espaços muito conhecidos na época, como o Passeio Público, o Palácio do Governo, o colégio Liceu, o bairro Alagadiço e algumas ruas da cidade.

Como vimos, o ambiente rural, quase sempre, é apresentado pela problemática da seca e pelas disputas eleitorais entre os coronéis, que eram também chefes políticos e tinham o apoio da justiça e do clero. O sertão surge como um espaço flagelador, sem assistência de recursos materiais e hídricos e com relações sociais desumanas. No entanto, perante essa imagem de abandono, o narrador insere uma presença redentora, por meio da natureza, hostil, mas ainda capaz de prover. Assim, é citada a serra do Araripe, onde os flagelados comem a fruta piqui, e a serra do Baturité. Cita-se ainda o Rio Jaguaribe, com suas cacimbas quase secas de onde os famintos tiravam a água que, mesmo lodenta, amenizava a sede. Como providência humana, aparece apenas, num primeiro momento, a ferrovia do Baturité, uma válvula de escape para os cassacos que trabalhavam sob maus tratos, brutalidade e exploração pelos descaminhos de recursos. Por ela, passavam em fuga as multidões famintas do sertão para a cidade.

Para Nelly Novaes Coelho (LINS, 1976, p. 75), o espaço natural equivale à natureza livre. Já Lins considera o espaço social como a natureza modificada pelo homem; por exemplo: um castelo, uma casa, uma tenda etc. Ele diz não haver outra forma de nomear o espaço senão como um conjunto de fatores sociais, econômicos e até mesmo históricos que, em muitas narrativas, assumem extrema importância e que cercam as personagens, as quais, por vezes, só em face desses mesmos fatores adquirem plena significação. O personagem principal de *SMJ* age nos dois tipos de espaço, antes conceituados, a natureza livre representada pelo sertão que cerca as cidades interioranas (os rios, as serras, as praias, etc.) e a natureza modificada dessas pequenas cidades (casas dos coronéis, prédios públicos – fórum e prefeitura e ainda, a capital do Estado, e nessa, vemos as casas dos parentes, o Liceu do Ceará, a república de estudantes, as repartições públicas, os bangalôs, as praças, etc.).

Dentro desse amplo espaço campo e cidade estão os deslocamentos de José Sampaio Nogueira detalhadamente, na sequência em que vão surgindo na narrativa: Iguatu → Fortaleza (Gentilândia) → Cedro → Quixadá → Santana do Cariri → Aquiraz → Fortaleza (Gentilândia, Monte Castelo) → Aracati → Sobral → Fortaleza (Aldeota). Esse é, em termos de região, o espaço físico escolhido por Carvalho para sua ficção. Seu fundo histórico, pelo

que nos consta, é o da primeira metade do século XX. O narrador apresenta-nos alguns fatos históricos, como as secas de 1915, 1919, 1932, 1942 e faz comentários sobre outras anteriores, não datadas por ele.

Segundo Antonio Candido, o espaço no romance brasileiro ocupa um lugar de importância na narrativa. Vemos como isso se processa nos precursores apresentados por Candido e tomaremos tal conceito para esse estudo. Para compreender melhor o assunto, leiamos o que o crítico escreve acerca dos inícios do romance brasileiro:

[...] o nosso romance tem fome de espaço e uma ânsia topográfica de apalpar todo o país. Talvez o seu legado consista menos em tipos, personagens e enredo do que em certas regiões tornadas literárias, a sequência narrativa inserindo-se no ambiente, quase se escravizando a ele. Assim, o que se vai formando e permanecendo na imaginação do leitor é um Brasil colorido e multiforme, que a criação artística sobrepõe à realidade geográfica e social. Esta vocação ecológica se manifesta por uma conquista progressiva de território. Primeiro, as pequenas vilas fluminenses de Teixeira e Sousa e Macedo, cercando o Rio familiar e sala de visitas do mesmo Macedo e de Alencar, ou o Rio popular e pícaro de Manuel Antonio; depois, as fazendas, os garimpos, os cerrados de Minas e Goiás, com Bernardo Guimarães. Alencar incorpora o Ceará dos campos e das praias, os pampas do extremo sul; Franklin Távora, o pernambucano canavieiro, se estendendo pela Paraíba. Taunay revela Mato Grosso; Alencar e Bernardo traçam o São Paulo rural e urbano, enquanto o Naturalismo acrescenta o Maranhão de Aluizio e a Amazônia de Inglês de Sousa. Literatura extensiva, como se vê, esgotando regiões literárias e deixando pouca terra para os sucessores, num romance descritivo e de costumes como é o nosso [...]. (CANDIDO, 2007b, p. 433).

Carvalho continua essa tradição escolhendo, como Alencar, o Ceará, que é a sua terra. Jamais escolheria outras poucas terras que restaram desses precursores, pois, com sua veia telúrica aguçada, faz questão de cantar a terra natal em toda a sua obra poética e não escaparia a sua prosa, que passeia por todas as regiões do Estado, espaços sociais carregados de motivos políticos.

Voltando ao espaço, Candido fala que três graus na matéria romanesca são determinados por esse elemento em que se desenvolve a narrativa: cidade, campo, selva; ou, por outra, vida urbana, vida rural, vida primitiva. Mais à frente, ele destaca que a figura dominante do período, José de Alencar, passou pelos três e nos deixou boas obras: *Lucíola*, *O Sertanejo* e *Iracema*. Carvalho herda os três níveis, em *Aldeota* (1963), cidade, campo e selva e na obra em estudo, se percebem dois desses graus: o primeiro e o segundo. Nesses espaços, explorando os elementos culturais, políticos e econômicos, Carvalho expõe uma sociedade desequilibrada em suas relações de classe.

3.1.1 *Deslocamento e denúncia*

3.1.1.1 *Iguatu*

A primeira parte do romance se passa no município de Iguatu, onde é mostrado o ambiente do sertão, elementos de uma natureza seca, de ventos como o “Aracati”, que bate nas portas e balança as poucas árvores as quais resistem à falta de chuva. Essas, mesmo sem folhagens e com pouca sombra, são o refúgio a que os flagelados recorrem. Esse ambiente nada farto reforça a imagem desse mundo opressor. Há também uma estação de trem que, na seca, leva os retirantes para os campos de concentração de Fortaleza. As passagens que anunciam a seca nos reportam a uma ambiência de miséria e sofrimento. Há também o piquizeiro que alimenta os moribundos da fome. “[...] Nos primeiros dias de julho, Iguatu acolhia cinquenta mil flagelados. Na estação da ‘Baturité’, os vivos continuavam a desviar-se dos mortos, que se espalhavam pela plataforma de pedra. [...]” (CARVALHO, 2001, p. 21). O narrador mostra a família de José Sampaio, os amigos, os personagens tipos da pequena cidade, o coletor estadual, o farmacêutico, o boticário, o padre, o juiz, o delegado, os soldados, o coronel e a parteira.

Com o espírito de denúncia social, próprio dos romancistas do grupo de 30, Carvalho, nesse núcleo narrativo, expõe a truculência policial praticada por soldados inescrupulosos. Em *SMJ*, surge essa violência bruta, amparada por outro tipo de violência que é a da política transposta por meio de personagens secundários representantes do Estado. Nesta passagem em que a polícia ordena: [...] “– Marchem! vamos marchem! Os defuntos já estão fedendo! A maioria não protestava, apesar da magrenha, do desânimo, dos ossos de fora. Alguns, porém, resistiam. Via-se então a cena dantesca: os soldados espaldeiravam feroz e desumanamente os desgraçados. [...]” (CARVALHO, 2001, p. 18). A violência policial reflete a ação repressora do Estado, o qual tem, por representação, o poderio do coronel, desferida contra pobres criaturas, numa ação brutal, bárbara, em que o sentido de humanização não existe. Há uma espécie de desordem generalizada nos setores sociais representantes do poder. Neste outro fragmento, temos mais um exemplo em que dois soldados açoitam com facão um retirante até as suas costas sangrarem por causa do roubo de uma banda de rapadura: “– Me matem logo, pelo amor de Deus! É muito melhor que me matem logo!” (CARVALHO, 2001, p. 25-26). O reflexo dessa opressão recai sobre as camadas mais subordinadas. A figura do soldado é recorrente na literatura de 30, no Nordeste, basta lembrar o Crapiúna, de *Luzia Homem*, o soldado amarelo, de *Vidas Secas*, entre outros.

Pelo que estudamos até o momento, poderíamos dizer que o romance de Carvalho seria uma obra regionalista moderna e que o seu conjunto temático é proveniente do mundo rural, embora constantemente relacionado com a cidade. Nesse mundo rural, há muitas coordenadas tomadas pelo autor para construção do seu mundo representativo, uma delas é a cultura. No enredo, há um ajuntamento popular para as rezas e ladainhas no dia de São José, último dia de esperança de que o inverno chegasse. Vemos também outro momento festivo na família de Paulo Nogueira, que é o batizado do menino José Sampaio Nogueira, nascido no prenúncio da intempérie. O narrador expõe tanto o ambiente da seca quanto descrições dos anos de inverno com as grandes chuvas e cheias do rio Jaguaribe. “[...] Corria março. As chuvas ensopavam o município. Transbordavam as lagoas e os riachos. O Jaguaribe descia numa cheia descomunal. E temia-se, com razão, o despropósito da cheia. [...]” (CARVALHO, 2001, p. 39-40). Em cidade do interior do início do século XX, existiam escolas que funcionavam na própria casa de professores. Paulo Sampaio coloca José Sampaio em duas dessas escolas, porém, ele é uma criança mal comportada e desse motivo surgem várias críticas do autor à formação do caráter de seu personagem, que, desde pequeno, anunciava mau comportamento. Somente ao botá-lo numa escola renomada, montada por um juiz de direito chamada “Pedagogium Iguatuense” é que ele melhora o interesse, cumprindo a promessa que fizera ao pai, a de se comportar bem e realmente estudar. Com a promessa cumprida, seus pais resolvem ajudá-lo a fazer o curso de Direito, único existente em Fortaleza naquele momento.

Do primeiro núcleo da obra até quase o final, surgem alguns personagens padres com os quais Carvalho critica a atitude fatalista de alguns representantes do clero frente à seca. O primeiro deles é o padre Zé Coelho, pintado pelo narrador de maneira caricatural e crítica em sua aparência física, por seus conselhos e a sua postura indiferente aos horrores da seca. O clérigo achava que o fenômeno não era mais novidade, que fazia parte do clima do Ceará e que todos deveriam suportar o sacrifício e o destino, apelando apenas para o plano divino:

Padre Zé coelho, com aquela enorme testa e aqueles olhos sempre tomados de espanto, – padre Zé Coelho explicava:

– Desde o século dezessete que as secas nos perseguem. Somos a terra eleita do sol. De dez em dez anos, as secas nos visitam e nos matam sem piedade. Tivemos a sorte de nascer no Ceará. Agora é suportar o sacrifício, o destino incerto, a vida com a morte sempre à nossa espreita. (CARVALHO, 2001, p. 15-16).

Vemos aqui uma força determinista ditada pela visão limitada de líderes religiosos que veem o fenômeno da seca como força do destino a comandar o problema social. E ainda a ideia de resignação diante do “castigo” a alguém sem culpa, atitude paradoxal. Os culpados deveriam ser uma pequena elite rural que comandava e usurpava bens públicos, retendo os benefícios. Em passagem anterior, o clérigo se apresenta como alguém que vive como se não presenciasse a realidade inóspita, de fome e miséria do povo em seu redor. Ele não tem posição política diante da situação. O que sabe é apenas usar o seu poder clerical diante dos fiéis, preocupando-se somente com empreendimentos assistencialistas, pedindo donativos ao comércio para os necessitados. Não se posicionava criticamente frente à situação de descaso do poder público com os pobres, vítimas da intempérie.

Segundo Montenegro (1992, p. 97) com a república o Catolicismo no Brasil se redimensiona no tocante as suas práticas e critérios de manuseio de seu tradicionalismo. Sabemos que desde a separação da Igreja Católica e do Estado, essa se vê compelida a repensar todas as suas atitudes perpassadas pelo período Colonial e Imperial. Apesar do redimensionamento das práticas do Catolicismo, o historiador ressalta a permanência do tradicionalismo na instituição Igreja e nas demais sob seu raio de ação. Para compreendermos melhor esse contexto leiamos diretamente do texto de Montenegro:

O tradicionalismo detém uma impressionante continuidade, por obra, sobretudo da dominação, através dos séculos, do vínculo Trono-Altar, determinando uma apropriação monolítica pela estrutura de poder hierarquizada na sociedade, dos signos dotados da propriedade de nomear coisas e pessoas, situações e instituições, culminando na tarefa de decifrar as suas notas características, de determinar o seu destino. [...]. Um tradicionalismo que ajuda até a explicar a própria dinâmica do Conservantismo, na medida em que são inseparáveis ou apresentam afinidades decorrentes de um paradigma duradouro de sociedade, desafiando mudanças de cúpulas, de regime políticos e etc. E acabando por dar a essas mudanças uma peculiar inflexão. O que revigora o círculo inacabado das adaptações multifacetadas suportadas pelas novas ideologias, pelos novos perfis de administração, pelas políticas implantadas em todas as esferas do Estado e da sociedade civil. Círculo gerador de **impasses** quase insuperáveis, de desencontros entre a forma e o **conteúdo**, entre o Estado e a Sociedade, entre a Igreja e as bases que nela convivem. Falta essencialmente uma convivência funcional entre as forças vivas da nacionalidade, entre os segmentos sociais, entre os detentores **oficiais** dos critérios valorativos do comportamento político, religioso, e os seus presumíveis destinatários. [...].

Essa mudança de direção tomada pelo Catolicismo na República revigora seu raio de atuação com uma nova estratégia que se adapte perfeitamente ao momento atual. Na verdade, o que ocorre é a posição de uma nova roupagem para mais uma atuação, mas no final disso tudo está o mesmo conservadorismo mantido tal como era antes, só muda o palco, os atores e a *performance*, mas a temática é a mesma. Trata-se de um grande legado que

permanecerá, embora ao lado do protestantismo e da ideia do secularismo que crescerá muito nos séculos XX e XXI. A postura do Padre Zé Coelho na verdade representa todo um estado de coisas que é consequência da História do Clero e da política brasileira, com características peculiares para certos fenômenos do âmbito religioso de nosso Estado onde se tem um contexto que mostra a existência ainda do tradicionalismo religioso, notadamente, o católico que não se desmembrou de forma integral do Estado, apesar de uma postura mais liberal requerida pela segunda república.

O movimento Católico foi muito forte no Ceará no início do século XX. Tivemos a presença de jornais, de grupos ou de indivíduos como padres que exerceram grande influência social no Estado. Segundo Montenegro (1992, p. 129) o Círculo Católico foi criado em 1913 e teve como programa o saneamento moral e o revigoramento religioso da sociedade e grande parte da elite que o constituiu esteve presente dentro da nova configuração filosófica e pastoral do Catolicismo em movimentos sociais e religiosos que tiveram prestígios nos anos 30. Conhecendo quem eram os participantes desse grupo adquirimos uma visão preliminar da influência que figuras como estas tiveram na sociedade cearense. A saber, exerceram sucessivamente a presidência do Círculo Francisco de Assis Bezerra, Barão de Studart, Álvaro Gurgel de Alencar, Fernandes Távora, Andrade Furtado, Raimundo Arruda, Menezes Pimentel e Padre Manoel Gomes que era o Assistente Eclesiástico. Dolor Barreira²¹ citado por Montenegro faz um comentário digno de referência sobre o raio de influência social que o Círculo Católico exercia “Vê-se pelo exposto, quanto – além de religioso – teve de cultural e literária a obra do ‘Círculo Católico’, que por isso mesmo, seria injusto não destacar numa História a mais completa possível das nossas letras”. Assim, não é pouco o poder de influência desse grupo na vida cultural, literária e religiosa, pois o que nos pareceu dar o entender foi que também nas outras esferas tal qual a política. Isso porque destacamos a presença de governadores do Estado que foram formados na sua cartilha. Para compreendermos melhor o Círculo Católico, leiamos o que diz ainda Montenegro:

Com efeito não é de se omitir que o grêmio em cena colaborou sobremaneira na formulação de expressiva cultura católica entre nós, e suscitando **pari passu**²² o crescimento da literatura mais genérica, desde a oratória, passando pela filosofia, até a história. Esta, especialmente, exibiu os traços salientes da “Civilização Cristã”, e sob o pálio refulgente de uma estrutura valorativa acumulada e rica, assinalando, entre outras coisas, posições éticas e ideológicas. Tal a densidade de um Tradicionalismo que, inclusive, proporcionaria orientações no campo da historiografia cearense, àquela altura já apresentando apreciável produção através

²¹ **História da Literatura Cearense**, v. 3, “Instituto do Ceará”, 1962, p. 151.

²² Significa simultaneamente.

das pesquisas do Barão de Studart, de Paulinho Nogueira, de Antonio Bezerra e de outros. (MONTENEGRO, 1992, p. 129-130).

Vimos um movimento católico de elite bastante sofisticado a ponto de interferir nos caminhos da historiografia e da arte. Assim, percebemos que, de algum modo, tudo isso modificou a vida social e política no Estado. Em outro contexto, diferentemente do movimento Católico discutido, tivemos também outros movimentos religiosos surgidos sob a égide de Padre Cícero. Esses, em certos aspectos, se ligaram a questões do espírito, na esfera do sobrenatural. Por outro lado, as movimentações lideradas por Cícero se ligariam também ao âmbito da política partidária. Acerca disso o historiador Régis Lopes (2000, p. 79) fala que “enquanto o Padre Cícero em bronze permanecia na praça como símbolo do prefeito dedicado e do virtuoso sacerdote, o do horto, estandarte da elite política e econômica, era acolhido pelo devoto não como ‘precursor do progresso’ mas como um padrinho que opera milagres”. Tem-se então, as diferentes facetas do elemento religioso de Juazeiro. Porém a mola mestra de todas as outras gira em torno da gente andarilha, vinda de várias paragens, próximas e distantes do Nordeste para receber a bênção do padrinho. Os que procuravam o padre Cícero para alimento da fé eram retirantes, pobres descendentes de escravos libertos, há pouco menos de duas décadas, todos fervorosos e embevecidos pela aura mística. A fé que os aliviava dos sofrimentos da dura vida vazia de quase tudo. Vejamos a descrição do momento da Bênção do padre, descrita pelo narrador de *Aldeota*:

[...] Mais de dez mil romeiros, postados diante da janela do Padre, aguardavam a sua presença. Dali, todas as tardes, ele se dirigia a massa fanatizada. Quando a janela se abriu, a multidão, erguendo os braços, ululou: – Meu Padrinho! [...] Por fim, ante um silêncio de morte, surgiu na janela escancarada a figura grave do Padre. Então vinte mil braços se levantaram. Dez mil bocas pediram a bênção. Dez mil pares de olhos se incendiaram de emoção e de fé. [...] *o padre* (grifos nossos) falou contra o furto, contra a mentira [...]. Todos orassem a Deus e a Nossa Senhora das Dores. E pedissem chuva nas suas orações. [...]. (CARVALHO, 1963, p. 48-49).

Nota-se que o ambiente da romaria reflete a mentalidade do povo pobre, sem estudo, sem trabalho, sem recursos representados por personagens ligados a essa categoria social. Existe um profundo abismo entre essas categorias e os agentes da elite que tinham o outro domínio da Religião Católica. Como vimos no excerto, temos um quadro, uma cena de diversos matizes, onde se tem personagens pobres, muitos flagelados, descrentes ou desconhecedores de qualquer resolução política, mas crentes na providência divina. Padre Cícero alimentava e preenchia esse vazio existente nessa massa de fanáticos. Mas, todo esse fenômeno coletivo, carregado de misticismo trouxe uma querela entre a Igreja Católica e

Cícero. Esse fato é um bom exemplo para a situação que vimos falando desde o início desse subcapítulo, os dois grupos, um mais elitista que concentrava o maior domínio Institucional da Igreja, o outro mais popular, mas que também carregava um domínio, porém mais fluído e mais horizontal, calcado sob a égide do sobrenatural e da figura do líder espiritual. O messianismo era muito forte, a esperança num salvador, num redentor para aplacar o sofrimento, as dores, as doenças, essas muitas vezes oriundas da fome e da desnutrição. O Caso da beata Maria de Araújo dá o seu tom. Acerca desse fato, Lopes (2000, p. 66) diz que “Em carta pastoral de 1891, o bispo do Ceará Dom Joaquim Vieira mostrava-se revoltado com uma ‘grosseira superstição’ que agitava Juazeiro: o crescente uso de medalhas cunhadas na Europa e a difusão de retratos com as figuras de Padre Cícero e Maria de Araújo”. A igreja considerava os romeiros de Juazeiro como fanáticos e não aceitava o poder totalizador que o padre detinha.

Um exemplo da visão espiritual é descrita no discurso de Clarice, mãe de José Sampaio, que só esperava em Deus e dizia que, após o dia de São José, sem chuva, todos da família perderiam a esperança. Sobre essa problemática, Rios (2006)²³ nos mostra o poder que a religião exercia na mente do povo. Na realidade transfigurada, o clero apresentava apenas uma postura ritualística e vazia, mais próximo dos costumes da igreja do que da doutrina cristã: “A dezenove de março morriam todas as esperanças de chuva. O dia de São José tivera um céu sem nuvens, de um azul que doía” [...] (CARVALHO, 2001, p. 173).

Vimos que Carvalho guardou certa fidelidade ao meio, ajustando-se ao espaço campesino, com a presença do naturalismo assim como a tradição do romance brasileiro. Observou-se o problema do êxodo, notadamente, dos flagelados da seca que saem do interior para a cidade, fato ocorrido no plano real, em nossa história, no mesmo espaço social. Vemos cenários e personagens familiares do ambiente sertanejo, com o seu modo de organização social. O fio narrativo se processa de modo realista, num viés denunciativo, ao expor, por meio da descrição, a violência da seca e do descaso público dos segmentos sociais representativos do povo.

O narrador, na primeira parte, apresentou José Sampaio integrado ao meio interiorano, solto, livre para brincar junto à natureza, mas logo ele necessita viver na capital

²³ Para o sertanejo, não só a cura guardava relação com as forças do sagrado. A realização de determinados rituais religiosos poderia também acabar com a estiagem. Realizar procissões, promessas ou roubar a imagem do santo da igreja e só devolvê-la com a chegada das chuvas eram práticas muito utilizadas em tempos de secas. E, nessa perspectiva, a noção de êxito da estratégia possui características próprias. Mesmo sem o sucesso desejado, o sertanejo não abandonava a sua fé. Em linhas gerais, a fé continuava produzindo esperança e arrefecendo as dores. A religiosidade era uma das formas de enfrentar as agruras da vida sem chuva. Desse modo, enfrentar não é somente tentar acabar com a estiagem, mas também, dar um sentido plausível para a seca ou para o ritual que produziu ou não o efeito esperado, ou seja, que trouxe ou não a dádiva das chuvas. (RIOS, 2006, p. 69-70).

para estudar. Diante da demonstração de certo interesse de José Sampaio em ampliar os estudos, Paulo Nogueira decide apoiá-lo, falando que tem uns primos em segundo grau e que José poderia morar na casa deles. Assim, aos treze anos, ele embarca pra Fortaleza, onde irá morar na casa de parentes. (CARVALHO, 2001, p. 47). Começam, assim, as idas e vindas do estudante entre o sertão e a cidade. Os dois espaços, campo e cidade, e seu inventariado exercerão função crucial no romance.

3.1.1.2 Fortaleza (*Gentilândia*)

O narrador desloca seu foco para o espaço urbano – a capital. Na Estação Central, José Sampaio nunca vira tanto barulho e movimentação, observa a correria dos carregadores de mercadorias. Eram as relações entre campo e cidade que ele desconhecia. Fenelon, amigo de Paulo Nogueira, leva José para conhecer o ambiente.

[...]. Pelas dez horas, tomavam o bonde na esquina. Na Praça do Ferreira, em frente ao velho prédio da Intendência, sentaram-se no bonde da linha da Praia de Iracema. [...]. – Aquela igreja é a Sé. A estátua à esquerda é a de Pedro II – Informava o guia Fenelon [...]. (CARVALHO, 2001, p. 52).

José Sampaio vibrava, descobrindo um mundo novo, vê a alfândega, a ponte metálica, as praias de Iracema e Meireles, as jangadas e os navios chegando das grandes águas. José Sampaio vivia agora numa casa pobre e sem banheiro, dormia na sala, começara uma vida de privações, mas sua mudança dali para a república onde viviam dois parentes seus era iminente. Já na república, José arranja dois amigos, Mário e Candinho, os quais “alargaram os horizontes do iguatense quanto ao conhecimento da cidade. Em menos de quinze dias, José conhecia o porto da Draga, Porangaba, o Parque da Liberdade, a Lagoa do Tauape, o açude do João Lopes e o Mucuripe” [...] (CARVALHO, 2001, p. 55). Ao descrever o êxtase do adolescente José Sampaio às novidades da cidade, Carvalho deseja contrastar os dois espaços presentes na vida de José Sampaio. Carvalho descreve a geografia do local escolhido e faz referências a lugares do plano real.

Quando ia a Iguatu, nas férias, já desacostumava daquela vida, para ele, tediosa do interior, sem agitação. A mãe estranhava seu desinteresse pelo sertão. Nos estudos, “o secundarista não mostrou grande interesse pelo curso. Agora andava fanatizado pelo futebol. Acrísio era ainda o seu ídolo”, “porém no quarto ano José afastou-se do jogo de bola e procurou recuperar o tempo perdido” (CARVALHO, 2001, p. 65). Tudo que o autor relata ou

descreve tem uma função dentro da narrativa. É como se ele tentasse criar algo que ilustrasse uma lição do mundo para depois entregar a esse mundo uma lição materializada pelo personagem, pelo enredo, pelo tema, enfim por tudo que é parte do todo que é o livro.

As notícias de Iguatu dizem que a natureza de lá se transformava mais uma vez, de um ambiente de enchentes e fartura para um espaço inóspito e cruel. Era a seca de 1932, Paulo Sampaio escreve uma carta ao filho, narrando o prenúncio do fenômeno. Novamente surgem, na narrativa, novas descrições do espaço da seca, do êxodo e da política.

[...] no sertão, o massapé das lagoas já rachava, de seco. Iguatu recebia os primeiros “retirantes”, que pediam transporte para a capital nos trens da “Baturité”. A revolução de trinta modificara os quadros administrativos e políticos do país. Surgira a segunda república. Em lugar dos homens ditos da Pátria Velha, carunchosos e politiquinhos, governavam o Brasil os rapazes da Pátria Nova, com Getúlio à frente [...]. (CARVALHO, 2001, p. 71).

Ao falar da cidade, Carvalho apresenta um pano de fundo histórico e político para situar melhor os eventos dessa natureza que se dão com maior força propagadora para os municípios do interior, já que é o centro administrativo de maior efervescência. Nessa discussão, o narrador capta a matéria histórica da formação dos campos de concentração da seca de 1932.

[...] Em julho, as ruas de Fortaleza enchiam-se de flagelados. O Interventor Federal cuidou logo de localizá-los. Nascia um campo de concentração na estrada do Urubu, próximo às oficinas da Rede de Viação Cearense e a caminho da Barra do Ceará. Dentro de trinta dias, milhares de famintos, em promiscuidade, ocupavam barracas improvisadas e sem o mínimo de conforto. Damas da alta sociedade encarregavam-se de obter esmolas no comércio e distribuir alimentos e roupas às vítimas da calamidade [...]. (CARVALHO, 2001, p. 72).

A migração dos povos famintos do campo e a formação dos campos de concentração serão mais um elemento tomado por Carvalho que volta e meia apresenta nos dois espaços físicos e sociais. Em todos esses acontecimentos da cidade, José Sampaio parece alheio. De um lado, é mostrado o espaço físico da cidade e seus acontecimentos e, de outro, a vida de José Sampaio. Assim, não se vê, nessa primeira parte, nenhuma intervenção crítica da parte dele em referência aos problemas ocorridos na sociedade em que ele vive. Há quase total independência entre a vida dele e os fatos.

Ao concluir os estudos no Liceu, José Sampaio sai do emprego que tinha arranjado com um padrinho político na guarda civil e emprega-se na prefeitura com salário modesto e ordenado pequeno. Lá, arranja um amigo de nome Raimundinho e esse como tem

militância política de esquerda, deseja saber do amigo qual o seu pensamento político. José Sampaio, por sua vez, confirma sua alienação respondendo que não tem nenhum. O amigo de tendências comunistas espanta-se ao saber que existe alguém que não seja nem fascista, nem comunista. José Sampaio responde que não é de lado nenhum. Sua natureza era apática diante da história e dos fatos sociais. Apesar de já estar na universidade e estudar na área do Direito, ele era desligado dos movimentos de oposição à ditadura, em uma época conturbada no cenário brasileiro e cearense. O trecho seguinte ilustra bem o que pensa José Sampaio:

[...] Fins de novembro. Rebenta uma rebelião em Natal, em Recife e no Rio. Desce o estado de sitio sobre o país. Enchem-se os cárceres de todo o Brasil. Em Fortaleza a polícia caça os adeptos da Aliança Nacional Libertadora. José Sampaio notando a ausência (de Raimundinho – grifos nossos), indagou:
 – Está doente o nosso Raimundinho? Teresinha, amiga de ambos, informou: - não sabia? Coitado! Foi preso. Andam dizendo que ele é comunista. [...].
 – Estaria eu adivinhando? Fosse eu ler os tais folhetos aliancistas!... Fosse eu discutir comunismo e fascismo com ele! Quinze dias depois, o jovem funcionário voltava à repartição. Mudo, desinteressado por tudo que se relacionasse com a luta entre comunistas e fascistas. Apenas confidenciou a José Sampaio:
 – Sofri o que o diabo enjeitou. O delegado é um doutorzinho com cara de seminarista. Estúpido que só ele! [...]. (CARVALHO, 2001, p. 79).

José Sampaio vive como se não estivesse no mundo, estudando desinteressadamente, namorando, jogando futebol e nada de senso crítico. É apenas ele mesmo. Ele não deseja ter compromisso com ideologias ou grupos sociais que representem uma ameaça aos seus interesses pessoais, ao seu estilo de vida descompromissado. O autor vai construindo seu personagem obedecendo a uma linha cronológica, desde o seu nascimento. Ele já estava no terceiro ano do curso de direito, mas ainda não se entusiasmara pela profissão. “limitava-se a tomar apontamentos durante as aulas que ele achava intermináveis e monótonas, principalmente as de Direito Civil” (CARVALHO, 2001, p. 80).

Carvalho constrói a narrativa no espaço e no tempo histórico de um Brasil incerto, instável e perturbador, conjuntura que despertou no autor a intenção de obter uma prosa realista, apresentando o meio, a política, e a cultura como caminhos para se chegar a um fim. Criar um personagem fraco de ideias, convicções e senso de justiça foi um meio, uma porta de entrada para a realização de sua prosa política. Enfim, o autor problematiza uma realidade social por meio da arte, dando destaque às relações sociais desastrosas, projeto recheado pelo desejo de punir uma sociedade calcada nos domínios políticos e econômicos do Estado. Essa é a intenção do escritor. Leiamos um excerto da obra no qual vemos como a narrativa se constrói nesse contexto político:

[...] Em novembro de 1937, Já no fim do quarto ano de faculdade, modifica-se inesperadamente a estrutura política do país. Saíamos de um regime democrático para entrar no Estado Novo, regime caracterizadamente fascista. No Rio dissolvia-se o congresso. Nos Estados, fechavam-se as Assembléias Legislativas. Os antigos governadores, com exceção do de Minas, se transformavam em Interventores Federais. Sem função desapareciam os partidos políticos. Era a ditadura, fantasiada de regime constitucional. Sim, havia uma Constituição, que jamais seria cumprida senão para negar ou anular os direitos do homem e as liberdades públicas. José não tomou conhecimento do novo regime. Prosseguiu na sua vida boêmia. Que lhe importava que fascistas e comunistas se digladiassem, se ele não era nem carne nem peixe?[...]. (CARVALHO, 2001, p. 81).

José Sampaio é levado pelo narrador igualmente a uma pessoa alienada, desligado dos problemas sociais e políticos. Alguém que não tem participação ou proatividade na vida social. Por outro lado, nos parece ser um homem que tem certa autonomia, mas essa autonomia o leva ao auge de seu individualismo e desprezo pelas questões sociais e esse comportamento não diz respeito apenas a uma decisão de viver somente para si e para sua família, sem o engajamento político crítico, mas será maléfico para a sociedade na medida em que ele é levado a praticar atos corruptos que causam grande mal social.

A prática do favor permeia a obra já desde seu início, e um dos primeiros casos ocorre quando José Sampaio está em Fortaleza e precisa se submeter ao exame de admissão do Colégio Liceu do Ceará. “Veio o exame. Damião conhecia os componentes da banca. Falou-lhes a respeito de José, sem nada pedir. Embora sem grandes notas, o iguatense logrou aprovação” (CARVALHO, 2001, p. 57). A vida de José Sampaio é permeada pelo favor, desde o tempo de estudante no Liceu ao exercício de seu ofício de advogado; sendo ele pobre, é orientado pelo pai a buscar a melhoria de vida pelos estudos e uma ajudazinha de algum amigo. Outro fato se dá quando o narrador revela que José Sampaio conseguiu um emprego por intermédio de um coronel do exército, conterrâneo de Paulo, que “prometera umas apresentações. Falharam todas. Finalmente surgiu uma solução: o oficial conseguira que o estudante, com a idade aumentada, figurasse na folha da Guarda Civil, sem a obrigação, estava claro, de comparecer ao quartel e andar fardado” (CARVALHO, 2001, p. 73).

Na narrativa há negociações que geraram dividendos políticos na rotina do Poder Judiciário quanto à concessão ou negação de mandados de segurança, de *habeas corpus* e a venda de sentenças. Tudo gira em torno do estatuto do favor, presente nas negociações partidárias, eleitoreiras, e no acúmulo de fortunas pessoais. O narrador nos apresenta mais um exemplo que é o das conversas de Paulo Sampaio com amigos sobre seu interesse em ajudar José Sampaio, pleiteando uma vaga na promotoria de Cedro. Diante dessa necessidade, um amigo da família de Paulo ofereceu-se para falar ao interventor: “– O Pimentel é meu conterrâneo. Somos de Santa Quitéria. Ele me tem certa atenção” (CARVALHO, 2001, p. 82).

Vimos que Carvalho soube muito bem se apropriar de elementos como o favor e a política para trabalhar tanto no nível pessoal, movido pelo personagem José Sampaio, quanto no nível institucional levado pelas instituições do Estado e da Justiça. Sobre o assunto, leiamos o que fala Schwarz acerca disso:

[...] O mesmo (*o favor* – grifos nossos) se passa no plano das instituições, por exemplo, com burocracia e justiça, que embora regidas pelo clientelismo, proclamavam as formas e teorias do estado burguês moderno. [...] Aí a novidade: *adotadas as ideias e razões europeias, elas podiam servir e muitas serviram de justificação, nominalmente “objetiva”, para o momento de arbítrio que é a natureza do favor.* Sem prejuízo de existir, o antagonismo se desfaz em fumaça e os incompatíveis saem de mãos dadas. [...]. (SCHWARZ, 2000, p. 18).

Demarca-se, assim, uma época de permanente atraso, quando culturas, costumes e tradições fortes de um passado conservador, de uma política oligárquica, todos regulados pelo estatuto do favor continuam a ocupar lugar em nossos dias, apesar da evolução da sociedade burguesa industrial e liberal, aparentemente incompatíveis, mas ainda caminham juntos. Com isso, vimos que o autor expõe as práticas mais abjetas dos grupos representativos das instituições públicas e privadas que não conseguiram acompanhar o novo modelo da sociedade moderna, desprovidos de tais comportamentos. Temos visto que, apesar de José Sampaio ser tão desligado de tudo, ele consegue ir adiante, e isso se explica pela presença desse favoritismo, do recurso à proteção de pessoas que ocupam lugar de poder dentro da esfera política, acionada pela sua família, e ele viverá sob essa proteção, dando continuidade a essa cultura patriarcal.

Vimos que o espaço urbano da cidade de Fortaleza significa muito na construção do personagem de Carvalho. Não é sem função seu deslocamento para esse espaço. A vida numa cidade em ascensão econômica e política onde podemos ver as diferenças entre o meio rural e urbano, tanto no aspecto da natureza bruta como no da transformada pela mão humana traz experiências importantes na vida de seu personagem. Assim, vimos que os aspectos culturais da cidade, o intelectualismo, o estudo e a formação acadêmica e profissional estão presentes dentro da narrativa. Foi na cidade que se deu parte da formação de José Sampaio, o seu tempo de estudo no Liceu do Ceará, a vida na república estudantil, morando junto com amigos lhe ensinaram muitas coisas. Na Faculdade de Direito, teve sua formação intelectual, no trabalho da Prefeitura entrava em contato com ideias políticas e até revolucionárias a partir da sua relação com Raimundinho que se dizia comunista e foi preso por distribuir panfletos com ideias comunistas. De cada momento desses, José Sampaio retira um aprendizado, uma

experiência que exercerá influência na sua vida de quase nômade, como dirá Gracinha em certo momento da narrativa.

3.1.1.3 *Cedro*

Depois de formado em direito, José Sampaio vai para a promotoria do município de Cedro. Nessa parte, o narrador faz uma descrição topográfica da cidade de Cedro para depois mostrar as disputas por domínios políticos entre os coronéis.

[...] Cedro, deve-se dizer, é filho da Rede de Viação Cearense. Simples fazenda quando lá chegaram as primeiras turmas de “cassacos”, cresceu vertiginosamente, vindo a tornar-se um dos mais vivos e densos núcleos populacionais do sertão. O primitivo arraial urbanizou-se às carreiras. Em torno à estação ferroviária, formou-se a praça principal. Casas de tijolo e telha se edificaram em ruas nascidas à toa. Em redor do núcleo residencial mais importante, plantaram-se casebres, em becos e ruazinhas tortuosas. Esses casebres, pelo barro de que eram feitos, davam uma coloração vermelha à povoação. Ativo comércio brotava no lugar. Caixeiros-viajantes de Fortaleza desmontavam à porta do hotel do Cabo Chico [...]. (CARVALHO, 2001, p. 82).

O espaço descrito pelo narrador nos mostra um ambiente diferenciado. Existia o núcleo residencial mais importante e, no entorno, havia casebres em becos. Esse espaço denota uma divisão em duas classes sociais e condiciona elementos culturais distintos. A topografia das ruelas, as casas de barro dos pobres diferem das ruas e das casas de tijolos dos mais abastados. Com isso, vemos uma demarcação entre pobres e ricos, entre aqueles que ostentam possuir mais recursos e aqueles desprovidos de bens materiais de maior qualidade.

Na promotoria de Cedro, o recém-bacharel se vê diante das disputas políticas entre o coronel Ramir e o coronel Zé Alves, dois personagens secundários. Ao lado desses, está o juiz de Cedro, doutor Canuto. Esse, fingindo imparcialidade, alerta ao doutor José Sampaio quanto a sua posição partidária, pois o promotor já começava a aceitar convites para almoçar na casa do coronel Ramir. Assim, José Sampaio se vê entre a amizade dos dois coronéis que rivalizam por espaço de poder no local. Ele, como promotor, deveria tomar cuidado com as amizades interesseiras daquele lugar onde cada um queria ter o juiz na “palma da mão”, compactuando com os acordos necessários ao governo local, onde reinava o coronelismo, o mandonismo, e outras práticas.

[...] o juiz Canuto chamou a atenção do promotor:
 – Menino, você não conhece bem o sertão, apesar de nascido no Iguatu. Tenho idade pra ser seu pai e, por isso, permita-me lhe dar um conselho.
 – Um conselho?! Estarei saindo da linha?

– Não, não está saindo da linha. Quero referir-me à inconveniência de aceitar a coalhada do Zé Alves. Este e Ramir tornaram-se inimigos irreconciliáveis [...]. (CARVALHO, 2001, p. 84).

Os coronéis querem agradar o promotor visando à troca de favores, prática recorrente na política dessa época. O primeiro e o segundo julgamentos de dois réus foram decididos pela vontade do poderoso coronel Ramir. Por exemplo, o narrador fala de um desses julgamentos em que os jurados foram perguntar qual era a vontade do coronel para que eles pudessem decidir em favor do aliado de Ramir. “Depois se aproximaram alguns dos supraditos jurados, respeitosos e de chapéus de palha à mão. Um deles falou: – como é, coronel Ramir? É pra livrar ou condenar o home?” (CARVALHO, 2001 p. 85). O poder do coronel era muito maior do que a vontade do juiz de caminhar à luz do direito naquelas paragens. Lemenhe (1995, p. 99) fala que os chefes políticos exerciam grande poder em seus domínios tanto no campo quanto na cidade. Eles tinham o controle de indicação dos postos de trabalho nos serviços públicos, e, além de seu poder, ainda tinham a ajuda de grupos dominantes da esfera do executivo e legislativo estadual desde que fossem seus apoiadores políticos. Apesar de haver restrições no apoio, as quais faziam com que os coronéis ficassem dependentes do grupo estadual, ainda restavam a eles vários níveis de poderes, poderes que subjugavam muita gente que vivia na dependência deles. Para mostrar o poderio do coronel, o narrador apresenta ainda outro diálogo entre o juiz Canuto e o promotor José Sampaio. Canuto fala claramente como representante de Ramir, de modo parcial. Essas são as primeiras experiências do jovem advogado José Sampaio:

– Houve mesmo a legítima defesa. Está ela perfeitamente caracterizada. Mesmo que assim não fosse, teríamos de inventá-la [“a defesa do acusado” – Grifos nossos]. O Ramir sempre me afirmou que se tratava de legítima defesa. O Ramir é de uma intuição fora do comum. Nasceu pra magistrado. Como prefeito ele é, antes de tudo, juiz. (CARVALHO, 2001, p. 86).

Vemos a ineficácia da justiça de Cedro perante o poderio de Ramir. José Sampaio ardia em surda revolta ao ouvir da boca do próprio juiz Canuto a declaração de sua plena parcialidade como se aquele mundo girasse em torno da figura do coronel. Nem ele se sentia tão juiz quanto o prefeito que nascera pra magistrado. José Sampaio estava no começo de sua trajetória e não era acostumado a esse tipo de comportamento, por isso, a subserviência do juiz o enojava e ele se revoltava, mas sua indignação não era forte o suficiente para desencadear nele uma reação. Sua inabilidade no exercício de sua função surgia até mesmo nos casos fora do poder do manda chuva, quando ele recorria às luzes do escrivão Ricardo.

Com a ajuda de amigos de seu pai, José Sampaio conseguiu ser removido para Quixadá, fugindo das brigas destes coronéis. Percebe-se que José Sampaio, inicialmente, tentava fugir de situações que exigissem dele posições que favorecessem a corrupção. Porém, suas convicções morais não eram firmes, sendo ele ainda pouco afeito a se posicionar e a defender seu ponto de vista das coisas, contrariamente ao que se espera de um juiz. Dessa forma, Carvalho vai revelando e expondo a personalidade de José Sampaio.

Em *SMJ*, têm-se, de um lado, personagens representativos da classe governista – judiciária e política – e os que gravitam em torno destes, como o clero e os fazendeiros. Esses últimos podiam atuar também na esfera política. Do outro lado, os personagens que representam os oprimidos. O primeiro grupo desconhecia os verdadeiros objetivos da política, fazendo conluíus e cometendo várias injustiças, promovendo desigualdade social, desviando recursos públicos. Esse sistema social dividido e excludente tem suas origens no início da formação do Brasil. Para entendermos a evolução histórica desse fenômeno social, é importante destacar, inicialmente, o pensamento de Sérgio Buarque de Holanda sobre as origens sociais de dominação no Brasil:

[...] Como esperar transformações profundas em país onde eram mantidos os fundamentos tradicionais de situação que se pretendia ultrapassar? Enquanto perdurassem intatos e, apesar de tudo, poderosos os padrões econômicos e sociais herdados da era colonial e expressos principalmente na grande lavoura servida pelo braço escravo, as transformações mais ousadas teriam de ser superficiais e artificiosas. (HOLANDA, 1995, p. 78).

Essas palavras só vêm clarear a nossa compreensão sobre as origens da desigualdade social no processo de formação do país daqueles primórdios até o momento atual, quando temos o estado moderno democrático, com os princípios de liberdade, igualdade e fraternidade tão difundidos. Contudo, sem grandes transformações sociais, pois, ainda hoje, essa sociedade mantém seus fundamentos tradicionais. As novas relações políticas e econômicas, revestidas da democracia burguesa, não dispõem mais do escravismo de antes, mas a classe trabalhadora assalariada, o morador de proprietários de terras ou o agregado dão continuidade a essa situação de desigualdade social muito forte, semelhante ao escravismo anterior. Um pouco dessa realidade é revelada na sociedade de *SMJ*, que expõe problemas estruturais envolvendo esse fenômeno social no Ceará do século XX.

Essa herança rural de que fala Holanda tem como principal protagonista a classe dirigente, patriarcal e conservadora. Assim, o poder de mando surge da família patriarcal, o grande modelo para as relações políticas entre governantes e governados, uma lei superior à

vontade dos homens, com o objetivo de regular o corpo social, requerendo o respeito e o silêncio de todos.

O narrador de *SMJ* representa as relações sociais permeadas pelo poder de mando e a prática do favor. Indivíduos sem ética e caráter são apresentados no quadro da política e da instituição judiciária do Estado. O autor trabalha as relações entre essas duas classes sociais – a elite mandatária e a classe popular. A última é submissa e dependente da primeira por relações subjetivas que passam pelo estatuto do favor. Leiamos o que afirma Roberto Schwarz:

[...] o favor é, portanto, o mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade [entendemos que ele se refere à classe de baixa renda, que é a maior – grifos nossos], envolvendo também outra, a dos que tem (“a classe rica” – grifos nossos). Note-se ainda que entre estas duas classes é que irá acontecer a vida ideológica, regida em consequência, por este mesmo mecanismo [...]. *O favor é a nossa mediação quase universal* – e sendo mais simpático do que o nexos escravista, a outra relação que a colônia nos legara, é compreensível que os escritores tenham baseado nele a sua interpretação do Brasil, involuntariamente disfarçando a violência, que sempre reinou na esfera da produção. [...] O elemento de arbítrio, o jogo fluido de estima e auto-estima a que o favor submete o interesse material não podem ser integralmente racionalizados. (SCHWARZ, 2000, p. 16-17).

O que Schwarz fala cabe bem na ossatura principal da obra em estudo, pois o narrador expõe, de forma quase documental, esse sistema de relações entre chefes e subordinados, reflexo de uma concepção paternal da autoridade. Essa situação expõe um tipo de relação política em que uma pessoa dá proteção a outra em troca de benefício individual, estabelecendo-se um laço de submissão pessoal dentro da esfera pública. A obra constitui uma denúncia dos poderes de uma sociedade ainda patriarcal na qual imperavam os valores paternalistas, apesar de a mesma fazer parte de um sistema social o qual já passava por um processo de transição de uma sociedade conservadora para uma burguesa, mais avançada, em termos sociais. As instituições modernas existiam, mas ainda subordinadas a essa situação paternalista. O comando político passa por governantes da capital e do interior, relacionados ao mando dos coronéis, da imprensa e do clero sob o estatuto do “favor”.

3.1.1.4 Quixadá

O ex-promotor, inicialmente, descreve a paisagem de Quixadá ao doutor José Sampaio, relatando, por exemplo, que a serra é desprovida de vegetação e que é alvo da

depredação ambiental. Ele comenta a diferença entre a serra e as outras propriedades pertencentes ao clero e ao fazendeiro doutor Pompeu.

[...] Na povoação, à ilhargá do antigo Mosteiro dos Beneditinos, o ex-promotor explicava:

– A Serra está morrendo. Queimaram-se as matas. O solo é uma cabeça raspada a navalha. Salvaram-se alguns recantos: o do sítio do Mosteiro e a propriedade do doutor Pompeu. Neles, a mata foi conservada.

– Dizem que é o melhor clima do mundo...

Agripino completou a frase de José Sampaio Nogueira:

– ... pra tuberculosos. Melhor que o da Suíça. Voltaremos a Quixadá somente depois das vinte e duas horas. Você vai sentir na própria carne a excelência do clima. (CARVALHO, 2001, p. 90).

O elogio do espaço e do clima mostra o valor da natureza e sua riqueza. Porém, ao lado disso tudo, estão os donos do poder e os desprovidos das benesses naturais dessa terra. Os primeiros têm a sua vegetação preservada. Eles se diferenciam pelos privilégios. Os últimos, talvez pela falta de conhecimento, ainda utilizam a rudimentar prática da queimada. Doutor José Sampaio procura conhecer a cidade e seus principais mandantes. Tudo lhe aparentava tranquilidade e o clima político se diferenciava do de Cedro. Ele fez alguns julgamentos sem a interferência dos chefes políticos. Como vemos no excerto abaixo, os vocábulos “quase” e “sempre” significam que ele ainda realizou alguns julgamentos de acordo com a vontade de Pimentel:

Em menos de uma semana, o doutor José conhecia minuciosamente a vida dos figurões políticos da terra. O ambiente, porém, não lhe parecia tão pesado quanto o de Cedro. O juiz julgava, quase sempre, sem ouvir o chefe pimentelista. Os partidos se encontravam em recesso, por força do novo regime constitucional. Se não havia luta partidária, existiam, no entanto, perseguições políticas, pois a LEC²⁴ e o PSD²⁵ continuavam vivos nos sentimentos e inclinações dos chefes, agora sem trabalho eleitoral. (CARVALHO, 2001, p. 90).

²⁴Significa Liga Eleitoral Católica – Fundada pela Igreja Católica “para orientar os fiéis para as eleições da Constituinte Federal de 1933, no Ceará, se transforma em verdadeiro partido político. O discurso político-religioso da LEC atinge o operariado cearense que vem sendo doutrinado politicamente pelos círculos operários católicos e Legião Cearense do Trabalho. É colaborando com o Estado, no que concerne aos movimentos da sociedade civil e às organizações dos trabalhadores, que a LEC elabora o seu decálogo (dez mandamentos da lei de Deus), em que expõe as suas posições (jornal *O Nordeste* 20.01.33, p. 1). [...] As eleições realizadas, em maio de 1933, confirmam a vitória eleitoral do grupo político liderado pela LEC”. (SOUZA, 2002, p. 301-302).

²⁵Significa Partido Social Democrata – Fundado pelos grupos políticos constituídos pelas oligarquias dissidentes do Governo provisório do presidente Getúlio Vargas e “tenentes revolucionários que veem na constituinte, possibilidades de aprofundar as reformas políticas de ‘modernização’ do Estado, iniciadas com a ‘Revolução de 30’. O voto, com a decretação do Código Eleitoral em 1932, para o PSD, expressará ‘a verdade das urnas’, bandeira dos tenentes contra os desmandos da 1ª. República”. [...] Nesse partido, Fernandes Távora fazia oposição à LEC. (SOUZA, 2002, p. 302).

Ressurge na narrativa uma crítica ao clero por intermédio de padre Diniz, também prefeito de Quixadá. Com esse personagem, Carvalho expõe, novamente, sua ojeriza à hipocrisia religiosa. O padre Diniz é uma nova versão do padre Zé Coelho da infância de José Sampaio. Diniz dividia o povo em dois grupos hostis, invadia o espaço da justiça e da polícia. Vemos uma crítica certeira de nosso autor à postura da igreja. Trata-se de uma questão de posse de terra entre o antigo vigário de Aquiraz e os índios “paiacus”, estes perderam suas terras, herdadas de seus avós, para o ganancioso clérigo. O padre não age como um líder espiritual dedicado às coisas boas e santas, mas como um usurpador da herança dos pobres. Ele se escondia atrás da batina, era um mero repetidor de ritos e costumes religiosos manipuladores aliados a sua politicagem. Insatisfeito por ter que seguir a cartilha do mandante, doutor José Sampaio desejava ser novamente transferido.

Para incomodar o corrupto clérigo, Carvalho dá forma a um novo personagem de nome Manoel do Rego que tem destaque, principalmente, por suas críticas ferinas ao coronel de batina. Manoel parece com o próprio autor, inconformado com a injustiça e destemido na hora da denúncia aos desmandos. Manoel do Rego utilizava seu pasquim Monólito, fundado e dirigido por ele mesmo, para denunciar as atitudes antidemocráticas e imorais do vigário. Como retaliação, o jornalista foi preso, e seu jornal empastelado por ordens do “batina” Padre Diniz.

– vai haver baderna – temia o barbeiro Custódio. Receoso, o jornalista refugiou-se na residência do ex-promotor Agripino. Mas o padre bramia: – Apanhará onde estiver. Não apanhou. Entretanto, o sacerdote exigiu do delegado, [...] – mande chamá-lo. Meta-o na cadeia, nem que seja por duas horas [...]. (CARVALHO, 2001, p. 94).

A presença do jornal se dá em momentos como o da seca de 1942, quando os donativos da casa paroquial, obtidos no comércio, não são distribuídos pelo reverendo. Manuel noticiava, sem medo, as ações corruptas do clérigo:

Incrível! O vigário não distribui todos os donativos conseguidos no comércio desta cidade. A casa paroquial está cheia de farinha, feijão, arroz e rapadura. Esperando por quem? [...] Senhor Deus, misericórdia! Dizei-nos Senhor, para onde vão os cereais fornecidos pelo nosso comércio para matar a fome dos “retirantes!”. (CARVALHO, 2001, p. 102).

O uso desse elemento histórico da atuação dos jornais pasquins coube bem na narrativa de denúncia forjada por Carvalho. É um motivo para mostrar a importância desses instrumentos de denúncia que partiam de grupos representativos do povo.

José Sampaio vai a Fortaleza, atendendo a um telegrama oficial para tratar de uma nova remoção dele de Quixadá para Santana do Cariri. O motivo da mudança era somente porque o interventor precisava do cargo para um apadrinhado dele. Em troca, José Sampaio seria promovido a juiz em Santana do Cariri. Como na narrativa, os lugares são abordados a partir da perspectiva do protagonista, nessa viagem, o personagem ficará a par do que ocorre na Capital do Estado. Em Fortaleza, José Sampaio presencia os soldados norte-americanos combatentes na 2ª Guerra Mundial que se estabeleciam em uma base aérea construída em Fortaleza no bairro hoje chamado Pici (nome derivado, segundo alguns, da pronúncia norte-americana da expressão *Pouse Campus* – PC, em português ‘campo de pouso’). A maneira como é narrado esse fato nos passa a ideia de uma crítica do autor à extrema valorização da presença Norte americana no país quando princípios relacionados à família são desprezados. Leiamos o excerto destacado:

Fortaleza atravessava uma fase nova na sua pacata vida de capital provinciana. Centenas de soldados, oficiais e aviadores norte-americanos modificavam-lhe a paisagem social. [...]. Sargentos, cabos, tenentes, bebiam ruidosamente no bar “O Jangadeiro”, inaugurado na praça do Ferreira. Nas bancas sentavam-se com desembaraço mocinhas de classe média – as “cocas-colas”, casadeiras ou não, que trocaram sem hesitação modestos comerciários, românticos acadêmicos de direito, por homens endinheirados e alegres. [...]. Andavam de braços dados, em compras pelo comercio. [...]. O dinheiro ianque dava nova vida às lojas-de-modas de Fortaleza. [...]. Mocinhas que antes respeitavam o pai, a mãe, o irmão mais velho, já lhes não davam confiança. Bebiam nos bares com os aviadores e infantes do Tio Sam. Embriagavam-se. Perdiam por gosto a virgindade, que o namorado moreno, baixo e feio respeitara religiosamente. Os gringos, aos olhos de todo mundo, passavam como seres superiores. (CARVALHO, 2001, p. 109).

Poderíamos dizer que, para Carvalho, os “gringos” tomavam o espaço dos brasileiros no tocante à conquista amorosa e que para as mulheres brasileiras, em maioria, se tratava de uma ilusão amorosa sem ganhos reais. Carvalho destaca a preferência das moças pelos estrangeiros no aspecto subjetivo da beleza, do poder de conquista nas relações amorosas, enfatizando ainda o ar de superioridade desses. Por outro lado, sugere ter havido um crescimento econômico da capital por meio da presença desses soldados norte-americanos. Essas jovens, que antes não podiam sair para todo lugar com o namorado brasileiro, agora se achavam livres para saírem sozinhas com os rapazes brancos e loiros.

Voltando para o espaço do interior do Estado, a narrativa retoma a presença da seca em todos os lugares onde José Sampaio trabalha e com ela uma série de desventuras ao povo agregado, morador e meeiro das fazendas do Nordeste que migram de estado a estado,

de cidade a cidade à procura de água para escapar da morte lenta pela sede e fome. José Sampaio recebe cartas de seu pai noticiando a chegada da intempérie a Iguatu:

José recebeu cartas do pai. *É esta a nossa sina: sofrer, perder tudo de dez em dez anos. Deus, que me ajudou no 15, no 19 e no 32, por que me abandonaria em 42?*

Padre Diniz criara um serviço de assistência aos primeiros flagelados. Gente dos municípios vizinhos e até das fronteiras com o Rio Grande do Norte procurava o refrigerio do açude do Cedro, cujo lençol diminuía, tragado pela evaporação, que os ventos constantes e fortes renovavam a cada instante.

O fazendeiro Aparício Holanda era um dos quixadaenses mais aflitos:

– Veja, doutor José, a Serra do Estevão! De verde que era, ficou cinzenta, cinzenta. [...]

O juiz, o prefeito, o promotor e o padre foram até o açude. A cidade se enchia de flagelados. Era preciso dar-lhes as terras que as águas iam deixando ao sol. Assim, nasceram as vazantes, a princípio grandes, onde se plantava o feijão ligeiro, o jerimum, a melancia. Depois aumentando o número de famintos, fracionaram-se ao extremo as porções de terra ainda úmida, onde se realizariam plantações de salvamento. [...]. (CARVALHO, 2001, p. 99-100).

Carvalho extraiu o elemento da seca mostrando suas consequências como a serra cinzenta, a vegetação aparentemente morta, a água sumindo na terra sedenta, a ocupação dos flagelados que migram e a preocupação das autoridades públicas em solucionar as situações. No entanto, tudo parece se resolver sem muito conflito, tal qual em outros momentos críticos da intempérie. Todos juntos, o juiz, o prefeito, o promotor e o padre vão ao açude ver terras para distribuir entre os flagelados, ou seja, é como se tudo estivesse em ordem, e a decisão tivesse sido acertada. Ao continuar a leitura da narrativa, vemos que essa normalidade é apenas aparente, pois nada se resolve, e essas figuras ainda tiram proveito da seca.

3.1.1.5 *Santana do Cariri*

José Sampaio, por interesse do interventor do Ceará, vem trabalhar na cidade interiorana Santana do Cariri. Assim como em outros deslocamentos de José Sampaio para novas cidades, as viagens já eram rotina para ele. Desde que saiu da capital para os interiores, ele vivia de município em município por causa do ofício. Algumas remoções o alegravam, em outras, reinava a incerteza do que o esperava nas novas paragens das pequenas cidades. Vejamos como isso é tratado na narrativa:

Partiu numa terça-feira igual às outras, que nas cidadezinhas do interior os dias se parecem, com exceção dos domingos, marcados pela missa e pelo comércio de portas fechadas.

– Lá está Santana.

O novo juiz, através do vidro grosso do carro, procurou fixar a cidade. Topografia incerta. Casario rarefeito e triste. A torre branca da igreja. Nas vizinhanças da

cidade, o verde dos canaviais e o fumo que subia de alguns engenhos: milagre do brejo, que torna o Cariri um trecho diferente do resto do Ceará. [...] Minutos depois, o carro parava em frente a um casarão de muitas janelas e uma grande porta. [...] – Dona Rosa vem aí. [...]. A senhora assomou na calçada e, muito grave: [...] a casa é sua. Faça o favor de entrar. [...] – O doutor vai hospedar-se provisoriamente aqui neste quarto. [...] (CARVALHO, 2001, p. 110- 114)

Cada cidade onde José Sampaio chegava tinha suas peculiaridades em termos geográficos, sociais, econômicos e culturais. Assim, o novo juiz precisa sair pelos locais da cidade, dos distritos, para melhor conhecer tanto a geografia quanto o povo que ali habitava. Em Santana, existia a atividade econômica ligada ao engenho, ao solo do brejo de certa maneira, um lugar mais fresco, mais fértil e abastado. Mas, como veremos posteriormente, cheio de problemas sociais que envolviam os donos de engenhos, fazendeiros em luta pela permanência de seus domínios.

Na cidadela, doutor José Sampaio encontra uma mandatária – a “coronela” e prefeita dona Rosa, viúva de marido assassinado por disputas políticas. A matrona assumiu todo o patrimônio político e econômico do falecido, com o apoio dos sobrinhos. José Sampaio fica hospedado na casa dela e, desse momento em diante, torna-se dependente de seus favores: pousada, grandes jantares com mesa farta e variedades de comidas que o fazia se espantar: “mas isso é um estrago! Comida para vinte pessoas gulosas. Coisas do sertão...” (CARVALHO, 2001, p. 115). No jantar, dona Rosa conta a sua história, o assassinio do marido, o instinto de vingança dos seus sobrinhos e o ódio dos seus adversários. Ela apresenta os sobrinhos e a sobrinha Gracinha, que ela criava como filha. O quarto era enorme, cabia uma família inteira, o juiz deitou-se numa grande rede branca de varandas, estendida de parede a parede. “Como era tranquilo o despertar em Santana do Cariri!” (CARVALHO, 2001, p. 115). Mal podia ele esperar pelo que viria dali para frente, pois estava diante de uma coronela perversa e despótica.

As remoções para novos cargos e comarcas²⁶, segundo compreendemos a partir da narrativa, se dão sempre por motivo de necessidade da corte em nomear promotores para os lugares que atendessem as suas conveniências políticas e não por necessidade do público. Nessa época, não era difícil manipular as remoções e promoções desejadas pelos governos, pois “a Constituição vigente era a do Estado Novo e não passava, em tudo, de uma ditadura fascista. Eram poucos os artigos da Constituição que eram cumpridos” (CARVALHO, 2001, p. 121).

²⁶Circunscrição judiciária de um Estado (Dicionário Aurélio Buarque de Holanda).

José Sampaio começava uma batalha íntima, questionando-se sobre a experiência de estar resignado aos mandos de um coronel. Achava-se no começo da carreira de magistrado. Não havia garantias constitucionais. O primeiro julgamento surge, e dona Rosa o procura para solicitar o seu apoio no caso do Zé da Cotinha, que tinha desacatado autoridade. Zé da Cotinha, um “pobre diabo que se encachaçava aos sábados e, bêbado, proferia inconveniências” espalhando boatos de que a mulher do subdelegado havia traído o marido com o sargento Cirilo, comandante do destacamento (CARVALHO, 2001, p. 121-122).

Essa é uma das ironias de Carvalho, pois, quando José Sampaio tenta esclarecer os direitos do miserável, percebe-se que a intenção do autor é mostrar que se tratava de abuso de poder, pois não caberia todo o estardalhaço criado por dona Rosa, que enrugando a testa, falava ao juiz que “há casos que podem mais que a lei. Aquele cabra precisa de três dias de cadeia. Foi a ordem que eu dei ao delegado. Doutor José, por favor, não me desmoralize” (CARVALHO, 2001, p. 121-122). O juiz se sentia humilhado por sua decisão ser conforme a vontade de dona Rosa em não conceder o *habeas corpus* ao pobre diabo inimigo dela. “Ele, parente do caudilho Eduardo Nogueira Angelim, o bravo chefe cabano, adorado por Paulo” (CARVALHO, 2001, p. 121), deveria obedecer resignadamente a uma déspota do sertão de Santana? Por fim, ele nega o direito de ir e vir ao Zé da Cotinha, obedecendo à mandante do lugar, mesmo contra a sua vontade, protelando, no seu pensamento, o ato justo de julgar para um “futuro” quando pudesse mudar e julgar de acordo com a justiça. Por dentro, sua consciência cativa se revoltava “É mesmo uma cobra de pé. A reza diária faz é endurecer o coração daquela mulher. Ela contará no confessionário todos os seus pecados?”. O juiz esquecia que os pecados agora pesariam também sobre ele (CARVALHO, 2001, p. 121-122).

O magistrado José Sampaio não tinha bom senso em matéria de justiça. Sua consciência crítica fraquejava diante da possibilidade de auferir vantagens pessoais e lucros materiais. E para ele seria muito difícil não ser parcial, ao lado de dona Rosa, que manipulava a justiça, oferecendo vantagens a ele. Ele se incomodava com as intervenções da prefeita, porém, mesmo que desejasse cumprir a lei, não conseguiria devido à sua situação de dependência de dona Rosa. Admitia a importância dos benefícios que recebia e se acostumava com a boa vida. Portanto, compreendendo sua situação, o juiz negou o *habeas corpus* sob o pretexto de que se tratava de crime político, previsto na lei de segurança. Como vimos, essa atitude produzia resultados desastrosos, uma “justiça” venal. Diante disso, o juiz preferia o bem estar promovido pela força do dinheiro, do poder a tomar posição crítica diante das investidas da prefeita. Dizia-se sem força e sem jeito para lutar por um ideal de justiça, enfrentando tantas forças contrárias, o que José Sampaio realmente almejava, no final das

contas, era um lugar onde ninguém fizesse propostas sobre venda de sentenças, ou concessão de mandados de segurança.

Aqui abrimos um parêntese para estabelecermos uma correlação literária entre as personagens Dona Rosa e Dona Guidinha do Poço, de Oliveira Paiva. Ambas são mulheres que adotam a prática violenta e dominadora da sociedade machista em que vivem para alcançarem seus objetivos ou satisfazerem seus desejos. Dona Rosa, segundo Gracinha, era quem mandava no marido, ao aconselhá-lo a ir embora da cidade, ela dizia a José Sampaio “saia de Santana. Titia estragará você pro resto da vida. Obrigar-lhe-á a fazer os maiores absurdos. No titio, que era chefe de cangaço, não era ela quem mandava? Quantas violências o titio não praticava por imposição dela?” (CARVALHO, 2001, p. 127). Dona Rosa depois de viúva assumiu tudo e continuava seus atos ditadores no governo da família e da prefeitura. Como exemplo, vemos as histórias de morte encomendadas que chegavam aos ouvidos do doutor José Sampaio nas palavras de Abílio, sobrinho de Dona Rosa:

[...] Manuel Bezerra Leite que fora morto numa emboscada. Abílio contou:
– Era desafeto do meu tio. Foi sangrado e, o que é pior, cortaram-lhe a cabeça. A cena se passou diante de um menino de sete anos, sobrinho do assassinado. Foi, não resta dúvida, um crime bárbaro. A nossa política foi acusada. (CARVALHO, 2001, p. 123).

De acordo com o que expõem os textos destacados, vemos que dona Rosa era quem manipulava o marido, portanto, responsável pelos crimes que ele executara quando em vida. Dona Guidinha do Poço também tinha sob suas ordens o marido e exercia o comando de seu mundo rural onde parecia não haver leis. As mortes planejadas por essas mandantes eram resultantes das brigas pelo poder, pelos domínios de terras ou cargos políticos entre as famílias do coronelato, tema abordado nos romances da década de 1930 do qual Carvalho também utiliza em sua ficção.

José Sampaio continua incomodado com as intervenções da matrona dona Rosa. Mesmo que ele desejasse julgar conforme a justiça, teria uma forte oposição. Os julgamentos deveriam ser conforme a vontade dela, uma viúva que, segundo os seus adversários políticos, tinha a crueldade e a devoção do bandido que matava e depois rezava pela alma da vítima para que, no outro mundo, os “ventos” lhe fossem propícios. Nem mesmo Gracinha gostava da tia, queria mesmo ir embora para longe dela. Em todos os julgamentos envolvendo pessoas protegidas de Rosa, ela não pedia, exigia que o caso fosse favorável a sua vontade. Gracinha confidenciava ao namorado acerca do seu sofrimento junto à tia e por isso desejava casar para sair dali. Ela dizia “me tire logo deste inferno”. E começava a chorar: “Nesta casa eu soffro

humilhações de levar uma pessoa ao desespero. [...] Se não pretende casar, saia de Santana”. (CARVALHO, 2001, p. 126). José Sampaio, ao ver o desespero da namorada, decide noivar e casar, prometendo livrá-la desse estado de submissão ao poder da tia que parecia insensível ao lado sentimental da sobrinha.

Carvalho cria a personagem Gracinha para entrar na vida de José Sampaio e assumir o papel de conselheira, advertindo o marido a olhar as coisas de forma justa e ética. Inicialmente, parece ingênua, mas ela vai crescendo no decorrer da narrativa. É uma personagem semelhante àquelas de seus pasquins, utilizadas para questionar os comportamentos viciosos da política estadual. O mais importante deles é o *Diário do Povo*, citado no primeiro capítulo desse trabalho. Gracinha crescia como pessoa mais independente, saída do jugo da tia opressora, se tornava uma pessoa muito importante na vida de José Sampaio, mesmo que, na sua condição de dona de casa, ainda continuasse na dependência de seu marido, ela passava a ser mais questionadora.

José Sampaio recebia a solidariedade de Gracinha quanto a sua condição de subjugado pelo poder de dona Rosa, ele, em seus exames de consciência, pensava numa maneira de fugir de seu conflito interno. Quando pensava em enfrentá-lo, “logo sobrevinha o desânimo, a preguiça mental. Sempre fora assim, quer no Liceu, na Faculdade, na Promotoria. Em Santana, tudo convidava à preguiça do corpo, a atonia do espírito”. O juiz passava seus dias entre a rede e a mesa de dona Rosa. “Ler? Apenas quando chegava uma petição para despacho” (CARVALHO, 2001, p. 131).

Outro ponto digno de nota na trajetória do personagem principal é a procura do ganho fácil e rápido como forma de ascender socialmente ou de enriquecimento a todo custo, e isso é uma temática recorrente na narrativa apresentada por outros personagens. Vemos esse tema em nossa sociedade pela visão de Sérgio Buarque de Holanda em “Trabalho e Aventura” (HOLANDA, 1995, p. 46) quando nos diz: “E essa ânsia de prosperidade sem custo, de títulos honoríficos, de posições e riquezas fáceis, tão notoriamente característica da gente de nossa terra, não é bem uma das manifestações mais cruas do espírito de aventura?” Esse espírito de aventura, de ganho fácil e rápido faz parte da índole do personagem principal do romance. Carvalho cria não um aventureiro do qual fala Holanda, mas uma espécie de arrivista sem determinação, levado pela organização clientelista do sistema judiciário e pela desordem política a uma corrida por espaços de poder e enriquecimento pessoal. Desde o início da narrativa, José se apresenta como aquele que não gosta de realizar muitos esforços, tudo ele faz na maior folga de tempo que ele procura preencher com outras atividades.

A prosa de Carvalho caminha lado a lado com a História do Ceará nos aspectos político, econômico e social na primeira metade do Século XX, que é o contexto de sua obra. A partir dos excertos apresentados, destacamos essa matéria social utilizada por ele, que é a prática do favor, do ganho fácil, conceito presente na sociedade paternalista de que o autor soube se apropriar para a criação de seu romance social – num projeto denunciador.

A política desse momento estava sob a ditadura policial de Vargas. Os coronéis brigavam menos. “Lá algum ou outro cangaceiro sobrevivía na caatinga, perseguido mais pela seca do que propriamente pelas ‘volantes’, grupos de bandidos fardados, que atentavam contra a vida e a propriedade alheias” (CARVALHO, 2001, p. 132). O espaço da seca, da chuva, dos coronéis, dos padres e juizes sempre se sobressai como categoria importante na narrativa como já foi assinalado. As ações decorrem dos personagens e se ligam ao ambiente pela aura física natural e social com o objetivo de expor uma lógica injusta percebida pelo autor. Esses elementos não são desvinculados nem do espaço, nem do tempo. Desse modo, poderíamos pensar na possibilidade de haver no romance uma tentativa de unir natureza e sociedade.

Tratando dos romances de Lima Barreto como *Isaías Caminha*, *Policarpo Quaresma* ou *Numa e a Ninfa*, Lins (1976, p. 67) afirma que o futuro escrivão, no primeiro livro, atua num espaço social caracterizado com muita precisão juntamente com o espaço físico. Ambos agem sobre o personagem, mas maior é a importância e o efeito do primeiro espaço sobre Isaías. No caso de *SMJ*, o espaço social das lutas políticas age sobre José Sampaio de modo a dominá-lo, a envolvê-lo completamente. Ele não consegue pensar e decidir por ele mesmo, sempre depende de favores e presta favores, num círculo vicioso.

Osman Lins, no mesmo estudo, mostra o exemplo da luta de Policarpo Quaresma contra a terra e diz que isso é nada menos do que um combate empreendido contra entidades menos concretas, circunstâncias sociais, econômicas e históricas nas quais está envolvido. Levando essa ideia para o romance em estudo, percebemos que a luta de José Sampaio é com a sua própria natureza fraca diante das entidades menos concretas, circunstâncias sociais, econômicas e históricas que compõem o espaço social por ele habitado e modificado. Lins (1976, p. 67) fala que, em *Numa e a Ninfa*, certo espaço social e o mundo da política como expressão desse povo cerca os títeres, os “testas de ferro”. Aqui vemos que José Sampaio fazia o papel de um títere, consciente da sua situação, mas resignado.

Osman Lins, ao estudar o espaço no romance de Lima Barreto, apresenta o exemplo do *Cortiço*, de Aluísio Azevedo. Sobre o espaço da narrativa, que é um cortiço, o crítico levanta uma consideração de que podemos ver o cortiço como mero espaço físico,

simplesmente, mas ao olharmos pelo estilo de vida apresentado, com todo um quadro de hábitos, de relacionamentos humanos e de perspectivas, vemos que o romance é também de espaço social. O crítico conclui o parágrafo afirmando:

[...] Tanto pode o espaço social ser uma época de opressão como o grau de civilização de uma determinada área geográfica. Outras tantas manifestações de tal conceito podem ser identificadas na classe a que pertence a personagem e na qual ela age: a festa, a peste ou a subversão da ordem (manifestações de rua, revolta armada). (O autor fecha a primeira parte do espaço romanesco apresentando o conceito de *atmosfera* que difere do espaço social. Grifos nossos). [...] a noção de atmosfera associada ao espaço e denotando, inclusive o *ar que respiramos*, tende-se a concebê-la, no estudo da ficção, como uma manifestação do espaço, ou, no mínimo, como sua decorrência. Compraz-se Lima Barreto em descrever aspectos do espaço social durante a Revolta da Armada; mas é uma atmosfera de magia, de irrealdade, que defrontamos na noite enluzada, quando Floriano Peixoto, em plena Revolta, encontra Policarpo Quaresma no quartel. [...]. (LINS, 1976, p. 75).

O espaço social do romance é o de uma época de opressão desde o início do enredo. José Sampaio, mesmo não tendo uma consciência crítica que o faça tomar posição imparcial diante do seu papel de juiz, sofre a influência desse espaço opressor. Ele, com lapsos de insatisfação, faz um comentário sobre os antigos juizes, expressando certa inveja desses “velhos juizes meio solitários, meio selvagens a quem não faltava força moral para resistir à vontade avassaladora dos coronéis. Quantos não se viam forçados a fugir, às caladas da noite, para escapar à morte certa?”. José Sampaio pensava demais sobre a realidade daquele lugar onde ninguém tinha liberdade para viver, onde não havia lei, nem justiça, onde reinava o mandonismo dos coronéis sustentados pelos partidos políticos e por seus representantes nos poderes administrativos com sede na capital. “Quantos juizes não tiveram a casa cercada e violada pelos capangas de chefes políticos? Em Fortaleza, vários magistrados não deixaram nome limpo e respeitado?” (CARVALHO, 2001, p. 132).

José se perdia em autoreflexões, pensando no exemplo de seu parente revolucionário. “Bem que não lhe faltavam boas intenções. Porém boas intenções não bastavam. Faltava-lhe cultura humanística. Faltava-lhe cultura jurídica. Sem essas armas, como reagir? Sentia-se humilhado, vencido, envergonhado diante da prefeita dona Rosa”. Passagens como essas são recorrentes na narrativa e completam-se com os escritos do personagem escritor no “Caderninho”. José Sampaio tem consciência de sua condição resignada, apesar de seus exercícios reflexivos. “Em dona Rosa ele não enxergava a mulher, que é mãe, que é esposa, filha, irmã. Enxergava, sim, o coronel, o patriarca, o manda chuva. Eduardo Angelim, do outro mundo, havia de perdoar-lhe a fraqueza” (CARVALHO, 2001, p. 132).

José Sampaio abre seu coração à Gracinha, comentando sobre dona Rosa: “a vontade dela é que deve prevalecer e não a lei. Isso me coloca mal perante a minha consciência.” José Sampaio estava desejoso de se ver livre da prefeita, viajava a Fortaleza na tentativa de encontrar outra forma de viver e se libertar da “escravidão” do coronel de saia. “Eu queria libertar, de um golpe só, a mim e a você”. Voltava de Fortaleza às vésperas de uma sessão de júri. Dona Rosa se dirigiu ao doutor José Sampaio e disse que não tinha nenhum interesse no caso: “o criminoso é um pobre diabo. Matou pra não morrer. Não é gente daqui”. (CARVALHO, 2001, p. 134).

Em se tratando do espaço cultural e da economia, cada lugar reserva certas particularidades a respeito da cultura do povo e de sua geografia metaforizada pela presença da natureza e da chuva que de vez em quando surge na narrativa. Em Santana, uma das maiores preocupações da população era com o inverno, pois quando ele vinha, havia abundância de alimento para o povo humilde, havia felicidade no rosto do sertanejo e isso é posto pelo narrador de uma forma muito positiva. “Na chapada, apesar da formiga de roça, a manipeba foi desmanchada em toneladas de farinha que abastecia todo o vale e circunvizinhança. Abacaxi, segundo o povo fazia lama”. O engenho ‘Mulungu’ prometia boa safra, os proprietários de terras francas viam diminuir as cargas de rapadura (CARVALHO, 2001, p. 135). O aspecto alegre do sertão é acionado pela presença da chuva, símbolo da abundância iminente. Ela é o conforto para o sertanejo desvalido de tudo, solitário no ermo das longes plagas. Desprotegido dos seus direitos universais muito mais do que o cidadão que lê melhor o seu mundo. Sendo assim, o inverno é garantia de vida porque o sertanejo sabe que pode plantar e colher. Com isso, o narrador tece o enredo entremeando momentos de seca, de dor e desespero e momentos de festa e alegria pela chegada do inverno. Leiamos essa bela passagem da narrativa quando chove em Santana:

– Trovão! – exclamou dona Rosa.

Gracinha informou:

– Lá fora, o relâmpago tomou conta do céu. Se Deus quiser vamos ter inverno, e cedo. [...].

– o calor estava sufocante. Quando menos se esperava, o trovão ribombou, acompanhado de forte aguaceiro. [...]. No dia seguinte, a cidade se esvaziava de “retirantes”. O começo do inverno foi justamente no dia da feira. A “música cabaçal” deu um verdadeiro espetáculo de alegria. (CARVALHO, 2001, p. 129).

Dentro desse tema da economia e da presença da chuva em Santana, José Sampaio, tenta amadurecer intelectualmente e resolve estudar com acuidade a Natureza e o homem. Agora se preocupava com a chapada do Araripe, que parecia uma enorme esponja a

chupar toda a água da chuva em fração de segundos, pois, se não existisse o “barreiro, buraco imaginado, cavado e impermeabilizado pelo homem para segurança de sua sobrevivência, toda a chuva ganharia as profundidades da Serra” para surgir em forma de olhos d’água que geram os brejos onde havia canaviais em enormes trechos na semiaridez do Nordeste (CARVALHO, 2001, p. 136).

Na política brasileira, a ditadura Vargas caía, e, em Santana, os inimigos políticos de dona Rosa perdiam as questões de terra. O autor possibilita, numa atitude crítica, questões históricas relacionadas a Getúlio Vargas, que é sempre apresentado pelo seu narrador como um Governo fascista. Esse noticia a vitória democrática dos países aliados na Segunda Guerra, que repercutia no Brasil. “Os presos políticos foram postos na rua pela anistia. No último ano de guerra, Vargas, caudilho de vocação fascista, atirara o país nos braços dos aliados” (CARVALHO, 2001, p. 137). Segundo o narrador, houve assim a luta dos soldados brasileiros com os alemães na Itália. Dessa forma, o Brasil esteve no rol dos países vitoriosos. No país, agora sob a força da democracia, fundavam-se vários partidos políticos de âmbito nacional e em Santana do Cariri,

iniciava-se o alistamento eleitoral. Doutor José Sampaio [...] expôs a dona Rosa: - A UDN está quase sozinha no alistamento. Nossos amigos não se movem.

A prefeita lembrou:

- Vá atrapalhando os nossos adversários até que eu possa chamar a minha gente do interior do município.” Dois meses depois, o juiz voltava a falar com a tia de Gracinha:

- O alistamento está sendo feito na proporção de um pessedista para vinte udenistas. Onde andam os nossos eleitores? Quantos eleitores manejava o coronel Olímpio, antes do Estado Novo?

- Eram muitos. Não sei nem a conta.

O juiz mostrava-se desanimado:

- Os inimigos gastam dinheiro, não descansam. Pelo que estou vendo, vão ficar donos do eleitorado. A senhora veja do que pode dispor pro alistamento dos nossos amigos. (CARVALHO, 2001, p. 138).

José Sampaio mostra-se plenamente ajustado à jogatina política naquele lugar, em que o voto de cabresto era o modelo a ser seguido por quem quisesse ser vitorioso no pleito eleitoral. Carvalho mostra a situação do homem do campo que, em sua ignorância, é conduzido e manipulado pelos políticos locais. Isso se tornava mais visível em tempos de eleição. O sistema eleitoral favorecia os candidatos que gastavam dinheiro para trazer o homem do brejo, da chapada ou do sertão para alistar-se. “precisava de caminhão, de cavalo e de dinheiro. O alistamento pedia uma roupa nova. Haveria de comparecer sujo ou rasgado ao cartório eleitoral? Na cidade, o futuro eleitor no mínimo, teria de almoçar” (CARVALHO, 2001, p. 239). Os eleitores aproveitavam para pedir chinelas, roupas, dentre outras coisas.

Enquanto os udenistas compravam votos por ninharias, dona Rosa ficava em casa parada, não enviava nenhum “cabo eleitoral”. O resultado foi que, “em setembro, a UDN²⁷ havia alistado milhares de eleitores. O PSD não tinha feito senão uma centena. Doutor José Sampaio ia se convencendo” (CARVALHO, 2001, p. 139) de que dona Rosa não possuía base eleitoral, que o prestígio da família residia no cangaço e, finalmente, para ele, cangaceiros não elegiam vereadores, prefeitos, deputados, governadores e presidentes da República. Ele mesmo advertia a prefeita dizendo que a eleição seria um fiasco pra ela e que os adversários dela disparariam e ela perderia, num “estado de fazer dó”. O narrador enumera os nomes dos políticos envolvidos no pleito eleitoral, os candidatos à presidência e para o Estado eram subsequentemente Dutra e Onofre (PSD) *versus* Brigadeiro e Faustino (UDN). Em Santana, poucos eram os onofristas, a maioria eram brigadeiristas, e por isso, entusiasmados, os udenistas marcaram um comício.

José Sampaio rende-se ao poder do dinheiro, numa trajetória desenfreada, tirando proveito a qualquer preço, e tal qual uma marionete na mão dos chefes políticos, vive sem posição ideológica. No romance, os dirigentes estaduais tinham, sem a observância da Constituição, o poder para nomearem a cargos de desembargadores ou destituírem dos cargos da magistratura quem lhes aprouvesse. Essas e outras ações eram costumeiras nesse painel de dominação.

Favorecidas pela ausência de uma Constituição, forte já que a legislação vigente era de caráter fascista, a polaca de 1937, as nomeações ocorriam com os objetivos e os interesses dos chefes políticos ligados ao Estado e aos municípios. Como eram cargos políticos, o beneficiado com as nomeações como José Sampaio julgaria os réus de acordo com a vontade dos seus padrinhos. José Sampaio se preocupava unicamente com os seus interesses pessoais, com promoções e gordas rendas, o que lhe garantia uma vida burguesa regalada e farta. Não lhe interessava saber qual dos candidatos poderia beneficiar a população, os interesses não representavam um projeto coletivo.

Carvalho explora o tema da política quase que em cada página do seu romance-libelo. Em cada lugar, uma particularidade política para apresentar. “na desgraça, todos nós somos abandonados – gemeu a prefeita”. José Sampaio reagiu dizendo que até aquele

²⁷União Democrática Nacional, uma oposição das oligarquias levantadas a partir do manifesto mineiro de 1943. [...]. Dos partidos que alternavam no poder, a UDN surgiu da oposição natural ao Estado Novo e, no Ceará, à LEC. Esse partido possuía dois ramos no Ceará: um liderado no Sul pela família Távora, tendo como figura representativa Fernandes Távora, e o outro ramo, na região Norte, liderado pelo Dr. José Sabóia de Albuquerque, em Sobral, juiz de Direito. Fernandes Távora, na década de 30 já era oposição à LEC, com o PSD. Com a redemocratização, em 1945, Fernandes Távora, além de liderar a UDN no Ceará, foi eleito para diversos cargos. (SOUZA, 2002, p. 384-385).

momento não havia pensado em abandoná-la. “Querem mandar-me pro inferno? Pois me mandem. Assumo a responsabilidade pelo que fui levado a praticar como juiz.” (CARVALHO, 2001, p. 142). Ocorreram as eleições no modo antigo e com abertura para a fraude. Pelas oito horas, abriam-se as sessões eleitorais e formava-se a fila de eleitores. “Moças pessedistas tentavam trocar as chapas de eleitores da UDN, porém foram surpreendidas e censuradas.” Logo no outro dia, iniciava-se a apuração. “Fiscais pessedistas catavam motivos para impugnação, mas, apesar da forma da época, tudo parecia bem”. Vemos que todos os partidos faziam do dia da eleição o mais importante para se fazer campanha política. As leis que regiam as campanhas eleitorais ainda eram muito precárias e favoreciam a fraude nas eleições. Isso sempre foi um fato conhecido por todos no Ceará, a historiografia oficial e não oficial registra esses fatos. Até o advento das urnas digitais, atos fraudulentos eram praticados como a compra e venda de votos, a adulteração de urnas que teriam mais votos do adversário, entre outras práticas (CARVALHO, 2001, p. 144).

O governador Faustino ganhara folgado de Onofre. No município, a UDN elegera o prefeito e a Câmara dos vereadores. Quanto a dona Rosa, perdeu, e houve a posse do novo prefeito que havia prometido apreender os cangaceiros dela e de seus partidários. Doutor José Sampaio, mais uma vez, é removido para outra cidade interiorana, desta vez Aquiraz, antiga capital do Ceará. Vimos que Carvalho expõe a forma tradicional como as eleições eram feitas. O sistema eleitoral sempre foi um gasto muito grande aos cofres públicos, e isso é muito claro na narrativa que apresenta de modo descritivo cada detalhe do processo das eleições.

3.1.1.6 Aquiraz

José Sampaio sacode a poeira de Santana do Cariri e se muda para Aquiraz. Gracinha acha a cidade triste e a compara com um cemitério, reclama pelo desolamento nas ruas, mas se acha conformada só por ter saído de Santana. José Sampaio concorda, elogiando a cidade, dizendo que ela já fora a capital do Ceará em tempos coloniais. Dentro de dois meses, José Sampaio havia visitado vários engenhos e comido tapioca nas farinhadas. Vislumbraria logo o mar, as jangadas chegando à praia com peixe do alto mar, e Gracinha não se continha diante do oceano, e com o pensamento mudado dizia “aqui sim eu moraria a vida inteira sem me arrepender” (CARVALHO, 2001, p. 148). Ainda eufórica, pergunta ao marido se ele não poderia construir uma casa em Aquiraz. José Sampaio concorda, porém relembra a esposa não saber por quanto tempo o suportarão em Aquiraz, já que a política dominante não era a dele. Reconhece que traz uma fama desgraçada. Gracinha não se conteve e respondeu

“você se estragou porque quis, porque foi mole” (CARVALHO, 2001, p. 148). O juiz reagiu justificando que fora bacharel nos tempos da ditadura e fez algumas perguntas retóricas: “que valia um promotor, um juiz no Estado Novo? Valiam os desembargadores sempre mortos e vivos no palácio” (CARVALHO, 2001, p. 148).

Gracinha, animada, sente vontade de conhecer as praias, o marido concorda, pois, como o serviço na nova comarca não é muito, eles devem aproveitar o tempo até que o removam. Ela, interessada em compreender o marido, o inquire: “e você não está procurando se aproximar do pessoal da UDN? Eles não parecem tão boas pessoas? Não se têm mostrado seus amigos?” José responde que sim, e ela continua expondo as diferenças de Aquiraz. Lá ninguém pedia favor em matéria de justiça ao doutor José Sampaio, só isso, para ela, já era uma felicidade. José Sampaio aproveitou para desabafar, mesmo que tardiamente, “dona Rosa é uma jararaca em pé. Mulher ruim, sem alma, egoísta. Cedi, verguei diante dos seus caprichos porque a ditadura não permitia a independência de um juiz. Hoje eu reagiria” (CARVALHO, 2001, p. 146-148). A dor de consciência do juiz está sempre a aflorar, e ele se “derrama” em justificativas. Há uma força determinista em seu comportamento difícil de mudar. Ele sofre um conflito psicológico. Sente culpa, fraqueza e impotência diante das situações surgidas.

A natureza de Aquiraz difere da dos outros espaços pela paisagem do mar, a pacatez de uma cidade pouco explorada economicamente. Depois de tudo o que o juiz passara em Santana, Aquiraz era um paraíso em termos da natureza e da tranquilidade nas sessões do fórum local. Nos jornais matutinos e vespertinos presentes em Aquiraz, saíam as notícias da seca e dos escândalos da magistratura. O romancista, com o seu espírito irônico e satírico, evidencia a degradação moral em que se encontrava o poder judiciário. As notícias eram as de que um dos magistrados teria se “juntado” com um marinheiro e que outro teria sido surpreendido no papel de mulher para o cabo do destacamento. Ainda outro magistrado tentou violentar uma senhora casada, depois de haver seduzido a filha de um lavrador. Escandalizados e humilhados, os desembargadores reuniram-se em sessão secreta para julgar os casos e aplicar uma sentença. Um dos venerandos membros da corte apresentou solução: – Esses juízes precisam, e com urgência, de ser removidos, pois não podemos ficar sujeitos à maledicência popular (CARVALHO, 2001, p. 150).

Outros atos de prevaricação surgem na narrativa, e a intenção do autor é mostrar à sociedade cearense as mazelas sociais por meio da deterioração moral da categoria e da exposição da hipocrisia desses profissionais da justiça. Vemos que José Sampaio, por um lado, tem um ponto em comum com os juízes surpreendidos, pois era vulnerável às paixões e

à vida promíscua. Por seus escritos, sabemos de seus casos extraconjugais quando, no seu próprio lar, entrega-se aos beijos da sua empregada doméstica Judite, uma índia. Apesar de implorar o perdão de Gracinha, continuava praticando adultério longe dos olhos da mulher, que o perdoava, facilmente. Outros casos se repetiam em suas viagens a Fortaleza em busca de encontros furtivos com mulheres de bordéis. Após uma das visitas, doutor José Sampaio conclui que não gostava desse tipo de mulher: “Mulher de modos grosseiros. Seria mais interessante um namoro com empregadinha do comércio” (CARVALHO, 2001, p. 157). As relações extraconjugais de José Sampaio são o reflexo de uma sociedade patriarcal na qual o governo familiar era centrado no chefe de família ou patriarca que era respeitado por todos e, geralmente, de forma despótica, decidia todas as coisas dentro do seu patriarcado. Gracinha tinha uma posição submissa, não se opunha ao marido. Ela se admirava de certas atitudes viciosas dele, mas apenas o aconselhava. Ele prestava favores e até sustentava as moças de origem humilde, mas com a intenção de explorá-las sexualmente. Nesse modelo de sociedade, era muito comum o assédio sexual à empregada doméstica por parte do patrão e, com o tempo, por parte dos filhos do patrão, que se iniciavam na vida sexual com esses encontros domésticos. Evidencia-se nitidamente aí um resquício das relações de escravidão, herança ainda dos tempos coloniais e da Primeira República. A questão da venda do corpo pela mulher que se prostitui é um caso próximo do assunto que vem sendo abordado e também se assemelha à relação de escravidão. Na família patriarcal, só quem tem o direito de fugir das regras sociais e sair com o mesmo prestígio é o senhor, o *pater*, a mulher não goza dos mesmos privilégios. Sérgio Buarque conta um fato interessante para exemplificar o poder do patriarca.

Nesse ambiente, o pátrio poder é virtualmente ilimitado e poucos freios existem para sua tirania. Não são raros os casos como o de um Bernardo Vieira de Melo, que, suspeitando a nora de adultério, condena-a à morte em conselho de família e manda executar a sentença, sem que a justiça dê um único passo no sentido de impedir o homicídio ou de castigar o culpado, a despeito de toda a publicidade que deu ao fato o próprio criminoso. (HOLANDA, 1995, p. 82).

O poder da família do patriarcado se torna, desse modo, tão poderoso que vai desencadear outros problemas na vida social, como é o caso do particularismo e da antepolítica a que Holanda faz referência como “uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família”.

Além da exposição das relações com mulheres mantidas por José Sampaio, que, segundo a ótica do narrador, parecem-nos negativas, Carvalho nos dá a conhecer o modo de

ser do personagem, enfatizando outros aspectos de sua natureza, de modo bastante pessimista. Segundo o narrador, José Sampaio era detentor de preguiça mental. Embora desejasse ser como seu parente, o caudilho Eduardo Nogueira Angelim, do movimento revolucionário cabano, no Pará, sucumbia de desânimo, acomodava-se em atender as vontades dos chefes políticos e protetores dos seus interesses pessoais. José se posiciona ao lado de exploradores e de coniventes com a situação, buscando sempre a posição do mais forte:

[...] Quando digo que me torno ambicioso, estou dizendo que não me satisfaço com esta Comarca sem vida, e quero coisa melhor. Por exemplo: foram criados dois cargos de juiz-substituto para a comarca de Fortaleza e treze para o estado. Não poderia candidatar-me a um desses cargos? Já fiz boas amizades na Corte. Com um empurrãozinho político bem poderia arranjar-me [...]. (CARVALHO, 2001, p. 158).

Carvalho, em *SMJ*, é pessimista e descrente de que o homem, em sentido ontológico, possa ser bom, justo e fraterno. O autor é pós-naturalista ao demonstrar essa visão negativa e desacreditada do homem. Parece-nos que Carvalho, na figura de José Sampaio, tenta explicar o homem da lei inserido no meio em que vive. Ele tem o firme propósito de revelar uma “deformação” social admitida como uma normalidade, como um costume, uma tradição ou condição de vida de uma sociedade. Um desequilíbrio social que todos aceitam e justificam suas causas, de modo que os sintomas e consequências soam normais e imprescindíveis, porém, sabemos maléficis à sociedade. Conhecemos o que realmente se passa por trás das intenções de José Sampaio por intermédio de Gracinha, fio condutor do discurso de denúncia existente em grande parte da obra.

3.1.1.7 Fortaleza (*Gentilândia– Monte Castelo*)

A vontade de José Sampaio foi feita, e ele é nomeado juiz numa comarca de Fortaleza. Gracinha acha que ele agora terá mais liberdade para julgar: “não é Santana, onde a titia lhe botava a faca nos peitos. Fortaleza é uma espécie de Aquiraz grande: aqui ninguém lhe pede favores como juiz, ninguém lhe faz imposições” (CARVALHO, 2001, p. 163). José Sampaio não está tão certo assim pelo fato de ele ainda não ter se envolvido em questões de grandes interesses. Ele já estava aguardando um caso de mandado de segurança relativo a contrabando de automóveis, de uísque e de outras mercadorias valiosas. Sobre esse caso, ele fala “aí sim, eu saberei se o juiz na capital pode julgar com as mãos inteiramente livres” (CARVALHO, 2001, p. 163). No espaço da capital, esperava-se que não houvesse a troca de favores pela ideia que se tem de um lugar onde há mais liberdade de expressão. Os cidadãos

estão num espaço de mais oportunidades para as pessoas. É um espaço mais instruído e mais ajustado ao modelo burguês democrático pela própria evolução da informação e dos valores da nova sociedade industrial. No entanto, José Sampaio ainda se mostra inseguro, talvez pelo curso da sua história até o momento e pelo seu modo fatalista e resignado de agir conforme os parâmetros de uma sociedade tradicional e particularista.

Gracinha, às vezes, fala palavras que atingem profundamente o problema de José Sampaio. Ela relembra ao marido episódios de Santana quando ele se entrega totalmente às vontades da tia dela. No episódio das eleições, Gracinha diz que somente quando ficou provado que dona Rosa não tinha eleitores foi que José Sampaio “levantou a voz e falou sério e grosso”. A esposa relata que quando estavam em Aquiraz, não havia necessidade de o marido ser dominado por um coronel. Mesmo trabalhando em Fortaleza, alguns fins de semana, José Sampaio continuava visitando Aquiraz com a família. Eles ficavam em casa de seu amigo Clóvis, a beber algo forte e falar sobre muitos assuntos, entre eles, as boas lembranças de seu trabalho na cidade, pois lá nunca recebeu imposição ou pedido de político. Ele diz “certo ou errado despachei e sentenciei como entendi. Oxalá que, um dia eu possa dizer o mesmo de Fortaleza” (CARVALHO, 2001, p. 172). Porém, logo a vida de José Sampaio voltava à rotina. Os processos, as pesquisas, etc. Em uma tarde, sofreu a primeira desilusão. O presidente da corte o chamou para uma conversa:

– A imprensa está escandalizando a propósito de um caso que ela diz ser de contrabando. Vários automóveis foram apreendidos. A firma acusada é uma das mais tradicionais do estado. Impetraram mandado- de- segurança e pela matéria o juiz é você. Aja com cautela. Não se deixe levar pela opinião da imprensa. Tenho uns acórdãos muito claros a respeito.

O juiz não deu palavra. No ônibus, foi pensando:

– “Só faltou dizer: conceda o mandado. Preferia ser substituto noutra vara menos encrascada”.

No dia seguinte, o cartório mandava levar-lhe a petição.

Já os jornais modificavam a linguagem. E admitiam a hipótese de informações precipitadas.

A segurança foi concedida. O presidente apertou a mão de José:

– Li a sentença. Ótima. Bastante clara. Bem fundamentada.

À noite na mesa de pif-paf, o desembargador felicitava o impetrante:

– Meus parabéns. Eu não lhe disse que o mandado caía em boas mãos?

Narrando o caso à esposa, Gracinha advertiu:

– Tenha cuidado com esses elogios. Tenha cuidado com esses pedidos por meias palavras.

E, realista:

– Tanto faz um pedido assim como uma ordem da minha tia. Afinal de contas, um pedido do presidente da corte para um juiz novo, que precisa dele, não é o mesmo que uma ordem?

– Ah, isso é. (CARVALHO, 2001, p. 171).

José Sampaio sentia-se fraco e sem força para questionar o sistema político da sociedade vigente. A organização política da época era forte o bastante para manter os grupos a seu favor. Um sistema social amparado pelo código da tradição que continuava na prática. Os discursos eram democráticos, mas continuavam os acórdãos, os apadrinhamentos, os favores, enfim, toda sorte de relações sociais advindas de um passado conservador carregado de vícios.

Para completar esse quadro desfavorável do espaço social representado, ressurgiu mais uma vez a seca, espalhando a cor cinza pelo sertão afora e trazendo a mendicância e a indiferença dos “donos do poder”. Os retirantes ficavam ao redor das cidades servidas por estradas de rodagem. Eles faziam pequenos serviços, pediam esmolas, saqueavam mercados públicos, entre outros atos. Os jornais noticiavam que “paus-de-arara” saíam de Crato, Juazeiro, Jaguaribe e Campo Sales levando os cearenses como mercadoria humana a ser vendida no Sul do País, e o governo não agia ao saber dos deslocamentos indevidos. Tardavam os serviços federais. “Em Fortaleza, a Hospedaria Getúlio Vargas recebia as primeiras levas de flagelados. Para Amazônia? Para São Paulo, para o Norte do Paraná?” (CARVALHO, 2001, p. 173-174). Tardamente, chega ajuda federal por meio dos serviços de emergência. Nesses serviços, eram construídos açudes e rodovias. Paralela ao trabalho havia a exploração dos fornecimentos aos flagelados. Os comerciantes vendiam-lhes feijão, jabá e farinha por preços astronômicos. Sobre esse vergonhoso ato, surgiram as denúncias nos jornais. Leiamos um trecho que mostra uma nova faceta da seca e da sua maior vítima, o flagelado no sertão e na cidade, motivo, novamente exposto pelo autor, agora numa nova visão:

[...] Veio a primeira Dama. Descida rápida na construção de “Pentecoste”. Fotografias para os jornais do Rio e São Paulo. Ao retornar ao avião, a comitiva deixava tudo como encontrara: a mesma exploração nos “fornecimentos”, a mesma fome, a mesma nudez, o mesmo ritmo lento de trabalho. [...] A fome dos flagelados produzia os primeiros frutos de ouro: a construção de ricos bangalôs na Aldeota, cadilaques à porta dos clubes elegantes, viagens aos Estados Unidos, ao Rio de Janeiro e a Buenos Aires. [...]. (CARVALHO, 2001, p. 175-176).

Fortaleza crescia em casas de luxo, terrenos reservados para a classe média, os pobres iam afastando-se para lugares mais distantes do centro da cidade. Sobre os últimos, muitos eram oriundos do êxodo para a capital na fuga da seca. Os despejados de terrenos que diziam serem públicos recorriam aos jornais de Fortaleza, e havia alguns movimentos de defesa, puxados por comunistas, porém tinham-se infiltrado alguns advogados inescrupulosos, “esses acendiam a tocha da reação, porém tinham o cuidado de exigir dinheiro dos

desgraçados para o necessário e urgente procedimento judicial. Sabiam que nada conseguiam na justiça e da justiça” (CARVALHO, 2001, p. 176). Assim, Carvalho mostra a forma inescrupulosa dos advogados de se aproveitarem da miséria do despejado para ganhar dinheiro.

No caso do português contrabandista, sem proteção política que teve seu iate vindo das Guianas cheio de uísque e preso pela alfândega, o presidente da corte advertiu a José Sampaio que não havia firmas tradicionais interessadas no negócio de uísque, sinal de que era realmente contrabando. Acima vemos uma ironia, recurso estilístico frequente na narrativa de Carvalho e é clara nesse trecho em que mostramos a mobilidade dos conceitos legais manipulados de acordo com os interesses particulares dos envolvidos. Outro exemplo, também ligado ao mesmo episódio, encontramos no diálogo entre Gracinha e José Sampaio, quando esse confirma que o caso, a exemplo de outro, se trata de contrabando e mereceu dele o mandado de segurança por interesse do presidente da corte de justiça. Na conversa com a esposa, ele diz convicto: “estou falando alto pra fugir a recalques. Li no Freud que é um perigo a gente esconder a culpa. A gente precisa dizer a verdade, seja a quem for. Estou me confessando a você, que é minha mulher e minha amiga” (CARVALHO, 2001, p. 181). Gracinha escuta o marido, mas não sem uma crítica. Por isso, na narrativa vemos que seus questionamentos são importantes para fazê-lo refletir sobre suas ações e também para deixar clara para o leitor a condenação ao procedimento do juiz. Porém, o fato de que não há saída para ele não quer dizer que ele não tenha culpa.

Em certo momento de conversa com o marido, Gracinha, ao olhar para os livros de direito de José Sampaio, pergunta a ele se aqueles livros azuis que ele sempre consulta não o ajudam no julgamento dos casos. José Sampaio então confidencia:

- Quase tudo é jurisprudência da corte. Coisa terra-a-terra. Já não existem grandes juízes. Os julgamentos são apressados. Os acórdãos não revelam cultura. Repetem-se dolorosamente. Você sabe o que é um saco vazio, minha filha? Pois os acórdãos da nossa corte não passam de sacos vazios. Na presença dos desembargadores, é claro que eu não falo assim. Pelo contrário: acho tudo exato, justo, luminosos.
- Tu és um hipócrita, meu marido! – reprovou a mulher, balançando a cabeça.
- É a vida. Terei de chegar a juiz-de-direito efetivo. Depois preciso sentar-me na corte. E não é com independência que um pobre diabo, como eu, sentaria a bunda numa daquelas venerandas cadeiras. (CARVALHO, 2001, p. 182-183).

José Sampaio deixa clara a rotina da corte, afirma à esposa que tudo é um faz de conta, os julgamentos não têm consistência judiciária, são pautados pelas vontades dos governos. Gracinha já não era mais aquela moça ingênua e matuta de Santana do Cariri. Ela reage à resignação do marido e chega ao ponto de chamá-lo de hipócrita. Ela cresce ao longo

da narrativa e agora se interessa pelos problemas da cidade, em destaque os que afetavam a vida das famílias. E seu espírito não aceitava o fato de candidatos a deputados gastarem milhões de cruzeiros com eleitores, sabendo-se que, no total de quatro anos, não se ganhava nem um quinto dessas despesas. Outro fato para o qual ela queria uma explicação lógica era o despejo dos pobres com a derrubada das favelas. Ela questionava que, em toda parte, havia pobres e ricos e que ainda não conhecera uma separação dessas classes. Gracinha cita vários exemplos, defendendo a sua posição ideológica e, finalmente, pede explicação ao marido. José Sampaio diz que toda cidade grande é assim e tenta esclarecer, mas a esposa conclui que a ação dos despejos é injusta. Apesar da argumentação da esposa, José Sampaio retruca:

- Existe a lei, minha filha. A lei garante e protege a propriedade privada. A justiça para julgar bem, não é representada por uma deusa com venda nos olhos?
- A esposa não se contentava de todo:
- Na última campanha eleitoral, os candidatos a prefeitura não prometeram mundos e fundos aos pobres ameaçados de despejo?
- Prometeram, sim.
- E por que não cumprem? Os jornais por que não defendem a pobreza? (CARVALHO, 2001, p. 188-189).

Mais uma vez o autor critica e questiona a parcialidade da justiça. O juiz defende a instituição judiciária perante a esposa e justifica que a lei é a lei e a mesma existe também para defender a propriedade privada. A resposta de José Sampaio ignora, no entanto, os despejados que, segundo Gracinha, tinham recebido promessas de políticos nas últimas eleições de que não seriam afugentados de suas moradias, no entanto, a promessa não foi cumprida.

Surge um novo escândalo: um alto comerciante e político é surpreendido realizando uma vultosa importação clandestina de linhos. Doutor José Sampaio, ao ler a notícia nos jornais, fala:

- Virá, na certa um mandado –de- segurança. Com franqueza: eu me sentia muito mais feliz em Aquiraz.
- Gracinha ironizou:
- Se vier, será concedido. Firma tradicional e conceituada se meteria em falsificação de documentos? Garanto como o presidente da corte tem o mesmo pensamento...
- Você, Gracinha, está avançando o sinal – admoestou o marido – não lhe conto mais nada. (CARVALHO, 2001, p. 189).

Enfim, não foi dado o mandado de segurança, e as medidas judiciais, solicitadas pelo Banco do Brasil não surtiram efeito. Finalmente, o contrabandista, “foi cantado em prosa candente como o ‘ladrão tropical’. Ele ficou mais rico, mais forte, mais glorioso”. É

interessante a ironia do autor, por meio da personagem Gracinha, quando esta diz que deve tratar-se de firma tradicional e, como a mesma não se meteria em falsificação de documentos, deveria, portanto, receber o mandado de segurança. José Sampaio ofende-se com a ousadia de Gracinha em falar a verdade.

Os políticos manipulavam a imprensa para que ela fosse parcial, representando e defendendo as decisões deles. Por outro lado, o doutor José Sampaio vivia um desconforto interno, provocado pela sua consciência que o incomodava após ele tomar decisões injustas, negando a justiça a quem merecia. Esse desconforto serve para criar uma consciência interna à narrativa, que condena aquele comportamento, e denuncia, ao mesmo tempo, que esse é o único meio que ele encontra para subir na carreira judiciária.

3.1.1.8 Aracati

Mais uma mudança de José Sampaio, mais uma cidade para conhecer e viver. O juiz recebe a visita do presidente da corte, interessado em mais uma remoção que, segundo o desembargador presidente, interessaria tanto a ele, e por trás, ao Governo, por trazer a Fortaleza um apadrinhado seu, quanto a José Sampaio porque se tratava de uma comarca de terceira entrância que traz outras oportunidades para a carreira do magistrado. Dali para Crato ou Sobral, seria apenas um passo. “Entre Sobral e Fortaleza, a distância é curta, se aceitar faz-se um arranjo” (CARVALHO, 2001, p. 192). Ele aceitou sem vacilar e foi na frente preparar tudo para a família, que iria depois. José Sampaio sempre estava disponível a essas mudanças para atender as manobras da política de favores muito comum entre os governos, mas nesse jogo ninguém saía perdendo, ele também se beneficiava dos favores. Quando cada plano era apresentado a José Sampaio, já estava claro o que ele ganharia com a remoção.

Aracati é vista pelo juiz como uma cidade boa, calma, de planície, de rios grandes como o Jaguaribe, de sobrados altos devido às cheias do rio. Ele fala com Castorina, dona do hotel em que se hospedara, sobre suas leituras acerca da cidade. Relata que lá nasceu a indústria da carne seca, copiada pelos gaúchos, entre outras informações. É interessante notar que, em cada espaço pelo qual José Sampaio passa, são dadas informações sobre as atividades produtivas. Essas informações também são motivadas pelo problema da seca, presente em toda a narrativa.

José Sampaio perseguia um *status* na esfera do saber científico que traria para ele mais notoriedade na sociedade cearense. Como Aracati é uma cidade com um potencial turístico e econômico muito promissor, José Sampaio se motiva a estudar e pesquisar a

cidade. A posição de pesquisador e escritor reconhecido completaria a sua realização pessoal. Na conversa com Gracinha, José Sampaio se empolga e diz que não perderá o seu tempo como em Santana e Aquiraz: “vou estudar os costumes e os problemas do Aracati. Não me falta jeito para escrever. Quem sabe se não escreverei um livresco?” (CARVALHO, 2001, p. 197). Gracinha conhecendo o cotidiano do marido, sua natureza e incoerências, duvida da concretude das suas ideias:

- Ora, ora! Duvidou a mulher. – Antes de você, quantos juízes já houve?
- Muitos.
- E estudaram os costumes e os problemas do Aracati? Cadê os livros que eles publicaram?
- Efetivamente, nada estudaram e nada publicaram. Gracinha foi franca:
- Com você sucederá o mesmo.
- Talvez não.
- Pois tome este conselho: assim que chegarmos, comece a conversar sobre a família do seu pai. Ele não sente tanto orgulho de ser Nogueira? Por que não faz um estudo da sua própria família?
- Boa lembrança. Você, Gracinha, está progredindo.
- Progredindo? Eu nunca fui burra, não. O que me faltou na vida foi estímulo. [...] não nota que eu gosto de ler jornais? Não viu ainda que eu leio os jornais de cabo a rabo? Se você conversasse sempre comigo, trocando idéias, quem sabe se eu não melhorava ainda mais. (CARVALHO, 2001, p. 197).

Ao chegarem à cidade, eles viam a paisagem dos carnaubais, os cataventos de madeira e os pequenos sítios verdejantes. Foram ao sobrado, e Gracinha não gostou, achou o mesmo muito velho. Logo apareceram as costumeiras visitas ilustres, como em cada cidade que o juiz passava. Eram o promotor, os escrivãos, o padre e o prefeito, que era bacharel em geografia e apegado a estudos de História. Ele falava da geografia da cidade, mostrando a ponte e o porto, explicando que, depois dessas construções, Aracati reconquistaria o esplendor de outrora. Dizia ainda que, pela antiga Santa Cruz de Aracati, tinham passado mercadorias portuguesas e inglesas, notícias da Revolução Francesa, da Inconfidência Mineira, da Confederação do Equador e da Guerra dos Farrapos.

Com todo esse estímulo vindo da ambiência do próprio lugar, o doutor José Sampaio parecia mudado, com gosto para leitura, passa a acordar cedo para ler os livros sobre a cidade adquiridos em Fortaleza. Ele começa pela geografia para entender melhor o meio físico “onde, através dos tempos, se teceu a crônica turbulenta de fazendeiros em luta entre si pela posse de terras, ou contra os índios, inconformados com a ‘ideia de que o gado pudesse ter dono’” (CARVALHO, 2001, p. 206).

Gracinha observava essa mudança:

– Quem te viu e quem te vê? Aqui, felizmente, é como Aquiraz: o juiz não recebe pedidos, não sofre imposições.

O marido pilheriou:

– Agora, porque estamos longe da eleição. Em cinquenta e quatro, o caldeirão ferveu aqui. Duas irradiadoras se descompunham de manhã até a noite. A vida privada dos políticos veio para o meio da rua.

– Assim?

– Assim. (CARVALHO, 2001, p. 205).

Gracinha que conhecia muito bem o marido se admira da sua mudança, mas, subjacente a essa atitude de José Sampaio, há um projeto pessoal que o impulsiona a se tornar um homem ilustrado do Ceará. Com isso, se completa o seu plano de elevação social, imprescindível em sua vida. Quando Gracinha o inquiriu acerca de suas relações com os políticos da cidade, pensando que em Aracati tudo parecia diferente, José Sampaio acredita que nada será diferente das cidades onde passou, é só uma questão de tempo, mas isso é posto por ele em segundo plano, naquele momento, é uma preocupação menor.

Mais uma vez, surge na narrativa a crítica à hipocrisia do clero. Agora se trata dos irmãos maristas sempre presentes na casa do doutor José Sampaio. Eles dirigiam uma escola bem conceituada em Aracati. Procuraram o juiz para conversas sobre geografia, história e política, mas tinham outras intenções ainda não postas. Certa vez Gracinha advertiu o marido sobre a assídua frequência dos religiosos na sua casa:

– Estes maristas são muito preparados, isso são. Mas eles querem é saber o que você realmente é, udenista, pessedista, integralista ou comunista. Quem não sente?

Nogueira, rindo:

– Acabou-se a matutinha de Santana. Veja o que é viver na companhia de um homem ilustrado... (CARVALHO, 2001, p. 209).

Pelo que se entende da narrativa, os irmãos maristas exercem influência na política de Aracati e queriam o doutor José Sampaio como aliado político para se fortalecerem em sua política. No discurso deles, percebemos uma grande preocupação com a ponte e um sistema de água potável para a cidade. Até aí nada ruim, pensando que esses bens seriam para a coletividade de Aracati, porém, nos parece haver uma expectativa negativa de como isso ocorreria. Outro ponto interessante é o crescente entusiasmo de José Sampaio pelo *status* de homem ilustrado. Ele mesmo se autodenomina assim. Para entendermos melhor a situação, leiamos outro excerto da narrativa:

– Vamos fazer força pela ponte – lembrava o irmão Joaquim.

Irmão Pedro assentia, mas acrescentava:

– Pela ponte e pelo serviço d'água. Bebemos uma água incrível. A água dos franceses é boa. O diabo é que a burocracia emperra tudo. Culpa do DNOCS²⁸, doutor José?

O juiz alertado pela mulher, preferiu mergulhar no passado:

– O xarqueia-nos dando uma civilização. [...]

Irmão Joaquim insistia, porém:

– Afinal, a quem vamos dever a construção da ponte? Ao Beni? Ao Virgílio? Ao Ernesto?

O magistrado continuava em suas tranquilas e nada perigosas incursões pelo passado:

– Parece que estou vendo: maré cheia, a água borbulhante do rio, [...]. (CARVALHO, 2001, p. 212).

A visão dos padres maristas é a mesma apresentada para os clérigos anteriores, a do favor, do assistencialismo, do mandonismo. Vemos isso pela interrogação que o irmão Joaquim faz “a quem vamos dever a construção da ponte?”. Mas José Sampaio continuava desconversando. Sua erudição sobre o passado é uma forma de manter-se fora do presente, de não tomar posição, de continuar passivo e assim conservar-se disponível para ir ao sabor da correnteza, como de costume. Não vemos posição crítica nenhuma na sua fala, é como se ele fosse levado por um turbilhão de fatos que o empurram a tomar a decisão ditada por outros. Apesar desse alheamento do juiz, os padres não desistiam de voltar a casa dele. Certa vez, iniciam uma conversa sobre a vida do procurador doutor Cordeiro em relação a empréstimo de dinheiro e aos interesses do mesmo em ser promovido desembargador. Porém, com a frieza com que José Sampaio respondia, os padres, desanimados, logo se despediram. Gracinha é que se mostrava irritada com a insistência dos padres. “Aqueles homens são espiões, José. Querem por força saber o que você pensa de política. Já me disseram que eles são pessedistas. Eu sou pessedista, mas não suporto aqueles padres” (CARVALHO, 2001, p. 214).

Em pouco tempo após a sondagem dos clérigos, José Sampaio recebe a visita de uma comissão composta por escrivães, promotores e o prefeito para resolverem problemas de documentação de uma emissora de rádio da cidade. Após o preenchimento e assinatura da documentação, o escrivão Zorobabel introduz o assunto da construção de Brasília. Ele diz que, se fosse mais jovem, iria trabalhar lá. José Sampaio admirou-se da afirmação do escrivão e entrou no assunto:

²⁸“Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, antigo IFOCS – Inspeção Federal de Obras Contra as Secas, antigo IOCS (Inspeção de Obras Contra as Secas) – esse órgão, assim como outros tais quais o Banco do Nordeste do Brasil e, posteriormente, a Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) foram ‘capturados’ para usar a expressão de Francisco de Oliveira por grupos políticos e oligárquicos que controlam as instituições do Governo. Esses órgãos passam a atuar em seu benefício, mesmo que tenham sido criados com outros objetivos” (SOUZA, 2002, p. 86, 93, 97).

– Para Brasília?

– Sim, para Brasília. O Nordeste todo acabará indo para a Novacap.²⁹ As nossas fazendas e os nossos carnaubais Já se acham sob o olhar da serpente. Os paus de arara atravessam todas as semanas o município. Já se nota a falta de braços. E não é devido ao trabalho da ponte. É por causa de Brasília.

– A maior parte voltará, asseverou o juiz.

O escrivão, homem experiente e vivido, retomou a palavra:

– Realmente, muitos voltarão. Mas os que regressam não contam a fome que passaram fora do Ceará. E, assim, continuará a loucura através dos tempos. (CARVALHO, 2001, p. 216).

Ao usar esse tema, Carvalho faz uma crítica ao êxodo de Nordestinos para a nova capital e para mostrar a total ignorância das pessoas acerca da realidade do país naquele período quando muitos passaram fome, outros não regressaram as suas famílias e alguns até perderam suas vidas. O comentário de José Sampaio de que “a maior parte voltará”, denota a sua ignorância da história da construção da cidade. Ao cruzarmos a fala de Zorobabel e a do narrador, percebemos algumas incoerências. Primeiro, Zorobabel diz que, se fosse mais jovem, iria trabalhar em Brasília, transparecendo ser algo bom para ele, por outro lado, o narrador fala que ele é experiente e por isso sabe que ir pra lá significa haver possibilidade de não voltar para o Ceará, passar fome e isso tudo é uma “loucura que continuará através dos tempos”, algo ruim e negativo.

Por Aracati ser uma cidade histórica e onde o pai de José Sampaio nascera, o juiz se estimula cada vez mais a pesquisar e escrever sobre a História e a Geografia da cidade. Depois que inicia os estudos e pesquisas, ele deseja receber o reconhecimento do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará, órgão que concede prestígio intelectual perante a sociedade. A partir desse tema e do conhecimento da produção crítica de Carvalho, notamos que ele faz algumas ironias aos sócios da referida instituição. Uma delas é a própria admissão de José Sampaio como membro desse órgão, visto que ele era um homem se mostrava sempre preguiçoso e pouco afeito aos estudos. Leiamos o fragmento do texto a respeito do assunto:

No curso de uma semana, doutor José Nogueira entrará em contato com alguns membros do Instituto Histórico. Aludiu às observações que anotara no município de Aracati. Colhera dados novos sobre as xarqueadas. Estudara também problemas da atualidade: cera, pesca, vida dos operários da fábrica de tecidos, vida nos carnaubais. Detivera-se, outrossim, em pesquisas sobre rendas e labirintos.

– O doutor precisa visitar o Instituto. Vou aproximá-lo dos novos e dos velhos da nossa casa. Prometeu um dos sócios.

– Não sei como agradecer-lhe. É hoje uma das mais ardentes aspirações: pôr-me em contato com os sábios. (CARVALHO, 2001, p. 219).

²⁹Novacap: designação vulgarmente dada para a Nova Capital do Brasil. Empresa: Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. (GRANDE ENCICLOPÉDIA Delta Larousse. v. 3. ble-car. Rio de Janeiro: Delta S.A., 1979. p. 1083).

O juiz foi apresentado aos sábios do Instituto. O presidente falou sobre o “culto” magistrado doutor José Sampaio Nogueira, que, seguindo os protocolos da Casa do Marquês, se iniciara nos estudos de História, Geografia e costumes do nosso povo, agora respaldado pela maior Instituição do Estado em se tratando de pesquisas do gênero. Vemos novamente o desejo de José Sampaio em se afirmar como intelectual, ocupando agora um espaço representativo de pessoas eruditas. Ele quer fazer parte de uma instituição que reúne a elite intelectual do Ceará, portanto, prepara, a cada momento, sua ascensão também nesse aspecto, procurando fazer fama de ilustrado para ser bem aceito na alta sociedade. É interessante notar a verve irônica de Carvalho ao falar dos temas pesquisados pelos sábios do Instituto. O primeiro era que o Arcebispo, o príncipe da Igreja Católica, era descendente de Diogo Álvares de Gouveia, o Caramuru. Toda a assembleia ficou surpresa, e um dos “novos” perguntou emocionado: “Com a Paraguaçu?”. Outro caso bastante curioso era que, num dos subúrbios da capital, havia um cajueiro secular que teria sido testemunha de importantes fatos históricos. Para o caso, o presidente denominou comissão para se avaliar e estudar. Foram averiguar o cajueiro, mas não houve consenso se a árvore seria considerada patrimônio histórico, até que um dos sábios, semifechando os olhos, sentenciou:

– Não há provas, é verdade, dos fatos testemunhados pelo cajueiro. E é uma pena. Mas, de qualquer forma, trata-se de uma árvore realmente antiga, o que é atestado pela grossura da casca.

E com um canivete de cabo de marfim, do almirante Cockrane, tentou ferir o cajueiro:

– Vejam! Essa dureza indica uma existência multiseular!

Um dos componentes da comissão, aproximando-se do tronco:

– Nem tudo que é velho deve ser considerado histórico.

Ficou aí. A comissão deu conta de seu trabalho ao presidente. (CARVALHO, 2001, p. 221).

O Presidente sempre desconfiava de todos os estudos já feitos em geografia, história e etnografia do Ceará. Pessimista, ele apenas disse que já previa o insucesso. Em casa, Gracinha sentia a maior admiração pelo marido que se interessava mais pelos estudos e pesquisas e que agora atinava para a escrita. Parece-nos que o autor quis expor certa hipocrisia na instituição no que toca à falta de um real compromisso dos membros com as pesquisas históricas e geográficas do Ceará. Percebemos que a intenção do autor foi mostrar a falta de competência de alguns “sábios” do Instituto em pesquisar o que realmente teria valor em termos de pesquisa para o Estado.

3.1.1.9 Sobral

O presidente da corte convidou doutor José Sampaio a ocupar a vaga da comarca de Sobral, promoção antes rejeitada por alguns juízes consultados. Em sua carreira na magistratura, seria importante a sua transferência para essa comarca. Ao assumir a nova posição, José Sampaio enfrenta problemas no dia a dia com os dois chefes políticos do local, o major Lucas e o deputado Chico Almendra, vulgo Onça, o qual havia indicado o nome de José Sampaio para juiz dessa comarca ao presidente:

- Pois bem – respondeu Chico Almendra – o doutor dormiu bastante. Agora vai voltar a atividade, embora a meu pedido.
- A seu pedido?
- Perfeitamente. Fui eu quem lembrou o seu nome ao presidente da Corte. Tive boas informações do doutor. É um juiz sério e competente. Ademais, cheio de aspirações. O tenente não quer chegar a general? Logo todo juiz sonha com uma cadeira de desembargador. Não estou falando certo?
- Realmente, todos nós, juízes, aspiramos à beca de desembargador. É uma aspiração lógica, natural. Eu mentiria, se afirmasse o contrário. (CARVALHO, 2001, p. 239).

Chico Almendra toca no ponto fraco de José Sampaio, o sonho de chegar à desembargadoria. Com esse recado dado ao juiz, o deputado espera que ele “leia na sua cartilha”, ou seja, faça o de que realmente seu partido político precise. Sobral começa a ferver pela iminente chegada das eleições.

Ocorreria o pleito para deputados federais, estaduais e para prefeito. Os dois líderes políticos tinham candidatos a deputados e prefeitos de partidos diferentes: a UDN e o PSD. O juiz se envolvia com a política local, a ponto de ser parcial pelos situacionistas do PSD, ou seja, os oncistas. Nos comícios, Chico Onça e seus candidatos a vereadores, deputados e o prefeito doutor Juvêncio do PSD eram atacados pela oposição, representada por major Lucas e Padre Mariano que era o candidato a prefeito do UDN. Até mesmo as famílias de doutor José Sampaio e de major Lucas se envolviam nas disputas eleitorais: Gracinha e Dona Lalá, esposa do major Lucas, agrediam-se em discussões e indiretas:

- Dona Gracinha, diga a seu marido pra não confiar no Onça. É um falso, minha senhora. Ele é como o Acaraú. O rio, ontem, não estava cheio? Não dava a entender que era mesmo o inverno? E hoje? Não está seco de novo! O Onça é do mesmo jeito: promete, dá esperança e falta no fim.
- A mulher do juiz tranquilizava a vizinha:
- Não tenha cuidado. José sabe o que faz e conhece a situação política de Sobral. Olhe: ele não tem partido. É juiz, só juiz.

Major Lucas, por sua vez, procurou minar quanto possível o prestígio do coronel Chico, junto ao juiz da segunda vara: – Doutor José, ele está fazendo praça de que é dono do senhor, embora o povo não acredite. (CARVALHO, 2001, p. 244-245).

Vimos uma situação de disputa pelo poder político entre dois chefes governistas de Sobral. A ação desses personagens nos mostra uma sociedade em balbúrdia política, onde as pessoas se agrediam verbal e moralmente e, às vezes, até fisicamente. Em conversa com José Sampaio, o Major Lucas denegria a imagem do coronel Chico, mas José Sampaio tenta desviar o assunto fazendo perguntas sobre a vida do fazendeiro, seu trabalho e suas rendas. Diante das interrogações do novo juiz, o coronel aproveita para desabafar dizendo que o fazendeiro hoje é um pobre, sem riquezas, mesmo que possua terras. Dessa forma, o coronel tenta expor um quadro de abandono e mudanças ocorridas no interior do Ceará na área da economia, segundo sua ótica, assim, o major lembra:

- Não vejo, não. E, vejo sim. Vejo esta: tenho uns duzentos votos e vou ver se posso vendê-los.
- E os votos não lhe pertencem? Como é que ainda vai ver se pode vendê-los?
- Até a última eleição, pertenciam. Mas, agora, a coisa é diferente.
- Por que diferente?
- Ora por quê? Por isto, meu caro doutor: de primeiro, nós vendíamos os votos diretamente ao candidato a deputado estadual, [...] à câmara, [...] ao senador. Recebíamos os cobres, fazíamos as despesas com o máximo de economia e, assim, sobrava alguma coisa pra gente pagar uma dívida, comprar um touro melhor, endireitar as “mangas”. Mas os candidatos hoje já se entendem com os chefetes dos Distritos, donos de quarenta, cinquenta ou sessenta votos. É, pois, dinheiro que nos escapa, a nós que arranjamos a nomeação de professoras, de subdelegados, de inspetores de quarteirão. Agora os candidatos já não dão confiança aos que eles chamam de “coronéis. Ora coronéis! O coronel já se acabou. Havia coronel quando os fazendeiros tinham gado, lavoura, dinheiro. Hoje não passamos de uns pobretões. (CARVALHO, 2001, p. 246).

Observamos que José Sampaio fala sobre o voto de cabresto com muita naturalidade. É como se isso não significasse um ato inaceitável à boa política dentro do processo eleitoral. O modo como ele fala nos parece um assunto normal e corriqueiro em sua vida de juiz. Carvalho, a partir dessa matéria regional das disputas entre candidatos nos pleitos eleitorais, critica esse sistema arcaico em que a péssima política tem se mantido a vida toda e cuja herança permanece ainda hoje em nosso Estado. O autor quer mostrar o atraso social por meio de personagens viciados nessas práticas conservadoras, denotando um descompasso perante o vigente sistema social moderno. Essa desorganização e desequilíbrio estão presentes em alguns personagens de José Lins do Rego que pode ser mais explorado posteriormente em um trabalho de maior fôlego. Sobre isso é interessante lermos o que fala Candido (2004, p. 57):

José Lins do Rego tem a vocação das situações anormais e de personagens em desorganização. Os seus são sempre indivíduos colocados numa linha perigosa, em equilíbrio instável entre o que foram e o que não serão mais, angustiados por essa condição de desequilíbrio que cria tensões dramáticas, ambientes densamente carregados de tragédia, atmosferas opressivas, em que o irremediável anda solto.

Inicialmente, pensamos estar num mundo fictício onde personagens como José Sampaio, os padres Zé Coelho, Diniz e os maristas, os coronéis Ramir, Major Lucas, Chico Onça e Dona Rosa, a Dama e o Macacão tipificam grupos sociais de domínios fora do seu código moral, social e ético. É como se Carvalho os colocasse numa zona instável frente às normas sociais, apresentando o comportamento deles em sociedade. Diferentemente do mundo de José Lins do Rego, aqui não é enfatizado algo do passado deles, eles são o presente. É como se eles sempre tivessem sido o que são agora. Porém, observando pelo aspecto psicológico, não há no romance de Carvalho nenhum sentimento dramático, de mudança, de perigo. O mundo que ele representa parece bastante estável, posto, sem surpresas.

Os personagens podem sentir desconforto, mas não se rebelam realmente, não se tornam inadaptados ou problemáticos em algum sentido. Por isso, não há drama. Em sentido profundo, não há conflito. Ao lermos o que Candido escreve sobre o personagem José Paulino, do romance *Fogo Morto* (1943), podemos ver que esse romance retrata uma mudança importante: a passagem do velho engenho para a usina. Porém, *Sua majestade o Juiz* não menciona uma mudança, mas apresenta fatos acontecidos. Não há um personagem que experimente, em sua vida, ao longo do romance, efeitos de mudança.

Em se tratando da escolha dos personagens, podemos ver algo em comum nos tipos de personagens escolhidos por Rego e Carvalho como também os seus modos de ser, por exemplo, o sentimento de poder e domínio que há neles, que também encaminham a narrativa de Carvalho. Na tentativa de entendermos melhor o exposto, leiamos mais um excerto do texto de Candido:

Ao alto, o velho José Paulino, do Santa Rosa, *deus ex-machina* nas questões dos parentes, dominando serenamente a várzea com a sua estatura de rico senhor de sete engenhos, chefe político do governo, não pagando impostos com a tranquilidade de quem desfruta um privilégio, alvo das invejas de uns, da oposição aberta de outros. A sua ação se organiza dentro do antigo código patriarcal, ainda permitido graças às condições econômicas sobre que assenta a autoridade do velho senhor. As relações entre os parentes são reguladas por ele, e acorrer as suas dificuldades é um dever de patriarca a que ele nunca foge. A sua voz é ouvida pelas autoridades policiais; o governo atende os seus pedidos; o cangaceiro Antonio Silvino acata os seus desejos, porque estabeleceu com ele um *modus vivendi*. O seu prestígio garante a sua autoridade; a sua riqueza garante o seu prestígio. (REGO *apud* CANDIDO, 2004, p. 58).

Esse trecho nos mostra, claramente, o domínio de um coronel sobre sua região e família. Carvalho, diferentemente de José Lins do Rego, sai do ambiente familiar e de seus dramas para o problema social, coletivo, expondo não os dramas individuais, mas a exposição do cotidiano das instituições públicas, do poder judiciário e do executivo municipal e estadual, surpreendidos pela corrupção. Esse ambiente não é de tragédias e de dramas de alta tensão psicológica, mas de fatos da esfera do institucional, da política cearense, dos eventos de ordem coletiva e pública. Doutor José Sampaio parecia não gostar de se envolver com as disputas políticas entre os mandantes, mas quando vislumbrava a possibilidade de ganhos pessoais correspondia aos estímulos do sistema político. Rego apresenta um personagem, o coronel José Paulino, não muito afinado com a esfera do Estado, mais voltado às coisas da família e de seus domínios. Ao contrário de José Paulino, José Sampaio se utilizava do tráfico de influência nos Governos políticos para conseguir apoio e acabava tomando partido nas eleições que ferviam o caldeirão político de Sobral. Nesse ambiente, havia a venda e compra de votos, os candidatos contrabandistas envolvidos em escândalos de licenças falsas, e aqueles que eram pobres e, após se iniciarem na política, apareciam com grandes fortunas. Numa das conversas entre José Sampaio e Major Lucas, o juiz pergunta ao Major:

- O coronel Chico é também pobre como vocês, fazendeiros sem carnaubais...
- Pobre o Chico?! Santo Deus! Ah, doutor não se faça de inocente! O Chico Onça é uma das fortunas de Sobral, isto é, do ano passado pra cá.
- Do ano passado pra cá?
- Sim. Ele tem “caixinha” do Departamento. Ele não cobra comissão dos empreiteiros pelas obras que arranja pra eles no tal Departamento? Ele não faz negociatas na Secretaria de Agricultura? Ele, como deputado federal, não consegue e recebe subvenções pra sociedades que só existem na cachola dele? Na seca deste ano, a fortuna dele se multiplicará por cem. Não virão obras federais? O estado mesmo não vai fazer o que puder, pra dar serviço aos “retirantes”? Doutor do meu coração, trate de perder essa inocência! A seca será mais uma mina pro coronel. Já ouviu falar no palácio que ele vai construir aqui em Sobral? (CARVALHO, 2001, p. 249).

Todos os coronéis tinham as mesmas aspirações: os privilégios pessoais, a coisa pública confundida com a particular. Nos pleitos eleitorais, eles se utilizavam dos recursos públicos para benefício das candidaturas. O candidato do major Lucas, o padre Mariano do partido da UDN leva vantagem sobre Juvêncio do PSD, candidato de Chico Onça. Ao se sentir em apuros, Chico Onça procura doutor José Sampaio para que o mesmo faça uma reaçãozinha:

[...] – Como? – perguntou o juiz da segunda vara.
O coronel insinuou:

– Dificultando o alistamento (dos situacionistas sobralenses – grifos nossos) dos meus adversários. É tão fácil. Quando a gente quer, tudo é fácil. Não foi tão fácil o doutor ser promovido?

Doutor José Sampaio sempre foi um bom entendedor, na sua carreira de magistrado.

– Está bem – disse. – Faz o que se puder. [...]. (CARVALHO, 2001, p. 251).

Mais uma vez, José Sampaio repete o que fez em Santana, sendo parcial e aceitando fielmente a solicitação do deputado que havia influenciado na sua remoção para Sobral. É um jogo de “toma lá dá cá”. O plano do deputado Chico Onça é posto em prática pelo juiz. Ele passa a tratar mal os adversários do seu grupo político, pretextando enxaqueca. Quando tinha de fazer o alistamento de algum udenista, indeferia requerimentos de possíveis eleitores da UDN. A situação em Sobral era de discórdias partidárias, cada lado se defendia e acusava ao mesmo tempo, além do mal social que deixava saldos de ignorância e miséria para a população. Para completar, nova seca acomete a região, o gado de alguns fazendeiros era levado para outros lugares: Piauí, litoral, etc. Na capital, a política atravessava momentos difíceis. “O deputado Chico Onça, que aceitara a vice-governadoria na chapa da situação, acabara de romper com a UDN. Agora, PTB³⁰ e PSD passavam a ter o mesmo candidato para a sucessão estadual” (CARVALHO, 2001, p. 252). Em Sobral, em todos os lugares, bares, ruas, acendiam-se as discussões políticas. Nos comícios, ouviam-se os ataques, “Chico Onça foi rudemente tratado pelos oradores adversários” (CARVALHO, 2001, p. 252). Ele, além de político, era homem de negócios. Como petebista passou a influenciar na distribuição dos serviços federais de emergência e só admitia os que lhe jurassem fidelidade:

E, enquanto estabelecia verdadeira e desumana discriminação partidária na matrícula de trabalhadores, cuidava de empregar gente da sua inteira confiança, não apenas em Sobral, mas em vários municípios da zona norte. E, assim, forjavam-se espantosas folhas de pagamento, com milhares de “cassacos”, com centenas de feitores e de apontadores que não tinham existência real. Debalde, a imprensa governista denunciou o escândalo. A discriminação e a fraude eram constantes nos trabalhos ordenados, [...]. (CARVALHO, 2001, p. 253).

Praticar atos discriminatórios com pessoas pobres, trabalhadores necessitados, mostra-nos o quanto o deputado Chico Onça era corrupto e o quanto José Sampaio era alienado politicamente, ao ponto de, mesmo sendo um juiz, tomar partido político, ser parcial. Forjar uma folha de pagamento fictícia significa estelionato. Esses atos de corrupção são denunciados pelo autor, que descreve em abundância casos e mais casos escandalosos.

³⁰Partido Trabalhista Brasileiro. Fundado em 1945 sob a inspiração de Getúlio Vargas. No Ceará, juntamente com o PSP (Partido Social Progressista) é liderança alternativa na dinâmica política. Teve ascensão nas duas últimas eleições desse período. Essa realidade mostra o declínio da liderança de Olavo Oliveira, do PSP, e a liderança em ascensão de Carlos Jereissati, do PTB. (SOUZA, 2002, p. 384).

Nos comícios, os ataques ao juiz José Sampaio não soaram bem aos seus ouvidos nem de sua família, que se envolvia nas brigas com a família do major Lucas. José Filho, ao ouvir os ataques a seu pai, proferidos no comício, pergunta a ele:

- Você como juiz não podia dissolver aquele comício? Um juiz pode ser atacado na praça pública? [...] O juiz rosnava insultos baixinho. Por fim explodiu:
- Ainda não havia tomado posição na campanha política. Mas tomo agora. Sou contra a UDN. Sou contra o governo. Foi ouvido por Lucas. [...] o fazendeiro advertiu:
- [...], na qualidade de juiz, não pode se desmanchar em favores a uma das partes em luta, como o senhor vem fazendo aqui. [...]
- Gracinha interveio:
- Major Lucas, fique lá com os seus amigos. E respeite a casa do juiz.[...].
- O major exasperou-se:
- Seu marido é quem desrespeita a própria casa. Como é que um juiz, entre as paredes da sua residência e pra ser ouvido pelos vizinhos, grita que vai tomar posição política em favor de Chico Onça? (CARVALHO, 2001, p. 254).

Depois dessa discussão entre famílias, viriam outras brigas em comício quando a oposição resolve amplificar o grau de ataques morais à pessoa do juiz de Sobral. Gracinha, ao ouvir tantas calúnias ao marido, sugere que ele tire uma licença e saia daquele lugar de tantas hostilidades políticas. Porém, José Sampaio responde que entrou na guerra e marcharia com o deputado até o fim e, cheio de esperanças, dizia à esposa: “não é possível que não saibam compensar os meus serviços e a minha lealdade” (CARVALHO, 2001, p. 256). Mal o doutor José Sampaio concluía essas palavras, quando ouviu os ataques a sua pessoa:

- [...] É o canalha do juiz da segunda vara? Por que não vem ouvir de corpo presente a repulsa do povo livre de Sobral ao seu criminoso servilismo e à sua vergonhosa parcialidade? Ande, doutor! Ponha a gravata, tome o palitô e venha ouvir de perto as nossas palavras de protesto e de censura. O senhor, sem dúvida, aspira a uma cadeira na Corte. Chico Onça, nós todos sabemos, lhe fez essa promessa. Mas, doutor juiz, que será Chico Onça depois das eleições?
- O magistrado bramiu:
- Não tenho nervos, Gracinha, pra suportar tanto insulto. Não haverá um meio de evitar a desmoralização da justiça? (Como eram vizinhos, - grifos nossos), major Lucas mergulhou a cabeça na porta de José Sampaio:
- Quem desmoraliza a justiça é o senhor e não nós!
- Eu posso processá-lo – Gritou o juiz – Retire-se da minha presença.
- Processar-me? O senhor processar-me – bradou o fazendeiro – Então o senhor pratica a fraude, comete o crime e sou eu quem vai pra cadeia? Ah, o senhor está no mundo da lua! (CARVALHO, 2001, p. 256-257).

Ele tinha atitudes contraditórias. Por um lado, não se sentia bem no meio das disputas eleitorais, mas, por outro, era leal ao representante político e desleal ao povo, na medida em que compactuava com as diversas formas de desviar recursos do patrimônio público para políticos corruptos. Após o seu caro apoio, esperava reconhecimento e

compensação, mas também tinha que suportar o gosto amargo dos atentados morais que sofria.

Em Iguatu, no funeral de seu pai, o doutor mistura lágrimas com os planos de sair do inferno que estava sendo Sobral para viver em Fortaleza, no bairro Aldeota. Ele queria voltar para Fortaleza e ser promovido a desembargador. Achava Sobral muito quente, além de estar sufocado pelas solicitações de apoio e pelos escárnios que vinha sofrendo da oposição.

José Sampaio se preocupava unicamente com seus interesses pessoais e com a sonhada promoção, o que lhe garantia uma vida burguesa regalada e farta. Não lhe interessava saber qual dos candidatos poderia beneficiar a população de Sobral. Seus interesses não representavam um projeto coletivo. Para ilustrarmos, localmente, essa problemática social exposta por Carvalho, destacamos o que fala Lustosa da Costa (COSTA, 1987, p. 76) sobre a história do coronel e político dessa cidade José Sabóia, que viveu de 1871 a 1950:

[...] José Sabóia [...] formou-se pela Faculdade de Direito de Recife. [...] Juiz de 1892 a 1936, reinou absoluto na cidade até que foi aposentado compulsoriamente [...] com o objetivo expresso de afastá-lo do cargo e esvaziar-lhe a tremenda influência política que exercia na região. Casado com Dona Sinhá Sabóia, filha do Doutor Paulinha, falecido no Rio como Deputado Federal, neta do Senador Paulo Pessoa, “o Senador dos bois”. Durante cinquenta anos, foi o homem mais importante de Sobral. Enfeixava o poder econômico porque era dono da fábrica de tecidos e de 16 fazendas de gado no Ceará e Piauí, herdadas do pai e do sogro. E o poder político porque controlava, com mão forte, a justiça, gozando a segurança da vitaliciedade de magistrado e o Partido Republicano Conservador, depois PSD e, por fim, UDN.

A partir do estudo de Lustosa da Costa, vemos que, no Ceará, havia vários tipos de político. No começo da história, usava-se o nome de coronel, porém vimos que houve uma evolução, ampliando-se os interesses políticos desses homens que tinham poder e prestígio oriundos de seus bens materiais – grandes propriedades, fábricas e indústrias ou de sua formação acadêmica – advogados militares e outros. Disso tudo, tinha-se uma junção de papéis que faziam com que essas pessoas congregassem um poderio que abrangia domínios geográficos e regiões culturais, mantendo-se, assim, uma política conservadora. O comportamento desses indivíduos socialmente expressava o poder, tanto de modo objetivo quanto de modo subjetivo, simbólico, na acepção de Bourdieu (2007, p. 7-8), que afirma ser o poder simbólico, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. Vemos que muitas relações de poder existentes entre a política e o direito ocorrem no nível simbólico.

A seca volta a ter espaço nessa parte da narrativa. O narrador relata que há milhares de “cassacos” trabalhando na ferrovia de Baturité, acompanhados dos “flagelados de gravata”. No meio destes últimos, uma “horda de profissionais”, em que figuravam médicos que abusavam sexualmente das mocinhas pobres e; quando as mães destas se queixavam ao delegado do lugar, o mesmo não se importava e dava justificativas vazias e sarcásticas à infeliz mãe. Existia uma cumplicidade entre essas gentes pernósticas e os governos, numa lógica de total desrespeito e exploração a uma classe desprovida de tudo:

Em todo o Ceará, movem-se braços na construção de açudes e de rodovias. Os jornais anunciam gastos de bilhões de cruzeiros nessas obras. Mas, em todas as calamidades climáticas no Nordeste, há uma nota que não muda: a exploração do “cassaco” nos fornecimentos. (CARVALHO, 2001, p. 259).

Carvalho apresenta a mesma realidade da seca, não por meio de dramas individuais, com ênfase no aspecto psicológico, mas pela visão de cima, o lado do explorador, de modo mais descritivo. Mostra a problemática do pobre por meio do conjunto social regido pelo institucional, diferentemente de Graciliano Ramos em *Vidas Secas*, que expõe a miséria do homem diante da seca a partir do drama individual desse pária e de sua família. Leiamos o texto de Antonio Candido que compara dois pontos de vista de dois autores importantes como parâmetro para Jáder de Carvalho:

Enquanto José Lins do Rego traduz os problemas sociais do Nordeste em grandes quadros, em visões de conjunto que surpreendem, Graciliano Ramos nos descreve os problemas ‘sociais’ através dos efeitos que traduzem nos pequenos ambientes e na própria intimidade do homem. Em *Vidas Secas* não vemos a sociedade do alto, nos seus planos e nas suas linhas de movimento coletivo, mas a surpreendemos na repercussão profunda dos seus problemas, através de vidas humanas que vão passando, a braços com a miséria, perseguidas por opressões e sofrimentos. (ANDRADE *apud* CANDIDO, 2006a, p. 148).

Em conformidade com o texto referido, inferimos que Carvalho, nesse aspecto, aproxima-se de José Lins do Rego. Assim, a partir de vários problemas da coletividade, é mostrada de modo direto, sem atavios, a exploração que se dava de forma cruel e premeditada pela classe dominante sobre o pobre flagelado da seca ou a pobreza em geral. Esses figurões faziam empréstimos a capitalistas a juros de até dez por cento para investirem em mercadorias e fazerem fortunas nos fornecimentos dos serviços de emergência. Eles acompanhavam os serviços pagos pelo governo para venderem alimentos por preços altos aos cassacos:

Os fornecimentos lembram, em tudo, os seringais da Amazônia. As mercadorias atingem preços astronômicos, e são de pior qualidade. Um quilo de feijão, e outro de

farinha consomem o salário de um trabalhador e esse trabalhador tem sobre os ombros, o peso de uma família de cinco ou mais pessoas. (CARVALHO, 2001, p. 259).

O uso hiperbólico da linguagem, no vocábulo “astronômicos” pretende reforçar em demasia o grau da exploração praticada pelos fornecedores. O tema ocupa lugar de destaque, usado pelo autor para acentuar, expor a lógica de uma desumana exploração capitalista que reforça os comportamentos viciosos e corruptos de políticos ou de seus protegidos, apoiados pela falta de ética da justiça.

O espaço da seca descrito em Carvalho surge impondo uma realidade nada favorável à vida de uma população pobre. Naquele sertão quente onde, ao olhar fixo, “o ar treme à vista do homem e dos animais estonteados pelo excesso de luz. Em meio ao calor, o canto da cigarra ecoa se dirigindo ao azul do céu, de onde fugiram os últimos farrapos de nuvens” (CARVALHO, 2001, p. 260). Paralelamente ao flagelo, tem-se o pleito eleitoral. Quantos candidatos irão falar ao pobre sertanejo assolado pela seca?! Quantos não aproveitarão para comprar uma boa soma de votos?!

Major Lucas dizia que a eleição era ganha à custa de dinheiro e que, em todo o Ceará, o povo sofria os efeitos da seca, mas, enquanto isso, os adversários dispunham de grandes recursos em dinheiro, caminhões, jipe entre outras coisas. Ao relatar isso, um dos amigos falou “no alistamento, os caminhões federais não param um minuto. Assim quem é que não faz eleitor a rodo”? Major Lucas, desanimado, complementava que só se alistavam nos serviços do governo aqueles que apresentassem o título de eleitor, e o mesmo era recolhido pelos apontadores. Imaginem com que fim? Perguntava ele aos presentes.

As hostilidades do Major Lucas e sua família, dirigidas ao doutor José Sampaio continuavam. Como eram vizinhos, o que cada lado falava podia ser ouvido pelo outro. Dona Lalá, que sempre incitava Gracinha a bate bocas, dizia que, depois da vitória, iriam expulsar o bandido do juiz. “Juiz uma ova! Ele não passa de um criado do Chico Onça!” (CARVALHO, 2001, p. 262).

Às vésperas do pleito eleitoral, cessavam os comícios, porém sobrava ainda aquele trabalho de distribuir chapas, contratar caminhões, preparar comida para os eleitores que moravam longe da sede do município. As moças que trabalhavam na entrega de materiais de instrução do voto de ambos os lados procuravam trocar as “chapas” dos eleitores dos adversários pelos seus, mas os fiscais de cada grupo tentavam impedi-las. No outro dia, já se apuravam as primeiras urnas, e o “padre Mariano partia na frente”. No final, o padre ganha do doutor Juvêncio com larga maioria de votos. Porém, do lado que perdeu diziam que quem

tinha ganhado a eleição era o DNOCS; na defesa, os vitoriosos falavam que, em Fortaleza, não tinha havido serviços federais. Não houve DNOCS. Interrogavam-se por que tinham ganhado com tanta facilidade. Leiamos o excerto que expõe esse momento:

Muitos dos candidatos vitoriosos, no plano de deputados, amargavam o seu triunfo. Um comprara seis mil votos e só obtivera quatro mil. Outro não sabia como solver os compromissos, pois gastara, sem se sentir, dois milhões de cruzeiros, para a conquista de uma simples cadeira de deputado estadual. Sabia-se também que o DNOCS elegera vários deputados federais e estaduais. – Não é pra menos – comentava um chefe udenista. – Fizeram um mundo de folhas fictícias de trabalhadores. Donos de tanto dinheiro, poderiam perder eleição? (CARVALHO, 2001, p. 264).

Carvalho deseja mostrar detalhadamente, que essa forma de fazer eleições é um mal social e deixou um saldo negativo para a sociedade tanto em termos culturais quanto no aspecto econômico. A crítica à instituição DNOCS explica a maneira dupla de se beneficiar de modo errado, dos recursos públicos que seriam usados para amenizar a fome do povo que sofria os efeitos da seca no Nordeste. Os recursos eram desviados para causas pessoais, para determinadas famílias dos espaços escolhidos pelo autor para a representação. Os espaços divididos em sub-regiões abrangem quase todo o Estado do Ceará, por isso podemos entender que eles representem o modo de fazer política do Ceará naquele momento. Além dos desvios, os cabos eleitorais dos candidatos vitoriosos agora pediam os cargos ao governo. Um deles era o magistrado Amaro, nomeado desembargador, mas preocupado com o irmão que ficaria chateado, caso ele também não ganhasse um cargo. Foi até o chefe do executivo e disse que a sua nomeação havia trazido inimizade entre ele e seu irmão, que também aspirava à desembargadoria. Isso revela a crítica do autor às relações de apadrinhamento. O chefe do executivo argumenta:

– Amaro, o seu irmão, uma vez nomeado, terá de ser posto em disponibilidade, representando isso pesado ônus pro Tesouro, ônus esse que pode e deve ser evitado. [...]
 – Mas você prefere que se plante uma eterna inimizade entre dois irmãos que sempre se estimaram e admiraram? Que valem vinte e seis mil cruzeiros mensais pro Estado? [...]
 O desembargador venceu finalmente, pelo cansaço. O mano é nomeado e logo posto em disponibilidade. Amaro agradeceu, comovido:
 – Conte comigo pro resto da vida. Aliás, já lhe devia a minha própria nomeação. (CARVALHO, 2001, p. 265-266).

Para comemorar, Amaro escolhe a cidade de Canindé, onde eles nasceram e organizaram festa com música e dança, regada de uísque, cerveja e cachaça. Após a festa, Amaro apronta um teatro, narração hilariante e sarcástica revelando um comportamento

leviano do desembargador (CARVALHO, 2001, p. 267-268). O trecho compõe uma série de episódios que expõe as ações de maiores aproveitadores do patrimônio público. Mais uma das ironias de Carvalho quanto ao familismo na política cearense e no país. O que presenciarmos ocorrer é que os políticos sempre fizeram uma confusão entre a esfera pública e a privada³¹. Por muitos anos, os governantes não fizeram distinção entre as duas coisas e isso está presente desde os tempos coloniais, permanecendo até os nossos dias.

Após a derrota de Chico Onça em Sobral, a situação do juiz José Sampaio se torna insustentável. Com isso, ele tem de ir embora, mas será recompensado pelo governo estadual pelos serviços prestados. Além do mais, José Sampaio não suportaria viver ao lado de major Lucas, principalmente pelos ataques verbais a ele proferidos. Cansado de tudo, das agressões, muda-se para Fortaleza no automóvel do deputado. Da capital, iria para Iguatu velar o pai defunto, mas, enquanto isso, ele deveria manter contato diário com os vultos mais influentes do PTB. O juiz estava tranquilo, pois o heroísmo dele gritava por compensação, e seu padrinho Chico Onça, em carta aos amigos, o exaltava: “o cabra é dos bons. É dos que fazem mais do que prometem. Precisamos dele na corte”. (CARVALHO, 2001, p. 271).

O escritor, como alguém muito crítico e atencioso aos problemas sociais de sua época, destaca o tema do jogo do bicho e dos jogos de azar³² atrelados à questão política. Doutor Santos, ex-delegado da Ordem Social no tempo da ditadura de Vargas, seria o secretário da polícia, devido a sua habilidade para lidar com os bicheiros. Santos, de lápis à mão: “vamos que o ‘bicho’ dê setecentos contos mensais. Vamos que, entre pensões alegres, casas-de-recurso, etc. se arrecadem duzentos contos. Já é algum dinheiro” (CARVALHO, 2001, p. 279). Assim ele faz a divisão da gorda importância mensal arrecadada dos banqueiros, dos jogadores de cartas e das prostitutas.

³¹ “O quadro familiar torna-se, assim, tão poderoso e exigente, que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. A entidade privada precede sempre, neles, a entidade pública. A nostalgia dessa organização compacta, única e intransferível, onde prevalecem necessariamente, as preferências fundadas em laços afetivos, não podia deixar de marcar nossa sociedade, nossa vida pública, todas as nossas atividades. Representando, como já se notou acima, o único setor onde o princípio de autoridade é indisputado, a família colonial fornecia a ideia mais normal de poder, da respeitabilidade, da obediência e da coesão entre os homens. O resultado era predominarem, em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família”. (HOLANDA, 1995, p. 82).

³² “A Secretaria de Polícia prometia acabar com os jogos de azar; mas tornou-se difícil definir a posição do órgão ante o comentado envolvimento de policiais com os bicheiros. Parte do dinheiro apreendido na caça ao jogo clandestino destinava-se a gratificar os policiais, ficando outra parcela com a Secretaria. Também havia um percentual a ser encaminhado a instituições de caridade. Em 1950, os agentes indicados para a perseguição aos cambistas ganharam uma gratificação de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros). Foi afirmado um acordo entre a loteria e os banqueiros para o jogo do bicho não funcionar às sextas-feiras e a polícia não perseguiria os cambistas nos outros dias. Para *O Democrata* ‘as negociatas do Governo arreiam afinal a máscara de ‘moralistas’ que estavam usando’. (SOUZA, 2002, p. 206).

Para completar a crítica de Carvalho, o autor expõe, detalhadamente, outra prática de desvio de recurso público por meio das construções de pontes, no caso a do rio Jaguaribe, em Aracati. A descrição alude ao deputado Chico Onça; no caso, diz-se que o deputado publicara em um jornal da cidade, na coluna “lucros & perdas” o que deixou de ganhar na referida construção, por mero descuido.

Depois de tudo o que o casal passou em Sobral, Gracinha diz que um cristão quando morre ou vai para o purgatório ou para o céu ou para o inferno, porém, ela e a família passaram por esses espaços em vida. Eles viveram no céu de Aquiraz, no purgatório de Santana e no inferno de Sobral. Aquiraz era o céu porque eles não tinham a aliciação política com seus favores para tentar o juiz e porque não tinham a perseguição de adversários dos políticos por ele apoiados. Além do mais, lá era uma cidade do litoral, com praias tranquilas que faziam com que Gracinha se sentisse no céu. Muito diferente era o espaço de Santana, que tinha a presença de dona Rosa, que subjuguava José Sampaio e Gracinha, e esse servilismo dele o torturava tal qual no purgatório. Em Sobral, além da aliciação política, tem-se uma atmosfera de opressão pelos políticos e coronéis adversários, que chegam ao ataque verbal e difamatório direto ao juiz José Sampaio. Com isso, podemos falar no valor da atmosfera que o espaço proporciona. Essa fala de Gracinha sobre a ambiência negativa desses locais pelos quais ela e a família passaram nos remete, novamente, ao estudo de Lins (1976) sobre a atmosfera, que, apesar de ser proveniente do espaço social, traduz-se pela ação dos personagens que regem e são regidos por ele.

Embora mais ligada ao drama individual do que social, o valor da atmosfera no espaço pode ser exemplificada ainda pelo conto “Amor”, de Clarice Lispector. Nesse conto, a atmosfera é opressiva e obtida por meio do personagem, mediante uma subjetivação do cenário. O espaço é o da cidade, e a natureza é a do jardim botânico, mundos para nós familiares, mas que se revestem de estranheza no conto, invadidos pelo símbolo, pela magia, pelo pesadelo, trazendo assim uma atmosfera de horror. Osman Lins cita ainda o trabalho de Antonio Soares Amora em relação a *Iracema*, no qual se destaca que, além da “pintura de seus elementos naturísticos como a paisagem, os fenômenos meteóricos, os animais”, “o desenvolvimento da ação do romance” e a concepção de seus caracteres” realizam-se “em função unicamente da obtenção de uma atmosfera poética”. O crítico finalmente diz:

[...] a atmosfera, designação ligada à ideia de espaço, sendo invariavelmente de caráter abstrato – de angústia, de alegria, de exaltação, de violência etc. -, consiste em algo que envolve ou penetra de maneira sutil as personagens, mas não decorre necessariamente do espaço, embora surja com frequência como emanção deste

elemento, havendo mesmo casos em que o espaço justifica-se exatamente pela atmosfera que provoca. (LINS, 1976, p. 76).

Pudemos ver novamente a importância que o espaço tem na narrativa, a diferença dos espaços (rarefeito, imaginário, “psicológico”, social) de cada narrativa e a forma como se concretiza em cada uma e como o mesmo influencia ou é influenciado pelos personagens em suas ações. Tudo nos faz crer que espaço e tempo na narrativa sempre vêm associados. Até mesmo quando são tomados isoladamente há uma projeção recíproca que os torna interdependentes. A atmosfera, mesmo sendo ligada à ideia de espaço, não decorre dele, mas se concretiza pelas personagens, de modo subjetivo. No entanto, o espaço pode ser caracterizado pela atmosfera que produz.

Os espaços de *SMJ* e sua atmosfera parecem opressivos pela condição de cada ser que nele se encontra. Essa opressão sofrida pelas pessoas pobres e por aqueles mais abastados é diferente em cada situação e a atmosfera emanada desses espaços por intermédio de seus personagens age de modo concreto e subjetivo em cada ser. O espaço é o da cidade, e a natureza é a da caatinga, vegetação rasteira e verde na presença da chuva e seca, aparentemente, morta na estiagem. O mundo representado é invadido pela opressão, miséria, exploração, fome, violência de variadas formas, entre outros sinônimos que refletem essa aura de poder e domínio do homem sobre o homem, de uma classe social de domínios coloniais sobre outra que foi forçada a se formar em situação periférica, dependente da primeira.

3.1.1.10 Fortaleza (Aldeota)

Novamente Carvalho retoma alguns assuntos e apresenta outros ilustrados por novos casos, nova roupagem e personagens; também volta o mesmo espaço, contudo, tem-se novo tempo e novos eventos históricos e culturais. Os assuntos da posse, das nomeações e dos cargos do novo governo aparecem na primeira e segunda página dessa parte da obra. O tema do jogo do bicho surge novamente pela figura do doutor Santos e essa prática “fazia parte do programa secreto da família governamental, constituída de gente ambiciosa e insaciável?”. (CARVALHO, 2001, p. 276). Doutor Santos explicava que o dinheiro arrecadado do jogo do bicho era para o governo construir quartéis, a Santa Casa e o Asilo de Alienados. “O dinheiro procede de uma contravenção, como os senhores sabem. Mas uma vez bem aplicado, o vício da origem desaparece. Nas democracias, a vontade do povo não deve ser respeitada?”. (CARVALHO, 2001, p. 279). Vemos que a posição do representante do governo sobre o esquema do jogo do bicho e outros jogos era de conciliação entre os bicheiros, o governo e os

jogadores e o mesmo procurava ganhar dividendos para, segundo ele, aplicar em obras sociais. Desse modo, vemos que o Doutor Santos era um dos testa de ferro do governo, o títere. Vejamos o diálogo do secretário com os banqueiros do jogo:

- Santos levantou-se e, empunhando o lápis, perguntou:
- O povo brasileiro é contra o jogo do bicho?
- Absolutamente! Absolutamente! – responderam os presentes.
- Assim, não sei como combater-se aquilo que o povo ama, aquilo que o povo quer.
- V. Excia. tem razão. O povo gosta de fazer a sua “fezinha”. Tanto entre os endinheirados, como entre os mais pobres. O comendador Accioly, presidente do Estado, jogava diariamente e, o que é pior, no seu próprio gabinete, em palácio. Jogava também a mulher do presidente. No alto comércio, jogava o coronel Adolfo Quixadá... (CARVALHO, 2001, p. 279).

Como vemos, o Jogo do bicho era proibido, mas existia um ponto pacífico entre os agentes do jogo e os políticos, desse modo às negociações eram feitas e o “caixa dois” era preenchido. Mesmo sabendo da responsabilidade da justiça, da sua imparcialidade, simbolizada pela deusa grega,³³ José Sampaio é parcial e sua ação é contrária, conivente, resultando numa hipocrisia que paira no ar da cidade, em torno do esquema do jogo.

Novo governo, demissões e nomeações em série. Os demitidos procuram advogados, surgem os primeiros pedidos de segurança contra os atos do governador. A corte da justiça se recolhe devido aos vários problemas. Os desembargadores amavam o governo, tanto o do passado, quanto o do presente e o do futuro, mas havia poucas exceções.

Doutor José Sampaio, de juiz passa a desembargador, cargo dado pela Primeira Dama, esposa do Macacão – apelido do governo da época. A Dama havia prometido o cargo devido à fama dele, difundida por Chico Onça. Ela achou que ele seria muito útil ao seu governo e, logo, José Sampaio será empossado. Agora o juiz “frequentava o Palácio da Luz, quase diariamente. A Dama garantiu: – Vai haver vaga na corte. Não há quem tome o seu lugar. O que eu prometo. – prometo. E deu-se realmente a vaga, pela aposentadoria de um desembargador [...] (CARVALHO, 2001, p. 283). Ocorreu a solenidade de posse do novo desembargador: [...] entra o presidente da corte: – Venho convidar a V. Excia., Senhor governador, para o ato da posse do desembargador José Sampaio Nogueira. Macacão, após agradecer: – Mandarei representante (CARVALHO, 2001, p. 285).

³³ “A deusa Têmis foi considerada guardiã dos juramentos dos homens e, por isso, ela foi chamada de ‘Deusa do juramento ou da lei’, tanto que costumavam invocá-la nos juramentos perante os magistrados”. Puseram uma faixa cobrindo os olhos dela. A ideia da venda nos olhos da deusa foi uma invenção dos artistas alemães do século XVI, que, por ironia, retiraram-lhe a visão. Porém, o significado da venda é a imparcialidade, ela não veria “diferença entre as partes em litígio, fossem ricos ou pobres, poderosos ou humildes, grandes ou pequenos” (RAMELLA, Áurea Lúcia Cesarino. **Imagens podem significar mais que palavras**. Disponível em: <<http://aluciamella.com/imagens.htm>>. Acesso em: 23 jun. 2012).

O antigo governo que não é citado o nome solicitava mandados de segurança para os demitidos, mas era negado pelo procurador geral que agia parcialmente de acordo com a vontade do novo governo. Alguns desembargadores que deviam favores ao governo passado ficavam envergonhados em mudarem repentinamente, por isso, na necessidade, inventavam viagens, etc. Os apadrinhados não hesitavam em votar com o novo governo.

Doutor José Sampaio precisava aumentar suas rendas para acompanhar o modo de vida da capital, possuir casa boa e manter o *status* econômico que garantia uma vida abastada. Dessa forma, passa a residir num bangalô de estilo funcional, localizado na Nova Aldeota. “[...] Gracinha não cabia de contente: – agora, sim, a gente já pode dizer que estamos montados na vida. [...]” (CARVALHO, 2001, p. 293).

Em Fortaleza, o desembargador participa de grandes festas do “soçaite” e é citado nas crônicas sociais da cidade. Ele conversava em voz baixa com um cronista e esse dizia “quem quiser conhecer a psicologia da alta sociedade, meta-se a fazer crônica social”. (CARVALHO, 2001, p. 297). No trabalho, o novo desembargador estava cada vez mais se comprometendo com o sistema político da Fortaleza de então. Em todos os mandados de segurança da sua comarca que interessasse ao governo e à Primeira Dama, o desembargador estava na “mão” do casal e receberia ameaças, caso fosse imparcial nos julgamentos. O desembargador perturbado pelo autoreconhecimento de seu servilismo, desabafa com Gracinha. Ela se questionava porque José Sampaio não tinha a imagem que deveria ter um homem da lei, em exercício de seu cargo público. Ele, por sua vez, tinha consciência do esquema de corrupção no poder judiciário, pois conhecia de perto, mas compactuava do mesmo esquema. Leiamos o excerto abaixo:

– Sei que não estou andando certo, nestes casos políticos levados à corte. Mas, desgraçadamente, comprometi-me com o governo atual. Agora, é conformar-me. Sem isso, eu jamais teria chegado a desembargador”.

Gracinha inquiriu:

– Será possível que nenhum dos demitidos tenha direito?

– Ah, muitos têm direitos líquidos e certos. Alguns já obtiveram a decisão favorável da maioria. Mas não há “quorum”.

– Quorum, minha filha, é o seguinte: A corte se compõe de quinze desembargadores efetivos. Pra derrubar uma lei, ou um ato, de outro poder, é preciso maioria absoluta, isto é, a metade e mais um voto. Ora, na corte, só estão funcionando onze membros efetivos. E os inimigos do governo só contam com sete votos.

Gracinha admirou-se:

– E por que não chamam os ausentes, pra que haja justiça?

– Ora, minha filha: aí é que a porca torce o rabo. O governo conseguiu que desembargadores entrassem em férias, outros pedissem licenças...

– Mas isso não está direito. Eu pensava que todo desembargador era homem sério, independente. E que a Corte não fazia política.

– Assim devia ser. Mas não é. A culpa não é minha. Quando nasci, o mundo já estava torto. E eu, sozinho, não poderia endireitá-lo. Assim, é tanger o barco a favor

da corrente. Remar contra a maré. Ah, isto eu nunca farei. Não nasci para apóstolo, nem para revolucionário. (CARVALHO, 2001, p. 301-302).

Gracinha, em suas interpelações, tentava compreender o porquê de José Sampaio não agir conforme a lei. O marido se justificava por meio do seu objetivo, meramente pessoal e materialista. Certa vez, apareceram ainda mais dois julgamentos; agora sobre o contrabando de carro e uísque. Ao receber as constantes inquirições de Gracinha sobre os casos, o juiz fala que quase todos os julgamentos faziam parte da jurisprudência da sua corte e ele não prometia mudança à esposa. Tudo convergia para a repetição da mesma situação anterior. Nessa sequência de fatos, vemos reiteradamente, que o autor tem a intenção de apresentar o péssimo funcionamento do poder judiciário das instituições democráticas da época, porém, uma sociedade ainda submetida às estruturas paternalistas. Essa é a sua crítica e o centro de interesse dele, o governo e o tribunal e seu poder perante a sociedade.

Vimos que Carvalho expôs a natureza de homens da lei que admitem o próprio fracasso moral. Diante desse fracasso, Gracinha, por sua vez, incomoda a consciência do marido com seus questionamentos e opiniões sobre os problemas em que ele se envolve. Suas críticas e advertências perdem força, no entanto, diante do fascínio e do prazer pelo poder (principalmente de consumo). Ela não questiona a fundo a busca de *status* por todos os meios e como fim principal da carreira do marido. Contudo, na narrativa, os momentos de maior crescimento interior para José Sampaio estão em seus diálogos com Gracinha. Leiamos mais um fragmento de diálogo entre o casal:

José Sampaio Nogueira, sentindo-se sozinho com a mulher, desabafou:

– Isso é uma vergonha! A polícia arrecada dinheiro até das prostitutas. Paga o jogo do bicho. Paga o jogo de cartas. Paga toda espécie de jogo. E pra onde vai tanto dinheiro? Não existem obras sociais. Não existem nada. O que se sabe é que o dinheiro é repartido entre poucos. O próprio PSD, através de alguns dos seus figurões, participa da miséria. Às vezes...

– Cale a boca, José. Matos têm olhos e paredes têm ouvido. Basta o que nós sofremos em Sobral. Eu só não concordo, nesses casos políticos, é não dar-se justiça a quem merece. Este governo é um governo muito cheio de ódio.

E, inesperadamente para o marido:

– Se o Jânio vencer?

– Se ele vencer, a oposição subirá de novo. Aqui pra nós o governo está muito desgastado. A decepção é geral. Não parece um começo, mas um fim de administração.

E, com medo dos olhos dos matos e dos ouvidos das paredes, passou quase a um sussurro de confidência:

– Ele é um pobre diabo. Fazem dele gato e sapato.

Gracinha não concordou:

– Ele é um sonso, José! Ele finge que não sabe do que se passa. Mas ele sabe de tudo.

– Às vezes também penso assim. Olhe, minha filha: anda um zum-zum a respeito de desvio de café. De uma hora pra outra, pediram registro no IBC dezenas de

moageiras. E dizem os filhos da Candinha que essas moageiras não existem. O café é vendido pra fora do país. O escândalo, eu creio, um dia há de estourar. (CARVALHO, 2001, p. 309-310).

Gracinha, na maioria das suas intervenções, parece não se conformar com a submissão de seu marido, mas, nessa passagem, ela demonstra medo de ser surpreendida falando contra o governo. A maioria das interferências de Gracinha nos parece ter a função de fazer surgir uma tomada de consciência e de ato crítico das mazelas políticas e sociais no seu mundo. A personagem sinaliza o despertar de reflexões críticas na narrativa, e essas reflexões fazem parte do projeto denunciador do escritor. Gracinha não perde oportunidade para exortar José Sampaio quando o mesmo justifica sua covardia pelo fato de suas atitudes serem pouco pensadas; tomadas ao calor da prática forense da primeira metade do século XX no Ceará, repleto de casos que valiam mais do que a lei.

Um dos problemas mais graves denunciados no espaço urbano de Fortaleza, quando José Sampaio mora aí pela segunda vez, é o dos despejos de pobres que haviam ocupado terrenos no bairro Nova Aldeota. Nesse mesmo bairro, José Nogueira reside e acompanha alguns despejos de seus vizinhos, gente paupérrima. É um lugar disputado pelos ricos, mas alguns casebres e pequenos sítios ainda resistem à especulação imobiliária. Em uma disputa desigual por espaço no nobre bairro, ocorreram vários despejos, como o da engomadeira Esmeralda, do fiscal Esperidião, da cartomante Dorotéia e o de Chico Moisés, dono de uma pequena vacaria. Como eram vizinhos do magistrado, todos procuraram ajudá-lo, na esperança de que ele os defenderia. Mas este se opõe e até os desestimula a continuarem lutando por seus direitos. Leiamos o excerto abaixo:

[...] O juiz já assinou o pedido de despejo. Mas ninguém executa. A mulher chora, a mulher pede, e pronto!

– Seu advogado já reclamou ao juiz?

– Já, duas ou três vezes. Por último, a engomadeira se arranjou com a Justiça dos Pobres. [...] Pode fazer alguma coisa em meu favor? Pode falar ao juiz ou mesmo conversar com a interessada?

O desembargador prometeu:

– Vou ver o que faço. [...]

Houve o despejo. Esmeralda lutou pela posse da casa até esgotar o último recurso. Por fim, já por interferência do desembargador, recebeu a ajuda de dez mil cruzeiros.

Vendo o que se passava com a vizinha, o fiscal Esperidião (grifos nossos) profetizou:

– Hoje, foi a Esmeralda. Amanhã será você, Dorotéia.

A cartomante rosnou:

– Ricos de uma figa! [...]. (CARVALHO, 2001, p. 340-341).

Essa era sempre a atitude tomada por ele quando alguém da classe popular precisava ser julgado conforme a lei. Ele mesmo reconhecia que estava comprometido com o governo. Esse comportamento nos mostra uma justiça totalmente comprometida com os ricos. Com José Sampaio, o autor deseja exemplificar um juiz que não julga segundo a justiça, mas segundo um governo, com julgamento de cartas marcadas. Tudo isso em troca de favores pessoais que concedem altas rendas. Temos inicialmente, um personagem apresentado como uma pessoa de origem humilde, filho de um funcionário público estadual, dependente de parentes indiferentes a sua condição de vida, porém, muito cedo, vemos que esse personagem se deixa dominar por um exagerado desejo de crescimento pessoal, a qualquer preço.

Carvalho, de modo cáustico, expõe os defeitos desse magistrado, apresentando-nos fatos advindos da relação familiar dele. Assim, o romancista mostra a falta de justiça presente nas atitudes do desembargador. Como exemplo disso, destacamos um fato passado com o filho de José Sampaio que se inicia na vida em maus apuros, com atitudes desprezíveis. Ele se envolve com Lulu, Fábio e Aparício, jovens desordeiros, filhos de classe média alta fortalezense que juntos saíam à noite para se divertir. A diversão desses rapazes era uma ameaça ao meio social. Por exemplo, saíam para fazer vandalismo no bordel da Gaguinha. Todos eram filhos de altos comerciantes, funcionários federais, magistrados e de exportadores de mercadorias. No bordel, bebiam uísque, fumavam drogas e, em seguida, promoviam quebradeiras, assaltos, e até disparavam tiros para o ar. A eficiência da Rádio-Patrolha era razoável em conseguir prendê-los. Porém, depois de presos os vândalos, seus pais, a exemplo de José Sampaio, retiravam seus filhos da cadeia. No caso de José Filho, esse ainda destrata o pai. O desembargador não age conforme a lei, ao livrar o filho, sem nenhum caráter, agora com a pecha de “rabo de burro”³⁴. A sociedade da jovem Fortaleza presenciou a ação sob falatórios de que os baderneiros não sofreriam nenhuma pena, já que eram filhos de grandes “figuras” da alta classe que crescia na capital, ainda provinciana. Vejamos o fragmento abaixo:

José Nogueira e Gracinha passaram a noite em claro. Um matutino escandalizou: “Filhos das melhores famílias da capital, bêbados de uísque e de maconha, depredaram dois lupanares. Desgraçadamente, os rabos-de-burros eram ‘filhos do

³⁴ “O desafio que iria colocar em baixa a força moralizante da polícia despontou em meados da década de cinquenta, quando a atuação dos ‘rabos de burro’ começou a inquietar Fortaleza. Não eram marginais comuns, mas filhos da classe dominante que dispunham de automóveis e cometiam abusos contra moças, geralmente estudantes desacompanhadas. O número de casos aumentou rapidamente, e os assunto passou a ser discutido através dos jornais, sendo alvo de intensos debates na Câmara Municipal. A vereadora Maria Eulália, em 1954, pedia uma resposta concreta da polícia ao ‘terror implantado cidade pelos chamados ‘rabos de burros’. Notadamente com respeito aos estabelecimentos de ensino, mais atingidos pelos mesmos indivíduos”’. (SOUZA, 2002, p. 212).

papai' e nada sofreram. Porque eram menores, registraram-se apenas as iniciais do nome de cada um. J.N.F. não era outro senão José Nogueira Filho". (CARVALHO, 2001, p. 362).

José Sampaio era uma dessas figuras da alta classe social da capital do Estado. Tinha chegado ao cargo de desembargador, com bons rendimentos financeiros que lhe garantiam uma vida abastada. Além disso, para completar a sua ascensão social, aguardava sua posse como membro do Instituto Histórico e Geográfico. Diante do escândalo em que o filho havia se envolvido e da crítica do jornal na cidade ficava a vergonha de um magistrado, notório e ilustrado. Para fugir do ambiente embaraçoso causado pelo noticiário, ele viaja com a família para Aquiraz para recuperar as energias perdidas e reconquistar a afeição do Filho.

Além dos casos citados até agora, surge um caso difícil para o desembargador. Juvêncio Lopes impetra um mandado de segurança³⁵ por ter sido demitido pelo governador, com ofensa a direitos líquidos e justos. Juvêncio tinha sido companheiro de faculdade do doutor José Sampaio e parecia ser uma pessoa estimada pelo procurador Espinheiro. Sabendo que sua demissão era por pura perseguição política, Juvêncio procurou os amigos para solicitar que fossem justos no seu caso. Primeiro, ele vai à casa de Espinheiro, mas este diz, imediatamente, que o seu cargo era, eminentemente, político e que sua função era agir segundo o interesse político do governo. Quanto ao desembargador José Sampaio, decidiria diferente? Vejamos: ele recebeu ameaças da Dama, caso se posicionasse contrário ao governo. Dessa forma, o juiz sentiu-se "encurralado", pensou, preocupou-se, conversou com Gracinha, e esta o aconselhou a fazer justiça. Enfim, veio o dia do julgamento, inesperadamente, o desembargador José Sampaio concede o mandado de segurança a Juvêncio. Pela primeira e única vez em sua trajetória de magistrado, José Sampaio julga contrário à vontade do governo.

[...]. ("Ao telefone", – grifos nossos) a dama anunciava: – o caso do tal Juvêncio vai entrar na primeira sessão. O seu voto é decisivo. Nogueira informou: – Ainda não formei juízo sobre o caso. [...] – o quê?! Você ainda não tem juízo formado? – Sim, [...] – Então você mudou muito, Nogueira! Em Sobral e aqui em Fortaleza, pelo menos até ontem, você agia e julgava de acordo com os nossos interesses. Está magoado? [...] Mas temos culpa de seu filho virar "rabo-de-burro"? Você não está zangado porque ele foi preso? [...] – Não estou zangado por isto ou aquilo. [...] estou dizendo que vou estudar o processo do Juvêncio [...]. A Dama explodiu: – Estará pensando que o Jânio vai vencer? Estará pensando que a UDN elege o novo governador? Como você é burro! José Nogueira tremia: – Minha senhora, respeiteme, por favor. Afinal de contas sou um membro da corte, sou um "magistrado"!

³⁵ É uma ação civil de rito sumaríssimo pela qual a pessoa pode provocar o controle jurisdicional quando sofrer lesão ou ameaça de lesão a direito líquido e certo, não amparado por *Habeas Corpus* nem *Habeas Data*, em decorrência de ato de autoridade, praticado com ilegalidade ou abuso de poder (DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 1999. p. 612).

Quando você executava as minhas ordens era também magistrado? Você foi meu “cabra” em Sobral e foi meu “negro” em Fortaleza. Vá... E desligou o telefone: o desembargador [...] de tão trêmulo, não pode narrar à consorte os insultos que recebera. [...] Nogueira, a cabeça deitada na perna de Gracinha, pensava, pensava. Requerer aposentadoria, seguindo o conselho do presidente do Instituto (“Histórico?” – grifos nossos) Não. E assumiu consigo mesmo o compromisso de enfrentar corajosamente a situação. Continuará desembargador. Na próxima sessão, concederia a segurança de Juvêncio [...]. (CARVALHO, 2001, p. 368-369).

Vimos no texto destacado o modo como se dava a corrupção na prática do tribunal e a forma como o governo, por meio da Dama, refreava as decisões dos magistrados. Como era de se esperar, José Sampaio não nos surpreenderia decidindo de modo imparcial, pois como vemos no texto ele só vota “com a própria consciência” porque sabe que o governo está fraco e porque está magoado com a prisão do filho, que foi justa. Portanto, vemos que ele votou correto dessa vez, mas porque estava convencido de que não perderia nada com isso.

Gracinha é fundamental na fomentação do ato reflexivo e da busca de conscientização do papel do magistrado. O carinho dela ao dar o seu colo para ele se sentir apoiado o faz pensar na possibilidade de agir diferente ou a mudar de atitude. Porém, tudo nos leva a crer que, se o desembargador fosse perder algo em se posicionar ao lado de Juvêncio, ele teria agido igualmente como das outras vezes. Após esse marcante episódio na vida de José Sampaio, ele sentará para escrever o Caderninho, e é nele que continua o processo que diríamos de redescoberta do eu por meio da confissão que o ofício de escritor permite. Porém, ao fim de tudo, José Sampaio concebe o homem como um ser corruptível e que ele, tal como Paulo Honório, faria tudo novamente.

Em nossos estudos pudemos ver que *SMJ* se aproxima das obras explicitamente ideológicas de conteúdo político e crítico. Carvalho parece ter em vista contribuir, de modo artístico literário, com a exposição descritiva e objetiva das relações clientelistas, parasitárias, denunciando todo um sistema de manutenção do poder, de beneficiamentos espúrios, que corrompem as pessoas. Ele apresenta uma lógica social estabelecida pelo clientelismo, o particularismo e a corrupção. Sua pretensão é a de punir e tentar transformar a estrutura social da instituição judiciária que ele julgava corruptível.

À guisa de conclusão, vimos que Carvalho usa o elemento literário espaço tanto fisicamente, de forma bastante didática e objetiva, demarcando cada município do Ceará eleito como palco dos deslocamentos de José Sampaio quanto em seus aspectos sociais, talvez para expor de forma objetiva e questionadora a sociedade cearense e suas mazelas, presentes em cada ambiência onde o personagem principal atuou. Enfim, ver o espaço como dimensão maior e não como um ponto só. O primeiro espaço mostrado foi **Iguatu**, e, logo na primeira

página, vimos situações como a seca e com ela, a fome, as doenças e a exploração do flagelado nos serviços do governo constitui uma das temáticas recorrentes em parte dos outros espaços. Viu-se ainda o fatalismo nos discursos de segmentos religiosos que trabalhavam com as vítimas da fome. A prática do favor foi mostrada em todos os espaços do romance. Em **Fortaleza (Gentilândia)**, destacou-se, um problema também decorrente da seca: a migração do flagelado. E outro que foi a formação dos campos de concentração na seca de 1915. Ainda vimos às perseguições políticas a pessoas com ideais comunistas, no contexto da Revolução de 30 e da ditadura de Getúlio Vargas. Em **Cedro**, o autor nos revelou outros problemas, como as disputas políticas entre os coronéis, a venda de sentenças judiciais, e a volta do tema seca. A atmosfera de controle excessivo dos mandantes da política local causava em José Sampaio mal estar e desejo de ir para outro local. Em **Quixadá**, além dos problemas citados em Cedro, mostrou-se o desvio de donativos arrecadados pela Igreja, a censura à atividade jornalística de jornais pasquins, as ações ditatoriais de padres políticos. Há ainda o problema das mortes por encomenda. Vimos que esse ambiente não era um lugar considerado por José Sampaio como bom de trabalhar e viver. Em **Santana do Cariri**, percebemos a presença de todos os elementos anteriores, acrescidos do cangaço e dos processos eleitorais fraudulentos. Esse ambiente foi um dos mais difíceis para José Sampaio devido ao completo domínio sobre o trabalho dele pela prefeita dona Rosa. Até na vida familiar, era manipulado pelo fato de ele ser casado com a sobrinha da coronela. Viu-se ainda o surgir de siglas partidárias que encaminhavam os pleitos eleitorais. **Aquiraz** surgiu como um “lugar ao sol”, uma cidade de praias, brisas, mas, principalmente, pelo motivo de José Sampaio não ter se deparado com os pedidos de favores pelos políticos do lugar como sempre ocorria em cidades anteriores. O narrador comentou notícias acerca dos escândalos de práticas homossexuais na magistratura, envolvendo juízes do interior, de cidades não referidas. Ele explica ainda que o clima de Aquiraz era calmo devido à decadência e ao abandono do lugar. Dessa estagnação da cidade, o governo e sua família sabiam, mas todos preferiam Aquiraz assim, calma.

Novamente, surge na narrativa o espaço de **Fortaleza (Gentilândia e Monte Castelo)**, porém, num outro tempo em que novos fatos surgem, por exemplo, o problema do contrabando e de novos julgamentos que exigem de José Sampaio mais competência para argumentar nas sessões de julgamentos. Contudo, isso não significa que haverá imparcialidade. Vimos repetir-se o problema da seca e do êxodo, e decorrente desses, a geração de grande parte das favelas de Fortaleza. Carvalho expôs ainda os despejos dos pobres e as construções de belas casas pelos ricos na Aldeota, que se tornava um bairro nobre. Dentro do panorama da cidade, o autor revela ainda as manifestações de ruas realizadas por

comunistas e “aproveitadores” que, conforme a narrativa, eram advogados que ganhavam dinheiro com as causas dos manifestantes na justiça, decorrentes das denúncias em jornais da cidade acerca dos abusos políticos dos governos. Em **Aracati**, notamos que não houve muita demanda de trabalho para José Sampaio, que, com tempo livre, dedicou-se notadamente a atividades ilustradas, a pesquisas da história e a geografia da cidade. Sobre política havia poucas manifestações como a dos irmãos maristas. Os deslocamentos do protagonista eram sempre motivados por uma necessidade do Governo quando tinha um apadrinhado para o lugar de José Sampaio. Assim se deu quando José, promovido a juiz, mudou-se para **Sobral**. Nessa cidade, Carvalho repete as denúncias, porém aqui os conflitos políticos tornam-se mais agressivos. As porfias entre os coronéis eram muito fortes, sobrando delas ataques verbais e ameaças à integridade física e moral do Juiz, que estava, de fato, a serviço de uma das partes. O apadrinhamento e a parcialidade de José Sampaio eram, nesse momento, conhecidos de todos da cidade. São denunciadas as fraudes nos serviços emergenciais do governo federal. O clima quente da cidade, somado ao terror do inimigo político, fazia do lugar um ambiente agressivo. Nos comícios, os políticos se agrediam mais do que apresentavam propostas de governos. Com a derrota de seu candidato, José Sampaio é novamente removido. Em novo momento em **Fortaleza (Aldeota)**, percebemos a volta de antigos problemas e mais a presença de novos, como o esquema do jogo do bicho apoiado pelos políticos, os atos demissórios de funcionários do governo anterior, as nomeações prometidas pelo apoio nas eleições, a hipocrisia das festas sociais, a venda de sentenças, a intimidação política, adultério e prostituição, o vandalismo dos filhos da alta sociedade, entre outros.

Vimos que os deslocamentos no romance se devem, por um lado, ao carreirismo e por outro, à subserviência do protagonista às imposições sociais e políticas. Em todos esses lugares, o autor enfeixa vários personagens e ações denunciadoras desse esquema de corrupção quase que generalizada no Estado por figuras da Instituição da Justiça e do Governo em benefício de uma pequena elite cearense, de fortes traços patriarcais. Essas ações incidiam desastrosamente em uma larga e desamparada parcela da população cearense, a classe pobre.

4 NARRADOR E PERSONAGEM NO ROMANCE DE ESPAÇO

Nessa parte do romance vamos analisar a narrativa sob o ponto de vista em primeira pessoa. Nela o personagem principal da primeira parte sente a necessidade de escrever um livro sobre a sua vida. Continuaremos a observar como se estrutura o romance a partir da formação do espaço do mesmo modo como fizemos no segundo capítulo. Para tanto, voltamos a falar sobre a importância do espaço no romance de Carvalho, e esse elemento, como já foi dito no segundo capítulo, não pode ser estudado isoladamente. Assim, observamos que há relações entre ele e outros elementos como o narrador e os personagens. Analisamos os conceitos de Osman Lins em seu estudo sobre o romance de Lima Barreto. Para recordar, Lins (1976, p. 95) afirma que a narrativa é como “um sistema altamente complexo de unidades que se refletem entre si e repercutem umas sobre as outras”. Em seguida, ele ainda diz que “uma determinada obra enreda-se nas demais obras do escritor”. Ao lermos o romance *SMJ* e *Aldeota*, vimos que essa interdependência citada por Lins ocorre em várias unidades das obras em questão como o espaço, o tempo, os temas e personagens. Lins, no estudo de *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá* (1919) fala sobre o espaço pretérito em que Gonzaga de Sá é o principal mediador no presente. Ele diz ainda que nos romances em que ocorrem os dois planos temporais não fica clara uma época precisa, mas veem como lembranças simultâneas. O crítico ressalta que

alguns disfarces do espaço, aqueles momentos em que espaço e tempo tendem a perturbar o exame espectral do texto, pois o passado, nestes casos, é em Gonzaga de Sá o ressurgimento de espaços, superpostos ao espaço imediato. (LINS, 1976, p. 121).

Nas pequenas narrativas de José Sampaio, vemos o passado do personagem narrador ressurgir superposto ao espaço presente. Esses espaços pretéritos, às vezes, são demarcados pelo narrador tais quais a casa dele e de amigos, a corte da justiça, algumas praças, subúrbios de Fortaleza, a praia do Mucuripe, o farol, Messejana, o Náutico, o Líbano, o Parque Água Fria, o farol circulante da base aérea, o centro da cidade, o Acampamento de alistamento de cassacos e o Instituto Histórico e Geográfico. Esse espaço pretérito reside no espaço da memória e surge numa situação de presente, tornando-se claro, conhecido, melhor entendido em sentido metafórico, da compreensão de seu mundo interior. É interessante, o que José Sampaio comenta com Gracinha na primeira parte do livro: “li no Freud que é um perigo a gente esconder a culpa. A gente precisa dizer a verdade, seja a quem for”

(CARVALHO, 2001, p. 181). Ao dizer isso, ele se referia ao desabafo a Gracinha, ou seja, trazer um passado pretérito carregado de culpa para o espaço presente com o intuito de se desfazer dessa culpa. Desse modo inferimos que o processo de escrita do narrador escritor pode ser visto pelo lado do desabafo. Essa circunstância ocorreu no espaço físico presente do interior de sua casa, que pode funcionar como um espaço propício ao desafogo das péssimas sensações. A partir disso, Lembramos o que diz Gaston Bachelard em *A Poética do Espaço*: “nosso objetivo está claro agora: é necessário mostrar que a casa é um dos maiores poderes de integração para pensamentos, as lembranças e os sonhos do homem” (BACHELARD, 1978, p. 201). O ambiente da casa é o lugar onde José Sampaio se sentia livre e solto, sem máscara, a expor os seus anseios, dúvidas ou contradições a Gracinha, porém havia algumas coisas inconfessáveis a esposa. Para entendermos melhor, destacamos o que ele fala antes de escrever cada parte dos seus escritos:

[...] Doutor Nogueira (“José Sampaio” – grifos nossos) andava, então, na veia de escrever. De regresso à Comarca, rabiscou às escondidas, estas MEMÓRIAS, que os olhos da consorte jamais poderiam ver. (CARVALHO, 2001, p. 222).

[...]

À noite, assim que a mulher e o filho se recolheram, tomou da pena e, nervosamente, escreveu laudas sobre laudas. Corrigiu-as e, após relê-las, deu-lhes um título. O título era este: ROMANCE DE ELIANA. (CARVALHO, 2001, p. 331).

[...]

E, [...] encaminhou-se ao gabinete. Depois de colecionar todas as notas que Eliana copiara, sentou-se a banca de trabalho e cobriu, nervosamente, laudas sobre laudas de almanaque. Já pela madrugada, depois de numerar as notas datilografadas e as manuscritas, deu-lhes o título geral de CADERNINHO. [...]. (CARVALHO, 2001, p. 369).

É interessante notar nos excertos a ligação existente entre a primeira e a segunda parte. As lembranças e sentimentos vividos ou presenciados pelo narrador personagem que, em certas circunstâncias, também era testemunha foram contadas. De certo modo, a segunda parte guarda ainda uma ligação com a primeira. Percebe-se uma movimentação que perpassa cada relato de José Sampaio que demarca espaços físicos, paisagens do urbano em maior grau e do rural em menor. A esse respeito, lembremos o que escreve Michel de Certeau em *A Invenção do Cotidiano*:

[...] Todo relato é um relato de viagem – uma prática do espaço. Esse título tem a ver com as táticas cotidianas, faz parte delas, desde o abecedário da indicação espacial (“dobre à direita”, “siga à esquerda”), esboço de um relato cuja sequência é escrita pelos passos, até ao “noticiário” de cada dia (“Adivinhe quem eu encontrei na padaria?”), ao “jornal” televisionado (“Teherã: Khomeiny sempre mais isolado...”), aos contos lendários (as Gatas Borracheiras nas choupanas) e as histórias contadas (lembranças e romances de países estrangeiros ou de passados mais ou menos

remotos). Essas aventuras narradas, que ao mesmo tempo produzem geografias de ações e derivam para os lugares comuns de uma ordem, não constituem somente um “suplemento” aos enunciados pedestres e às retóricas caminhatórias. Não se contentam em deslocá-los e transpô-los para o campo da linguagem. De fato, organizam as caminhadas. Fazem a viagem, antes ou enquanto os pés a executam. (CERTEAU, 1994, p. 200).

Esse texto demonstra o valor da semântica espacial dentro do romance em estudo. Há um leque de possibilidades de análise sobre o espaço, tanto na dialética do exterior quanto na do interior do espaço que é articulada mais no domínio da metáfora, apenas aqui referido acima, a título de elencar possibilidades para estudos posteriores. Vemos que o texto aponta para as “narrativas que ao serem narradas produzem geografias de ações.” A partir dessa ideia, percebemos que *SMJ* produz essa geografia de espaços que representam lugares comuns de uma ordem social.

Nessa segunda parte, consideramos necessário também apresentarmos como tem sido articulado na linha histórica o estudo crítico sobre as categorias e classificações mais operacionais do foco narrativo. Entendemos que essa compreensão nos permite realizar uma melhor análise de *SMJ*. Para tanto, utilizamos alguns conceitos de críticos que falaram do foco narrativo, assim se tem Norman Friedman (2002), Percy Lubock (1976), Candido (2007) e E. M. Forster (1976).

4.1 Os escritos de José Sampaio

Friedman (2002, p. 167) fala que “o ponto de vista vem se tornando uma das definições críticas mais úteis disponíveis hoje ao estudioso da ficção” e, de acordo com a sua tipologia (FRIEDMAN, 2002, p. 172), é que procuramos saber o tipo de narrador de *SMJ*. Vemos que no romance há tanto o imitar por meio de seus personagens quanto o narrar por seus narradores. O escritor se utiliza da técnica de narrar na primeira parte do livro, tornando evidente o ponto de vista do autor (narrador) onisciente intruso, e na segunda, do narrador protagonista e testemunha. Como exemplo do primeiro ponto de vista, destacamos a fala desse narrador sobre a política na capital, o comércio clandestino e a formação de favelas em Fortaleza:

[...] Em Fortaleza o governador e o prefeito são candidatos a postos eletivos. O governador, que aspira à Prefeitura, manda construir vertiginosamente prédios escolares e chafarizes. O prefeito, que sonha com a vice-governadoria, busca atingir o coração dos pobres, ignorando o comércio de calçado tão odiado e combatido pela burguesia comercial. E também fazendo vista grossa sobre a matança clandestina de

gado e o nascimento de favelas em pleno perímetro urbano. (CARVALHO, 2001, p. 260).

Diante do exposto no excerto, vemos que esse narrador interfere, falando dos problemas de Fortaleza, analisando a conjuntura política, e, em outros momentos, fala sobre o cotidiano dos personagens. Com isso, podemos ver que não existe nada fixo, fechado dentro do ponto de vista, tudo vai depender da intencionalidade do autor, no ato da criação literária. Ele pode usar a técnica optando por um e outro como é o caso desse livro e de outros da literatura em geral.

Lubbock (1976, p. 84-91) afirma que “o meio mais fácil de realçar dramaticamente uma impressão relatada é o recurso de contar a história na primeira pessoa”. O crítico comenta ainda que “o eu caracterizado substitui o “eu” genérico e frouxo do autor; a perda de liberdade é sobejamente compensada pelo efeito mais acentuado da descrição”. Carvalho, talvez por motivos semelhantes aos que são evidenciados por Lubbock, se utiliza das duas perspectivas acima teorizadas. Com isso, entendemos que o escritor quis ampliar o campo de visão ao escolher as duas técnicas de narração da sua história, sem falar na qualidade do tom do discurso direto que expõe mais o aspecto subjetivo dos personagens, o drama pessoal de José Sampaio, que é o de se achar incapaz de agir conforme sua consciência, sem se submeter ao favor de outrem. Desse modo, acreditamos que o escritor, ao se utilizar dos dois pontos de vista teve uma intencionalidade, a de reforçar a ideia de hipocrisia presente nas pessoas que representavam uma instituição corrompida pela ganância e apropriação dos recursos públicos dentro dos esquemas montados por essas instâncias de poder. Talvez, na perspectiva do narrador protagonista, ele tenha querido dar mais verossimilhança aos fatos contados e mais força dramática as angústias do narrador. Além desse tipo de narrador, teríamos ainda o “Eu” como testemunha, presente também na 2ª parte de *SMJ*, pois José Sampaio infere e lança hipóteses, serve-se de informações que viu e ouviu que mostram a hipocrisia de grupos do poder.

Segundo Friedman (2002, p. 176) o que a testemunha “pode transmitir de maneira legítima ao leitor não é tão restrito como pode parecer à primeira vista: ele pode conversar com todas as personagens da estória e obter seus pontos de vista a respeito das matérias concernentes”. Quanto ao narrador protagonista a crítica afirma que ele “pode resumir ou apresentar de modo direto muito da mesma forma que a testemunha, a distância pode ser longa ou curta, ou ambas a mesma distância do narrador-testemunha” (FRIEDMAN, 2002, p. 177). Um exemplo muito bom do uso dos dois tipos de foco narrativo encontra-se em *Memorial de Aires* (1908) de Machado de Assis. Dessa forma, podemos entender o quanto

são precárias as classificações. Vemos que o conselheiro é testemunha das histórias narradas no livro ao passo que em relação as suas reflexões e memórias, ele é protagonista. Ele tanto fala da história de um momento no Brasil como transmite seus pensamentos e emoções. Mas o que nos parece prevalecer em Conselheiro Aires é o narrador protagonista (LEITE, 1994, p. 38-39).

Percebemos que José Sampaio é também narrador testemunha, pois conta várias histórias, comenta e analisa. Ele escreve suas memórias, sendo também protagonista, pois sua voz, ao mesmo tempo em que “joga a lama no ventilador”, expondo casos políticos suspeitos que compõem a história não contada nos compêndios de História oficial, transmite também, como o Conselheiro Aires, as sensações e pensamentos de alguém que nesse contexto viveu. Portanto, ele é também um narrador protagonista.

Os escritos de José Sampaio se constituem uma parte pela temática amorosa e outra parte, poderíamos dizer, de proposição crítica, de cunho denunciativo, tema já discutido no terceiro capítulo. Ao lermos a narrativa em primeira pessoa, portanto bem mais próxima do leitor, nesse caso, de modo direto e sem rodeios, podemos sentir, mais fortemente, o impacto dos escritos de denúncia por meio das confissões e dos testemunhos do narrador participante dos casos contados. As pequenas histórias são ligadas a personagens apresentados na primeira parte da obra. E como temos sugerido desde o início do nosso estudo, os personagens foram inspirados nos do mundo real próximos das experiências do autor, embora saibamos que esse elemento tenha sido digerido e rerepresentado pelo mundo fictício elaborado por Carvalho. O que temos então não é uma cópia das aparências como na teoria platônica, mas preferimos considerá-la como uma obra reveladora das essências, na acepção aristotélica, do que mais importou ao autor revelar. Leiamos os excertos que exemplificam os dois tipos de ponto de vista utilizado por Carvalho:

Em casa, corri ao espelho. Examinei o rosto, à procura de rugas. Olhei o cabelo, em busca de maior número de fios brancos. E, de olhos fechados, recordei Eliana: meio grave, às vezes menina-e-moça, outras vezes mulherzinha, conforme o minuto emocional que eu vivia, a seu lado ou nos seus braços. [...]. (CARVALHO, 2001, p. 329).

De acordo com esse texto, vemos que se trata do narrador protagonista, pois participa das ações se limitando as suas percepções e impressões. Ele não acessa os pensamentos dos personagens, desaparecendo, portanto, a onisciência. José Sampaio procura se olhar nesta cena do espelho quando acha que sua amante o rejeita pela sua velhice. Ele narra de um ponto fixo, limitando as suas percepções e entregando-se aos seus pensamentos e

sentimentos. Como esse, há outros mais que servem para nos mostrar que José Sampaio é de fato um narrador-personagem com incursões de testemunha. Vejamos mais um excerto que nos mostra essas incursões de José Sampaio:

O menino de fazenda acorda antes do sol. Roupa de riscado, com que dormiu, cobre-lhe o corpo negro e elástico. Chapéu de palha na cabeça chata, colhe o cabresto no alpendre da casa-grande e, molhando os pés no orvalho da madrugada, vai a procura dos animais. Uma hora depois, se tanto, ei-lo de volta, assobiando. Ei-lo de volta montado no cardão, a tanger burros, cavalos, éguas e jumentos. [...]. (CARVALHO, 2001, p. 373).

Nesse texto vemos que o narrador testemunha apresenta o narrado sem a participação de uma voz exterior. Na cena, José Sampaio mostra que observou o modo de vida do menino de fazenda. Vemos na passagem que há uma busca por uma verdade ou um desejo de fazer algo parecer verdadeiro. Nesse momento, ele é personagem secundária, está na periferia do acontecimento, quem está no centro é o menino de fazenda. Nessa posição, ele não consegue também acessar o pensamento dos outros, mas deduzir, conjecturar ou servir-se de notícias ou informações, ou de coisas que soube ou presenciou.

Para ampliar a nossa análise do personagem José Sampaio, gostaríamos de dar destaque aos estudos sobre a personagem de ficção, elaborados por Candido (2007). No liame da ficção e da realidade, optamos por destacar que

na vida, estabelecemos uma interpretação de cada pessoa, a fim de podermos conferir certa unidade à sua diversificação essencial, à sucessão dos seus modo-de-ser. No romance, o escritor estabelece algo mais coeso, menos variável, que é a lógica da personagem. A nossa interpretação dos seres vivos é mais fluida, variando de acordo com o tempo ou as condições da conduta. (CANDIDO, 2007a, p. 58).

Candido, em sua reflexão sobre a personagem, apresenta e discute seus pressupostos básicos que repousam entre o mundo real e o fictício. Ele diz que a personagem é um ser fictício, afirmativa que parece paradoxal quando se pergunta como pode uma ficção ser, como pode existir o que não existe.

No entanto, a criação literária repousa sobre este paradoxo, e o problema da verossimilhança no romance depende desta possibilidade de um ser fictício, isto, é, algo que, sendo uma criação da fantasia, comunica a impressão da mais lídima verdade existencial. Podemos dizer, portanto, que o romance se baseia, antes de mais nada, num certo tipo de relação entre o ser vivo e o ser fictício, manifestada através da personagem, que é a concretização deste. (CANDIDO, 2007a, p. 55).

Com *Candido*, pudemos ver que há afinidades e diferenças importantes entre seres vivos e seres fictícios e que tanto as afinidades quanto as diferenças são centrais para criarem um sentimento de verossimilhança.

Essa discussão é também apresentada por Forster (1976, p. 42-43) que cria os termos *homo fictus* e do *homo sapiens*. O primeiro é e não é equivalente ao segundo, ele “é mais indefinível que seu primo. É criado nas mentes de centenas de romancistas, que possuem métodos de gestação antagônicos e a seu respeito não devemos generalizar”. Pouco necessita de comer e dormir, mas mantém, intensamente, certas relações humanas, principalmente, as amorosas. Para o leitor torna-se muito mais fácil conhecer o *homo fictus* do que o *sapiens*, “porque o seu criador e narrador é um só”. Forster, de modo enfático, escreve “se Deus pudesse contar a estória do Universo, o Universo se tornaria fictício” (FORSTER, 1976, p. 42-43).

Com isso, assinalamos que uma das funções essenciais da ficção é a de nos trazer um conhecimento mais amplo e mais coerente do homem do que o conhecimento desiludido e despedaçado do ser humano. A partir dessa discussão teórica, diríamos que Carvalho usou a ficção para mostrar mais do que poderíamos enxergar dos seres do plano real. Mergulhamos um pouco mais no *homo fictus* criado por Carvalho nessa segunda parte da obra onde acessamos as suas confissões, conhecendo um pouco mais do seu modo de ser.

É oportuno continuarmos essa discussão, destacando dois dados fundamentais da nossa percepção do semelhante que *Candido* (2007a, p. 55-56) diz ser o “contraste entre a *continuidade* relativa da percepção física, ‘fundamento do nosso conhecimento’ e a *descontinuidade* da percepção, digamos, espiritual, que parece romper a unidade antes apreendida”, ou seja, romper com a primeira ideia superficial e externa partindo para a outra, mais forte e verdadeira, a espiritual. Nesse personagem uno que captamos, “a convivência espiritual mostra uma variedade de modos-de-ser, de ações as vezes contraditórias”. Isso nos faz chegar à conclusão de que “não somos capazes de *abranger* a personalidade do outro (fictício) com a mesma unidade com que somos capazes de *abranger* a sua configuração externa”. *Candido* (2007a, p. 59), em outro momento, fala que o romance moderno procurou aumentar mais o sentimento de dificuldade do ser fictício, do ser limitado, fixo “que decorre do trabalho de seleção do romancista”. Esse labor aumenta a complexidade da personagem. Ela é “complexa e múltipla porque o romancista pode combinar, com perícia, os elementos de caracterização, cujo número é sempre limitado se compararmos com o máximo de traços humanos” que existem na personalidade das pessoas.

À frente, o crítico diz ainda que “a marcha do romance moderno do século XVIII ao XX foi no rumo de uma complicação crescente da psicologia das personagens,” devido a uma simplificação técnica requerida pela necessária caracterização. Dessa forma, desenvolveu-se uma tendência do romance de todos os tempos, mais fortemente no período citado, o tratamento da personagem em duas acepções principais: a primeira como “seres íntegros e facilmente delimitáveis, marcados duma vez por todas com certos traços que os caracterizam”, a segunda “como seres complicados, que não se esgotam nos traços característicos, mas têm certos poços profundos, de onde pode jorrar a cada instante o desconhecido e o mistério”. Ainda com Candido (2007a, p. 60) “poderíamos dizer que a revolução sofrida pelo romance no século XVIII consistiu numa passagem do enredo complicado com personagem simples, para o enredo simples (coerente e uno) com personagem complicada”.

De acordo com a discussão levantada pelo crítico, diríamos que a personagem principal de *SMJ*, criada por Carvalho, seria inicialmente vista como simples e enredo simples, mas por outro lado, prosseguindo na análise do texto, em especial na narrativa em primeira pessoa, percebemos haver no livro as duas acepções, comentadas anteriormente. Afirmaríamos que sua personagem estaria inicialmente na esfera da simplicidade, mas ele vai crescendo na segunda parte e se tornado mais complexo, mais complicado, mas seu enredo continua simples. Johnson (CANDIDO, 2007a, p. 61), já no século XVIII, caracterizava as pessoas em duas famílias de personagens, as “personagens de costumes” e as “personagens de natureza”. As primeiras são muito divertidas; apresentadas por meio de traços distintivos, fortemente selecionados e impressos, por meio de tudo que os distingue vistos de fora, personagens, em resumo, dominadas por uma característica invariável e, cedo, revelada. Esses tipos de personagens “podem ser melhores compreendidas por um observador superficial do que as de natureza”, nessas, é preciso dar um mergulho nos recônditos do coração humano e são “apresentadas, além dos traços superficiais, pelo seu modo íntimo de ser, e isto impede que tenham a regularidade” das outras.

Munidos desse campo teórico de Candido, dentro dessa terminologia da personagem romanesca, poderíamos inferir que a personagem Jaderiana se apresenta inicialmente como “de costumes”, portanto seu autor receberia a mesma denominação: autor de costumes. Um romancista “de costumes”, que segundo Candido (2007a, p. 62) “vê o homem pelo seu comportamento em sociedade, pelo tecido das suas relações e pela visão normal que temos do próximo”. Isso vem se encaixar no que temos apreendido do estudo de *SMJ*. A personagem de Carvalho é apresentada na primeira parte da obra pela visão em

sociedade, nos atos inter-relacionados a outros seres humanos em vários aspectos da pessoa. Porém na segunda parte da obra, temos um personagem de natureza pelo fato de José Sampaio refletir sobre os seus erros e sofrer pela impossibilidade da mudança. Dessa forma, seu autor seria de costumes e de natureza ao mesmo tempo. Esse estudo mostra o quanto é complexa essa discussão classificatória dos elementos da narrativa.

Forster (1976, p. 53-61) fez duas distinções da personagem, “de modo sugestivo e mais amplo, falando pitorescamente em ‘personagens planas’ e ‘personagens esféricas’”. As primeiras eram chamadas *humorous* no século XVII, às vezes, eram nomeadas de tipos, outras vezes caricaturas. Na sua forma mais pura, são construídas em torno de uma única ideia ou qualidade. Essas personagens não mudam no espírito porque as circunstâncias não as transformam. As “personagens esféricas”, Forster diz que o teste delas pode ser feito tomando como principio a sua capacidade para “surpreender de modo convincente, se nem sempre surpreendem, é plana. Se não convence, é plana pretendendo ser redonda”. Essa “possui a incalculabilidade da vida – a vida dentro das páginas de um livro”. Em consequência, as personagens planas não têm em si grandes feitos como as esféricas e se saem bem quando cômicas. Quando “séria ou trágica tende a tornar-se enfadonha”.

De acordo com esses pressupostos, por um lado, poderíamos dizer que José Sampaio seria uma personagem plana, por ele quase não nos surpreender e por seu comportamento permanecer quase sem mudanças. Isso é externalizado pelo narrador da primeira parte e completado pelo do segundo momento em que nos mostra um personagem que se autoproclama não se sentir capaz de mudar a sua conduta. Por outro lado, diríamos que José Sampaio seria uma personagem esférica pelo fato de ele refletir sobre seus atos, se debater nas armadilhas em que se envolve e se arrepender, procurando sempre desabafar com Gracinha, tentando se entender. Para completar nosso argumento, vemos que no episódio do julgamento de Juvêncio, fato discutido, no terceiro capítulo, ele nos surpreende concedendo o ganho da causa ao amigo e não a Dama, esposa do governador. Porém, o elemento surpresa surge apenas essa vez, de forma mais objetiva pela sua atitude de ficar do lado do amigo.

Veremos que esse personagem escritor “forjado” por Carvalho se mostrará bem mais complexo nesse segundo momento da obra. Dentro desse novo plano, podemos pensar que o intuito do autor foi dar mais profundidade a interpretação do seu mundo de forma mais subjetiva possível. Nesse momento, vemos que ele traz de volta os temas tratados na narrativa, da primeira parte, em terceira pessoa que tratam da corrupção das instituições públicas e de seus profissionais. Ele fala da prostituição e ainda “solta farpas” contra os abusos de poder de figuras que representavam o clero, o judiciário e o governo. Nesse

segundo grupo figurava José Sampaio, que se debate com sua consciência acusadora de sua subserviência ao mando desses governos municipais e estaduais (os coronéis) aos quais ele obedecia, mesmo sem concordar. A corrida pelas boas propostas salariais o moveu a se manter sempre nesse estado de corrupção e de omissão, optando por compactuar com as atitudes de subornos dos amigos. Seus escritos intitulados “Memórias”, “Romance de Eliana” e “Caderninho” versam, mais detalhadamente, sobre assuntos de política, casos amorosos, prostituição, memórias de infância, entre outros. A personalidade de José Sampaio continua a mesma. Antonio Candido ao falar sobre a personagem de ficção escreve um trecho interessante para fortalecer a compreensão desse personagem:

No romance, podemos variar relativamente a nossa interpretação da personagem; mas o escritor lhe deu, desde logo, uma linha de coerência fixada para sempre, delimitando a curva da sua existência e a natureza do seu modo-de-ser. Daí ser ela relativamente mais lógica, mais fixa do que nós. E isto não quer dizer que seja menos profunda; mas que a sua profundidade é um universo cujos dados estão todos amostra, foram pré-estabelecidos pelo seu criador, que os selecionou e limitou em busca de lógica. (CANDIDO, 2007a, p. 58-59).

Carvalho, ao utilizar a técnica do personagem autor imprimiu a ele uma coerência interna, criando a sua lógica, que contagia o enredo. Essa lógica vem por meio dos caracteres descritos pelos fatos narrados. Candido diz que “graças aos recursos de caracterização, isto é, os elementos que o romancista utiliza para descrever e definir a personagem de maneira a que ela possa dar a impressão de vida, configurando-a frente ao leitor” é que podemos acessar o modo de ser dessa personagem. Assim, entendemos que é por esses recursos que o autor pode torná-la coerente diante da vida, e é por esses mesmos recursos que ele também a limita para não fugir da sua lógica. O autor nos causa a impressão de se tratar de um ser contraditório, limitado e infinito na sua riqueza. Desse modo, o resultado nos faz pensar que temos uma personagem toda coesa, na nossa imaginação.

O universo de Carvalho nos é mostrado desde o início do livro como coeso. O propósito da denúncia, o modo de ser do personagem central, o espaço onde ele se desloca, o papel dos personagens secundários, os dados descritos, tudo segue uma ordem de coerência que resulta num mundo fictício coeso pronto para o leitor percorrer. Porém, no primeiro momento da narrativa, há menos profundidade psicológica nos fatos narrados e poderíamos pensar que na segunda parte da obra, Carvalho trabalha a técnica do foco narrativo em primeira pessoa por meio do personagem autor com o intuito de avançar um pouco mais no aspecto subjetivo, dando uma maior densidade psicológica a narrativa o que gera um efeito melhor na arquitetura do romance como ocorre com algumas narrativas de Graciliano Ramos.

Dessa forma, nessa segunda parte de *SMJ*, a voz narrativa é cedida a José Sampaio, que, já tendo conseguido chegar ao cargo de desembargador, usa o discurso da memória para contar várias histórias tomadas da sua convivência com companheiros de trabalho, na corte da justiça e no palácio do governo. Quanto ao espaço geográfico das historietas retomadas pela memória e postas no papel pelo personagem autor no regaço da sua casa são os bangalôs chiques com piscinas, próximos às praias da Capital do Ceará e em algumas cidades como Aquiraz, Iguatu e Russas. Os espaços são pouco descritos, mas podemos inferi-los pela relação existente entre os eventos narrados e personagens transplantados da primeira parte para a segunda. Porém, nesta, gera-se um desdobramento mais subjetivo nos atos do personagem narrador. Os assuntos versam sobre a vida noturna do narrador personagem, dos seus amigos e sobre a corrupção no poder judiciário e no governo, ainda acerca do contrabando e outros eventos do cotidiano do mundo representado.

Passemos agora ao estudo direto dos capítulos do livro para ampliarmos o conhecimento desse segundo momento da narrativa de Jáder de Carvalho que se movimentará também pelas relações exercidas entre narrador, personagem e o espaço; o primeiro escrito recebe o título de **Memórias** e é composto de apenas doze páginas, divididas por partes que levam em seus títulos o nome de cada personagem criado por José Sampaio. Na sequência tem-se *Dona Engrácia*, *Judite*, *O irmão marista* e *O maior dos Nogueiras*. Em parte da narrativa, José Sampaio confidencia a sua corrupção moral ao falar de seus casos amorosos longe dos olhos de Gracinha. Seguindo a ordem do enredo, primeiro, ele se envolve com uma mulher casada, dona Engrácia, mulher de um rico comerciante que viajava muito a Fortaleza e lá se divertia com bebida, jogo e mulheres. Escreve também a respeito do religioso marista irmão Pedro que assediava dona Engrácia. Essa “senhora” parecia ser uma mulher dada aos prazeres carnavais e muito cheia de suas vontades. Ela, talvez, para fazer ciúmes e se sentir cortejada, confidenciou a José Sampaio, o assédio do irmão Pedro. O juiz “mordeu a isca” e ficou a “roer de ciúmes”, não perdendo essa oportunidade para intimidar o clérigo. Vejamos:

Engrácia queixou-se:

– Quer saber de uma boa?

– Diga.

– O irmão Pedro está se botando.

– Botando-se a quem? Sabe de algum namoro dele? A Barbosa Cordeiro riu:

– A quem, seu bobo? A mim.

Não quis acreditar e dei as minhas razões:

– Os maristas são padres por mimetismo. Embora não rezem missa, não confessem, não casem nem batizem, fizeram o voto de castidade. [...]. O Irmão Marista, sem qualquer participação no culto católico, ou cristão, deixa-se “castrar” em plena mocidade, com um fim exclusivamente comercial.

Engrácia deu uma gargalhada:

- Castrar? Os maristas se deixam castrar?! Pois eu lhe afirmo o contrário! [...]
- Um castrado aperta a mão de mulher? Um castrado acende os olhos, fica vermelho, esquenta o corpo, quando se encosta em mulher? Um castrado pede que a mulher marque encontros? [...]
- No meu primeiro encontro com o Marista, medi-o de cima a baixo. [...] então, eu lhe perguntei à queima roupa e rapidamente:
- irmão Pedro, o senhor é casto? O irmão respondeu, num relâmpago:
- ‘Tens uns que são... (CARVALHO, 2001, p. 231-232).

O momento narrado ocorre em ambiente interno familiar da casa de Engrácia, espaço restrito que caracteriza os dois personagens desse capítulo. No caso de José Sampaio e Engrácia, ambos queriam dissimular a relação, então por isso precisavam de um lugar interno, no momento em que o marido estava em sua vida degradante de bebidas e mulheres. Ao escolher a casa da mulher como ambiente para o encontro entre eles, isso nos mostra certa conveniência entre os dois, o disfarce da visita pela aparente normalidade do espaço doméstico. Lins (1976, p. 97-98) nota que o espaço físico, “em especial, o doméstico tem a função de situar a personagem, informando-nos, mesmo antes que a vejamos em ação, sobre o seu modo-de-ser”. José Sampaio nos pareceu sempre muito oportunista. Engrácia deu a ele a oportunidade de se chegar a ela por meio da conversação sobre a árvore genealógica da família e ele foi entrando a casa e ela, muito disposta a ter algo mais, coopera para a concretização do caso entre ambos. Podemos ver que há outro olhar mais íntimo, do costume social ao pessoal e individual. Ao vermos Engrácia se encontrando com José Sampaio na própria casa dela, imaginamos que, tanto ela quanto ele, não se importam com certos valores sociais postos. Ela não se preocupava com o marido. Da parte dela, poderíamos pensar que desejava fazer tal como o esposo que levava uma vida mundana. A situação familiar da mulher favorecia aos desejos sexuais de José Sampaio, que por sua vez não perderia tal oportunidade, como sempre fazia na vida.

As memórias nos dão o passaporte para conhecermos a outra face de José Sampaio voltada para hábitos considerados inapropriados a figuras sociais como ele. O autor deseja pôr isso à tona, aos olhos do povo, pois o juiz usa uma máscara perante a sociedade. Em casa, ele precisa tirar essa máscara, e faz com a ajuda de Gracinha, mas diante de fatos sigilosos que não poderiam ser revelados à mulher, ele usa o auxílio do papel em branco e da caneta. Podemos pensar que o autor usa esse recurso para tentar caracterizar o personagem central como um homem representante de uma sociedade patriarcal que considera normal certas práticas ligadas à vida sexual do macho dominador. No aspecto dos vícios morais, Carvalho tentou mostrar seus atos pela instalação da atividade reflexiva de José Sampaio, proporcionando um “mergulho” interior, com determinado instinto profundo de dissecação

moral de um homem da lei. Gracinha ainda é, nessa segunda parte, um elemento desencadeador do desafio memorialístico do desembargador José Sampaio e exerce um papel importante. No entanto, temos visto que José Sampaio costumava externar a Gracinha o seu mau comportamento por meio das revelações de corrupção na vida profissional, mas as confissões acerca da vida pessoal não contaria a esposa, queria apenas evitar esses assuntos que para ele pareciam banais. Isso revela que ele nem mesmo se sentia culpado.

O juiz gostava de variar as amantes. Ele relata ainda os seus amores com a empregada da sua casa, Judite, uma índia da tribo dos *paiacus*. Ele aproveitava quando Gracinha se ausentava e ia até o quarto onde dormia a empregada. Mais uma vez o espaço doméstico surge como cenário para nos ajudar a compreender o seu habitante. Isso pode ocorrer no nível concreto e no subjetivo. Sobre isso, Lins (1976, p. 98-99) fala ainda que “a projeção da personagem sobre o ambiente nem sempre se manifesta concretamente”. Ela pode se configurar de modo subjetivo, refletindo mais um estado de espírito mais ou menos passageiro do que uma personalidade. No caso de José Sampaio, o espaço se configura tanto concretamente na personalidade e no caráter dele quanto podemos vê-lo pela configuração subjetiva que propicia quietude ou euforia diante das circunstâncias e das vontades do espírito. Na verdade, o primeiro processo parece ocupar lugar de destaque, pois o que vemos é um homem da lei que se envergonha de seu péssimo comportamento e tenta esconder da sociedade suas más ações entre quatro paredes ou em ambientes desolados. Apesar de, intimamente, se justificar pondo tudo na escala da normalidade. Assim, podemos ver o personagem agir, circunstancialmente, como de modo concreto e rotineiro, deixando percebermos seus péssimos costumes. Isso vai dando forma a esse personagem, a cada parte do livro, construindo-se, assim, o seu perfil. Leiamos outro trecho representativo do comportamento do desembargador dentro de sua própria casa:

[...] Judite indagou:

– Dona Gracinha?

Murmurei:

– Está na missa. Não há perigo.

– E o menino?

– Ainda dorme. São cinco e meia da manhã.

A ex-ama fechou a casa!

– O Senhor não tem aquela peste? Porque não fica só com a dona Engrácia?

Espantei-me:

– Judite! Quem lhe falou nisso? Eu sou juiz. Como é que eu poderia andar conquistando a mulher dos outros?

– E não está aqui no meu quarto?

– Ora quanta diferença! Quem advinha que eu gosto de você? E gostando dela todo mundo saberia [...].

– Judite puxou-me pelo braço:

– Deixe de conversa cumprida. Se quer, venha logo.[...] (CARVALHO, 2001, p. 230).

José Sampaio, no espaço privado do lar parece “sabotar” a si mesmo ao dizer a Judite: “Eu sou juiz!”. Com essa frase, ele pretende reforçar na mente dela a imagem dele como a de um juiz sério, cumpridor da justiça, embora queira a empregada para seu deleite sexual. Para ele, não seria bom se todo mundo soubesse, mas entre quatro paredes, tudo estaria sob controle. E esse conflito entre o social e o individual talvez seja o cerne da intenção do autor que é enfatizar a hipocrisia presente na sociedade de José Sampaio. Assim, José Sampaio, na sua vida de aparências, vai ao quarto da empregada novamente, só que desta vez Gracinha o surpreende e não havia mais tempo para ele fugir como em outras vezes. Desajeitado pelo flagrante, ele inventa que estava entrevistando a índia que era da tribo dos *anassés*, informação errada que o juiz dera, equivocado em seu desconcerto por ser surpreendido no adultério. Gracinha já sabia que Judite era da tribo dos *paiacus* e respondeu, secamente, ao equívoco do marido, o qual se envergonhava, covardemente, de sua atitude traiçoeira e imoral no seio da vida familiar. Vemos claramente que a intenção de Carvalho é revelar a índole do desembargador José Sampaio, posto por ele mesmo, narrador que confessa suas fraquezas, admitindo sua impossibilidade de mudança, se justificando de forma determinista ao falar que a natureza humana em si é corruptível. Percebemos que a capacidade de reflexão de José Sampaio, mesmo no seu autojulgamento negativo acerca de sua pessoa nos confirma ser ele uma personagem bastante complexa.

Há um personagem de nome Mário Nogueira, que era parente de José Sampaio. Mas daqueles parentes que se mantinham distantes; um dia, José Sampaio o procura para conversar. Mário Nogueira era um homem muito culto, sabia falar várias línguas, morava numa casa moderna e tinha uma grande biblioteca da área do direito constitucional, de fazer inveja a qualquer juiz. O espaço do encontro foi na casa de Mário, que é moderna, e isso é um dado interessante para nos mostrar que Mário acompanhava as mudanças do tempo em termos de arquitetura, portanto, ele é um homem moderno, inteligente e atento à evolução da moda e dos avanços do mercado. José Sampaio se admira do tamanho da biblioteca, ostentando poder pelo saber. A mesma era da área do direito, que se liga ao que devia mesmo interessar a ele. Percebemos que casa e a biblioteca de Mário agem como elemento caracterizador do seu proprietário, alguém abastado, culto, intelectual que é o que José Sampaio almeja ser, no seu íntimo para completar a sua meta de ascensão social, salários, poder e saber, por isso José Sampaio destaca a observação sobre o estilo da mesma, a grandeza física e a área do conhecimento dos livros que nela repousam, que também é a de seu interesse. O que está por

trás da casa moderna e da biblioteca é o poder financeiro e o poder do saber, duas coisas almeçadas por José Sampaio. No encontro, o parente diz a ele:

[...] estude línguas, menino. Estude o italiano, o alemão, o inglês e o Francês. Porque é que eu brilho nas minhas sentenças, nos meus discursos? É porque eu cito os autores no original. Filho, na corte de justiça, é lamentável a penúria intelectual. (CARVALHO, 2001, p. 234).

Mário era daquelas pessoas que valorizavam extremamente o intelectualismo e o *status*. Carvalho cria esse personagem secundário para mostrar a diferença entre a postura de promotores, juízes e desembargadores da corte da justiça que se envolviam com os vícios da política do Ceará e a daqueles que não estavam nesse meio, e que, com uma nova visão, mais moderna e mais democrática, criticavam. Por um lado, entendemos que o parente representava esse grupo mais moderno que se colocava acima de todo aquele sistema patriarcal calcado no apadrinhamento e no favor. Era como se Mário Nogueira prezasse mais pela ascensão social através do mérito e não pela mendicância de favores políticos. Por outro lado, parecia que ele se aproveitava um pouco da precariedade intelectual de José Sampaio para se promover. O parente se enchia de empáfia com ar de sapiência no estilo pedante, pois citar autores no original não representava nada sobre justiça e correção da postura ética e coerente na prática dos tribunais.

– Cuide de brilhar. Quero deixar substituto à altura no bastão da família Nogueira. [...]. Aliás você cometeu erro gravíssimo: casar-se cedo, ligar-se a moça do sertão, sem a cultura capaz de entender um marido intelectual.
Defendi Gracinha com denodo:
– Minha mulher é muito inteligente. [...].
– Assim, o erro não foi tão grande. Mas é rica?
– Não, os pais deixaram um sítio, umas casas.
O grande parente consolou-me.
– Vejo que não é bobo. A maioria dos nossos colegas casam com filhas de coronéis decadentes, quando não com filhas de funcionários públicos, sem eira nem beira. (CARVALHO, 2001, p. 235).

Vemos nas palavras de Mário Nogueira esse espírito de grandeza intelectual e de orgulho. Suas palavras tocam o íntimo de José Sampaio, pois ele não tem sido nada que se pareça com esse novo parente, não bastava o caudilho da revolução cabana, Angelin. Diante das investidas de Mário Nogueira, ele ficava a balbuciar feitos nos estudos de sua pesquisa sobre Aracati e sua iminente entrada para o Instituto de História e Geografia, porém Mário Nogueira desvalorizava essa “instituição provinciana”, como ele dizia, e questionava a José Sampaio: “ao que lhe pode dar uma sociedade provinciana, constituída de ilustres

desconhecidos? Que lhe adianta saber que a nossa família veio do litoral ou do sertão de Pernambuco?” Mário Nogueira “bombardeava” José Sampaio com conselhos e advertências de alguém que se julgava entendedor da situação das instituições da justiça, da pesquisa e do Estado. Dava entender de que tinha preconceito social quando José Sampaio falou do seu casamento com Gracinha, moça provinciana, do interior, sem profissão e sem participação nas rodas sociais de Fortaleza. Mas José Sampaio, apesar dos adultérios praticados, gostava da esposa e por isso a defendeu. O ponto central da relação dele com o parente era a eterna procura daquilo que ele queria ser, mas que não tinha forças para conseguir. Desde criança, ele não era muito inclinado para os estudos e as atividades do intelecto. Essa característica de José Sampaio parecia incomodá-lo sempre. É como se fosse algo muito bom e desejável em sua vida. Pudemos ver isso quando ele iniciou a pesquisa em Aracati, quando entra para o Instituto Histórico e Geográfico entre outros indícios passados na narrativa e os que ainda virão. No entanto, nunca se mostrou capaz de “ganhar a vida” por méritos próprios, daí porque a sua sujeição, desde jovem, aos coronéis, políticos que eram os pilares da sociedade do favor.

No **Romance de Eliana**, o personagem escritor fala também de seus casos fora do casamento. O primeiro deles é com Dilma, uma mulher bonita que queria ser aeromoça e para quem José Sampaio arrumaria um emprego no Estado. O romance com Dilma nem chega a começar, fica só na paquera. Quem decide, sem delongas, iniciar um caso com o juiz é a amiga dela, Eliana. Assim, essa se torna a querida por José Sampaio por não protelar o envolvimento com ele, e sim assumir a relação de modo mais integral. Esse caso deixou Dilma enciumada, o que fez com que a mesma passasse a advertir José Sampaio das possíveis enganações que Eliana poderia a ele fazer. José Sampaio se encontraria com Eliana em Messejana e no Parque da Água Fria por serem locais desertos e distantes de seu meio social. Dizia ele: “aqui há muito silêncio e muita solidão. Sopra a doce aragem do mar. O farol circulante da Base Aérea, de segundos em segundos, incendeia o horizonte próximo” (CARVALHO, 2001, p. 321). Geralmente, nessas situações são escolhidos lugares assim para que a sociedade não “bisbilhote” o fato já que se trata de casos amorosos proibidos pela moral social. José Sampaio, cremos, tem essa intenção ao procurar lugares desolados.

Como dissemos antes, a escolha do espaço é importante para a análise da narrativa. José Sampaio mais uma vez procura esconder-se por causa de seu comportamento pouco decente para os padrões sociais. O ambiente é favorável ao seu isolamento para a satisfação de suas vontades carnis, não basta ter dinheiro, poder e saber, como pertencente a uma sociedade conservadora, de posturas patriarcalistas, na qual ele se sente confortável, é

preciso ter mulher para completar o seu projeto de ascensão e *status*. Lins (1976, p. 99-100) comenta que podem ocorrer certas manifestações significativas do espaço que podem alçar-se à categoria de episódio. Na verdade, isso em geral é o que é provável de ocorrer, ou seja, “que a personagem transforme em atos a pressão sobre ela exercida pelo espaço”. Acerca disso, o estudioso continua destacando duas maneiras de manifestação do espaço, a primeira quando ele propicia a ação dada pelo personagem e a segunda quando o mesmo a provoca induzido pela atmosfera do ambiente. Nessa última acepção, o espaço surge como provocador da ação quando a personagem é incapaz de conduzir a sua própria vida, ou parte dela. Ela “vê-se à mercê de fatores que lhe são estranhos”. Dessa forma, “o espaço, em tal caso, interfere como um liberador de energias secretas e que surpreende, inclusive, a própria personagem”. Assim, o espaço é convertido numa espécie de armadilha, que o crítico exemplifica com o conto “Missa do galo”, de Machado de Assis. Sobre os eventos em que o “espaço propicia, permite e favorece a ação”, esses “se ligam quase sempre ao adiamento: algo já esperado adensa-se na narrativa, à espera que certos fatores, dentre os quais o cenário, tornem afinal possível o que se anuncia”. Em *SMJ*, o espaço desses encontros não surge como provocador, nem se trata de uma armadilha, pois não há essa necessidade, o intento está no coração de José Sampaio, é planejado e nada é adiado. Não se trata de um determinado espaço provocador, mas a provocação é estabelecida por uma conjuntura social e histórica do tipo de sociedade de José Sampaio que extrapola a localização geográfica, em substituição a esse podemos pensar que essa conjuntura se dá em espaços culturais ou sociais, comentadas no terceiro capítulo.

O espaço periférico, distante, para onde ele leva a moça é um indicador a mais da relação clandestina, da divisão entre o socialmente aceito e o não aceito. Vemos que o espaço fora da cidade nem sempre é necessário para esse tipo de ação, já que José Sampaio tenta várias vezes seduzir a babá dentro de sua própria casa e também mantém relações com a vizinha casada, na residência dela. Com isso, percebemos que as regras da sociedade burguesa, de decoro e moralidade, não conseguem impedir comportamentos muito arraigados na sociedade patriarcal.

Dilma e Eliana recebiam presentes de José Sampaio; e, no caso de Eliana, os presentes tinham um segundo destino, o jovem namorado da amante. O desembargador pagava a amante e presenteava o namorado dela. Nessa vida errada, ele, facilmente, compactuava com crimes como o de pagar abortos. O primeiro foi o de Dilma que expôs a sua necessidade de abortar, por meias palavras, e o segundo foi o de Eliana quando engravidou dele ou do namorado:

– Tenho de submeter-me a ligeira operação. O médico pede-me quatro mil cruzeiros. Será mesmo no consultório.
Compreendi. Paguei o aborto. E, para mim mesmo:
– Uma infeliz, afinal. Mas bonita e cativante como todos os diabos!(CARVALHO, 2001, p. 320).

Descobrimos então outros comportamentos do doutor José Sampaio. Além de toda sua postura de comparsa dos políticos em seus planos de corrupção em atos criminosos na arte de julgar, ele se apropria do poder de negar a futuros inocentes o direito de nascer, compactuando, assim, com o aumento da prática do aborto atrelada à ideia de prostituição na Fortaleza crescente. Dilma sempre que se encontrava em apuros financeiros e outros problemas, telefonava para o magistrado. Parece-nos que José Sampaio sentia que suas ajudas, além de satisfazer o seu ego, no aspecto sexual, eram um ato de caridade, pois essas mulheres levavam a vida de quem nascia na periferia e na pobreza. Para ele, a prática do aborto parecia não ser crime já que registrou em seus escritos, sem o menor temor de que alguém pudesse ler. Isso é mais um reflexo da banalização dada por uma sociedade de bases patriarcais.

Cada vez mais percebemos que a função do romance é mostrar a hipocrisia do personagem que posava de figura decente, mas que, por outro lado, se envolvia com prostitutas e aceitava práticas clandestinas como o aborto. A relação dele com as mulheres se definia pela submissão e dependência das mesmas. Quanto a ele, exercia sobre elas o seu poder e domínio. Isso tudo denota um problema social configurado pela conduta patriarcal e machista que pode ser deflagrada pela postura dele em sustentar amantes pobres.

O caso de José Sampaio com Eliana foi tomando corpo ao ponto de ele abrir conta em banco, pagar suas dívidas e atender a todos os seus pedidos em relação a compras diversas e de declarar que “era a mulher que lhe faltava para a cama. Calada, discreta, crepitando apenas na hora extrema, ocupou um lugar jamais preenchido por outra, numa longa e monótona vida de quarenta e três anos” (CARVALHO, 2001, p. 328). Vemos que a mulher da sociedade de José Sampaio era vista, por um lado, como objeto e, em outros casos, havia um interesse mercantil como nas histórias amorosas contadas por ele. Ele se mostra um homem apaixonado, tanto que se apavorava com a ideia de não possuir mais Eliana e perguntava se ela desejaria viver com ele, ela respondia que sim, mas indagada novamente, em outra ocasião, ela apenas dizia que ele já vivera muitos anos. Isso o deixava pensativo a olhar, pelo espelho, os sinais da sua velhice. Dilma não parava de ligar para o desembargador o advertindo sobre quem era Eliana. Dizia ela sobre a amiga de outrora “todos os dias ela bota um vestido novo. Muda de sapatos como trocava de homens quando morávamos juntas. E tem

uma blusa para a manhã, outra para a tarde e outra, ainda, para a noite!” (CARVALHO, 2001, p. 329). Dilma fazia de tudo para afastar Eliana de José Sampaio, pois ela tinha se arrependido de não o ter querido. Porém, ela tinha certa razão quanto ao caráter da ex-amiga, pois ela enganava e mentia para o desembargador.

Eliana tinha encontrado outro homem mais jovem e se encontrava com esse, dava presentes pagos por José Sampaio. Esse, certa vez, no centro da cidade, viu a amante a passear numa lambreta com o jovem namorado, ela e o desembargador fingiram que não se conheciam. Ela acena, ele olha de lado. No dia em que o caso deles completou um ano, o desembargador a convidou para um jantar e o momento desse diálogo o faz refletir e ter dúvidas sobre o seu caso com Eliana. Leiamos:

[...] Vamos comemorá-lo com um jantar?
 – Onde?
 – Onde não sejamos conhecidos.
 – É difícil. Fui empregada no comércio: todo o mundo me conhece. Você é desembargador: quem não o reconhecerá?
 Não jantamos juntos. Não pelas razões apresentadas por minha amante. Mas, porque ela preferiu viajar com rapazes e moças até Maranguape.
 Pensei:
 – A Dilma teria razão? [...]. (CARVALHO, 2001, p. 233).

Vemos que o caso amoroso de José Sampaio não ia bem, mas cresciam sempre os pedidos da amante ao desembargador endinheirado, eram mais sapatos, vestidos, presentes para a família, primos, até para a tia com quem Eliane não se dava bem, ela resolveu fazer as pazes e presenteá-la. Essa avalanche de pedidos e a postura indiferente da amante fazem com que José Sampaio comece a juntar as informações de Dilma ao comportamento inesperado de Eliana. Para completar surge um novo aborto, agora seria, supostamente, de um filho de José Sampaio, mas que não nasceria porque eles decidiram abortar, José Sampaio pagou a clínica e tudo foi executado na maior frieza de certos atos assassínios. Leiamos o excerto:

Eliane engravidou.
 – Por que não o deixa nascer? Insinuei.
 – No começo, eu queria. Hoje não.
 E repetia a frase que ainda me feria:
 – ‘Você já viveu muito. Mande-me logo ao médico. Abortou. Ainda lívida, disse a enfermeira para chamar-me. Compareci. Beije-a na testa. Alguns dias depois, [...] revelou-me:
 – O sangue não para.
 O médico me garantiu:
 – Não é verdade. Está boa, boa.
 Não tardou a confissão, a princípio, meio disfarçada:
 – A gente não poderia ser apenas amigos? Morreu em mim o prazer sexual. Acho que devido ao aborto.
 Fixei-a:

Compreendi tudo. [...]. (CARVALHO, 2001, p. 335).

Após esse episódio, José Sampaio, compreende a sua situação, patética, diante da enganação em que se encontrou, da falta de escrúpulos da parte dele em cometer atos impensados como ter amantes e praticar abortos. Pondo fim na história de seu caso amoroso, ele conclui relatando que Eliana, há cinco meses, se apaixonou por um rapaz filho de gente rica e que, além do mais, dava a esse rapaz presentes caros e bonitos pagos por ele. Meio que embriagado pela decepção e pelo sentimento de alguém traído e enganado, aperta a cabeça com as mãos e se pergunta “de quem seria, pois, o filho”, do rapaz ou meu? Finalmente, Eliana chegou com a tia, a qual confidenciou a José Sampaio que ela havia deixado o emprego e que se casaria. Em outro instante, Eliane fala ao desembargador:

– Ele sabe de toda a minha vida. Contei-lhe tudo. E fui direita com você: Confessei ao rapaz que o traía, ocultamente, sem que ninguém no mundo o adivinhasse, com o desembargador José de Sampaio Nogueira.
 – E ele? Qual foi a reação?
 – Conformou-se. Ele me adora. José, não lhe botei chifres: botei-os nele. Doía-me tudo por dentro. Sentia apertos na garganta. Os olhos marejavam-se. Era a saudade.
 Prostituta inteligente, com extraordinária capacidade de fingir, onde a verei, um dia: diante do altar, casando-se, ou no prostíbulo, já sem máscara? (CARVALHO, 2001, p. 336).

Esse lado libertino de José Sampaio, dado à prostituição, tipifica outros indivíduos do meio público onde ele trabalhava. Esse tema da prostituição já surge na ilustração da capa do livro, ideia tão bem captada por Zenon Barreto, conforme lemos, anteriormente. No **Caderninho**, José Sampaio escreve sobre a realidade da criança pobre das fazendas. Registra também conteúdo polêmico, denotando a intenção de denúncia do autor implícito. Nesses escritos, José Sampaio faz uma espécie de declaração, uma justificativa de todos os atos injustos por ele praticados e outros dos quais ele é testemunha. Ele faz as confissões mais difíceis de publicar em treze pequenos capítulos dentro de assuntos diferentes. Ainda pudemos perceber a ocorrência de um momento epifânico na vida do personagem, quando ocorre uma espécie de revelação de que o lucro, por meios obscuros, ou a aquisição de uma posição de poder não valeu a pena. Tudo o que José Sampaio conquistou não trouxe para uma vida feliz, plena, sem angústia ou insatisfação pessoal.

O primeiro capítulo intitula-se MENINO DE FAZENDA. No texto, José Sampaio escreve sobre o menino típico de Iguatu e Quixadá. Mais uma vez, lugares muito conhecidos por Carvalho, informação dada no segundo capítulo. O espaço é o rural, da fazenda, demarcado pela vida difícil do menino pobre que não teve infância, mas trabalhos duros. O

narrador cita alguns elementos desse espaço, que são os animais (cavalos, burros, éguas e jumentos, vacas, cabras, ovelhas), a natureza (representada pelo mato e o açude), enfim, os objetos usados pelo menino em seu trabalho diário (o chapéu de palha, a faquinha e o cigarro de palha). Sobre a importância dos objetos descritos em determinado espaço, Lins (1976, p. 97) destaca o que falou Jean Pierre Richard sobre os objetos em Balzac. Ele fala que “os objetos, mais frequentemente, têm valor de índice psicológico e social”. Para complementar o exposto, o crítico destaca ainda o que ressalta Michel Butor, o qual sublinha que os móveis, no “romance, não desempenham apenas um papel ‘poético’ de proposição, mas de reveladores, pois tais objetos são bem mais ligados à nossa existência do que comumente admitimos”. A partir desse pressuposto teórico crítico, percebemos que esses objetos dispostos pelo narrador têm valor de índice psicológico e social. O menino, socialmente, é explorado pelos fazendeiros donos dos animais e do açude. Notamos isso, auxiliados pelos objetos descritos no ambiente rural. A criança que cavalga lida com os animais, usa a faca e fuma o cigarro de palha, usando também o chapéu de palha, transforma-se em homem e carrega a psicologia do adulto, do vaqueiro, e isso podemos inferir pela descrição desses objetos no espaço de ação do personagem apresentado e descrito pelo narrador.

O narrador mostra uma criança sem brinquedos, sem faz de conta, menino semelhante a um homem em miniatura, com “chapéu de palha na cabeça chata, colhe o cabresto no alpendre da casa-grande e, molhando os pés no orvalho da madrugada, vai à procura dos animais” (CARVALHO, 2001, p. 373). Ele fala que esse menino é um homem precoce que usa faquinha à cintura e fuma um grosso cigarro de palha. José Sampaio escreve sobre a rotina desse menino de fazenda que acorda antes do sol e trabalha como homem: “O menino, nas secas, sofre tanto quanto os homens feitos. E talvez sofra muito mais, o organismo está crescendo e, por isso, gritando por alimentos.” (CARVALHO, 2001, p. 374).

José Sampaio falou que teve pena de um desses pequeninos heróis que os romancistas e os poetas ainda ignoram. Certa vez, ao passar próximo a um serviço federal na calorenta Sobral, uma criança de roupinha rasgada e suja, tirou o chapéu e lhe pediu um emprego:

- Me disseram que o senhor podia dar um jeito no meu caso. Quero trabalhar. Meu pai é velho e minha mãe é doente há muito tempo. Moram ali na fazenda do “seu” Doca.
- E por que não trabalha? – perguntei – Não há tantos meninos trabalhando na estrada?
- Há, inhor sim. Mas não me quiseram. O feitor disse que meu pai era eleitor do padre Mariano.

O feitor não me conhecia. Falei-lhe a respeito do menino. Ele, sem me dar muita importância, pois não me sabia juiz da comarca, deu de ombros e afastou-se, dizendo:

– Essa peste é da UDN. A ordem que eu tenho é não empregar filho de eleitor udenista. Porque ele não vai pra cozinha do padre Mariano? (CARVALHO, 2001, p. 374).

Vemos que Carvalho continua mostrando a injustiça social, presente na sociedade da seca que explorava os serviços emergenciais em benefício da má política que se utilizava das verbas públicas para aplacar a fome dos flagelados em favor de pequenos grupos políticos que gozavam de favores. Tem-se ainda passagens melancólicas e representativas de uma triste realidade dos meninos de fazenda ou de engenho que, pela necessidade de sobrevivência, perdem a sua infância muito cedo e ficam a mendigar favores políticos repetindo, desse modo, um ciclo vicioso que tem início na infância e o acompanha até a idade adulta a exemplo de seus pais que dependiam de favoritismos de coronéis/políticos. José Sampaio mostra sua outra face, certo engajamento social, percebido pela preocupação com o menino sem infância que, cedo, assume responsabilidade.

José Sampaio nos surpreende expressando fraternidade quando resolveu falar com o feitor, em favor do menino. O personagem nos espanta com essa atitude de compreensão do outro, participação na vida de desvalidos. Contudo, em outras vezes, nos despejos de seus vizinhos, na Aldeota, ele não movera uma palha para defendê-los, porém, com esse menino, foi diferente. Talvez o estado daquele menino tenha sensibilizado o nosso protagonista por um motivo interno a ele que pode ser uma lembrança do passado. É como se José Sampaio sentisse um misto de pena e compaixão, porém, acovardada, já que desistiu de defender o pequeno por uma decisão injusta e bruta de um simples feitor, levando em conta que ele era um juiz e teria muito mais poder para defender a causa.

O capítulo O MACACÃO se passa no palácio do governador. A partir disso poderíamos inferir que o espaço age de modo caracterizador em relação ao personagem e à sua mudança de situação social pelo fato de José se encontrar num ambiente onde quem mora é um chefe de estado. Ali, naquele lugar suntuoso era onde todas as decisões que influenciavam os destinos da sociedade cearense eram discutidas. Diríamos que José Sampaio se sentiu eufórico naquele momento do encontro com o governador. Ele foi recepcionado e “foi longo o abraço”. Depois, ele o empurrou para um sofá enorme, onde afundaram. Além do ambiente palaciano, podemos destacar o objeto sofá que, por sinal, simboliza a pompa do ambiente por ser muito macio, pois ao sentar-se o mesmo afundava. Como a maioria das outras histórias, essa foi relatada na primeira parte do texto. O espaço simboliza e ilustra a

ascensão social de José Sampaio que agora é recebido pelo governador em ambiente luxuoso. Assim, o espaço funciona como caracterizador das personagens e da situação. A euforia dele pelo luxo é a confirmação de que chegara ao seu objetivo.

Nas histórias, há elementos de denúncia que já foram apresentados antes com os mesmos personagens como Francisco Onça e o Macacão, apelido do governador da época. A diferença é o depoimento de atos vivenciados por José Sampaio com uma maior presença de conflitos psicológicos do personagem que se debate em suas próprias frustrações. O fato contado trata da nomeação de José Sampaio ao cargo de desembargador. Na nomeação, o juiz recebeu o favor do deputado Francisco Onça o qual lembra ao novo desembargador o dever de naquele momento agradecer ao governador pela promoção. José Sampaio prestou sua gratidão ao governador que elogiou e o abraçou, fortemente, como se o conhecesse há tempos. Apresentando a ele suas intenções, fala que tem muitas questões para os seus aliados, pois tinha anulado centenas de cargos e desfeito outras tantas nomeações, desse modo, os prejudicados entrariam com mandados de segurança. Com isso, o governador precisaria de amigos como ele para negar os pedidos de segurança. Finalmente, revelou que seguia os passos do juiz na brilhante carreira dele e que, no mundo, seja este ou aquele o regime dominante, o valor pessoal deveria se impor. Macacão fala que a nomeação de José Sampaio foi, exclusivamente, por causas pessoais, baixa a voz para confidenciar:

– O meu antecessor, em sessenta dias de governo, nomeou mais gente do que Pedro II em todo o seu longo reinado. E não é só: escolheu a dedo, para tanta nomeação, os nossos piores e mais rancorosos inimigos. Anulei centenas de cargos e desfiz outras tantas nomeações. Os prejudicados, entretanto, não se conformam. E entram na Corte, com uma verdadeira avalanche de mandados – de - segurança. Na Corte, conto com ótimos amigos e grandes patriotas. O senhor, não tenho dúvidas, ingressará nesse grupo saneador, que me vai por em situação de governar. (CARVALHO, 2001, p. 378).

Nessa parte, o autor expõe o depoimento do personagem Macacão, pelo ponto de vista de José Sampaio para expor o esquema utilizado pelo governo com o intuito de se tornar mais poderoso e garantir a sua governabilidade. Ele finaliza o capítulo de modo irônico ao falar que o Macacão tinha a imagem perfeita de um macaco. José Sampaio disse que viu com “os olhos que a terra haveria de comer – um rabo, um longo e cabeludo rabo de macaco a descer das nádegas de Genival!” (CARVALHO, 2001, p. 378). O apelido dado pelo narrador não é de graça, é um elemento estilístico muito utilizado no discurso que visa censurar ou ridicularizar os defeitos ou vícios dos poderosos do governo e do judiciário. Carvalho, usando a técnica de criar um personagem narrador, abre o espaço para uma possível mudança do

personagem, a de se mostrar um pouco mais crítico pelo ato reflexivo, porém parece mais uma atitude superficial do que uma tomada de consciência marcada por uma nova postura, mas concreta. Ainda continuaremos a vê-lo através de atitudes acovardadas diante dos apelos do ganho fácil, dos favores entre outras formas de ser beneficiado, numa sociedade calcada por favoritismos e privilégios.

No capítulo JOÃO BRÍGIDO, José Sampaio fala das sessões de que participou no Instituto Histórico e Geográfico do Ceará. Segundo ele, lá não se debatiam assuntos realmente importantes para o Ceará e os membros revelavam preguiça mental e falta de sabedoria na escolha de temas significativos. Os gestores do Instituto não valorizavam quem de fato tinha competência para a pesquisa no órgão que era o jornalista João Brígido. Vimos que o presidente e os sócios lhe davam pouco valor, atenções que não faltavam ao fundador do órgão, que não é nomeado. O narrador faz uma análise acerca do favoritismo que os dirigentes do Instituto davam ao fundador do órgão, garantindo melhores condições para suas pesquisas, enquanto que o mesmo não era dado a João Brígido.

O espaço dessa historieta é o Instituto Histórico e Geográfico, órgão que congregava estudiosos e pesquisadores de História e Geografia do Ceará. O Instituto dava reconhecimento público e certa notoriedade a estudiosos dedicados a pesquisas sociais ou de patrimônios importantes para a sociedade. Lins (1976, p. 130) diz que ao considerar o descritivo em Gonzaga de Sá, percebe-se que o descritivo nele ocupa-se, predominantemente, do espaço. Quanto a José Sampaio, vemos o contrário, vemos poucas descrições do espaço, mas, apesar disso, ele age como uma força motriz definidora. Talvez isso se dê pelos mesmos fatores sociais discutidos anteriormente. A aura do espaço citado é muito envolvente e age sobre o personagem, mesmo pouco descrito, é no espaço do Instituto que ele encontra o novo *status* desejado, o reconhecimento público de suas capacidades intelectivas. Ele busca o que falta nele, o espírito ilustrado e outras qualidades importantes que ele, por exemplo, percebe em João Brígido.

Não podemos nos furtar ao fato de que essa passagem traz um elemento autobiográfico, pois Carvalho era admirador da intrepidez e ousadia do jornalista e, além disso, herda dele a verve irônica e denunciativa para aplicar em seus jornais, notadamente, o *Diário do Povo* (1947). Essa admiração já o acompanhava desde sua adolescência, quando seu pai pedia que Carvalho comprasse o jornal de Brígido. Poderíamos inferir que Carvalho teria retirado esse dado de suas experiências e o transpôs para o mundo fictício. Assim, José Sampaio dá mais uma guinada, surpreendendo com uma nova postura, que é de gostar de João Brígido a ponto de defendê-lo e valorizá-lo. Não consideramos muito coerente esse

sentimento do autor implícito que cultivava predileção pela figura de João Brígido, quando não encontrarmos comunhão de ideias entre ambos, mas ao contrário, suas ações e postura ideológica são completamente diversas. Esse comportamento não era esperado pelo leitor que criou, a partir do conhecimento da obra até esse momento, a imagem de um José Sampaio fraco e vulnerável às vontades alheias, sem a coragem de sacrificar-se por seus ideais. Um homem como José Sampaio gostar de João Brígido pode parecer contraditório, pois, conhecendo a postura dele, bastante avessa aos ideais pelos quais João Brígido lutou, não esperaríamos tamanho deleite pelo que o jornalista dizia em seus discursos ou nos escritos de seus jornais. Essa atitude de José Sampaio nos mostra um personagem complexo, que muda e surpreende pelas suas ideias, embora que em suas ações e decisões estejam pautadas pelas mesmas vontades anteriores. Podemos pensar que Carvalho, ao inserir personagens secundários, tais como: Angelin, Mário Nogueira e agora João Brígido, quisesse evidenciar certo valor às atitudes revolucionárias, ao intelectualismo e autodidatismo; e ao altruísmo de pessoas por ele reverenciadas, valorizando esse tipo de atitude e desprezando os atos de covardia ou omissões e neutralidade, muito presentes na vida do magistrado e de seus amigos.

As características que José Sampaio admirava nesses modelos eram: de Angelin, com mais força, o aspecto revolucionário; Mário Nogueira, com menos vibração, o exemplo do intelectual; João Brígido, a sua ousadia em não se acovardar diante dos chefes políticos do seu tempo. Pudemos ver na narrativa em terceira pessoa que José Sampaio nutriu uma admiração por tais figuras, porém, ele se assumiu incapaz de defender suas ideias ou de realizar coisas semelhantes; ser revolucionário, intelectual brilhante ou destemido como o polêmico jornalista que não aceitava a dominação e as imposições da elite patriarcal do seu tempo. Talvez, essa identificação que José Sampaio sentia pelo jornalista tivesse uma origem mais subjetiva proveniente de uma lacuna em sua natureza, de algum atributo do jornalista admirado por ele. Vemos que isso surge com mais intensidade psicológica nesta segunda parte da obra pelos relatos pessoais do próprio autor personagem que permitem que seu sentimento aflore com mais lamento por não existir nele os mesmos valores e atitudes semelhantes aos personagens por ele admirados.

O narrador personagem relata que João Brígido foi o mais intuitivo dos homens que estudaram o nosso passado e os nossos problemas. Foi um dos primeiros antropogeografistas do país e, por intuição, o primeiro sociólogo a interpretar a turbulenta vida rural no Brasil. Finaliza o assunto transcrevendo um texto de Brígido dizendo-se render ao imperativo da transcrição:

O meio social, em que se vivia, só permitia que cada um justificasse para si. A necessidade de defesa era imperiosa, e os preconceitos civis e religiosos, as profissões, tudo, enfim dispunha à crueldade. Os índios, que não tinham a noção de propriedade, eram, todavia **salteadores**, além de pagãos; logo, matavam-nos desapiedadamente. Os brancos se atribuíam o direito *vitae et necis* sobre os africanos. As crianças abriam os olhos vendo matar aqueles e flagiciar a estes, e entravam para o trabalho, endurecendo o coração na indústria única do tempo – a criação de gado, que se fazia castrando, cerrando os chifres, jarretando, tangendo a agulhão, derrubando, e, finalmente, sangrando na jugular. Com tal educação, matar e ser morto eram coisas triviais, além de que o homem só tem coração de um lado, – o canhoto. (CARVALHO, 2001, p. 380).

Em A PROMESSA, José Sampaio descreve uma cena em que Gracinha e José Filho estão de joelho, rezando em frente ao santuário iluminado. Vemos que esse espaço doméstico, fechado reserva certa influencia no personagem que se comove ao vê-los ali sob a luz das velas, na penumbra do quarto em sua crença, parecendo ter perdido de vista a realidade da vida do desembargador. Ele, com olhar interrogativo, recebe a explicação de Gracinha que diz estar pagando uma promessa a Senhora Santana por terem saído sãos e salvos de Sobral e pela santa ter dado ao marido a vaga de desembargador na Corte. Esse espaço define a atitude passiva e messiânica de Gracinha frente aos problemas do marido e mostra a religiosidade presente no ambiente através do santuário. Apesar da comoção pela atitude de Gracinha e do Filho, pela ambiência espiritual que simbolizava a intervenção do transcendente, não ocorre nele nenhuma surpresa, ele traz de volta as mesmas confissões e sentimentos para a esposa:

– A Primeira Dama é insaciável. Quer transformar-me no instrumento dos seus ódios políticos. Dona Rosa sempre me dizia, ao pedir-me violências legais contra os seus inimigos: “Há casos que podem mais do que a lei”. Pois ontem a Dama repetiu a frase. A voz, os olhos, a ruga na testa eram os mesmos da sua tia. (CARVALHO, 2001, p. 382).

Ele, ao confessar a sua angústia à família que se solidarizava com a sua situação resignada a tal circunstância, relata o seu sentimento afirmando não ter nascido para exercer a profissão de juiz, principalmente de cidades agitadas, talvez para cidades “mortas” como Aquiraz e Aracati. Declara ainda que jamais soube vencer imposições políticas. Ele deseja viver em um lugar tranquilo, numa sociedade onde os homens não falem tantas coisas vãs, não comandem de forma autoritária, não exijam dos outros a realização de suas vontades, mesmo as mais absurdas possíveis. Esse mundo o incomoda pela inabilidade que ele tem de lidar com a situação que o envolve. Assim, ele prefere se sentir bem fazendo outras coisas como estudar e pesquisar a cidade, ele anseia que tudo seja movido por fatos históricos. Desde sua estada em Aracati, ele despertara para o estudo da História, Geografia e Sociologia. Essa

atitude de José Sampaio nos lembra, novamente, as experiências de Carvalho, no seu apuro pelo estudo da História, Geografia e Sociologia, informações contidas no segundo capítulo desse trabalho.

Num ato de desespero, José Sampaio faz um apelo messiânico quando se coloca na dependência de Senhora Santana que surge como uma oportunidade de redenção para o pecador errante. Ele ainda culpa a sua profissão por todos os males que causou às pessoas e atesta sua convivência, dizendo

como distribuidor de justiça, venho claudicando, e muito. Sentir-me-ia feliz se me visse em liberdade para dar a César o que é de César. Entretanto, não tenho passado de um mero escravo de interesses dos donos do poder econômico e do poder político. [...] Senhora Santana, se me restituirdes à liberdade ainda com o espírito lúcido, de forma que eu possa lutar pela minha reabilitação moral e intelectual noutro campo de atividades, eu te darei o público testemunho do meu agradecimento. (CARVALHO, 2001, p. 382).

O escritor nos mostra um homem da lei sem competência para exercer sua profissão, entregue à venalidade, sem forças morais, em desespero, devido à acusação de sua consciência, apelando para o plano divino. Vemos novamente o traço pós-naturalista, com certa dose de determinismo social pela impossibilidade de uma reviravolta. Ele tinha consciência da sua condição de “escravidão” que o levava a uma postura obediente, porém, essa situação o incomodava profundamente.

Em CHAVAL: PORTO FRANCO, OS NOVOS CONTRABANDISTAS E OLHOS ARREGALADOS José Sampaio escreve sobre o contrabando de mercadorias, negócios extras realizados por representantes da justiça e da política do estado para aumentar seu orçamento mensal, suas rendas. No primeiro, ele relata o que ocorria acerca do contrabando, nas altas rodas sociais de que, em sua posição, podia participar. Vai tecendo as notícias no papel advindas de diálogos com Gracinha em sua casa, um dos mais utilizados espaços de suas confidências. Essa segunda parte vem comprovar mais uma vez o papel da personagem Gracinha como a confidente principal de sua vida. Sobre o contrabando do café, José Sampaio soube, muito confidencialmente, que o Instituto Brasileiro do Café (IBC) abastecia mais de cem torrefações em Fortaleza, no entanto, ele supunha que vinte dessas moageiras não funcionavam e com isso, as cotas destinadas às entidades fantasmas eram levadas sob a proteção de deputados estaduais que abriam as cancelas da Secretaria da Fazenda até a praia de Chaval, próximo a Camocim e dali partiam para o Porto de Paramaribo, na Guiana Holandesa. Os barcos deixavam o café e voltavam cheios de automóveis, televisão, e outros produtos que eram descarregados novamente em Chaval e

entravam em Fortaleza para depois se transformarem em bangalôs funcionais, jóias caríssimas e adultérios dourados. Leiamos o excerto abaixo que explica melhor a situação do contrabando trabalhada por Carvalho sob o ponto de vista de José Sampaio:

– E a alfândega? – perguntou-me Gracinha, quando lhe dei conhecimento do que ora passo para o papel.

– Os contrabandistas – respondi-lhe – não agem sob a proteção de deputados estaduais do PSD e do PTB? O inspetor da alfândega jamais passou de um boneco de papelão. Se, já se sentindo rico, tenta reagir, é como se tivesse encaminhado um pedido irrevogável de demissão. Em menos de um mês, é chamado ao Rio. E, quase sempre não volta.

Pelo exposto, vejo a desnecessidade da intervenção do Judiciário, pois os contrabandos se processam à sombra dos outros dois poderes, aliás ainda menos pobres do que o terceiro, que somos nós, os juízes. (CARVALHO, 2001, p. 384).

O contrabando é um tema discutido por Carvalho na primeira parte do livro e em outras obras do autor. Os personagens revelam o caráter e os atos dos figurões que representavam o poder político, o legislativo e executivo da época com o apoio do judiciário. Há momentos em que pensamos estar participando de um julgamento em que se expõe uma série de episódios por uma testemunha ouvinte das revelações dos próprios autores dos negócios escusos, porém, quanto a essa autoria dos fatos, José Sampaio se exime da participação direta no contrabando. Temos a impressão de surpresa ao saber de revelações tão fortes sobre os crimes econômicos e de tantos outros, anteriormente revelados pela veia da denúncia do autor. Quanto às classificações baseadas em Friedman (2002), vemos que há inúmeras formas de se narrar uma história e a escolha dessas formas depende do objetivo do escritor. No caso de Carvalho, talvez ele quisesse apresentar um mundo em desordem e seus atores em completa confusão entre a esfera do público e do privado. Em relação ao sentimento do autor escritor, ele se autopune ao ser revelado pela sua consciência sua índole propensa as atitudes corruptas. Nesse momento, há uma necessidade gritante de José Sampaio se livrar desses sentimentos devastadores e esse lado emocional culmina na materialização disso tudo pelo ato reflexivo da escrita. Nessa conjunção de intenções e emoções, parte de José Sampaio uma revolta contida. Quando ele resolve confidenciar a Gracinha aquilo que o incomoda, ele se mostra ao mesmo tempo entediado e ansioso pela situação em que se encontra. Há, portanto, uma culminância de propósitos quando resolve expor os problemas advindos de toda uma vida de recalques.

Além do interior de sua casa ser o cenário de alguns episódios de seus escritos, José Sampaio apresenta outros, como casas de praias de amigos juízes e desembargadores, enfatizando a existência de uma piscina, talvez para mostrar que eram casas ricas com o

intuito de evidenciar poder e ostentação de seus donos que supostamente estariam envolvidos no contrabando. Lá, ocorriam discussões acerca disso das quais o juiz era testemunha. Nesse ambiente, José Sampaio bebia uísque, mergulhava em piscinas e comia churrasco, e em outros momentos, ouvia dos amigos várias histórias acerca do mercado negro. O contrabando atingia o seu apogeu, naquele momento. Porém, ele se perguntava por que os órgãos de arrecadação fiscal não surpreendiam os transgressores. Parecia que o contrabando era tratado como um mal necessário por esses grupos e que muita gente ligada ao poder fazia de conta que não havia jeito de solucionar o problema.

O segundo capítulo é uma espécie de continuidade do primeiro, tanto pela temática do contrabando quanto pelo ambiente de casa de praia onde as notícias pretéritas eram extraídas da memória dos personagens secundários. José Sampaio relata o que ouviu das conversas com os amigos da corte de justiça sobre a intensificação do comércio de contrabando. Em um desses encontros, Amaro, um de seus amigos, tentava justificar o contrabando, considerando o mesmo como um ato de protesto aos exageros fiscais dos governos. Leitão, outro amigo, usa o argumento contrário de que, caso o contrabando envolvesse apenas produtos para as necessidades domésticas, seria aceitável, mas, esse comércio alternativo, à revelia dos órgãos fiscais, é feito em grande quantidade com vistas ao grande lucro, sem contribuição.

Alisio, o anfitrião do encontro de amigos, esclarece com “largo tirocínio”:

– Meus caros desembargadores, o comércio de contrabando já não é para nós, negociantes. Hoje é feito pelos políticos da situação dominante com a notória cobertura de Palácio. Agora mesmo, eles exportam café e importam automóveis, material elétrico etc. Entre esses políticos, há médicos, bacharéis, coronéis. Deles, alguns até já se esqueceram a profissão. (CARVALHO, 2001, p. 388).

Parece-nos que o estado do contrabando era um assunto aberto entre os frequentadores dos encontros dos governistas do Estado e, que esses, eram, “supostamente confiáveis”. É como se houvesse certo acordo tácito entre esse grupo situacionista dos partidos aliados do governo. Porém, nesses casos, poderia haver a exemplo do nosso narrador, aqueles não completamente ajustados ao mundo do mercado negro.

No terceiro, José Sampaio, como antes, está em casa de veraneio de amigos, espaço descrito pelo narrador como lugar apazível onde se goza de panorama belo. O elemento piscina surge novamente para completar o luxo. “Sob as árvores, o grupo bebia e conversava, em frente à piscina. Sobre as árvores, o céu mais lindo deste mundo: azul, profundo, [...]” (CARVALHO, 2001, p. 393). A descrição do espaço parece irônica pela

contradição do tema discutido nessa roda de amigos que era o contrabando de café. Parece-nos que esse lugar bonito e um céu belo não influenciassem nos personagens e nem o assunto tratado. Por meio de um personagem sem nome, descrito apenas por suas características físicas apresentadas como “um de nós, muito vermelho, estômago dilatado pelo abuso da cerveja, ministrava uma verdadeira aula” (CARVALHO, 2001, p. 393). Ele era um dos quatro contando com José Sampaio. Esse amigo explicou todo o esquema do contrabando, a geografia das rotas por onde iniciava e finalizava, o trajeto das mercadorias contrabandeadas e os responsáveis pela ação criminosa da sonegação de impostos:

Vieram as cotas e o café, ao invés de ser levado ao fogo e ao moinho, é remetido para Chaval. Nessa praia, iates especializados no contrabando o transportam para a Guiana Holandesa, de onde voltam carregados de automóveis, caixas de uísque, material elétrico. [...] o contrabando é de um deputado do PTB e de dois do PSD. [...]. (CARVALHO, 2001, p. 393).

Nessa parte de SMJ, tudo foi amarrado de forma a fortalecer o argumento inicial da criação do mundo ficcional de Carvalho, que, num propósito único, insere vários episódios declaradores de um estado criminoso, construído pelas práticas mais sórdidas de apropriação dos bens públicos ou do mal uso de posições de amplos poderes sobre as pessoas. Esse mundo fictício foi erigido na intenção de evidenciar os problemas do mundo objetivo.

Voltando ao texto, no final, o homem vermelho confessou que obteve uma cota e que, ao vender os quatrocentos sacos de café, teve bons lucros que o ajudaram a construir uma casa no bairro Aldeota. De modo irônico, ao finalizar, ele pergunta ao doutor José Sampaio se a ele também não teriam oferecido uma cota? José Sampaio responde, admirado “A mim?!” o que causa no homem vermelho, um sentimento ligeiro de decepção e contrariedade expressa pelo amigo. Logo, ele pede perdão, na verdade, é mais uma frase irônica:

A propósito, desembargador: não lhe ofereceram nenhuma cota?
 – Amim?!
 – Perdão, Doutor. Não pensei que o Senhor se ofendesse. Com franqueza: não vejo nenhuma inconveniência na distribuição de cotas entre desembargadores. Os senhores não recebem empregos para os filhos, para os genros, em troca de decisões? É, pelo menos o que se diz na cidade. [...]
 Protestei:
 – O insulto não me atinge. Jamais dei voto por emprego.
 O vermelho levantou-se, de copo à mão:
 – Mas o desembargador garante que colegas seus não foram pagos com empregos?
 Não pude responder. [...]. (CARVALHO, 2001, p. 394).

A postura de José Sampaio sobre o contrabando parece ser contra a prática. Ele nega o comportamento sobre o tráfico de influência a que recorreu juntamente com seu pai,

nos passos de sua vida para fazer carreira. Ao negar isso, José Sampaio parece se envergonhar de seus atos passados e confirma o que temos dito acerca de sua autopunição.

Nos capítulos BOSSA NOVA É ANTIGA e O PASSADO José Sampaio destaca os momentos de amenidades vividas por ele e seus amigos desembargadores, mais uma vez em encontros livres, em casas com piscinas. O narrador descreve o lugar sem deixar de repetir a existência de uma piscina.

os ricos, de preferência, reúnem-se aos domingos em torno de suas magníficas piscinas. Há sempre um céu muito azul por cima dos “retiros” dos milionários. E nesse céu, não deixa de arder um sol maravilhoso, que parece adivinhar os nossos pensamentos. [...]. (CARVALHO, 2001, p. 389).

Nesses resumidos capítulos acima, vemos a recorrência do mesmo espaço que define seus personagens pelo fato de serem pessoas que gostam de se divertir, sentir prazer pelas bebidas, comidas e mulheres, por isso ele destaca a piscina, a bebida alcoólica e a presença de garotas bonitas à beira da piscina, por outro lado, parece uma ironia do autor a mostrar que bem poderia um lugar tão ameno ser palco de fatos mais sublimes, mas, ao contrário, esses escritos condensam informações acerca da vida privada dos magistrados, mas que refletem, fortemente, o comportamento profissional dos mesmos. Poderíamos chamar de alguns escândalos privados ou públicos. Os escritos trazem algumas ironias o que nos faz sentir a verve crítica de Carvalho, indo e voltando de forma rápida e objetiva, com poucas palavras e muita informação. No primeiro, leiamos um trecho da fala de Amaro, um dos amigos de José Sampaio que relata diferenças entre ricos e pobres e as nomeações arrançadas pelo tráfico de influência:

Encantado com o soberbo domingo, Amaro confidenciou-me:
 – Tenho a impressão de que, se não existissem os ricos, também não existiria um céu assim tão belo e um sol tão bonito quanto este que nos queima!
 E, de voz ainda mais baixa:
 – Os pobres fedem. A pobreza exala uma catanga doce e nauseante. Eu já fedi – confesso. Hoje, não fedo mais.
 Aduzi:
 – Como poderíamos feder. Se já não somos pobres?
 Como poderíamos ser pobres se cada um de nós ganha mensalmente por trinta ou quarenta guardas-civis? (CARVALHO, 2001, p. 389).

O que o autor deseja acentuar são as barreiras na separação entre ricos e pobres. Nessa passagem, percebemos que Carvalho demonstra a supremacia de uma classe superior – a rica e quer acentuar em seu mundo fictício, um ambiente dividido em classes sociais onde existem os interesses de uma classe privilegiada que além de possuir os bens de primeira

necessidade, necessitam, por “direito”, de conforto máximo, de requinte, de luxo, de entretenimento, das últimas novidades do mercado, enfim, tudo em demasia. O belo adquire grande valor, como os bons odores e até mesmo a higienização exacerbada em detrimento de tudo que signifique o oposto disso, mesmo que seja da esfera dos valores humanos. Basta lembrar a “limpeza” realizada na cidade de Fortaleza, ao se afastarem os flagelados de seca, nos campos de concentração.

Em O PASSADO, José Sampaio narra, sucintamente, um episódio do cotidiano, ocorrido com um amigo dele. O próprio José Sampaio propõe que cada amigo conte o fato mais interessante da vida de cada um. A historieta, aqui destacada, foi a de Leitão. O fato foi patético e desmoralizante para um desembargador. Tratava-se de um momento de muita bebedeira, com bebida forte como uísque, conhaque, gim, rum e cachaça velha. Leitão se embriagou de forma a não ter consciência do que estava fazendo, de como estava e de onde estava. Vemos aqui algo típico do discurso denunciador de Jáder de Carvalho que não resistia aos atentados de homens da lei que se comportavam de modo vergonhoso. O autor tinha uma gritante vontade de expor tudo que desmoralizava a classe dirigente do Estado. José Sampaio ouviu a confissão de seu amigo Leitão, que narra o patético episódio:

[...] Bebi enquanto pude. Acordei no quarto das empregadas do João de Deus: semi-nu, estirado no chão duro e frio. Foi quando entrou o vigário. Vendo-me naquele estado, perguntou-me: “Filho, quem é você”? Ainda semi-bêbado, num salvador relâmpago de lucidez mental, compreendi o ridículo da minha situação. E, cobrindo o rosto, respondi: “Sou um desgraçado oficial de justiça. Vim acompanhando o desembargador Amaro. Pelo amor de Deus, não diga nada ao meu patrão”. O padre prometeu: “Está certo. Mas você jura emendar-se, hein meu filho? Jura que nunca mais beberá?” [...]. (CARVALHO, 2001, p. 392)

Carvalho, com sua pena impiedosa, forja curtas histórias depreciativas de seus personagens, no aspecto moral, com o intuito de expor, numa linguagem marcante, os atos imorais de figuras elevadas do poder judiciário e político que deveriam apresentar postura idônea condizente com o cargo que ocupavam na sociedade.

O capítulo GAGUINHA se refere à vida de uma personagem de nome Irinete Cabral, vulgo Gaguinha. Nele, José Sampaio escreve a sua participação e a de amigos seus na vida de uma famosa agenciadora de casas de prostituição³⁶. O espaço da conversa de Irinete

³⁶ “Em Antônio Bezerra, diversas famílias protestavam contra a ação de uma ‘importante madame’ que mantinha um cabaré no bairro, frequentado ‘por gente de alta roda ou que se presume sê-lo’. Na praia de Iracema começavam a surgir as casas de *rendez-vous* entre as residências familiares de modo semelhante ao verificado na praia do Meireles. [...] No Jardim América calculava-se em dez as casas de ‘mulheres públicas’. Na rua Delmiro de Farias localizavam-se três cabarés, sob a chefia das madames Zaré, Gerarda e Laura. Nas ruas Alexandre Baraúna, Ana Nery e Pe. Cícero outros prostíbulos funcionavam. As madames responsáveis garantiam que

com José Sampaio é o da corte de justiça, outro lugar oficial tal qual o palácio do governo, frequentado por pessoas de alto nível social como advogados, juizes e magistrados que, de algum modo, exerciam poder sobre outros grupos. Irinete Cabral visita a corte da justiça para convidar o desembargador José Sampaio para ser sócio de sua associação. A escolha desse espaço pelo autor do romance nos revela mais uma ironia que congrega intenções contraditórias: o espaço da corte, uma agente de prostituição e um desembargador. Assim, o espaço define a subjetividade da situação e a psicologia da personagem Irinete pela sua intrepidez em ir ao palácio da justiça associar pessoas de importância social em sua organização de profissionais do sexo, algo mal visto pela sociedade. Mesmo perseguida pela polícia, ela procura os desembargadores que a apoiavam claramente, sendo assim, vistos por essa circunstância reforçada pelo espaço como pessoas inescrupulosas que agem ilicitamente no ambiente da justiça.

De forma indireta, o tema das relações amorosas ou sexuais volta, porém de modo exacerbado, tendendo mais para o aspecto econômico do sexo, como propriedade de compra e posse. José Sampaio aceitou o convite de associação e a partir disso, ele dispunha de prostitutas que prestariam serviços exclusivos para os sócios:

– Aluguei um bangalozinho na praia. Organizei uma sociedade de vinte pessoas de responsabilidade. Três desembargadores, alguns médicos, vários advogados e comerciantes. Conheço garotas de dezesseis e dezessete anos, que vão frequentar a nossa casa. Lá só entram mesmo os sócios. Que acha?

– Ótima ideia.

Frequentei o bangalozinho. Conheci lindas e ardentes garotas. Um dia, a polícia e o juizado de menores deitaram a mão sobre Gaguinha. A sociedade foi de águas a baixo. (CARVALHO, 2001, p. 396).

O assunto tratado pelo narrador mostra questões do meio da justiça do seu tempo – a prostituição apoiada por pessoas do poder judiciário ou do governo que ajudavam Irinete. O apoio vinha por contribuição financeira e a sua defesa quando a mesma se encontrava sob a acusação do juizado de menores que defendia os direitos do adolescente, na época. Os sócios da organização livravam Irinete Cabral da cadeia e, assim, ela acabava retornando às rodas sociais do seu mundo ou submundo. José Sampaio declara que foi participante de um julgamento de condenação de Gaguinha e que votou a favor dela, admitindo que se fosse

autoridades policiais haviam concedido autorização. Como o Centro já não representava o ponto exclusivo da prostituição, os bairros acolhiam o excedente e a explicação do problema recaía na pobreza: ‘Não tem quem possa brincar com a fome, dizem as vítimas do modo de vida cristão e ocidental’. Na zona portuária, no Mucuripe, começava a surgir a prostituição e, por isso, em 1952, 600 mulheres foram ameaçadas de despejo pela Secretaria de Polícia, pois algumas famílias exigiam a transferência dos prostíbulos para outros lugares. Os botequins e a prostituição eram os acusados da ‘degradação em larga escala’ no Mucuripe que se expandia [...]’.

(SOUZA, 2002, p. 204-205).

preciso, votaria novamente. Para completar, confessou-se admirador dela, pois, segundo ele, Irinete não bebia, não fumava, não traía o amante, nem pertencia a nenhuma quadrilha de contrabandistas de café ou de uísque. Quando José Sampaio deveria absolver algum inocente, mas perseguido politicamente, contrariando o senso de justiça, fazia a vontade do coronel, portanto injusta. Por outro lado, quando deveria condenar alguém por atos de corrupção, não condenava. Suas vontades eram régias, principalmente quando se tratava de defender os seus interesses particulares. No caso de Irinete Cabral, Vemos que José Sampaio encara a prostituição com bastante naturalidade, reforçando o que antes falamos acerca da sociedade representada ser ainda patriarcal.

Os três próximos capítulos são reflexões acerca da vida do indivíduo juiz, feitas por José Sampaio, que se revela como alguém que conhece muito bem a psicologia de sua categoria, a corrupção na vida social e pessoal, o personalismo desse grupo, enfim ele, por meio da escrita reflexiva, se descobre e se reconhece também como indivíduo fraco diante da vida que levou. Predomina aqui o espaço da memória do narrador que faz uma espécie de fechamento de seus escritos de maneira reflexiva acerca dos fatos vividos e presenciados por ele no decorrer de sua vida profissional. Sobre o ato da reflexão, é interessante destacar o que Osman Lins fala sobre o comportamento dos personagens Gonzaga de Sá e Augusto Machado diante da realidade deles para podermos ter um parâmetro de análise de José Sampaio:

[...] O mistério da existência, que os atrai e que parece sempre presentes neles, gera posições conflitantes: vacilam entre o fervor e a desconfiança ante a razão. A impossibilidade de compreenderem o mundo leva-os mais de uma vez a odiar o pensamento, preferindo a inconsciência dos sargaços. Mas também lhes parece que a elevação do espírito – e, portanto, o pleno uso da reflexão – resgata o homem da sua miséria. (LINS, 1976, p. 146).

Os três personagens são diferentes em suas ideias e reflexões. A inconsciência que Gonzaga e Augusto Machado desejam decorre da angústia dos dois diante da impotência de mudar as coisas erradas. Mas eles se angustiam e se desesperam, preferindo se isolar a aceitar o jogo do favor e do personalismo. José Sampaio é muito diferente. Ele entra no jogo e nunca sai, tira proveito até o fim. A consciência da impotência de mudar as coisas não o angustia, funciona até como justificativa para ele entrar no jogo. A reflexão para José é o surgimento de uma consciência interna à narrativa, que tem como objetivo reforçar a crítica e a denúncia, que é o principal objetivo do romance. José Sampaio nunca atinge a profundidade psicológica de personagens como Machado e Gonzaga, atitude que talvez o faria agir semelhantemente a esses personagens abandonando o modo de vida que levava.

O narrador do capítulo JUÍZES BEM PAGOS comenta sobre o salário de um juiz e faz duas perguntas acerca desse ganho; na primeira, questiona se realmente o magistrado ganha pouco; na segunda, se eles deveriam ganhar mais dinheiro. No decorrer das duas páginas, ele tenta responder de forma clara a esses questionamentos, à medida que vai mostrando certos comportamentos viciosos dos magistrados em sua dependência do poder executivo estadual. Ele percebe existir uma anomalia social, presente na sociedade cearense. Por meio do excerto seguinte, vejamos a própria fala do personagem principal José Sampaio, reconhecedor de seu conformismo diante da imposição dos poderosos, mas incapaz de se libertar da sua situação:

Esse juiz não gosta apenas da piscina, dos sanduíches e dos vinhos dos burgueses: ama também os ambientes oficiais. Nesses ambientes é que existem as melhores oportunidades para a família: o bom emprego para o filho ou para o genro. Às vezes para filhos, genros e noras. O contato do juiz com os chefes do Executivo, com os titulares da secretaria, castra o julgador nas pendências eleitorais, se ele integra a Justiça política. Com raras exceções, seus votos, suas decisões, jamais favoreceram os inimigos do governo. E favorecem: quando o juiz, com faro de índio, prevê a derrocada de situações políticas e o advento de outras. (CARVALHO, 2001, p. 398).

O que ocorre é um jogo político e econômico, no qual onde quem ganha é o que melhor realiza um contrato fraudulento com lucro vultoso ou quem elimina um opositor entre outros atos. No mundo fictício, há uma atmosfera de dominação e exploração. O ambiente dava sinais da movimentação capitalista que seduzia as pessoas pelos apelos da moda e das novidades do mercado. Esse era amparado por uma indústria precária que crescia a passos lentos no Estado por uma ditadura política e econômica, repleta de interesses no lucro, no acúmulo burguês e no aumento de poder. A ambiência era permeada por um crescente individualismo ao lado das práticas do contrabando que talvez tenham gerado certo atraso a indústria local.

José Sampaio faz uma análise do que seja mais importante na vida de um juiz nessa sociedade fortalezense. Ele fala sobre a vida burguesa que os magistrados levavam, mas era essa vida que ele também desejava e fazia parte do mesmo grupo social do qual fala, ele agia se baseando por outros também corruptores. Vejamos:

[...] Vou completar as respostas, escrevendo: o vencimento de luxo estraga o juiz não forrado de caráter adamantino. O dinheiro não empurra os magistrados para as livrarias: empurra-o para a vida burguesa, onde ele se compromete de modo irremediável. Deixa de ser o juiz de todos, para mudar-se no advogado dos ricos. Caros colegas da corte, se puderem, provem o contrário! (CARVALHO, 2001, p. 398).

Como observamos, o próprio José Sampaio reconhece a falta de escrúpulos e de ética da sua categoria. Ele relata que os juízes querem aumentar seus lucros para poderem garantir os suprimentos que uma vida burguesa necessitava. Nessa corrida desesperada, não importava os meios dos quais se utilizavam para tomar parte ou permanecer dentro da zona de conforto burguês, onde o requinte, o luxo, as orgias e tudo o mais que compõe este cenário capitalista se torna imprescindível. Segue comentando sobre os altos salários dos juízes, sobre a diferença que existia entre o juiz do passado que julgava de acordo com a lei, mesmo que fosse expulso e arriscasse a própria vida e sobre o juiz do presente, que é menos franciscano e que deseja uma vida regada de todo o conforto e prazeres em abundância.

No penúltimo capítulo VENALIDADE José Sampaio inicia dando o conceito do vocábulo venal, baseando-se em Cândido de Figuerêdo que diz ser venal “aquele que procede por interesse ilícito; que se deixa peitar”. José Sampaio continua sua análise, afirmando nunca ter visto nenhum de seus amigos trocando sentenças pelo vil metal. Diz que, às vezes, o juiz dá uma sentença pelo coração, outras vezes por imposição política. Em ambas as formas, há sempre uma desculpa e justificativas em correntes doutrinárias. Mas completa, questionando, se seria um caso de venalidade “o juiz julgar contra as suas próprias convicções, em troca de emprego para um filho, para um genro, para uma nora?” e ele mesmo respondia a pergunta retórica: “Respondo: é, sim. E explico-me emprego leva a pensar em vencimento, vencimento não é outra coisa senão dinheiro” (CARVALHO, 2001, p. 400). A partir das reflexões de José Sampaio, vemos que há em todo o romance, uma luta desenfreada pelo capital que garante um o ajuste desse indivíduo dentro dessa sociedade pautada pelo estatuto da modernidade nascente que já anunciava o fenômeno da globalização, mesmo ainda não percebido na época do romance. Acerca dessa problemática social e econômica ao mesmo tempo, destacamos um excerto do pensamento de Carlos Nelson Coutinho:

[...] Um famoso livro do ensaísta norte-americano Marshall Berman tornou ainda mais conhecida a expressão “tudo que é sólido desmancha no ar”, uma das mais eficientes imagens com que o *Manifesto* busca resumir o sentido das transformações que o capitalismo estava produzindo na sociabilidade humana, gerando – com sua carga fortemente emancipatória, mas também com seus trágicos impasses – o que hoje conhecemos como “modernidade”. Entre as novidades trazidas pelo capitalismo, e não em último lugar, Marx e Engels registram com ênfase o fenômeno que hoje recebe o nome de “globalização” [...]. (COUTINHO, 2011, p. 66).

A expressão destacada no início da citação sintetiza em certo grau o que temos encontrado em *SMJ* – uma dissolução de valores éticos e morais da sociedade motivados pelo desejo de ganho individual com o fim último de acumular riquezas que não pagariam o preço

alto de certos valores sociais inegociáveis, símbolos de toda uma luta histórica das sociedades de bem. O que de fato é sólido tem peso e valor social – poderíamos dizer, a metáfora da vida – desmancha-se no ar, as boas relações sociais se tornam mais fluidas, pouco compactas e, portanto, desvalorizadas, perdendo o lugar para práticas individualistas em oposição a solidariedade.

No último capítulo *SUA MAJESTADE, JUIZ* José Nogueira começa afirmando “que conhece os juízes porque conhece a ele mesmo.” Completa, dizendo que esse processo de “deformação moral começa no primeiro contato do juiz com o interior”. Para ele, a palavra interior simboliza dois tiranos dos magistrados – o coronel e o escrivão, esse, em menor grau, pois não funciona sem o poder do primeiro. Essa análise de José Sampaio parece ser, mais uma vez, de ordem determinista, mas de um determinismo social. O narrador faz uma exposição de motivos sobre o despotismo no ofício do magistrado e sobre a obediência servil ao coronel, mais presente em regiões interioranas do Ceará. José Sampaio sugere que as pessoas menos preparadas são as escolhidas para estas regiões, mas admite haver exceções. Escreve sobre a sua trajetória como juiz, reconhecendo uma vida de omissão e covardia.

Quando chegamos à desembargadoria, a alma vem-nos cheia de cicatrizes. O caráter, por sua vez, sofreu os mais rudes embates. Tiro por mim: arranhei-me no Cedro, mas feri-me profundamente em Santana do Cariri. Tentei uma reação. Pude fazê-lo Qual! Nada enxergava além do nariz. O pouco preparo intelectual impediu-me de demitir-me e abraçar a advocacia, de inscrever-me no magistério. [...] Na corte, a qual de nós o cachimbo deixou de entortar a boca? O hábito de obedecer a um coronel deu-nos, logicamente, o costume de obedecer a todos os coronéis. Na corte curvamo-nos diante dos governadores, independentemente de cores partidárias. De nós eles extraem o que bem querem. (CARVALHO, 2001, p. 401-402).

Temos uma situação social bem particular da sociedade brasileira, traçada pela dependência pessoal dos juízes. Carvalho deixa sua marca presente nas denúncias que se dirigem, de fato, à sociedade, não tanto ao indivíduo José Sampaio, ele é apenas o trampolim para a exposição de um cenário de corrupção de uma sociedade conduzida ainda por forças tradicionais que direcionam a estrutura social que quase não dá escolha ao indivíduo. Como vemos, no final de tudo, José Sampaio faz uma análise a partir da visão da sua realidade. Ele lutava consigo mesmo para se ajustar, mas não conseguia. Consequentemente, algo dentro dele falava mais forte e era a sua consciência que o acusava sempre, pelos seus erros. José Sampaio reconhece ter tentado fugir aos apelos dos poderosos, em várias questões, porém, pelo seu estado de fraqueza e impotência diante dos apelos que o meio social e político do Ceará propunha aos magistrados ou talvez pela falta de preparo intelectual e curta visão, ele sempre terminava se submetendo. Gracinha com suas sondagens as atitudes do marido, às

vezes, questionando-as e dando suas opiniões que, geralmente, eram críticas a postura dele, contribuiu enormemente para que José Sampaio fosse levado a um processo de autoconhecimento. Daí a angústia desse homem de justiça, cujos sentimentos eram relativamente bons, quando escapavam à tirania do jogo por seus interesses pessoais, ou seja, bons salários e espaços de poder. Desses escapes, vinham-lhe as ideias de mudar de área e ir para o magistério, pois só acreditava que ele poderia escapar à malha da subserviência aos agentes do poder através de algo externo a ele.

José Sampaio, por um lado se mostrava muito fraco para tomar nova direção na vida por vontade própria. Assim, cada vez mais era levado pelo meio físico e social que o influenciava, predominante no romance. Por outro lado, a sua personalidade servil ao se combinar com a estrutura social reinante favorecia na tomada de decisão que o tornava vulnerável a ações corruptas com o interesse de garantir espaço de poder e rendas altas que simbolizavam capital e bens. Como comparsa dos mesmos atos por ele contados, apesar de se eximir da participação no contrabando, José Sampaio não difere muito de seus amigos sobre os quais testemunha os casos. Ele, por sua vez, é levado por essa força dominadora do meio social onde vive, ambientação produtora do sentimento de busca pelo “objeto” desejado: poder, a vontade de ascender ao máximo, não interessando o caminho pelo qual se chegaria ao objetivo. O romance é mais do que um estudo analítico, verdadeira patogênese desse sentimento. De estudante pobre, filho de coletor estadual, vindo do interior, sem casa para morar em Fortaleza, tendo que se submeter a má vontade dos parentes, dormindo na sala, sendo o último a deitar e o primeiro a levantar, ele se elevou ao cargo de desembargador. Primeiro, conseguiu ser respeitado graças ao título de advogado e aos cargos ocupados como os de promotor, juiz e, finalmente, desembargador. Durante sua trajetória, José Sampaio foi ainda, alvo dos chefes políticos e coronéis, um obstinado em sua ambição, pisou escrupulos e visou o alvo pessoal por todos os meios.

Depois de longo percurso na análise de *SMJ*, temos observado que dois movimentos integram a obra: um, a ascendência de José Sampaio em sua área profissional e financeira a qualquer preço; outro, a autopunição movida pela acusação da sua própria consciência. Da primeira resulta o ganho da sua promoção ao cargo de desembargador na corte de justiça do Ceará, dada pelo Macacão (Genival) a pedido do deputado Chico Onça. Da segunda, resulta o seu atestado de fraqueza e impotência que o impede de mudar práticas corruptas para boas atitudes e decisões justas. Desse sentimento, resultam ainda, seus escritos de memórias, porta de entrada para o interior, a consciência, a reflexão, mesmo não ocorrendo uma transformação em seu modo de agir no final. Por meio desses escritos, José Sampaio

obtem uma visão mais clara e ordenada das tragédias sociais por ele e por outros desencadeadas; e de si mesmo, pois, no momento em que se reconhece, na narrativa, tenta se destruir enquanto homem material e ganancioso com a fome de ascensão e de poder.

Vimos que o espaço continuou a ocupar um lugar privilegiado na segunda parte do romance de Carvalho e que o mesmo não vem isolado dos outros elementos da narrativa. Esses elementos são como unidades que refletem entre si e se repercutem. Percebemos que em *SMJ* há os dois planos temporais o passado e o presente e que, esse tempo e espaço pretérito vêm pelos espaços da memória.

Notamos que o processo de escrita do narrador escritor pode ser visto pelo lado do desabafo, e isso ocorreu no interior de sua casa que pode funcionar como um espaço propício ao desafogo das péssimas sensações. Assim, destacamos a importância do espaço da casa de José Sampaio como um ambiente de relaxamento e alívio que age no interior de seu morador fazendo com que o mesmo sinta-se livre para ser o que é verdadeiramente.

Percebemos que a coesão existente entre a primeira e segunda parte da obra com focos narrativos diferentes se dá através da temática, dos personagens, do enredo e do espaço. Quanto ao último, constatamos que esse elemento funciona como estruturador na organização do romance a partir dos deslocamentos do personagem principal em diversos espaços, muito presente na primeira parte do livro, mas que esses deslocamentos e espaços reaparecem na segunda parte, influenciando, demarcando e apresentando uma função no enredo. Observamos que o espaço social é predominante mesmo nessa segunda parte onde não nos parece haver um espaço físico provocador, mas a provocação é estabelecida por uma conjuntura social e histórica, que caracteriza o espaço (periferia, casas com piscinas, ambientes privados ou oficiais como palco de todo tipo de eventos negativos.).

Notamos que os espaços são pouco descritos pelo narrador, mas com valor social satisfatório para definir, caracterizar, precisar, revelar, ampliar ou modificar personagens, desencadear temas entre outras funções dos mesmos. Nessa segunda parte, temos visto que a geografia espacial se configura tanto concretamente na personalidade e caráter do personagem quanto podemos vê-lo pela configuração subjetiva que aos poucos nos é revelada pelos escritos em primeira pessoa. Atentamos ainda para a presença do espaço doméstico e seus utensílios os quais situam e caracterizam a personagem, dando informações prévias sobre o modo de ser dela.

Verificamos que José Sampaio parece crescer um pouco no enredo, na tentativa de surpreender pela atividade de reflexão proporcionada pela escrita de suas memórias, mas a função principal de sua consciência no enredo é reforçar a crítica e a denúncia social. Essa

atitude reflexiva, no entanto, não nos convence de uma reviravolta no plano do comportamento.

Percebemos ainda que a intenção de Carvalho ao dar a palavra a José Sampaio foi expor todos esses casos pelo discurso em primeira pessoa, numa linguagem mais confessional e de testemunhos que deu mais veracidade aos fatos narrados e mais sentimento, bem como uma maior subjetividade do narrador que é também personagem protagonista e testemunha. Como o próprio nome aponta para o testemunho de outrem, quando se busca algo verdadeiro ou tentando assemelhar como tal. O ritmo psicológico foi, relativamente, dissolvido nessa parte do livro apesar do ponto de vista, em primeira pessoa. Teve ainda lugar de destaque o estilo descritivo, sem tanta força dramática.

Finalmente, Candido (2006, p. 74), ao analisar a obra de Graciliano Ramos, fala algo digno de destaque nesse trabalho, por se tratar de técnica semelhante a utilizada por Carvalho que é a criação de personagens escritores dentro do seu romance e, antes em seus jornais. Para o crítico, Graciliano Ramos quis mostrar que seus personagens vivem a circunstância de necessitarem de evasão, João Valério em *Caetés* (1933) se refugia na História dos índios; Paulo Honório, em *São Bernardo* (1934), escreve memórias, da mesma forma que Luís da Silva, em *Angústia* (1936). E essa evasão também se faz presente na vida do narrador personagem de *Infância* (1945). Candido constata esse fato, mas ao mesmo tempo admite que a fuga é um pressuposto de que todo artista se utiliza. Porém para ele, o problema de Graciliano Ramos, como de outros também, é que seus livros são espécies de proposições de uma vida possível. Vemos um pouco dessa problemática em Jáder de Carvalho que se utilizou desse pressuposto. José Sampaio usa da evasão para fugir a própria dor de consciência, da sua impossibilidade de voltar atrás e fazer tudo diferente. Nessa impossibilidade, o personagem escritor tenta encontrar refúgio criando um sintético mundo fictício (Romance de Eliana, das Memórias e do Caderninho) dentro de outro maior que é o todo coeso mundo fictício (*Sua Majestade, o Juiz*), de Jáder de Carvalho, revelador da estrutura de seu mundo objetivo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos, no primeiro capítulo deste trabalho, que a questão social sempre foi uma paixão na vida de Jáder de Carvalho. A começar por seus ensaios sociológicos, que foram importantes para o pensamento brasileiro na metade dos anos 30 e já sinalizavam o projeto de escrita engajada do escritor. A intenção de denúncia para o qual esse projeto se dirigiu comungou bem com o estilo do autor em cada uma de suas atividades: como poeta e romancista social, sociólogo, professor, jornalista, editor e advogado. Em cada papel assumido por ele, o estilo crítico era a sua marca. O ânimo político, combativo e radical, norteou todos os aspectos de sua vida intelectual. Como romancista, o autor levou para suas histórias toda a experiência adquirida em outros papéis. Esta lhe forneceu matéria e motivos para produzir uma literatura a qual ele mesmo denominou punitiva. A ideia de punição carrega outra, que é a de denúncia.

Situamos o escritor no primeiro momento do Modernismo no Ceará, com sua poesia que mesmo com traços simbolistas e parnasianos já dá um passo para a técnica moderna de mais liberdade da forma e de temas mais engajados. Destacamos ainda que Jáder de Carvalho teve sua presença registrada no segundo momento moderno no Estado com o despontar da sua prosa já na década de 30, contexto do ciclo do romance no Nordeste, compartilhando com este a disposição para o conhecimento do país e a denúncia de seus problemas sociais. Consideramos que nossos apontamentos acerca da crítica e da denúncia social no romance *Sua Majestade, o juiz* tenham contribuído para dar destaque aos propósitos da obra de Jáder de Carvalho e reforçar sua posição no contexto literário da época.

No romance, vimos que Carvalho deu importância ao elemento espacial, tanto no meio rural quanto urbano, e à transição entre eles. As cidades representadas no romance eram espaços bastante familiares ao escritor, que, durante sua vida, trabalhou em vários lugares do interior, quando exercia funções que requeriam essas viagens, e voltando sempre a Fortaleza. Assim, percebemos relações entre as experiências pessoais do autor e seu mundo fictício. No livro, o escritor tomou essa coordenada geográfica, para criar espaços, movimento e ação no romance. Os deslocamentos do protagonista permitiram que ele mostrasse de maneira crítica o espaço do interior e das pequenas cidades que se formavam, expondo a corrupção de políticos, a seca que favorecia ainda mais a exploração dos pobres, a morte por fome e doenças e a expulsão desses párias para a cidade. Permitiam ainda que se visse o ambiente da cidade, por um lado, como um lugar de avanço, transformações, oportunidades, mas, por outro, de injustiças e rejeição à presença do miserável migrante da canícula. Nesses espaços,

num transitar, o personagem principal foi sendo apresentado na primeira parte por um narrador em terceira pessoa que descortinou gradualmente seu trajeto como advogado, juiz e desembargador, marcado pelo servilismo e a comunhão com a corrupção dos políticos. Portanto, vimos que essa movimentação espacial do personagem principal operou, na construção da narrativa, como instrumento de exposição e problematização crítica, coerente com a intenção de denúncia do escritor.

As reflexões teóricas de Osman Lins (1976) apoiaram a análise da obra a partir do espaço geográfico. Nesse estudo, tomamos contato com uma tipologia do espaço que nos ajudou a explorar e perceber os lugares caracterizadores da problemática estudada na obra. Vimos que esses palcos de movimentação do personagem desempenharam função definidora quanto aos personagens, ao tempo e ao enredo, fazendo de *SMJ* uma obra coerente com seus objetivos de denúncia. Outra questão foi que o romance de Jáder mostrou afinidades com as reflexões de Candido (2007b) sobre o valor do espaço geográfico no romance brasileiro, quando o crítico ressalta que o romance brasileiro, em seus inícios, tem ânsia de espaço. Consideramos que o romance de Jáder de Carvalho pode ter sido afetado por uma situação semelhante ao romance tratado por Candido, ligado à representação de uma sociedade pouco complexa e à necessidade de buscar assunto em vários espaços. Importante é dizer ainda que nos vários espaços mostrados, foram destacados quase os mesmos problemas, o coronelismo na política, o servilismo do judiciário, a corrupção, numa generalização desse estado de coisas, por sua apresentação em série. Portanto, a estruturação de *SMJ* a partir do espaço propiciou um levantamento de vários problemas sociais com o propósito de denúncia.

No romance, destacaram-se constantemente as práticas do favor, surgidas na voz do narrador e dos personagens. Vários eventos representaram essa prática tão arraigada em nossa sociedade sobre o qual Sérgio Buarque de Holanda (1995) e Roberto Schwarz (2000) falaram. Notamos que o sistema institucional dos poderes governamentais se sustentava pelo comando político de governantes da capital e do interior, apoiados pelo poder judiciário. Os coronéis, a imprensa, o clero e o judiciário uniam-se numa parceria caracterizada pelo oportunismo, com os objetivos de domínio político, obtenção de vantagens na esfera pública e ascensão social. Os coronéis exerciam o poder político na gerência de municípios ou do Estado, cultivando práticas ditatoriais, o servilismo, o familismo e com ele a falta de distinção entre o público e o privado, todos, alvo do propósito crítico do romancista. Percebemos ainda, nesse mesmo horizonte, outro problema muito próximo ao do favor que é desejo do ganho fácil, da prosperidade sem muito esforço, também discutidos por Holanda (1995) quando se refere à herança colonial.

Na primeira parte de *SMJ*, o narrador apresenta mais objetivamente os eventos da vida de seu personagem principal ligados às questões sociais e políticas apresentadas acima; na segunda parte, mostra a subjetividade e o caráter desse mesmo personagem, agora no papel de escritor. Na primeira parte, as reflexões e confissões do juiz aparecem nas conversas com Gracinha, sua esposa. Na segunda parte, na forma de escrita, ele revela o seu interior, a sua problemática pessoal, e ainda as traições conjugais, que não poderia contar à esposa, como fazia no início da narrativa. José Sampaio cria um pequeno mundo fictício (Romance de Eliana, das Memórias e do Caderninho) dentro de outro maior que é o romance *Sua Majestade, o Juiz*.

O momento da narrativa em primeira pessoa nos permite conhecer melhor o personagem principal. Parece-nos que essa parte foi pensada pelo autor com o objetivo de revelar melhor a personalidade de seu personagem principal. Na primeira parte, vemos o comportamento do personagem e, na segunda, sua consciência. Na narrativa em primeira pessoa, percebe-se que o narrador protagonista volta seu olhar para dentro de si mesmo e se reconhece como pessoa fraca e incapaz de uma transformação pessoal. Sendo o espaço atual da narrativa o interior da casa de José Sampaio, a interiorização do espaço favorece o ato reflexivo das memórias.

Nas duas partes do romance, percebe-se que o espaço físico continua a caracterizar os elementos do enredo, embora reconheçamos que haja pouca densidade psicológica nas ações de seus personagens, especialmente na primeira parte. Os aspectos subjetivos surgem com mais força no enredo em primeira pessoa. Esse momento se caracteriza muito pelo ato da confissão e reflexão do personagem protagonista, que resolve escrever, narrar e descrever sem disfarces os atos corruptos ou escandalosos da sua vida e de agentes de poder com os quais ele se envolvia. Para tanto, ele conta com a força depuradora do ato da escrita e pelo autoconhecimento que se processava à medida que narrava esses eventos. A intenção de crítica e denúncia continua, portanto, nessa parte, agora de modo mais próximo do protagonista e mais subjetivo devido à reflexão presente nas incursões de seu pensamento. Dois tempos foram abordados, o tempo da memória, quando o narrador personagem relembra dos fatos e os lança no papel e o tempo presente, momento em que o mesmo registra essas memórias. Acerca disso, vimos que o interior da casa do protagonista funcionou como o espaço ideal para o ato reflexivo da escrita confessional, onde ele se sente desafogado de tudo o que deseja expor. Alguns dos espaços lembrados surgiram na narrativa em terceira pessoa e retornaram nessa última parte em primeira pessoa. Os outros elementos do enredo, como os personagens, fatos, tempo e temas, foram em parte retomados.

Em destaque, surgem nessa parte as relações extraconjugais com moças pobres e a reflexão sobre a situação do magistrado.

Carvalho usou a técnica do personagem escritor para marcar uma crítica aprofundada pelo discurso em primeira pessoa, de cunho mais subjetivo, fazendo uso de uma linguagem mais confessional que confere um sentimento maior de verdade aos eventos narrados e mais movimentação psicológica. O pensamento do personagem narrador revelado por ele mesmo traz maior força à história. Parece-nos ter havido certo crescimento pessoal de José Sampaio através de suas reflexões e questionamentos e ainda por indignar-se diante da injustiça, no entanto a mudança ocorre mais na esfera do sentimento não tendo um efeito na vida prática do personagem. Mesmo assim, concluímos que José Sampaio é um personagem complexo e esférico por tudo que vimos, com mais força na última parte da obra.

Diante dessas considerações, percebe-se que Jáder de Carvalho teve a intenção de criticar os setores dominantes da sociedade cearense, revelando o comportamento de tipos representativos ligados aos poderes governamentais do governo do Estado e do judiciário da época do romance. Ressaltamos ainda que o seu plano literário de crítica e denúncia tem ponto alto na obra em estudo, bem como em *Aldeota*, outro romance libelo pela tônica da denúncia nele igualmente configurada. O aprofundamento do primeiro e a análise do segundo são nossa perspectiva de trabalhos futuros.

6 BIBLIOGRAFIA

ALVES, Joaquim. **Autores Cearenses**. Fortaleza: Casa de José de Alencar/Programa Editorial, 1997.

ANDRADE, Ana Maria T. **As relações de poder no discurso de sua majestade, o juiz, de Jäder de Carvalho a partir da leitura de São Bernardo, de Graciliano Ramos**. 2006. Monografia (Especialização em Estudos Literários e Culturais) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

ARAÚJO, Felipe. Fortaleza desnuda. **O Povo**, Fortaleza, 24 ago. 2003a. Caderno Cultura, Vida & Arte, p. 1.

_____. Além da denúncia. **O Povo**, Fortaleza, 24 ago. 2003b. Caderno Cultura, Vida & Arte, p. 5.

AZEVEDO, Fernando *et al.* **Manifestos dos pioneiros da educação nova (1932) e dos educadores 1959**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 122 p. (Coleção Educadores).

AZEVEDO, Sânzio. **Literatura Cearense**. Fortaleza: UFC. ACL, 1976. (40 exemplares).

_____. O Ceará e os grêmios literários. **Revista de Letras**, Fortaleza, Academia Cearense de Letras, 1982.

_____. **Novos ensaios de literatura cearense**. Fortaleza: UFC/Casa José de Alencar, 1992.

BACHELARD, Gaston. **A filosofia do não: o novo espírito científico: a poética do espaço**. Seleção de textos de José Américo Mota Pessanha. Tradução de Joaquim José Moura Ramos *et al.* São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

BENJAMIM, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Tradução de Sérgio Paulo Rounet. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras Escolhidas).

BESSA, Sílvia. A verdade sem metáforas. **O Povo**, Fortaleza, 07 ago. 2005. Caderno Cultura, Vida & Arte, p. 1, 2, 8, 9.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz (Português de Portugal). 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CAMPOS, Moreira. O moço idealista. **O Povo**, Fortaleza, 24 ago. 2003. Caderno Cultura, Vida & Arte, p. 12.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. São Paulo: Nacional, 1967.

_____. **Vários escritos**. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

_____. **Brigada Ligeira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004.

CANDIDO, Antonio. **Ficção e confissão**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006a.

_____. **A educação pela noite**. 2. ed. São Paulo: Ouro sobre Azul, 2006b.

_____. Degradação do espaço: estudo sobre a correlação funcional dos ambientes, das coisas e do comportamento em *L'Assommoir*. **Revista de Letras**, São Paulo, v. 46, n. 1, p. 29-61, jan./jun. 2006. Disponível em:

<<http://www.seer.fclar.unesp.br/letras/article/download/41/35>>. Acesso em: 13 ago. 2011

_____. **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva, 2007a.

_____. **Formação da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2007b.

CARVALHO, Cid Sabóia de. Palestra sobre Jäder de Carvalho. Fortaleza, Palácio da Luz, 30 nov. 2005. (Gravação e transcrição das informações por Ana Maria Teixeira Andrade, autora da pesquisa literária).

_____. Entrevista sobre Jäder de Carvalho. Fortaleza, 2 ago. 2006. Entrevista concedida a Ana Maria Teixeira Andrade. (Gravação e transcrição das informações por Ana Maria Teixeira Andrade, autora da pesquisa literária).

CARVALHO, Francisco. **Textos e contextos**. Fortaleza: Casa José de Alencar, 1995.

CARVALHO, Gilmar de. Rebelde para sempre. **O Povo**. Fortaleza, 06 ago. 2005. Caderno Cultura, Vida & Arte, p. 5.

CARVALHO, Jäder Moreira de; NETO, Sidney; NASCIMENTO, Franklin; FIRMEZA, Mozart. **O canto novo da raça**: homenagem a Ronald de Carvalho. Fortaleza: Ed. Terra de Sol, 1928.

CARVALHO, Jäder Moreira de. **A criança vive**. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica "O Cruzeiro" S. A., 1945.

_____. **Aldeota**. São Paulo: Ed. Paulista Livraria Exposição de Livros, 1963.

_____. **Água da Fonte**. Fortaleza: Ed. Instituto do Ceará, 1966.

_____. **Toda a poesia de Jäder de Carvalho**. v. I, II e III. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1973.

_____. **Meu passo na rua alheia**. Fortaleza: Terra de Sol, 1981.

_____. **Rua da minha vida**. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará – IOCE – Terra de Sol LTDA, 1981.

_____. **Terra bárbara**. Fortaleza: Ed. UFC, 1988.

_____. **Menino só**. Fortaleza: EUFC/Casa José de Alencar, 1997.

_____. **Sua majestade, o juiz**. 2. ed. Fortaleza: Forgrrel, 2001.

CARVALHO, Jáder Moreira de. **Delírio da solidão**. Fortaleza: EUFC, 2001. 182 p.

CARVALHO, Vinícius Araújo. **Meu pai: Jáder de Carvalho**. Fortaleza: Tribuna do Ceará LTDA, 1987.

CASTELLO, José Aderaldo. **A literatura brasileira: origens e unidade (1500-1960)**. 2 v. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1999.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

COLARES, Otacílio dos Santos. **Lembrados e esquecidos: uma sinopse da literatura cearense: de 1813 a 1940**. v. V. Fortaleza: Secretaria de Cultura, 1981.

_____. **Lembrados e esquecidos: ensaios sobre literatura cearense**. v. VI. Fortaleza: Senado Federal, 1993.

COSTA, Lustosa. **Clero, nobreza e povo de Sobral**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1987.

COUTINHO, Carlos Nelson. **De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política**. São Paulo: Boitempo, 2011.

CZARNOBAI, André Felipe Pontes. **Gonzo: o filho bastardo do *New Journalism***. 2003. Monografia (Graduação em Comunicação Social) – Curso de Comunicação Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003. Disponível em: <<http://www.qualquer.org/gonzo/monogonzo/monogonzo07.html>>. Acesso em: 13 ago. 2011.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 1999.

ESPÍNDOLA, Itamar. **Advogados de 1928**. Fortaleza: Gráfica Ed. Cearense, 1976.

ESTRIGAS [Nilo de Brito Firmeza]. **A fase renovadora na arte cearense**. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1983.

EVEN-ZOHAR, I. Polysystem studies. “Special issues of poetics today”. **The Porter Institute for poetics and semiotics**, Tel Aviv, 11:1: 1990.

FARIAS, Airton de. **História da sociedade cearense**. Fortaleza: Livro Técnico, 2004.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário de língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FRIEDMAN, Norman. O ponto de vista na ficção: o desenvolvimento de um conceito. Tradução de Fábio Fonseca de Melo. **Revista USP**, São Paulo: n. 53, p. 166-182, mar./maio 2002. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/53/15-norman-2.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2011.

- FORSTER, E. M. **Aspectos do romance**. Tradução de Maria Helena Martins. Porto Alegre: Globo, 1976. p. 42-43.
- GRANDE ENCICLOPÉDIA Delta Larousse. v. 3. Rio de Janeiro: Delta S.A., 1979. p. 1083.
- GIRÃO, Raimundo. **A academia de 1894**. Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1975.
- GIRÃO, Raimundo; SOUSA, Maria da Conceição. **Dicionário da literatura cearense**. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1987.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LEAL, Ângela Barros. **Jáder de Carvalho**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2000.
- LEITE, Lígia Chiappini Moraes. **O foco narrativo**. São Paulo: Ática, 1994.
- LEMENHE, Maria Auxiliadora. **Família, tradição e poder: o (caso) dos coronéis**. São Paulo: ANNABLUME/Edições UFC, 1995.
- LIMA, Batista. Além da denúncia. **O Povo**, Fortaleza, 24 ago. 2003. Caderno Cultura, Vida & Arte, p. 5.
- LINHARES, Paulo. Quando a classe média passava fome. **O Povo**, Fortaleza, 24 ago. 2003. Caderno de Cultura, Vida & Arte, p. 12.
- LINS, Osman. **Lima Barreto e o espaço romanesco**. São Paulo: Ática, 1976.
- LOPES, Régis. **Padre Cícero**. Fortaleza, Ed. Demócrito Rocha, 2000.
- LUBBOCK, Percy. **A técnica da ficção**. Tradução de Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix, 1976.
- LUKÁCS, Georg. **Teoria do romance**. São Paulo: Duas Cidades/34, 2008.
- LYRA, Pedro. **Poesia cearense e realidade atual: ensaios de crítica literária**. Petrópolis, RJ: Vozes; Fortaleza: Fundação Educacional Edson Queiroz, 1975.
- MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. **Jáder de Carvalho e o diário do povo**. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2011.
- _____. **O trono e o altar: as vicissitudes do tradicionalismo no Ceará, 1817-1978**. Fortaleza: BNB, 1992.
- MORAES, Vera Lúcia Albuquerque de. **Clã: trajetórias do modernismo em revista**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2004.
- NASCIMENTO, F. S. **Diretrizes da linguagem poética**. Fortaleza: R.S.B., 2005.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. O romance e o pensamento político nos anos 30. *In*: PORTELLA, Eduardo (Org.). **O romance de 30 no nordeste**. Fortaleza: UFC, 1983.

PONTES, Roberto. Lirismo e combate na poesia de Jáder de Carvalho. *In: CONFERÊNCIA EM ENCONTROS LITERÁRIOS, Anais...* Fortaleza, 2002.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza belle époque: reforma urbana e controle social**. 4. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2010.

PRADO, Aldo. **Os novos do Ceará no primeiro centenário da independência do Brasil**. Fortaleza: Ramalho Coelho, 1922.

RAMELLA, Áurea Lúcia Cesarino. **Imagens podem significar mais que palavras**. Disponível em: <<http://aluciamarella.com/imagens.htm>>. Acesso em: 23 jun. 2012

RIOS, Kênia Sousa. **Campos de concentração no Ceará: isolamento e poder na seca de 1932**. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2006.

SÁ, Adísia. Ao mestre com carinho. **O Povo**, Fortaleza, 07 ago. 2005. Caderno Cultura, Vida &Arte, p. 3.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor, as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. 34. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2000.

SERAINE, Florival. **Através da literatura cearense**. Fortaleza, Casa José de Alencar/Programa Editorial, 1996.

SOUZA, Simone de (Org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.

SÜSSEKIND, Flora. **Literatura e vida literária: polêmicas, diários & retratos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. (Brasil: os anos de autoritarismo. Análise, balanço, perspectivas).

TELES, Gilberto Mendonça. A crítica e o romance de 30 no nordeste. *In: PORTELLA, Eduardo (Org.). O romance de 30 no nordeste*. Fortaleza: UFC, 1983.

VICENTINI, A. Regionalismos literários e sentidos do Sertão. *In: Sociedade e Cultura*, [S.l.], UFG, v. 10, n. 2, jul./dez. 2007, p. 187-196. Disponível em: <www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/.../3140>. Acesso em: 13 ago. 2011.

7 ANEXOS

7.1 Anexo A: Ilustração da capa do livro *Sua Majestade, o Juiz*

7.2 Anexo B: Palestra do escritor Cid Sabóia de Carvalho

**PALÁCIO DA LUZ EM 30/11/2005, ÀS 18h30min.
PALESTRA DE CID SABÓIA DE CARVALHO
SOBRE JÁDER DE CARVALHO**

Caros amigos, meu querido Murilio Martins, Presidente da Academia Cearense de Letras e a Cibele Gomes, nossa querida presidente da Academia Fortalezense de Letras, Boa noite a todos. A história que vou contar esta noite é o registro de vida de um dos homens mais importantes da História do Ceará, e que teve uma atividade multifacetada e que desempenhava tudo na sua vida, com muita alma, com muito coração, era uma pessoa extraordinária, vou falar de meu pai: Jáder de carvalho e confesso que não consigo falar a respeito dele sem sentir na minha alma, sem sentir no meu coração, a emoção muito alegremente ao amor filial, porque inclusive ele, entre outras coisas em que era grande, era um grande pai. Mas ele teve atividades diversas, e então, enquanto eu vinha no carro para cá, eu me encontrava em dificuldades de como lhes dizer da história, de como dizer das suas facetas, então resolvi falar sobre cada aspecto de sua personalidade, fazendo de tudo para resumir porque para escrever e falar sobre meu pai, é preciso mais tempo, páginas em branco e muita disposição para escrever. Eu vou começar a falar dele de uma condição muito especial que ele tinha e que é lembrada pelos mais antigos, aqueles que foram seus alunos. Eu vou falar do professor Jáder de Carvalho, e para falar do professor Jáder de Carvalho vou ter que chegar à dramaticidade e, muitas vezes, chegar ao encanto da poesia, porque como professor, ele teve uma dedicação tão extraordinária. Ele sempre teve o talento de professor e aliava estes talentos à condição de jornalista e advogado. Parece que há uma grande semelhança do cultivo do direito, em cultivar o direito, da cultura do direito, da cultura jornalística há uma grande semelhança com a cultura do professor. Jáder de Carvalho foi um professor heroico, notem o que lhe aconteceu. Ele sempre teve uma grande dedicação à sociologia e por conta da sociologia é que ele sabia de História, notadamente História do Brasil, então ele foi professor do Liceu em várias cadeiras porque não se deixava abater. Ele foi professor de Geografia, de História e de Sociologia. Fazendo concursos complicados em que era preciso ter a tese, era preciso defender a tese, era preciso ter argumentos. Para vocês terem uma ideia, meu pai falou sobre censo demográfico, sobre o índio brasileiro, em teses, das muitas teses que defendeu e também, curiosamente, um dia ele defendeu uma tese como professor de geografia a respeito dos rios que correm no fundo do mar. Olhem que isso é um tema que parece estranho hoje,

imaginem isso no final da década de 20 e no começo da década de 30. Jáder de Carvalho fez então cursos e foi galgando cadeiras no Liceu do Ceará, até chegar naquela que ele queria, a Sociologia. Ocorre que o Brasil conheceu na década de 30, muitos movimentos estranhos da política que não vale a pena aqui desviar a minha palestra para um tema político, fugindo de sua personalidade. Na década de 30, todos sabemos o que aconteceu. Todo mundo sabe da trajetória de Washington Luís. Todo mundo sabe das atividades de Getúlio Vargas, dos acontecimentos de 34, a constituição polaca de 1937. Todo mundo sabe o quão conturbado foi esse período da década de 30, uma conturbação imensa, pois bem, Jáder de Carvalho se tornou professor de Sociologia, mas logo após isso, a sociologia foi proibida do currículo escolar, não era possível ensinar Sociologia, porque sociologia ensinava o povo a pensar, a interpretar a História, a esperar a refeição da História. Então seria perigoso o povo conhecer sociologia e a sociologia foi proibida dos estabelecimentos de ensino do Brasil, então meu pai se viu engajado na cadeira de História do Brasil onde se tinha mais ou menos liberdade para interpretar os fatos históricos, porque não diziam respeito à ditadura do presente, mas acontece que de movimento em movimento, de aula em aula, os alunos foram reconhecendo um Jáder de Carvalho, uma grande liderança e se agruparam em torno dele. Até que veio a segunda grande Guerra Mundial e o Brasil ficou claudicante, na verdade, o governo de Getúlio Vargas era fascista, apesar do aspecto trabalhista da Previdência Social, do nacionalismo e de outros pontos positivos que o governo teve, notadamente, diga-se a Previdência Social e a definição consolidada dos direitos trabalhistas, mesmo assim, Getúlio era fascista e meu pai era comunista, pertencia ao partido comunista do Brasil. E o líder do Brasil ficou claudicante, para onde vai o Brasil nessa Guerra Mundial? Para o lado alemão, vai ficar ao lado de Hitler? Há uma grande possibilidade ou vai para as forças aliadas juntar-se a União Soviética, aos Estados Unidos, à França, enfim, aos países que eram aliados daquele duro embate. Havia uma grande possibilidade, inclusive por conta do imperialismo que era forte naquela época, de que o Brasil aderisse às forças de Hitler e nessa condição, entrasse em guerra. Mas houve algo que na época não se esclareceu muito bem. Então começaram a afundar navios brasileiros, tanto os cargueiros como os de passageiros, e muitas vezes, os que afundavam os navios metralhavam os que tentavam sobreviver, indo nadar, indo resistir, indo de qualquer maneira lutar pela vida, os inimigos metralhavam. Foram dramáticos os afundamentos de navios e a frota brasileira ficou altamente afetada, aí veio o movimento popular em todas as casas, tudo o que existia de ferro, de aço, de bronze, devia ser doado. Eu era menino e me lembro da calçada da minha casa, os canos de ferro, canos, objetos de ferro, cadeiras de ferro, tudo o que fosse de ferro, até pedaço de fogão, aqueles gradis que usavam

nos fogões a lenha eram tudo postos nas portas e os caminhões passavam arrecadando, arrecadando estes materiais metálicos para novos navios serem construídos. Se dizia que era uma contribuição para que o Brasil possa recuperar a sua frota de navios e esses ferros iam sendo amontoados, se não estou enganado, nas proximidades da Escola Preparatória do Colégio Militar, hoje da escola preparatória, depois desse tempo exato, eu não sei se era colégio militar ou era escola preparatória dos cadetes do exército porque aqui foi o primeiro o colégio militar onde meu pai estudou, o Juraci Magalhães que foi o governador da Bahia e depois começou uma escola de cadetes. Depois voltou a ser colégio militar como hoje, mas eu penso que é escola dos cadetes. Um dia então, essa pirâmide de ferro foi indo de um modo imponente e os estudantes foram apoiar meu pai para que ele se posicionasse do alto da montanha de ferro para clamar pelo ingresso do Brasil em prol dos aliados. Jáder de Carvalho foi e pronunciou um discurso inflamado do alto desta pirâmide, então isso foi um grande acontecimento político e da mais alta repercussão, mas como resultado disso, ele perdeu a cadeira de professor do Liceu, foi expulso do Liceu, ele fora funcionário dos correios e telégrafos e expulso também dos correios e telégrafos. Há um parecer que eu ainda não reencontrei num processo da secretaria de educação em que o parecerista recomendava-lhe a pena de morte, que aliás não existia naquele momento no Brasil, então ele foi responder ao tribunal, no tribunal excepcional, um tribunal de exceção onde foi deferido por Victor do Espírito Santo Cardoso e aí foi condenado a 25 anos de reclusão pelo discurso que conclamava que o Brasil não devia se dividir como um país nazi-facista. Ele foi condenado a 25 anos de reclusão. Foi preso e depois foi anistiado, juntamente com Luis Carlos Prestes, Pedro Tomar, João Amazonas e muitos brasileiros que foram postos na prisão daquele tempo. Ele foi anistiado e nesse dia Fortaleza entrou em festa, os estudantes novamente foram apanhá-lo no quartel do corpo de bombeiros onde ele se encontrava preso e o levaram nos braços até a rua Agapito dos Santos, dois quarteirões depois, 399 onde era sua residência. A escada, porque ele morava onde tinha a biblioteca num sobrado, a escada se deslocou da parede, uma escada em curvas, de tantos estudantes, de tanta pessoa que subiam essa escada nesse dia e lá do alto da janela, ele fez um discurso, exatamente falando sobre a sua atividade política e sua atividade de professor. Aí o Brasil foi redemocratizado. Benir Carvalho assumiu a interventoria do estado do Ceará no lugar de Pimentel e então ele foi reintegrado às suas funções de professor do Liceu do Ceará, onde era catedrático por concurso. Deu aula mais alguns anos, empolgou muito a juventude do seu tempo, quando nós encontramos uma pessoa já de idade, que foi seu aluno, sempre levanta as aulas de meu pai que eram verdadeiras salas de debate para discutir episódios da História do Brasil, notadamente, episódios ligados a D.

Pedro I que era o tema que fascinara os estudantes daquele tempo. Em resumo, essa foi a vida do professor Jáder de Carvalho. Morreu depois de já aposentado, alguns anos como professor do liceu do Ceará.

Outra grande faceta dele era o jornalista. Eu tenho recortes de jornais de 1919, quando ele já participava de jornais e revistas aqui do estado do Ceará, ele é de um, portanto, ele nasceu no dia 29 de dezembro de 1901, na localidade de Dom Maurício, na Serra do Estevão, no município de Quixadá, ele sempre guardou grandes repercussões da sua aula, em Dom Maurício. Dom Maurício foi um lugarejo que sempre repercutiu na sua aula. Como jornalista, é curioso, ele trabalhou no jornal do *Nordeste*, com Cleto, o Cleto que ele tanto encencou. Os fatos estavam (...), mas escondidos e disfarçados. Havia um padre aqui em Fortaleza que, inclusive, era da Academia Cearense de Letras que adorava os livros do meu pai, então ele comprava os livros do meu pai e comprava mais dois e fazia um sanduíche, na frente um, no meio o do meu pai, atrás o outro com o título de 1º, para que ninguém viesse descobrir, na biblioteca, os livros de Jáder de Carvalho. Eu estou evitando citar nomes para não ferir susceptibilidades. Pois bem, então como jornalista, ele trabalhou no *Nordeste*, ele trabalhou no jornal *O Povo*, ele trabalhou no jornal *O combate*, e fundou um jornal chamado *A Esquerda* que era um jornal altamente polêmico e que logo queimavam, não tem nenhum exemplar da *Esquerda* pra ninguém ver porque quando o jornal saía, as pessoas compravam, liam ou queimavam por nojo ou queimavam por medo, não queriam ver o jornal. Mas, muitas vezes, o jornal circulava o quarteirão inteiro, mas nunca ficava, de tal sorte que não há documentação. Ele fundou em 1947, o *Diário do Povo*, que durou até 1963, quando as condições econômicas não mais permitiram que esse jornal continuasse existindo, as primeiras edições do *Diário do Povo* foram tiradas do jornal *O Estado* de Walter de Sá Cavalcante, que era seu amigo como toda a família Sá Cavalcante, Ari de Sá Cavalcante, José de Sá Cavalcante, todos estes irmãos eram grandes amigos de meu pai, notadamente, o deputado federal que era o diretor do jornal *O Estado*. Então, as primeiras edições foram impressas do jornal *O Estado*, porque ele pretendia enfrentar o governo de Faustino de Albuquerque e as edições causavam muito terror, foram coisas terríveis, acontecimentos bombásticos, outra vez o jornal era proibido, até que ele se mudou para a divisa Tristão Gonçalves esquina com Liberato Barroso e instalou a sua própria tipografia, curiosamente, a 1ª máquina impressora do *Diário do Povo* foi o primeiro (...) de João Brígido, em 1903 para vocês notarem como o *Diário do Povo* começo desatualizado, a máquina era de 1903, logo substituída por João Brígido por uma mais moderna. Era uma máquina “Marinone”, movida à força humana, nem motor existia e já era época de genotipo, intertipointertático, menotático

como se dizia mais precisamente, em português, menotipo e intertipo e ele não podia comprar, então ele adquiriu uma velha tipografia, comprada velhas caixas de tipo, e o *Diário do Povo* da década de 50 era impresso como se estivéssemos no século XIX, letra a letra nos compondores, com grande facilidade de acidentes e de espastelamento. A história do *Diário do Povo* é dramática, várias vezes ele foi invadido por forças policiais, algumas vezes, tentaram destruí-lo, mas não foi possível porque os redatores todos eram jovens, cada redator tinha um fuzil na primeira gaveta do birô, a primeira coisa que se encontrava era um fuzilebalas para o *Diário do Povo* resistir ao movimento muito forte, quase que ditatorial do governo do Estado do Ceará daquela época. Várias vezes, a polícia invadiu o *Diário do Povo*, mas o impressionante era a ética que ele tinha, meu pai não atacava pessoas fracas, só atacava os fortes. Quando ele sentia que o inimigo estava vencido, ele não atacava mais, aquilo estava altamente proibido, já está vencido, não se ataca mais. Assim aconteceu com um grande equívoco que eu acho que se cometeu, que foi quando se (...) o grande poeta Gerardo Melo Mourão para (...) e então o *Diário do Povo* fez uma grande campanha para que Gerardo Melo Mourão não assumisse porque ele era dado como tendo sido o informante dos nazistas para o afundamento dos navios nacionais e havia no Diário oficial as peças de um inquérito que o *Diário do Povo* publicava e era eu que datilografava, copiando do *Diário Oficial* e Gerardo Melo Mourão era dado como o grande espião nazista do Brasil, mas não era verdade. Depois, o mesmo Gerardo Melo Mourão foi perseguido porque era comunista. Primeiro foi perseguido porque era nazista e depois foi perseguido porque era comunista e eu passei a conhecê-lo melhor na época em que fui senador da república, quando ele prestava cooperação ao deputado Paes de Andrade e então eu pude aquilatar a verdadeira história, mas o meu pai já estava morto, mas parece que muito antes de eu saber, meu pai já descobriu porque ele não dizia mais absolutamente nada contra Gerardo Melo Mourão e quando ele morreu, debaixo de sua rede existiam os livros de Gerardo Melo Mourão. Os livros que ele lia iam ficando debaixo de rede, aqueles últimos livros e eu encontrei ali os livros de Gerardo Melo Mourão. Daí porque eu homenageei Gerardo Melo Mourão, sai do senado federal e vim para a reitoria da Universidade Federal do Ceará no dia em que ele ganhou o título de professor *honoris causa*, aí eu fiz questão de comparecer para atenuar aquela injustiça que havia sido feita pelo *Diário do Povo* com a minha cooperação. Meu pai não atacava ninguém assim, nem persistia em enganos depois que eles fossem esclarecidos, ele não mais ia naquele rumo, mudava inteiramente, e o mais curioso é que ele recebia os inimigos em casa, os inimigos, em plena luta, resolviam visitá-lo, era a coisa mais curiosa, a mais curiosa que eu pude presenciar é que ele fazia uma grande oposição ao Pascoal Barroso, ao Governador Pascoal Barroso, e o

chamava de macacão. Tinha uma coluna do reino do macacão em que ele criticava todas as coisas do governo do Pascoal Barroso. Aí um dia, o governo de Pascoal chegou ao fim e eu estava em casa quando bateram palmas e eu fui atender, quem era? Era o Pascoal Barroso. Então o Pascoal Barroso chegou na minha casa com um papo muito interessante, chegou e disse cadê o Jáder, ai eu fui chamá-lo: papai, Pascoal Barroso tá aí, aí ele, com a maior naturalidade, o Pascoal Barroso tá aí?! Aí ele desceu as escadas ajeitando o pijama, os dois se abraçaram e o Pascoal disse: pronto o meu governo terminou, agora eu quero que você leia os originais do meu livro e levou o livro intitulado “cabeças chatas” acho que é. Aí o Pascoal o visitou logo que terminou o governo e o mais interessante é que meu pai era procurador do conselho de contas dos municípios e foi demitido exatamente pelo Pascoal e o Pascoal arranhou um jeito de terminar o governo, devolvendo o cargo a ele, então o Pascoal tirou e o Pascoal devolveu. E quando eu conversava com o Pascoal, que me encontrava com o Pascoal em Brasília ou aqui no Ceará, eu achava interessante ele não cansava de elogiar o meu pai, não cansava, e nunca falava na oposição exercida pelo *Diário do Povo*, ele preferia falar das poesias de Jáder de Carvalho, preferia falar dos romances, falar do jornalista, mas não envolvendo o episódio do seu governo. Eu achava isso interessantíssimo e eu nunca vi um caráter tão superior como o de Pascoal Barroso que era uma coisa realmente impressionante. Dos poucos fatos que eu presenciei, na minha casa. Avisaram lá em casa que estava hospedado em uma pensão da Rua Senador Pompeu, um pistoleiro vindo do Jaguaribe para matar o meu pai, então ele não se conformou, saiu de pensão em pensão da Rua Senador Pompeu a cata deste pistoleiro, deram a ele o tipo, deram a ele o nome, deram a ele tudo e ele saiu a cata deste pistoleiro e não encontrou. No dia seguinte, o pistoleiro foi lá em casa, confirmar que realmente tinha sido contratado para matá-lo, mas que não tinha tido coragem de fazer isso. Apertou a mão de meu pai, chorou, chorou, sentou-se, tomou café e quis fumar, mas meu pai não admitia que ninguém fumasse, o meu pai disse a ele: “tudo bem, menos o cigarro”, e ele foi à minha casa. Outro que foi à casa de meu pai, como jornalista, foi o famoso Apolinário que era um homem negro gigantesco da polícia especial e que servia ao Pimentel e que viviam dizendo que ele queria também matar o meu pai. Quando foi um dia, o Apolinário foi à nossa casa. Quando ele chegou foi um terror. Os vizinhos todos foram para a calçada, mas quando Apolinário entrou na sala de meu pai, já estava chorando para dizer: “doutor Jáder eu jamais faria isso com o Senhor, isso é uma calúnia, é uma mentira”, etc., etc. Meu pai não atacava um dedo em ninguém, para ele era inconcebível, não se ataca um homem, relativamente, a sua mesa, não havia possibilidade dele denunciar um emprego, uma atividade, alguma coisa, agora era inimigo fidalgo dos contrabandistas, ele tinha tanto horror

dos contrabandistas que enriqueciam e ele escreveu sobre isso – o livro *Aldeota*. Ele escreveu o livro *Aldeota* que é a História do contrabando na nossa sociedade. Ele tinha profunda ética e a maior ética dele era a Língua Portuguesa, ele não aceitava erro de português, ele não admitia nada contra a Língua Portuguesa, ele não admitia palavras de baixo calão, eu me lembro disso. Meu pai era uma pessoa extraordinária nesse ponto, e para tanto, contava com minha mãe que era uma profunda conhecedora do idioma, talvez mais do que ele, então quando ele estava escrevendo, de repente ele parava e gritava: “Margarida! Margarida”! Aí a pobre de minha mãe tinha que socorrê-lo, escrevia com dois dedos, velozmente à máquina, aí quando ele estava na dúvida de uma expressão, de uma coisa, ele chamava minha mãe e minha mãe, então, imediatamente, esclarecia, quando não podia esclarecer, ia ao dicionário, a grande mania dele era o dicionário da Língua Portuguesa. Apesar de lei em outros idiomas, mas a grande paixão dele era a Língua Portuguesa. Agora falei sobre o professor, falei sobre o jornalista, agora vamos falar sobre o romancista, o romancista Jáder de Carvalho. Ele sempre teve paixão pelo romance e olha um leitor de romance, notadamente, em língua espanhola. Ele gostava de ler no próprio idioma espanhol, gostava muito de determinados autores norte-americanos e olha um profundo conhecedor do romance brasileiro, onde ele tinha uma veneração por Lima Barreto. Lima Barreto ele considerava como uma espécie de seguidor de Machado de Assis, e tinha também admiração por Graciliano Ramos, ele considerava que Machado de Assis, Lima Barreto, e Graciliano Ramos completavam um determinado ciclo do romance brasileiro. Lia José Lins do Rego, mas tinha uma grande mágoa de José Lins do Rego. É porque ele escreveu um romance *Fazenda São Jorge* e mandou para a editora José Olympio e lá este livro foi entregue a José Lins do Rego, para José Lins do Rego para prefaciar. José Lins Rego nunca prefaciou, nunca devolveu o romance e morreu sem dar nada a esse respeito, então meu pai se queixava de determinado livro que eu não estou me lembrando qual, de José Lins do Rego que teria colhido da obra dele, todos os dados de costumes, de hábitos sertanejos, das fazendas nordestinas, tudo o que era o argumento do romance, teria aparecido no romance de José Lins do Rego. Não me lembro bem qual é o romance de José Lins do Rego, eu sei qual é, mas no momento o título não me chega à memória. Ele tinha uma paixão pelo romance e ele escreveu, para não me alongar muito, eu vou antecipar um pouco, ele escreveu *Classe Média* que é um romance de classe média realmente. Ele escreveu esse *Classe Média* e foi editado aqui no Ceará na década de 30. Ele escreveu *Doutor Geraldo*, editado em 1937/38, agora eu não estou me recordando a data. Este romance *Doutor Geraldo* foi queimado em praça pública, na Praça do Ferreira a mando da ditadura, o DIP, que era um departamento de imprensa que a ditadura de Vargas tinha e que

fazia censura aos jornais, aos livros e revistas. Então esse livro foi queimado, mas o livreiro Edésio, pai do Alair que tinha uma livraria na Guilherme Rocha, quase esquina com a Praça do Ferreira, conseguiu esconder 600 exemplares. Então, depois que passou, que caiu a ditadura de Vargas, Edésio restabeleceu o livro como este de 600 exemplares, então, praticamente, o livro *Doutor Geraldo* teve uma tiragem de 600 exemplares, os demais foram queimados e a ótica das pessoas ainda acostumadas com a ditadura, tinha medo de terrores, nem nos sebos se teria este livro *Doutor Geraldo*, que é também um romance de cidade, de costumes, um romance bem satírico. Ele escreveu e aí já era possível editar no Rio de Janeiro. *A Criança Vive* é uma obra editada pela editora *O Cruzeiro*, do Rio de Janeiro. Esse livro logo se esgotou e teve uma grande circulação nacional. Depois da *A Criança Vive*, em 1947, ele publicou *Eu quero o Sol* que é outro romance. Todos os romances dele são verdadeiros. Para vocês terem uma idéia, eu já falei em uma outra oportunidade do romance *Doutor Geraldo*, *Classe Média*, a referência a cantores da época, música da época, costumes da época, personagens da época. Os romances dele todos são verdadeiros. Então ele escreveu *Eu Quero o Sol* em 1987, mas todas as obras dele se esgotavam rapidamente. E depois de publicar *Eu Quero o Sol*, ele passou para o romance-denúncia, o romance-denúncia por causa de suas experiências como advogado, ele tinha horror ao poder judiciário, ele tinha horror, horror ao poder judiciário. Quando eu falar daqui a pouco sobre ele como advogado, eu vou contar pros senhores prestarem bem atenção. Então ele escreveu *Sua Majestade, o Juiz*, um livro que saiu há alguns anos, em segunda edição. Este livro se encontra inteiramente esgotado, eu encontrei alguns exemplares em São Paulo e no Rio de Janeiro, porque aqui quem tinha escondia e não o soltava. Esse romance ficou difícil o acesso, de tal forma que no centenário dele, eu quis editar uma 2ª. Edição que igualmente logo se esgotou, numa noite se esgotou, é a denúncia dos vícios do poder judiciário. Como eu falei, ele era indignado com o contrabando, com o descaminho, ele era tão indignado que, como jornalista, ele ia para o cais do porto e uma vez ele quis impedir um navio de sair levando cera de carnaúba para trocar em Chaval, em alto mar por caixas de uísques, ele quis criar um movimento do porto do Mucuripe para impedir a saída do navio. Como resultado disso, foi que a polícia apreendeu (era outra revolta que ele tinha com a polícia), foi à alfândega, era onde ele trabalhava, a alfândega apreendeu 240 caixas de uísques, em Acaraú, aqui no Ceará, a 1ª Notícia 240 caixas de uísques, a 2ª notícia 200 caixas de uísques quando chegaram aqui em Fortaleza tinha 30 ou 40 e eu posso dizer isso porque fui, antes o funcionário, trabalhando exatamente neste setor e eu pude presenciar. Saíram 240 caixas de uísque e foram se acabando no meio do caminho. A própria polícia desviou as caixas de uísques. Então ele escreveu uma denúncia para mostrar a origem de

determinadas fortunas do Ceará. E este livro *Aldeota* era uma das obras preferidas do presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, uma vez eu assisti o presidente da república telefonando para meu pai para identificar as personagens. Quem é fulano, é fulano, quem é esse tal, é sicrano. Então o presidente da república para ler o livro fez todo o levantamento de cada personagem, tudo real, todos os romances são de realidade, são livros da maior realidade. Quero falar sobre o advogado, volta, meu pai foi advogado. O número dele na ordem dos advogados do Brasil era 52, o meu já é 1516. Outros advogados têm o número 16.000, 17.000, talvez 18.000; ele era o número 52. Olinto Oliveira, Jáder de Carvalho, Wagner Barreira, todos tinham esses números abaixo de 100 da ordem dos advogados do Brasil. Ele era um dos primeiros integrantes da ordem dos advogados do Brasil, talvez o fundador da ordem dos advogados do Brasil, mencionado pelo livro de Itamar (...), exatamente sobre esta instituição, Itamar que era um grande defensor da ordem dos advogados do Brasil. Pois bem, ele advogava. Primeiramente, ele foi rábula, antes de se formar em direito, ele já advogava no interior do Estado, ele tinha muitos fatos que ele nos contava exatamente nesse tempo que ele saía a cavalo pelas comarcas do interior do estado para defender camponeses, para defender homicidas, para fazer júri, para participar da vida advocatícia do interior, não existia advogado do interior do estado, ele era rábula e o pai dele, Francisco Adolfo de Carvalho também, e eram funcionários da Rede de Viação Cearense, então ele se formou em direito e tornou-se advogado. O grande problema é que ele enfrentou gravíssimas batalhas como advogado, e não aceitava a corrupção, quando ele notava que o juiz estava pendendo para um lado, ele não resistia, ele explodia em plena audiência, então cada audiência de meu pai era uma explosão. Por fim, eu tive que assumir os clientes dele, todos os clientes dele passaram a ser meus porque ele não podia advogar. Eu me lembro de um espetáculo, um dia ele fez uma grande decepção no tribunal, uma decisão em que ele dizia que cada desembargador havia recebido uma quadra de terra. Então, ele abriu o chão, chegou em casa pegou toda a biblioteca de direito e jogou na rua, a biblioteca dele era assim, era sempre nova, porque ele comprava os livros, jogava fora Carvalho dos Santos, vá pra baixa da égua, jogava o Carvalho Santos pela janela, jogava todos os livros pela janela, fazia fogueira de livros de direito, ele não resistia à indignação, então, ele, como advogado tinha uma vida cheia de altos e baixos, defendendo grandes clientes, grandes causas, mas sempre terminando as audiências em suspensões, em coisas vazias, ele era um advogado altamente revoltado e conhecia a vida do poder judiciário, a real vida de juízes, desembargadores do livro *Sua Majestade, o Juiz*, ele romanceou. E é esse livro que está sempre esgotado, mas que é uma obra de grande valor. Então como advogado, meu pai foi revoltado, ele não pôde ser aquele

advogado concentrado, no seu escritório, muito comedido, ele não pôde ser esse advogado que o Vagner Barreira foi, que o Itamar V., Olívio Oliveira foi. Ele sempre estava nos movimentos de protesto, sempre conclamando (...). Ele notava que pegava a raia, ele não parava, então ele enfrentava realmente tribunais, ele enfrentava e ele tinha uma larga experiência do tribunal de segurança adicional, onde ele não teve direito a defesa, então para ele, julgamento, poder judiciário, juiz, a melhor a prostituta do que o juiz, ele não aceitava não tinha possibilidade, quando eu fui me formar em direito, ele disse meu filho porque você vai repetir o meu caminho? Não faça isso, faça como seu irmão se forme em engenharia, o Eduardo meu irmão, já falecido era engenheiro e professor da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Ceará, levado pelo nosso grande professor Antonio Martins, pois bem, Jáder de Carvalho. Vocês vão me perguntar: ele era professor, ele era advogado, ele era romancista, jornalista, o que era que ele gostava de ser? E eu respondo pra vocês, ele era poeta, o que ele gostava era da poesia, era realmente do que ele gostava, quando ele pôde sossegar na vida, por volta dos 70 anos, resolveu organizar a sua obra poética, ele já a partir dos 60 anos de idade, resolveu organizar a sua obra poética, ele é muito ruidosa... a sua trajetória como poeta. Ele publicou o *Canto Novo da Raça* que foi uma espécie de definição do Modernismo no Ceará, ele era exímio sonetista, eu tenho sonetos dele de 1919, publicados nas revistas e jornais da época aqui no Ceará. Então ele passou a organizar a obra poética e lançou livros novos mais os seus outros primeiros livros foram primeiro o *Canto Novo da Raça* com Sidney Neto, Franklin Nascimento e outro, e ele. Uma antologia, essa antologia foi um grande sucesso, o *Canto Novo da Raça*. Aí depois ele publicou em 31, pela Tipografia Morais, o livro *Terra de Ninguém*, que era o seu primeiro livro de poemas. Aí ele passou muitos anos com essa luta de advocacia, de jornalismo, etc. Ele passou uma vida sem publicar poemas. Ele fazia e publicava no *Diário do Povo*, alguns sonetos, alguns poemas modernos. Aí ele autorizou o livro *Água da Fonte* que foi o seu retorno, numa noite ele escreveu o livro *Cantos da Morte*, ele disse que aquele livro chegou a ele numa noite, um livro só de sonetos. Ele começou a escrever tarde da noite ao amanhecer, o livro já estava pronto, ele também era trovador, ele escreveu *Alma em Trovas*, um livro de trovas, e organizou outras obras como *Menino Só*, *Delírio de Solidão*, e ele pretendia editar toda a poesia completa. Ele fez um livro que não deixou circular, *Poemas inesperados*, tinha tanto erro de revisão que ele queimou a tiragem de Poemas inesperados, ele não permitiu a circulação. Ele reautorizou esse livro de outro modo, ele publicou toda a poesia de Jáder de Carvalho: Volume 1, volume 2, volume 3, volume 4 e volume 5. Então ele deixou uma obra poética que se duvidar é a maior obra poética do Ceará, porque ela se compôs, via de regra, as obras dos poetas são pequenas, o

grande Filgueiras Lima deixou uma obra de 3 ou 4 volumes, Sidney Neto deixou também 3 ou 4 volumes, Cruz Filho deixou num livro só, toda a sua poesia, toda musa de Cruz Filho. Antonio Sales, toda a produção de Antonio Sales dá um por um, ele não, ele escreveu muitos outros, eu posso até contar 5 da poesia integral dele que ele organizou mais que ele fez depois, *Cantos da Morte*, *Água da Fonte*, *Delírio de Solidão*, não sei se eu já disse *Menino Só*. Antonio Martins Filho veio a publicar três livros de meu pai, em segunda edição, que foi *Delírio de Solidão*, numa outra coleção, e na coleção Alagadiço Novo, ele publicou como eu ia esquecendo, *Menino Só* e depois *Terra de Ninguém*. Martins Filho declamava o poema de meu pai na década de 20 porque foi prefaciá-lo no livro *Menino Só*. O Martins Filho declamou “o ideal”, já de alta idade, já com mais de 90 anos, ele declamou “Ouvindo (...)”, que é um poema do meu pai que é muito bonito e que Martins Filho levou para o túmulo. Ele sabia decorado. Então ele publicou o *Canto Novo da Raça*, *Terra de Ninguém*, 5 volumes sobre a poesia de Jáder de Carvalho: *Terra de Ninguém*, *Menino só*, *Delírio de solidão*, *Cantos da Morte*. Publicou 11 livros de poemas, era a grande paixão dele, era a poesia e ele gostava de declamar em voz alta, quero dizer para encerrar, para não cansar mais vocês. Eu quero dizer de Jáder de Carvalho algumas coisas mais interessantes, ele era antigetulista, mas era fanático pela constituição do trabalho, o primeiro juiz do trabalho aqui definido sabe quem foi? Era Osmundo Pontes, que era amigo dele. Meu pai nunca compareceu diante de quem quer que fosse para defender uma empresa. Nunca. Ele tinha horror ao judiciário comum, pelas artimanhas, pela questão de terras, pelas questões sangrentas do interior do estado, pela tomada das terras dos pobres, pela de falta terra ao pobre. Por não obter êxito em certas reivindicatórias, em certas ações que ele não conseguia sucesso por causa de um código de processos abaixo, o código de processo civil que ele considerava altamente fascista, tanto o código anterior ao atual vigente, como o código vigente, ele considerava altamente fascista, mas ele tinha uma grande admiração pela previdência social. Ele era um homem justo, por exemplo, ele odiava Getúlio como político, mas admirava o nacionalismo de Getúlio. Ele admirava a previdência social, a consolidação das leis do trabalho. Agora ele tinha muita emoção em sua advocacia, jamais ele iria comparecer para defender o patrão contra o empregado, isso ele nunca fez. Ele era dos poucos advogados da época da fundação do judiciário trabalhista aqui, mas o Osmundo nunca viu meu pai, viu a mim como defensor de empregado, mas nunca viu meu pai ali não, porque ele não iria a nenhum pretexto, ele queria mais do que a lei podia dar, e ele achava que não tinha base jurídica para determinadas reivindicações, então esse é um resumo, uma visão de meu pai, o jornalista, o professor, o advogado, o poeta, o romancista, faltando só dizer, o político. O político ele foi de uma

impetuosidade incrível; ele fundou o Partido Socialista Brasileiro 2 vezes. 2 vezes o Partido Socialista passou a existir, uma vez anterior e nesse atual, Partido Socialista Brasileiro. Ele foi um dos fundadores, comparecendo a todas as solenidades, mas ele foi do Partido Comunista Brasileiro, ele tinha aquele ímpeto, ele era marxista, ele era estudioso de Ciências Sociais. Eu não falei sobre a leitura de meu pai, um dia vou pedir tempo para falar sobre a intelectualidade dele que hoje não dá tempo. Então ele era do Partido Comunista, com uma oposição a Getúlio Vargas. Quando foi um dia ele soube que Getúlio Vargas estava conquistando o apoio de Luiz Carlos Prestes que era o líder maior do Partido Comunista do Brasil. Então ele com muita dificuldade, disse para minha mãe: “Margarida eu vou ao Rio. “Fazer o quê Jáder?” “Vou brigar com Luis Carlos Prestes, vou protestar por conta de Olga Benário Prestes” e viajou para o Rio de Janeiro e no encontro com Prestes ele disse que saía do partido comunista, estava rompendo, porque não queria conviver com covardes, porque não podia admitir o apoio de Luis Carlos Prestes a Getúlio Vargas, a volta de Vargas ao poder da eleição que o levaria ao suicídio em 1954. Ele morreu em 1954 quando deu um tiro no coração. Então meu pai rompeu com Prestes, rompeu integralmente, aí vejam só o que aconteceu: Os livros de Carlos Prestes foram jogados todos pela janela, tudo pela janela. Ele bombardeava as ruas com os livros de Luiz Carlos Prestes: “Esse cretino não fica na minha casa”. Era um homem altamente autêntico e eu homenageio a memória de meu pai nesta noite assim como o Murilo Martins está sempre a homenagear a memória do grande Antonio Martins Filho, é preciso que nós homenageemos, embora fazendo uma explanação de modo transversal, porque eu não teria condições de falar para vocês literariamente a respeito de meu pai, a emoção não me deixaria concluir. Muito obrigado, e boa noite.

Cid Sabóia de Carvalho.

Gravação e Transcrição das informações por Ana Maria Teixeira Andrade, autora da dissertação.

7.3 Anexo C: Entrevista ao escritor Cid Sabóia de Carvalho

**ENTREVISTA A CID SABÓIA DE CARVALHOSOBRE JÁDER DE
CARVALHORESIDÊNCIA DO ESCRITOR ENTREVISTADO
EM 02 DE AGOSTO DE 2006,
ÀS 16h30min**

SOBRE SUA VIDA:

1. Como foi a vida do Jovem Jáder de Carvalho?

Resp. O meu pai, pelo que eu depreendo, ele muito jovem já escrevia em jornal. Eu tenho recorte de 1919, quando os jornais já publicavam poesia dele, inclusive eu tenho aí uns papéis que eu consegui numa livraria, uma poesia dele, dedicada a Carlinho Martins, foi um intelectual nosso, um membro da Academia Cearense de Letras, já falecido, faleceu antes de meu pai e o jornal que agora me foge o título, em 1919 publicava essa poesia dedicada. Em 1919, ele tinha 18 anos, então é a primeira manifestação de que eu tenho notícia. Agora, ele muito jovem participou da imprensa, inclusive, ele me dizia que havia trabalhado no *Nordeste*, logo nos primeiros tempos do *Jornal Católico*, ele teve uma passagem pelo *Nordeste*. Na década de 30, ele já escrevia há bastante tempo. Em 32, ele publicou *Terra de Ninguém*, o *Canto Novo da Raça* que é um livro de que ele participou. Um pouco antes também do início da década de 30, ele publicou com outros poetas. Então, em trinta, ele tinha 29 anos. Ele nasceu em 29 de dezembro de 1901 e ele se manteve muito moço, muito cedo, por exemplo, ele foi da Academia Cearense de Letras do Ceará que se fundiu com a Academia Cearense de Letras, que vai fazer aniversário agora este mês. A Academia é de 1894. Eu ainda sou desta academia, entrei ainda a tempo de encontrá-lo na ACL. Então ainda muito jovem, ele ingressou no jornalismo e na poesia. Agora é da década de 30 a manifestação dele como romancista, como sociólogo, foi em trinta que ele publicou *Doutor Geraldo*, *Classe média*, esses são primeiros livros. Ele publicou também um livro de sociologia *O Povo sem terra*, *O índio brasileiro*. Fez um trabalho sobre o censo demográfico do estado e também começou muito cedo, como professor. Ele era do Liceu, no início da década de 30 e se formou também no início da década de 30 em direito já muito tarde, porque antes dele se formar, ele foi prático, advogou no interior como rábula. Depois é que se formou em direito, mas assim mesmo, ele era o no. 57 na OAB, a OAB tem hoje uns 18 mil membros,

ele era o no. 57. Então dele depois dele, foi tudo muito cedo e certo na advocacia, onde as pessoas se formam com 20 ou poucos anos, ele se formou com uns 29 ou 30 anos. Ele praticou também o jornalismo, pois na época não tinha curso de jornalismo.

2. *Em toda a sua trajetória, em que organismos (instituições, grupos literários e políticos, partidos, movimentos) sociais Jáder atuava?*

Resp. Meu pai sempre pertenceu a grupos literários e eu creio que o mais importante foi a Academia de Letras do Ceará que se fundiu com a Academia Cearense de Letras. Agora ele pertenceu a grupos que tiveram jornais como a *Esquerda*, *O Combate*, e fundou o *Diário do Povo* já com 46 anos, um jornal muito famoso. Todos os números do jornal estão comigo, mas vão para a Biblioteca Pública para facilitar a pesquisa que aqui em casa não tem espaço para as pessoas pesquisarem, eu vou mandar para a biblioteca pública. Ele era político e era do partido Comunista desde a sua fundação até o rompimento quando Getúlio, saído da ditadura, foi candidato a presidente da república e teve o apoio dos comunistas. Então ele discordou deste apoio. Ele estava saindo da prisão, pois havia sido condenado a 25 anos de reclusão e foi anistiado quando caiu o governo de Getúlio. Ele tinha cumprido pouco mais de um ano, no corpo de bombeiros aqui. Então ele foi uma vítima do Getúlio e quando Getúlio caiu e que retornou, retornou com o apoio dos comunistas, aí ele rompeu. Neste rompimento dele, ele teve uma vida política de protestos, depois se integrou ao PSB – Partido Socialista Brasileiro. Agora houve uma movimentação antes do partido comunista-socialista que era mais ou menos a primeira versão do Partido Socialista Brasileiro, que ele participou também. Ele era um comunista cientista, um homem do marxismo, do estudo de filosofia, e aí é uma complicação porque ele era muito estudioso, mas o mais curioso no meu pai, é que ele era um materialista histórico, quer dizer, filosoficamente, ele era um materialista histórico, ou seja, ele acreditava na influência da História, nos novos fatos, e isso é item na filosofia de Karl Marx, mas ao mesmo tempo, ele era um homem muito voltado para o espiritualismo. Ele e o pai dele. Pra você ter uma idéia, o meu avô, que tinha estas mesmas tendências filosóficas, é fundador dos primeiros centros espíritas daqui de Fortaleza, no começo do século com Viana de Carvalho que era um oficial do exército que serviu em várias partes do Brasil. Era cearense, voltou aqui e aqui fundou os primeiros centros espíritas e o meu pai também na juventude frequentou. Ele frequentou até o final de sua vida, principalmente depois que meu pai perdeu filhos, por exemplo, perdeu um filho chamado Adolfo que morreu novinho e perdeu uma garota que morreu mais ou menos com 5 anos de idade e ele teve um sofrimento

muito grande, mas o grande sofrimento dele foi em 1949, quando morreu o nosso irmão Jáder Filho, com 20 anos de idade. Aí ele buscou o espiritismo com toda força, constituiu uma biblioteca espírita, e esoterista. Ele passou muito a estudar a questão do espírito, era uma coisa que parece muito contraditória, mas ele era assim, ele era muito afeito a fenômenos. A poesia dele fala muito da morte, da solidão. O livro dele *Cantos da Morte* é mediúnico, são coisas que ele captou espiritualmente. Então em 1949 ele fez muita reunião espírita, procurou velhos espíritas como Omerindo Reis e se dedicou muito a esse estudo. Depois ele saiu dessa etapa e entrou numa etapa mais profunda, mais filosófica, e seguiu até morrer. Ele leu até morrer, morreu lendo muita obra espírita. Quando iniciou esta fase ele tinha 48 anos de idade, aí ele estudou muito, mas na verdade, filosoficamente, ele era um materialista histórico, ele era aquele homem do dado, da informação do preto no branco, da coisa positiva, daquele método positivista de observação, comparação, lei, hipótese, os seus livros trazem um pouco dessa pesquisa científica social acerca do homem. Ele teve uma fase de muita perseguição em que ele era agredido, era cassado, tropas militares cercavam a casa, o quarteirão. Então não tinha quem publicasse, e ele não tinha meios, então teve uma fase, por exemplo, na década de 30 ele escreveu muitos livros: *Doutor Geraldo*, escreveu várias teses pra ganhar a cadeira de professor, escreveu romance. Poesia foi o começo, em 30 ele fez poesia, fez sociologia, fez teses. A década de 40 era o máximo da ditadura, então em 30, por exemplo, o livro dele *Doutor Geraldo* foi queimado em praça pública. Então, quando a ditadura fechou e ele foi preso e perseguido ele não tinha condições nem de publicar. Quando a ditadura cessou, ele publicou um romance *A criança vive*. Publicou outro romance *Eu quero o sol*, e passou a publicar toda a poesia de Jáder de Carvalho, toda a poesia do volume 01 ao 05, tudo o que havia escrito em 40. Publicou *Aldeota* (1963) e *Sua Majestade, o Juiz* (1956), os dois livros mais fortes dele. Aí veio a Revolução em 1964, aí foi outro movimento de força em cima dele. Agora você tem que notar que esse livro *Aldeota* causou uma repercussão imensa nos meios políticos, ele vivia sendo chamado por causa deste livro, era um negócio muito sério. Agora a gente, na visão de hoje, para publicar um livro é a coisa mais fácil do mundo, se tiver dinheiro nem se discute, mas antigamente, nem tendo dinheiro e ele não tinha, papai sempre foi um homem pobre. Então cada livro era um parto, uma gestação e um parto.

3. *Onde se localizam as fontes de estudos acerca do escritor Jáder?*

Resp. Há um artigo meu na revista da Academia Cearense de Letras, tem documentários em faculdades, documentário feito pelos alunos. Foi feito um documentário cinematográfico que

está sendo terminado. Tem alguma coisa assim, tem muita matéria no jornal *O Povo*, mas não é muito organizado. O documentário está sendo feito pela Letícia, a mesma pessoa que fez o documentário da Raquel de Queiroz. A Fundação Demócrito Rocha vai reeditar o romance *Classe Média*, eu já reeditei do papai *Menino Só*, *Terra Bárbara*, *Delírios da Solidão*, *Sua Majestade*, *o Juiz* e *Aldeota*.

4. *Quem era o pai e a mãe de Jáder de Carvalho, o que faziam e qual a influência deles na vida de Jáder?*

Resp. O papai teve uma grande influência do pai dele, era o Francisco Adolfo de Carvalho que era um homem inteligentíssimo. Ele tinha irmãos que eram profundos em latim e literatura, ele me falava de uma grande biblioteca que existiu em cidades do interior. Era uma biblioteca do tio dele, que o tio dele se mudava e levava essa biblioteca. Por fim, essa biblioteca se acabou em Pentecoste, as últimas informações são dessa região. Era uma biblioteca muito rica e depois nós começamos a achar no sebo peças dessa biblioteca. Ainda conseguimos alguns livros vendendo em calçadas, vendendo em sebo, em livraria, na livraria Gurgel, obras com o nome José Carvalho. Agora a influência que ele teve foi de João Brígido. Ele tinha uma grande admiração por João Brígido, desde muito cedo, desde o *Unitário* que é de 1903, da época de meu pai, do meu avô. Então ele acompanhou, e ele expressou isso quando ele organizou a Antologia de João Brígido, que é um trabalho formidável, que infelizmente, aqui no Ceará não teve a devida repercussão. Como se estivesse vendo agora, ele conseguindo coleções do *Unitário*, onde ele fazia pesquisas, estudos, etc, sobre o velho *Unitário* de João Brígido. Também por coincidência, a máquina do *Unitário*, que imprimia o *Unitário* era uma MARINONE, esse prelo, e esse prelo foi o mesmo primeiro prelo do *Diário do Povo*, jornal dele. Ele conseguiu essa máquina e reconstituiu, e era o prelo que imprimia o *Diário do Povo*. Nem à energia era, depois foi que ele transformou numa máquina movida a motor, mas ela era movida à força humana, era uma roda grande, então aquele operário ficava girando. No tempo de João Brígido era manual, não tinha energia elétrica e no tempo de meu pai também foi manual e depois transformada numa máquina movida à energia elétrica. Ele tinha uma grande admiração por João Brígido e era, vamos dizer assim, uma fixação intelectual que ele tinha. Em casa, ele tinha todos os livros de João Brígido, *O Ceará*, *A Fortaleza de 1810*, essas coisas todas de João Brígido, ele acompanhava. Agora ele era um jurista, teve muita influência dos grandes juristas como o conselheiro Lafayette, Clóvis Beviláqua, os Espíndolas, Eduardo Espíndola e o Eduardo Espíndola Filho. Ele acompanhava

tudo, Carvalho dos Santos, Carvalho de Mendonça, Rui Barbosa, ele lia tudo isso com muita frequência porque era da arte dele, da advocacia. O pai dele era alto funcionário da estrada de ferro e por conta disso, ele morou em Lavras da Mangabeira, morou em várias cidades e depois se fixou em Quixadá, escrevia no jornal de meu pai. No interior, fundou vários jornais, morou no Iguatu. Meu avô era um intelectual, agora homem do interior, mas influenciou muito meu pai, eu ainda o conheci. Eu assisti à morte de meu avô em 1947, diabético, cortou um dedo do pé e desde este tempo não mais se recuperou da diabete, neste tempo não tinha muito médico como hoje. A mãe de meu pai era Rita Carvalho. Então minha avó, eu não sei muito bem a idade que ela morreu, mas foi muito cedo. Meu pai era o filho mais velho, ela morreu e ele ficou responsável muito novo pelos irmãos mais novos. Depois, meu avô casou de novo, mas não deu certo e arranjou uma terceira mulher e etc., aquele descompasso que vem depois da viuvez. Mas o interessante é que dona Rita era a mãe de dona Adélia, mãe de Moreira Campos. Então nosso grande Moreira Campos era primo legítimo de meu pai por parte de mãe e se davam muito bem, mas de temperamento inteiramente opostos. O Moreira Campos era mais acadêmico e o meu pai era rebelde, inteiramente rebelde em tudo.

5. *Ele chegou a exercer cargo de juiz?*

Resp. Não. Ele nunca assumiu. Ele tinha horror ao poder judiciário, então ele nunca foi do poder judiciário. Aí é que está o valor dele, ele foi sempre o advogado e já maduro, ele foi procurador do hoje Tribunal de Contas dos Municípios, que no começo era Conselho de Contas.

6. *No aspecto psicológico, como era o temperamento de Jáder de Carvalho?*

Resp. Papai era muito eloquente, era temperamental. Ele era explosivo ao ponto de arriscar a própria vida. Muitas vezes, ele arriscou. Ia à luta física. Era o chamado homem de briga quando ele era novo. Ninguém insultasse com ele porque pensava rápido para responder e questionar.

7. *Ele chegou a exercer algum cargo político? Ou ser convidado para ocupar algum cargo de confiança de algum governo?*

Resp. No governo do Moreirinha, ele teve muito prestígio e também no governo de Paulo Sarasate que era um admirador dele. O Paulo Sarasate, por exemplo, quando o papai estava preso e todo mundo tinha medo dele e não se podia nem dizer que o conhecia, por ser uma

pessoa condenada há muitos anos de reclusão, o Paulo Sarasate publicava os artigos dele no jornal *O Povo* e pagava bem, pagava a ele para ele escrever, pois ele não tinha meio de sustentação, pois o tempo que ele passou na cadeia foi um tempo terrível.

8. *Quais foram os governos do Ceará mais criticados por Jáder de Carvalho?*

Resp. Ele criticou muito a época das interventorias, notadamente, o governo Menezes Pimentel que era um professor de direito, mas que era altamente arbitrário. Era terrível a perseguição dele às pessoas que tinham uma ideologia diferente dele. Depois do governo Pimentel, ele manteve muita crítica a todos os governos, inclusive do próprio Sarasate, mas uma crítica mais amena. Foi também muito grande a crítica dele ao governo Pascoal Barroso; que foi aquele governo de 1958.

9. *Antes da morte de Jáder de Carvalho em 1985, ocorria a transição da ditadura militar de 64 para uma tentativa de redemocratização com Tancredo Neves. Como era que ele se portava diante da transição democrática do governo?*

Resp. Ele apoiava os movimentos que eram centralizados pelo PMDB e pelo PSB, por exemplo. No ano que ele morreu, ele apoiou a eleição da Maria Luiza. Ele era do PSB da época quando ele morreu, ele foi fundador do PSB aqui no Ceará. Agora não havia comparação, retornando para vocês entenderem, o governo Vargas era um governo fascista nacionalista-fascista e a revolução era um governo nacionalista-centrista, daí a diferença entre o comportamento dele, ele tinha horror ao fascismo, Mussolini, Hitler. Ele era terrivelmente preocupado com isso. Papai sabia tanta geografia que ele previa os resultados das batalhas da segunda grande guerra mundial. Ele dizia aqui os aliados vão triunfar porque eles não têm como transpor, etc. e tal, ele conhecia tudo. Ele era muito profundo em Geografia e História.

10. *Qual a sua relação com as classes desfavorecidas da época?*

Resp. Ele era um defensor, o próprio jornal, agora ele era muito decepcionado com o voto. Ele era uma pessoa que ficava impressionada com a maneira do povo eleger os candidatos. Ele achava que o Brasil podia ter dado um passo maior na democracia através do voto do que na verdade deu, porque nunca deu, ficou elegendo coronéis e pessoas ricas, os empresários, da Câmara Federal para o Senado e etc. Então o Brasil não ia à frente. Então ele era decepcionado com a educação política do povo. Vê-se isso em *Sua Majestade, o Juiz*. Em 58

foi terrível. Nós tivemos uma eleição como se estivéssemos no século XIX. Então ele era indignado com isso. O sujeito com uma verba para combater a seca, ganhava a eleição.

11. Como um homem ativo que foi Jáder de Carvalho, qual a sua tomada de atitude perante a ditadura Vargas e perante a ditadura de 1964?

Resp. Na ditadura de 1964 tem um dado histórico, a revolução de 1964 era uma reação ao getulismo, é a queda de João Goulart que era tido como o filho de Getúlio. Então ele não tinha simpatia pelo governo que caiu que era o governo que o havia torturado. Agora com a ditadura de 64, com os abusos morreu o *Diário do Povo*. Não teve condições de sobreviver o jornal, fechou na época de João Goulart, naquela transição, João Goulart – revolução, então a década de 60 já é a época de plena estabilidade. Ele não pôde manter o jornal. Jáder não foi tão contundente com a revolução de 64, pois não tinha mais o seu jornal e já estava com a idade avançada. Na revolução de Vargas, ele era um rapazola, estava com toda força, era um jovem. A ditadura de Vargas o perseguiu muito, ele, inclusive perdeu a cadeira do Liceu ele era professor de sociologia do Liceu e foi demitido. Houve um célebre processo que nunca mais eu achei, em que o secretário de justiça do governo Pimentel recomendava que ele fosse assassinado, morto. Ele também foi funcionário dos correios e por perseguição também perdeu o emprego dos correios, que ele teve na juventude. Como catedrático do Liceu, extinguiram a cadeira dele. Quando ele voltou a ensinar no Liceu quando foi reintegrado pelo interventor Beni Carvalho, ele voltou para a cadeira de História do Brasil. A cadeira de sociologia foi extinta porque a República entendia que a conscientização do povo era contra o governo, então a sociologia era muito esclarecedora, podia formar gerações de rebeldes, aí extinguiram a cadeira. O Governo de Raul Barbosa tentou prestigiar Jáder de Carvalho, mas as forças políticas não deixaram. Raul Barbosa queria que ele escrevesse um livro sobre a geografia do Ceará, seria um livro didático, editado pelo governo em que ele faria um levantamento geográfico do estado. Aí ele se entusiasmou muito com este projeto, mas não foi à frente. Era um livro que ele pretendia escrever: *Geografia do Ceará*.

12. O que significava Jáder de Carvalho mandar no Ceará junto com Moreira Lima?

Resp. O Moreira Lima o ouvia para tudo. Ele era muito inteligente, um homem de 30 anos e ele passou a ser uma pessoa muito ouvida, consultor, orientador, nas decisões importantes.

13. *Como ele conseguiu sobreviver diante de toda a sua postura de irreverência, utilizando-se da sátira e de outros recursos na construção de romances históricos de teor denunciativo muito contundentes?*

Resp. Ele foi muito perseguido, foi agredido muitas vezes, levou tiro, um tiro que resvalou da cabeça. Foi agredido na Rua Agapito dos Santos com Guilherme Rocha. Homens armados pararam o jipe dele e esfaquearam, deram facadas nos braços dele, atiraram nele, ele atirou também, foi difícil, foi uma etapa muito difícil. O grande problema desses dois livros, *Sua Majestade*, *o Juiz* e *Aldeota*, a marca registrada deles foram livros que tiveram tiragens estupendas no Sul do país. As editoras que lançaram, tiraram edições clandestinas sem ele saber. Este livro existe, mais é mais fácil você encontrar todos os livros dele que eu tenho em São Paulo e Rio de Janeiro. Aqui não tinha, eu para conseguir comprar fui lá. O apoio popular a estes dois livros era tamanho que todos os que foram mencionados, tanto num como noutro, o mais grave era *Aldeota* porque é a república do contrabando. Então eles se aquietaram com medo da ressonância popular, foram dois libelos contra um estado vigente de corrupção dentro do poder judiciário e na vida social, na formação da aldeota, então como havia uma repercussão muito grande, todo mundo sabia de que se tratava, quem era quem e etc. e tal, os nomes muito parecidos, quer dizer então criou uma defesa pra ele. Só para vocês terem uma idéia, o presidente Castelo Branco, o então presidente da república, ligava para meu pai só para identificar as personagens, isso no *Aldeota*, ele fez um mapa identificatório e mandou para o presidente. Vocês sabem que o Castelo Branco era um intelectual não é? O Castelo Branco não era como Médiçi, era um presidente diferente, ele pretendia até devolver a presidência da república. Findo o mandato indireto dele, aí na revolução se desentenderam, aí predominou Costa e Silva que foi para o governo e continuou a ditadura.

14. *Que contatos teve Jáder de Carvalho com o Instituto Histórico Geográfico?*

Resp. O Instituto Histórico e Geográfico sempre foi muito, talvez pela natureza dele, muito conservador e muito católico. Ele nunca ingressou no Instituto do Ceará, ele era do Instituto do Nordeste juntamente com Paulo Bonavides, com Gilberto Freire. Ele criticava o Instituto do Ceará. O Instituto do Ceará era tão conservador, que para você ter uma idéia há uns três anos, alguns sócios quiseram candidatar um professor e lá a reação era que esse professor poderia ser homossexual e não deixaram o sujeito entrar. Como o Instituto era católico e ele achava que a História não poderia estar presa a princípios religiosos, interesses religiosos e etc, e ainda hoje é. Você não entra no Instituto se for comunista, lá não tem nenhum com esse

perfil. O Instituto do Ceará hoje é presidido pelo Eduardo Campos que é um homem muito aberto, o presidente atual, mas o Instituto tem a tradição do Barão de Studart. O Barão de Studart era altamente vaidoso e egocêntrico. Ele guarda essa personalidade de ser o dono da História. O Instituto tem uma grande biblioteca, tem um grande patrimônio e muita gente de valor, mas tem essa marca de ser fechado. Tem muita gente idosa e militares ainda com aquela mentalidade da revolução. O Instituto sempre foi assim, daí porque meu pai nunca entrou. Eu acho que também ele nunca foi convidado.

SOBRE LITERATURA:

1. *Com quantos anos escreveu o seu primeiro livro?*

Resp. O primeiro livro dele é *Terra de Ninguém*, de 32, ele tinha 32 anos.

2. *Quais os escritores e obras da Literatura Brasileira lidos por Jáder?*

Resp. Ele tinha uma biblioteca que ele reformava de repente, mas ele foi sempre um homem que valorizava muito a Língua Portuguesa. Papai era profundo em Língua Portuguesa, então ele tinha, por exemplo, horror ao Martins de Aguiar, o homem, mas admirava muito o professor Martins de Aguiar, filólogo. A biblioteca dele continha muitos livros de filólogos, notadamente, João Ribeiro, Rui Barbosa. Ele era muito admirador de Machado de Assis, Graciliano Ramos, José Lins do Rego, mas acusava José Lins do Rego de plagiário, porque ele achava que José Lins tinha se apoderado de documentários de outros escritores, mas ele o admirava. Ele admirava muito o Érico Veríssimo, do Rio Grande do Sul. Ele era muito por dentro da Literatura Contemporânea, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, de todos. Ele tinha uma leitura profunda. Agora ele tinha muita leitura internacional. Ele lia constantemente. Então ele tinha os poetas que admirava: Walt Whitman, dos Estados Unidos, o Garcia Lorca, da Espanha, Pablo Neruda, do Chile. Ele tinha Gabriela Mistral, também do Chile, ele tinha uma leitura muito vasta. O papai não tinha exercício de falar outros idiomas porque ele não viajava, ele não tinha nível econômico para viajar, mas ele lia francês, inglês, espanhol. Por exemplo, Walt Whitman ele só lia no original, em inglês. Ele era um grande admirador do Walt Whitman que tem uma influência muito grande, tanto no Ronald de Carvalho que também é um poeta contemporâneo dele, como na obra dele. A influência de Walt Whitman é muito grande na obra de meu pai.

3. *Quais os escritores e obras da Literatura Portuguesa lidos por Jáder de Carvalho?*

Resp. Meu pai era leitor constante do Guerra Junqueira, que às vezes ele considerava tão grande quanto Camões, Guerra Junqueira que é do final do século XIX e ele era leitor do Alexandre Herculano, Dom Francisco Manuel de Melo, Padre Antonio Vieira. Ele tinha uma adoração, Manuel Bernardes também. Ele lia Camilo, ele tinha muita obra do Camilo, Garrett. Ele tinha também uma grande admiração pela prosa de Júlio Diniz.

4. *O que Jáder de Carvalho pensava sobre Graciliano Ramos?*

Resp. Ele admirava muito o Graciliano. Agora ele não gostava do Graciliano crítico, ele admirava o Graciliano ficcionista, o homem da cadela baleia, etc., do ladrão que vai roubar e se encanta com o queijo. Um dos escritores preferido dele era Lima Barreto, ele fazia o tripé: Machado de Assis, Lima Barreto e Graciliano Ramos. Ele achava que eles eram aproximados. O Lima Barreto, lá em casa nós tínhamos constantemente as suas obras. Foi ele que escreveu *o Triste Fim de Policarpo Quaresma, o Diário, Os Bruzundangas*. Ele escreveu muito, era uma pessoa muito chocante o Lima Barreto. Ele era um bêbado, bebia tanto que se tornava um maltrapilho, então quando os escritores da época dele se reuniam numa livraria ali na Avenida Central, na Garnier e estava todo mundo lá, ele chegava de calças arregaçadas, constrangia todo mundo, causava um impacto danado, o Brito Broque é que conta isso.

5. *Que livros de Graciliano Ramos Jáder leu?*

Resp. Ele lia tudo de Graciliano Ramos, aquelas histórias todas do Graciliano tinha lá em casa. Saía um livro de Graciliano. Ele comprava todos eles, até obras menores, mas ele gostava de *Vidas Secas*, daquelas coisas todas do Graciliano, ele gostava, tanto ele como minha mãe. Porque minha mãe era intelectual tanto quanto meu pai, então, os dois liam constantemente, estavam sempre lendo, mamãe lia mais romances, papai lia mais poesia e ciência. Papai tinha um grande aprofundamento em Freud, ele lia Freud, ele tinha uma análise constante de Freud, gostava muito da obra de Freud. Ele lia, contestava, ora entendia que não era, mas ele lia. O livro dos sonhos ele deve ter lido umas dez vezes. Ele lia Yang também, Mire Lopes, esse pessoal todo. Quando saiu *São Bernardo* do Graciliano, todos lá de casa leram, ele passou de mão em mão. Ele comprou da livraria Renascença, quem abria as páginas fechadas dos livros era eu, ele pedia pra eu abrir. Naquele tempo, os livros ainda vinham com as páginas fechadas pela impressão. Primeiro ele lia, depois a mamãe e depois eu. Às vezes líamos concomitantemente. Depois da leitura tinha uma mesa onde fazia-se uma

ceia e todos da família se reuniam e papai falava sobre a sua vida, dos casos, histórias antigas, vinha literatura, vinha tudo, às vezes vinha gente de fora convidada e tudo mais. Ele mesmo passava o café, tinha uma maquinazinha, eu nunca mais vi essa máquina. A gente chamava a máquina de fazer café, tinha um lugarzinho que a gente botava o álcool, tinha um bulezinho para botar o café com água e outro lugar ficava seco para o café, que com o vapor passava, era um sistema antigo, mas hoje ainda existe.

6. *A sua biblioteca pessoal ainda é mantida e ainda tem um bom acervo?*

Resp. Ainda há uma grande parte dos seus livros, mas ela foi vítima do cupim, deu nos livros. Ele queimou um monte de livros, e ladrões, pessoas que iam lá conversar com ele e levavam os livros, ainda hoje tem um resto de biblioteca lá, mas as pessoas roubavam. Ele ficava sozinho, depois da morte de minha mãe e, constantemente tinha livros, alguns pediam a ele, eu não sei. Eu sei que eu encontrei os livros de papel bíblia dele todos incompletos.

7. *Ele chegou a se encontrar com Graciliano Ramos?*

Resp. Meu pai viajou muito pouco, ele viajou muito para o Norte do país como advogado e viajou também para o Uruguai. Foi a única viagem que ele fez ao exterior, em 1952, para um Congresso. Agora ele esteve muito no Rio, então no Rio, ele conheceu todo esse pessoal: Manoel Bandeira, Drummond, José Lins do Rego, ele advogava muito no Rio.

8. *Ele mantinha correspondência com algum escritor?*

Resp. Com Manuel Bandeira, eu tenho certeza, com os outros eu não sei.

9. *Jáder de Carvalho viajava muito pelos municípios do Ceará?*

Resp. Viajava antes de se formar em direito, porque ele era rábula e advogava muito no interior. Ele conhecia bem os interiores, porque ele morou em vários municípios e também viajou muito como advogando.

10. *Em Sua Majestade, o Juiz p. 90 – o que significa a sigla LEC junto com PSD?*

Resp. Era Liga Eleitoral Cearense, uma coisa assim, é como MUC, Movimento de União do Ceará, é uma coisa assim. LEC era uma entidade dessa de congregação.

11. *Jáder de Carvalho chegou a fazer algum comentário sobre o livro Sua Majestade, o Juiz?*

Resp. A gente comentava, mamãe brigava com ele, reprovava algumas coisas. Antes do romance, a gente conhecia as histórias contadas por ele, tudo é verídico. Eu sei quase todos os nomes. Respondendo a sua pergunta, Macacão era o Pascoal Barroso, a Dama era dona Olga, tem dois Macacões, o Macacão original que era o pai do Pascoal, e por conta disso, tinha uma coluna no seu jornal que era “no reino do Macacão”. Macacão era um apelido popular. Dona Menininha era o nome histórico da personagem Gracinha. Meu pai não se fez personagem de seus romances. O papai era decepcionado com o poder judiciário, por exemplo, ele era um estudioso do direito. Ele era um profundo em direito, aí aquelas teses corretas, o tribunal por corrupção, recusava e adotava uma jurisprudência absolutamente licenciosa e tal, aí ele ficava com raiva e pegava a biblioteca e jogava fora.

12. *Porque ele nunca foi processado pelo poder judiciário?*

Resp. Porque ele tinha razão, se você for à justiça, você tem a exceção da verdade, a exceção da verdade é terrível, quando você levanta a exceção da verdade, você diz; então eu provo, então cada um que fosse acioná-lo, ficaria sujeito à prova dele. Ele tinha argumentos, documentos, velhos autos, depois de um tempo, ele rasgou tudo.

13. *Que significado Jáder atribuiu à ilustração da capa de Sua Majestade, o Juiz?*

Resp. Foi o Zenon Barreto que fez, que era um homem muito inteligente, muito experiente e que procurou a empáfia do magistrado. O juiz é o senhor absoluto, o dono da sua vida. É muito grande no poder judiciário a influência da mulher, do sexo, isso é impressionante. Hoje é o dinheiro e mulher. A influência do sexo no judiciário do Paraná é mais forte do que aqui. O poder judiciário mais licencioso é no Sul do país, porque tem muita concentração de estrangeiros, o polonês autoritário que é descendente de Polonês, alemão que tem aquela alma autoritária, germânica, isso marca muito o poder judiciário do Sul. É aquela influência do poder absoluto.

14. *Qual a fronteira estabelecida entre Literatura e o Jornalismo, nos romances de Jáder?*

Resp. Na verdade, o espaço que há entre o jornalismo e a literatura é muito pequeno. Todo jornalista é apto a ser um escritor e todo escritor está apto a ser jornalista, o espaço é só estilístico. Normalmente, quando se trata de romance histórico como é o caso de *Sua*

Majestade, o Juiz e do Aldeota, a história tem um quê de reportagem. Papai era excelente articulista, um articulista prático, cadente, agora ele sempre foi poeta, jornalista, sociólogo, escritor, tudo há um só tempo. Agora a vida é que era difícil demais, porque para publicar um livro... Hoje você publica um livro é rápido demais, você tem todos os meios, antigamente, para se publicar um livro, era um parto.

SOBRE A MEMÓRIA DE JÁDER DE CARVALHO:

1. *Que projetos a família ou algum pesquisador tem para a preservação da memória de Jáder de Carvalho?*

Resp. A dificuldade maior é econômica. Ele deixou uma família pobre e ninguém tem meios nem de preservar a casa dele, que é um projeto. A coleção do *Diário do Povo* eu estou com uma vontade muito grande de levar para a hemeroteca da Biblioteca Pública daqui de Fortaleza, porque lá pode ser consultado. Hoje tem funcionário. Antigamente você não podia ter jornal na biblioteca pública porque as pessoas cortavam, rasgavam páginas. “O ideal seria digitalizar para não perder as informações” (Ednilton). O ideal seria a microfilmagem. O *Diário do Povo* durou de 1947 a 1963 – 2 volumes por ano dá um total de 32 volumes. Eu tento preservá-lo, mas é difícil, sem dinheiro não tem como. Eu queria muito que se arranjasse um patrocinador que recuperasse a casa dele, o telhado está caindo. A casa é muito antiga. Ele deixou um álbum de fotos já na velhice. O Grande mal do intelectual que morre é a preservação. O papai desperta muita curiosidade nos centros acadêmicos, o centro acadêmico de Letras da Universidade Estadual do Ceará tem o nome dele, mas quando muda a diretoria, volta tudo pro zero. Nunca mais me procuraram, nem coisa nenhuma. Ainda fui lá, levei livros, mas é uma coisa mutável, está sempre mudando de diretoria. O problema é que ele era muito polêmico e muita gente ainda está viva.

Cid Sabóia de Carvalho.

Gravação e Transcrição das informações por Ana Maria Teixeira Andrade, autora da dissertação.